



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

EDUCAÇÃO CAMPONESA:
Contribuições libertárias sobre a estratégia de formação classista e
de Biopoder Camponês para além da Educação do Campo

ROBLEDO MENDES DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Ramofly Bicalho dos Santos

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S586
e Silva, Robledo Mendes da, 1977-
Educação Camponesa: Contribuições libertárias sobre
a estratégia de formação classista e de Biopoder
Camponês para além da Educação do Campo / Robledo
Mendes da Silva. - Seropédica; Nova Iguaçu , 2024.
300 f.: il.

Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2024.

1. Educação Camponesa. 2. Agroecologia. 3. Educação
Popular. 4. Anarquismo e Campesinato. 5. Políticas
Públicas e Educação do Campo. I. Santos, Ramofly
Bicalho dos, 1970-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 158 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.013934/2024-10

Seropédica-RJ, 14 de março de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

ROBLEDO MENDES DA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 27/02/2024

Membros da banca:

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

ANA MARIA DANTAS SOARES. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

EDUARDO MOREIRA. Dr. IFF (Examinador Externo à Instituição).

ROSILDA NASCIMENTO BENACCHIO. Dra. UFF (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 14/03/2024 23:17)

ANA MARIA DANTAS SOARES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 386253

(Assinado digitalmente em 15/03/2024 15:40)

IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1054069

(Assinado digitalmente em 15/03/2024 11:03)

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1426576

(Assinado digitalmente em 23/04/2024 22:52)

ROSILDA NASCIMENTO BENACCHIO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 649.857.257-49

(Assinado digitalmente em 15/03/2024 08:09)

EDUARDO MOREIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 078.899.747-52

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **158**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **14/03/2024** e o
código de verificação: **247d70f94e**

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese é o resultado de uma longa caminhada que nunca fiz sozinho. Gostaria de iniciar agradecendo a minha família, aquela formada por meus pais, Rosa Maria e Sebastião Carlos, meus irmãos Diego e Rômulo, aos sobrinhos, tios, tias e primos. Em especial, a dupla Sofia Dao e Cecília FMLS, que, com ternura e rebeldia, me ensinam a ser pai. À minha companheira Nayara, agradeço pelo apoio e me desculpo pelas ausências durante a escrita desta obra que não é só minha. À família que me acolheu, aos sogros Angela Maria e Nelson Goncalves, aos cunhados Nayani e Felipe, aos primos Roni e companhia, tias e tios. Aos compadres e comadres.

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores e todos os pequenos gigantes. Às companheiras do Coletivo Nacional de Educação Camponesa e aos companheiros do Coletivo Estadual de Educação Camponesa.

Ao meu orientador, Ramofly Bicalho, pela oportunidade, incentivo e confiança depositada. Aos irmãos de orientação, Thayse e Renato, pelo companheirismo.

Aos conselhos dados pelos pesquisadores: Marlene Ribeiro, Marília Campos, Arnaldo Monteiro Bach, Rogério Lima, Rosilda, Ana Dantas, Lia, Fabiana, Lilian, Angela, Luiz, Igor, Ana Cristina, Damiro, Rodrigo, Delma Pessanha, Leonildes, Marcia, Geny, Leonardo, Eduardo, Thaís, Rafael, Ana, Luciana, Gabriel, Marcio, Claudemar, Denis, Adriana, Paulo, Jean, Sílvio, Flávia, João Resende, Hugo, Severin, Laete, Davi, Emerson, Ranieri, Marciano, Marcelo, Humberto, Andreas, Leile, Cris, Anderson, Pazmiño, Élide, Sérgio Mesquita (*in memória*), Sandro Lopes (*in memória*) e Robson Silva (*in memória*). A Patrícia Acs, Naya e Ana pelas sugestões de ajustes e revisões textuais.

Aos educadores, equipes pedagógicas, técnicos e camponeses protagonistas das experiências educativas que buscam contribuir com o exercício de sistematização.

Aos membros do LABGEO, do GAE, do Erva Doce, da ANA, da AARJ, da APAC, do FoFEC, do NIA rural, da LICA e das LECs, do MAPBC, do PVNC e amigos agregados. Aos trabalhadores do CTUR, da UFRRJ, da SIPA - Fazendinha Agroecológica Km 47 e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão. *Arriba los que luchan* no SINTUR, ADUR, SEPE, CAs, DAs e Grêmios (*Me Gustan Los Estudiantes*).

A Cleô pela capa, Lu, Kiki, Tuller, Gabriel e demais ilustradores, Equipe Nana e Nilo, Carroça dos Mamulengos, família Mará e todos os artistas, brincantes e educadores populares. Aos sanadores Daniel, Miguel, Marcelo, Victor, Thais.

Aos colegas do PPGEDUC, pelas trocas e companheirismo, e aos docentes do programa que contribuíram muito para a concretização desta etapa.

Aos companheiros de Ideal como: Milton, Renato, Bruno, Bernardo, Filipe, Gabriel, Rafael, Willi, Victor, Patrícia, Priscila, João, Adriano, Thor, Lívio, Carlos, Diego, Edzar, Emílio, Cássius, Eduardo, Cristina Garrido, Mechoso (*in memória*), Zelmair (*in memória*), Pilo e todos os amigos do Socialismo Libertário.

Douglas, Andresa, Leomarcio, Sergio, Leila, Derli, Luiz, Estibaliz, Leonardo, Claudia, Manoel, Gerson, Valter, Antônio, Sayane, Luciane, Karine, Francisca, Erika, Ana, Mateus, Tião, Caio, Bernardo e tantas outras pessoas que fazem parte da construção coletiva do conceito de Educação Camponesa.

Aos amigos Igor, Sté, Vic, Ju, Raoni, Yan, Fernando, Kaki, Flora, Caio, Edneia, Paulista, Angelica, Paulo, Luciana, Hugo, Thales, e tantos outros nomes.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes neste percurso e contribuíram para a realização desta tese.

RESUMO

SILVA, Robledo Mendes da. **EDUCAÇÃO CAMPONESA: Contribuições libertárias sobre a estratégia de formação classista e de Biopoder Camponês para além da Educação do Campo**. 2024. 300p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

O MPA (**Movimento dos Pequenos Agricultores / fundado em 1996, compõe a Via Campesina Brasil**), em suas formações internas, problematiza a relação com o Estado, mobiliza sua base para pressionar o governo por melhorias das condições de vida, mas, cientes das contradições do Estado, assume defesa crítica sobre o papel estratégico das políticas públicas conquistadas pelos movimentos populares. Até mesmo os governos que assumiram parcerias e fizeram diversas ações mais populares demonstraram incapacidade para avançar na caminhada de uma ruptura. Em determinados momentos, dedicaram-se a ações moderadas, evitando o prejuízo das elites, alimentando a manutenção da atual sociedade Capitalista. A construção do conceito de Educação Camponesa trabalhada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores faz parte de sua concepção de programa político reunida sob a égide do Plano Camponês. Por meio do resgate de fontes primárias como jornais, cartas e materiais de propaganda e formação, realizamos uma leitura da contribuição do anarquismo agrário para a História Social do Campesinato e para a Educação Camponesa. Já existe um levantamento sobre essas bases no pensamento marxista, mas o resgate das experiências de Educação Camponesa libertárias históricas ainda é muito tímido. A educação orientada para a emancipação do campesinato integra o campo da Educação Popular e se nutre das fontes sociológicas de concepções classistas. Funciona como ferramenta de apoio na transformação da sociedade capitalista em um novo modelo econômico mais justo. Através desta Pesquisa-Ação, vivenciamos espaços do Coletivo de Educação Camponesa, participando de reuniões, promovendo atividades, e sistematizamos experiências pedagógicas de projetos autônomos (como mutirões, intercâmbios, feiras) e de luta pelo direito de famílias camponesas terem acesso a uma educação institucional (programas de EJA, PPP de escolas da Educação Básica, Ensino Superior). O grupo de metodologias participativas (Pesquisa-Ação, investigação participante, práxis metodológica) permite ao agente que assume o papel pesquisador respirar a cultura camponesa como manifestação viva, carregada de sua leitura de mundo, que recria/ressignifica o conhecimento cotidianamente/coletivamente. Esperamos que o atual trabalho desempenhe a função social de uma pesquisa junto à construção popular, exercitando o diálogo de saberes.

Palavras chaves: Educação Camponesa, Agroecologia, Educação Popular, Anarquismo e Campesinato, Políticas Públicas e Educação do Campo.

RESUMEN

SILVA, Robledo Mendes da. **EDUCACIÓN CAMPESINA: Aportes libertarios sobre la estrategia de formación de clases y Biopoder Campesino más allá de la Educación del Campo.** 2024. 300p. Tesis (Doctorado en Educación, Contextos Contemporáneos y Demandas Populares). Instituto de Educación/Instituto Multidisciplinario, Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

El MPA (**Movimiento de Pequeños Agricultores / fundado en 1996, integra Vía Campesina Brasil**), en sus formaciones internas, problematiza la relación con el Estado, moviliza a sus bases para presionar al gobierno por mejoras en las condiciones de vida, pero, consciente de las contradicciones del Estado, asume una defensa crítica del papel estratégico de las políticas públicas alcanzadas por los movimientos populares. Incluso los gobiernos que asumieron alianzas (que llevaron a cabo varias acciones populares más), se mostraron incapaces de avanzar en el camino de la ruptura, dedicándose en ciertos momentos a acciones moderadas evitando la pérdida de elites, ilustradas como el mantenimiento de la actual sociedad capitalista. La construcción del concepto de Educación Campesina trabajado por el Movimiento Campesino se enmarca en su concepción de un programa político plasmado en el Plan Campesino. A través del rescate de fuentes primarias como periódicos, cartas y materiales propagandísticos y de formación, traemos una lectura del aporte del anarquismo agrario a la Historia Social del Campesinado, así como a la Educación Campesina, que ya ha sido relevada sobre sus bases en pensamiento marxista, pero que la recuperación de experiencias históricas de educación campesina libertaria era todavía muy tímida. La educación para la emancipación del campesinado forma parte del campo de la educación popular y se nutre de las fuentes sociológicas de las concepciones clasistas y del Biopoder Campesino. Funciona como herramienta de apoyo en la transformación de la sociedad capitalista hacia un modelo económico nuevo y más justo. A través de esta Investigación Acción experimentamos espacios del Colectivo de Educación Campesina, participamos en encuentros, promovemos actividades, sistematizamos experiencias pedagógicas de proyectos autónomos (como grupos de autogestión y ayuda mutua, intercambios, ferias) y luchamos por los derechos de las familias campesinas a acceder a la educación institucional (programas de EJA, APP de escuelas de Educación Básica, educación superior). El conjunto de metodologías participativas (investigación-acción, investigación participativa, praxis metodológica) permite al agente que asume el rol de investigador respirar la cultura campesina como una manifestación viva, cargada de su lectura del mundo y que recrea/resignifica el conocimiento en el día a día. base colectiva. Esperamos que el presente trabajo cumpla la función social de investigación en construcción popular. Ejercicio del diálogo de saberes.

Palabras clave: Educación Campesina, Agroecología, Educación Popular, Anarquismo y Campesinado, Políticas Públicas y Educación del Campo.

ABSTRACT

SILVA, Robledo Mendes da. **PEASANT EDUCATION: Anarchist contributions on the strategy of class formation and Peasant Biopower beyond Field Education.** 2024. 300p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

The MPA (Small Farmers Movement / founded in 1996, makes up Via Campesina Brazil), in its internal formations, problematizes the relationship with the State, mobilizes its base to pressure the government for improvements in living conditions, but, aware of the contradictions of the State, takes on a critical defense of the strategic role of public policies achieved by popular movements. Even governments assuming partnerships (which carried out several more popular actions), proved to be incapable of advancing on the path to a rupture, at certain times dedicating themselves to moderate actions avoiding the loss of elites, illustrated as maintenance of the current Capitalist society. The construction of the concept of Peasant Education worked on by the Small Farmers Movement is part of its conception of a political program brought together under the aegis of the Peasant Plan. Through the rescue of primary sources such as newspapers, letters and propaganda and training materials, we bring a reading of the contribution of agrarian anarchism to the Social History of the Peasantry, as well as Peasant Education, which has already been surveyed on its bases in Marxist thought, but that the recovery of historical libertarian peasant education experiences was still very timid. Education towards the emancipation of the peasantry is part of the field of popular education and is nourished by the sociological sources of classist conceptions and Peasant Biopower. It works as a support tool in the transformation of capitalist society into a new, fairer economic model. Through this Action Research we experience spaces of the Peasant Education Collective, participate in meetings, promote activities, systematize pedagogical experiences of autonomous projects (mutual aid collectives, exchanges, fairs) and fight for the rights of peasant families to access institutional education (programs of EJA, PPP of Basic Education schools, higher education). The group of participatory methodologies (action research, participatory investigation, methodological praxis) allows the agent who assumes the role of researcher to breathe peasant culture as a living manifestation, loaded with their reading of the world and which recreates/resignifies knowledge on a daily/collective basis. We hope that the current work performs the social function of research into popular construction. Exercising the dialogue of knowledge.

Keywords: Peasant Education, Agroecology, Popular Education, Anarchism and Peasantry, Public Policies and Rural Education.

LISTA DE IMAGENS

1. Imagem 1 – Cartaz da Festa Estadual de Sementes - Nova Iguaçu - RJ, 2011	22
2. Imagem 2 – Cartazes FENAMIC - Festa Nacional de Sementes Crioulas (2007 e 2012)	24
3. Imagem 3 – Esquema SE “CARACOL” FULCO	45
4. Imagem 4 – Mapa “Espacialização das manifestações da seca e nascimento do MPA: 1995/1996”	58
5. Imagem 5 – Organograma “Pauta de reivindicações na luta da seca: 1995/1996”	59
6. Imagem 6 – Organograma “Lutas imediatas e lutas gerais do MPA”	60
7. Imagem 7 – Organograma “Estrutura do Plano Camponês”	63
8. Imagem 8 – I Congresso Nacional MPA 2015	67
9. Imagem 9 – I Congresso Mirim do Nacional MPA 2015	68
10. Imagem 10 – Esquema AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO - sobre formação MPA 2009	69
11. Imagem 11 – Elementos da simbologia camponesa na bandeira do MPA	72
12. Imagem 12 – Mapa “Espacialização nacional do MPA”	73
13. Imagem 13 – Edições da obra de Eduardo Sevilla Guzmán	78
14. Imagem 14 – Divulgação da MESA 4 do Colóquio Internacional Piotr Kropotkin, 2021	83
15. Imagem 15 – MUTIRÃO - formas de ajuda mútua no meio rural, 1956	84
16. Imagem 16 – Divulgação do debate Kropotkin & a Questão Agrária: 120 anos de “A Conquista do Pão”, 2012	86
17. Imagem 17 – Mosaico do Simpósio sobre a Colônia Cecília	87
18. Imagem 18 – Maquete com a espacialidade da Colônia Cecília - Sítio Minguinho-PR	88
19. Imagem 19 – Correspondência de Elias Itchenko para Jaime Cubero, 1966	91
20. Imagem 20 – <i>Golos Truda</i> , periódico anarquista que circulou entre os colonos ucranianos de Erebangó e outros grupos da América Latina	92
21. Imagem 21 – Correspondência de Elias Itchenko para Jaime Cubero 10/10/1966. E resposta de Jaime Cubero em 23/10/1963	93
22. Imagem 22 – Mapa Espacialidade referente às Fortalezas Anarquistas	96
23. Imagem 23 – Cartaz da Homenagem aos 140 anos de Rafael Barrett para o CELIP 2016	99
24. Imagem 24 – Mosaico com referências a Louise Michel	104
25. Imagem 25 – Homenagens ao ano de Ricardo Flores Magón, 2022	107
26. Imagem 26 – Periódicos <i>Libera</i> n 164 nov-dez 2014 e <i>Libera</i> n 179 out 2023	109

27. Imagem 27 – Xadrez Político: Fome e Insegurança Alimentar	110
28. Imagem 28 – Homenagens ao jornal Mutirão	111
29. Imagem 29 – Lançamentos da Coletânea <i>Tomar A Terra</i>	112
30. Imagem 30 – Diagrama - Políticas Públicas MPA 2015	132
31. Imagem 31 – Dinâmica em aula do PPGEDUC-UFRRJ (2023), com base no Diagrama - Políticas Públicas MPA 2015	133
32. Imagem 32 – Carta de Senhor do Bonfim, 2008	145
33. Imagem 33 – Divulgação - Educação em Tempos de Crise Política e Conservadorismo	161
34. Imagem 34 – Divulgação - Seminário Nacional da Educação Camponesa, tema educação e campesinato, 2020	162
35. Imagem 35 – CineDebate - Jornada de Lutas - Semana Nacional por Soberania Alimentar e Poder Popular, 2019	163
36. Imagem 36 – Jornada de Lutas: Contra a Fome, por Soberania Alimentar, 2020	164
37. Imagem 37 – Formação do MPA/RJ, tema: Agroecologia Camponesa, 2020	166
38. Imagem 38 – Oficina de confecção de jogos - Formação em etno-matemática com educadoras e educadores PRONERA EJA, 2022	169
39. Imagem 39 – Crítica à Transferência de Tecnologia (TdT)	172
40. Imagem 40 – Diagrama - Alguns dos princípios da Metodologia de Camponês a Camponês (CaC)	174
41. Imagem 41 – Diagrama - Intercâmbio de “ida” e “volta” da Metodologia de Camponês a Camponês (CaC)	177
42. Imagem 42 – Diagrama - Processo metodológico (CaC)	179
43. Imagem 43 – Quadro com registro de Intercâmbios CaC (1992-1998) em 1995 com Brasil	180
44. Imagem 44 – Seminário Nacional “Paulo Freire e o Papel do Campesinato: Soberania Alimentar, Educação e Trabalho”	183
45. Imagem 45 – Método Sim, Eu Posso em Círculos de Culturas do PRONERA EJA RJ, 2022	187
46. Imagem 46 – Método Sim, Eu Posso: formação promovida para militantes do MPA, MST e Educadores convidados, 2022	187
47. Imagem 47 – MPA MIRIM: atividade remota autogerida pelas crianças	189
48. Imagem 48 – Construção de PPP: calendário de formação de março a maio de 2022	191
49. Imagem 49 – Atividade de soberania alimentar com a comunidade do Contorno. Local: EM Leonardo Boff – Petrópolis RJ, 2023	192

50. Imagem 50 – Atividade com jogo da onça e materiais de Nana & Nilo. Local: EM Leonardo Boff – Petrópolis RJ, 2023	193
51. Imagem 51 – Diversas ações do Coletivo de Educação Camponesa com a comunidade do Quilombo do Santana	193
52. Imagem 52 – Visita ao MPC BC em Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes RJ	194
53. Imagem 53 – Seminário organizado em parceria com MPABC	195
54. Imagem 54 – Mapa “Espacialização das escolas envolvidas na formação sobre PPP” por municípios	196
55. Imagem 55 – Formação promovida sobre PPP	196
56. Imagem 56 – Ficha de experiência elaborada coletivamente pelos educandos da LEC ISEPAM	203
57. Imagem 57 – Atividades da Residência Agrária em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos/UFRRJ	203
58. Imagem 58 – Mapa “Espacialização dos Círculos de Culturas do PRONERA EJA”	204
59. Imagem 59 – Partilha de saberes com materiais didáticos elaborados - Formação com educadoras e educadores PRONERA EJA em São Francisco do Itabapoana - RJ, 2022	204
60. Imagem 60 – Cadernos Pedagógicos reunindo atividades elaboradas nos Círculos de Cultura do PRONERA EJA	205
61. Imagem 61 – Mutirão em Marapicu 2013 - Homenagem de camponês para camponês	208
62. Imagem 62 – Plantio de mudas no SAF - Mutirão em Marapicu, Nova Iguaçu-RJ, 2013	209
63. Imagem 63 – Coletivo de Mutirão São Bernardino Nova Iguaçu-RJ	210
64. Imagem 64 – Mutirão Sítio Birico - São João da Barra-RJ	211
65. Imagem 65 – Feira Itinerante da Baixada Campista e Café Camponês em Solidariedade aos Petroleiros em Greve, 2020	214
66. Imagem 66 – Entrega de cestas camponesas no 1º de maio, Petrópolis-RJ, 2020	216
67. Imagem 67 – Mutirão unidade camponesa AGROECOVIDA - Bonfim - Petrópolis-RJ	217
68. Imagem 68 – Mutirão quentinhas SOS Petrópolis	218
69. Imagem 69 – Encontro sobre alimentação MPA e MCP. Local: Escola Leonardo Boff, 2024	219
70. Imagem 70 – Casa De Sementes Comunidade De Tigre-BA, Primeiras Bioconstruções do Terra Nossa: Biblioteca e Espaço de Reunião Terra Nossa (NÃO TERMINADO)	222
71. Imagem 71 – Primeiro ato público no Espaço de Reunião Terra Nossa, assinatura dos lotes de irrigação com representantes do governo do estado da Bahia, 2019	223
72. Imagem 72 – Ficha de inscrição do I FoFEC, 2013	234

73. Imagem 73 – Mesa do I FoFEC. CIEP Travessão Campos dos Goytacazes-RJ, 2013	235
74. Imagem 74 – Programação do II FoFEC. Quilombo do Campinho da Independência no município de Paraty - RJ, 2013 (detalhe do equívoco da data)	238
75. Imagem 75 – Cartaz do II FoFEC. Paraty-RJ, 2013	240
76. Imagem 76 – Mosaico fotos do II FoFEC. Paraty - RJ, 2013	240
77. Imagem 77 – Mapa “Espacialização dos FoFECs” (2013-2019)	241
78. Imagem 78 – Convite para o IV FoFEC. Nova Friburgo-RJ, 2015	242
79. Imagem 79 – Cartografia das Escolas do Campo do município de Duque de Caxias - RJ. V FoFEC, 2016	242
80. Imagem 80 – Cartaz do V FoFEC. Duque de Caxias-RJ, 2016	243
81. Imagem 81 – Mobilização para o VIII FoFEC de 2019: Pré FoFEC da regional Sul, da regional Serrana e regional Norte Fluminense	243
82. Imagem 82 – Cartaz do VIII FoFEC. Cambuci-RJ, 2019	244
83. Imagem 83 – Cartaz com Sebastião Pinheiro e outros convidados na mesa sobre Agroecologia - 1º Congresso do FEEA-RJ, 2021	253
84. Imagem 84 – Minicurso de Bernardo Fogel sobre “Água de vidro e Biopoder Camponês”. Semana de Agroecologia do CTUR/UFRRJ, 2022	256
85. Imagem 85 – Diálogos de Saberes sobre Saúde do Solo e Biopoder Camponês. SNCT UFRRJ, 2023	257
86. Imagem 86 – Formações BioPoder Camponês no Centro da COOPERBIO em Seberi-RS e no Centro Terra Nossa em Porto Novo-BA	258
87. Imagem 87 – Sebastião Pinheiro na construção do Biopoder Camponês com MPA	259

LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1 – Perspectivas metodológicas de pesquisa para o debate agroecológico	38
2. Tabela 2 – Metodologias de SE por Oscar Jara Holliday	43
3. Tabela 3 – Comparativo de Metodologias de SE	44
4. Tabela 4 – Metodologias Participativas por Eduardo Sevilla Guzmán	47
5. Tabela 5 – Quadro de algumas revoltas camponesas de que se tem notícia	55
6. Tabela 6 – Representação dos elementos do Plano Camponês em 2009	64
7. Tabela 7 – Cinco grandes eixos programáticos do Plano Camponês	65
8. Tabela 8 – Encontros e Congresso MPA	66
9. Tabela 9 – O que são as Políticas Públicas? MPA 2015	134
10. Tabela 10 – Sobre os aparatos políticos e ideológicos do Agronegócio	135
11. Tabela 11 – Afirmações e perguntas daquele período construindo a Educação Camponesa MPA 2008	146
12. Tabela 12 – Objetivos do Coletivo Nacional de Educação Camponesa	147
13. Tabela 13 – CNEC por onde começar?	147
14. Tabela 14 – Organicidade do CNEC	148
15. Tabela 15 – Limites e virtudes do CNEC	149
16. Tabela 16 – Roteiro para debate da Educação Camponesa I Congresso MPA, 2015	151
17. Tabela 17 – Pauta de reivindicações do MPA para a educação	151
18. Tabela 18 – Níveis graduais de envolvimento do autor com o MPA 2002 – 2019	155
19. Tabela 19 – Recursos para o trabalho popular	159
20. Tabela 20 – Mecanismos de trabalho popular	159
21. Tabela 21 – A Metodologia “Camponês a Camponês” (CaC)	175
22. Tabela 22 – Aplicação e utilidade das ferramentas metodológicas	178
23. Tabela 23 – Programação - Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire	183
24. Tabela 24 – Projetos das escolas apresentados na formação sobre PPP	192
25. Tabela 25 – Participação em programas de Educação do Campo	197

26. Tabela 26 – Sinonímia usada no Brasil para nomear o auxílio mútuo (compostos dialetais do Tupi-Guarani)	207
27. Tabela 27 – Encontros do FoFEC (2013-2019)	241

LISTA ABREVIATURAS

AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
APAC – Associação dos Produtores Autônomos da Cidade e do Campo
AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
CaC - Camponês a Camponês
CCS – Centro de Cultura Social
CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CELIP – Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres
COOPERAFORESTA – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis
CPP - Comissão Político Pedagógica
CPT – Comissão Pastor da Terra
CTUR - Colégio Técnico da UFRRJ
EBTT – Ensino Básico Técnico Tecnológico
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica
FECNI - Fórum de Educação do Campo de Nova Iguaçu
FENAMIC – Festa Nacional de Sementes Crioulas.
FoFEC - Fórum Fluminense de Educação do Campo
GAE - Grupo de Agricultura Ecológica
IALA - Instituto de Agroecologia Latino-Americano
IFF – Instituto Federal Fluminense
ISEPAM - Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muijlaert
LABGEO – Laboratório de Geografia do CTUR/UFRRJ
LEC - Licenciatura em Educação do Campo
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MENSURAR - Empresa Júnior do Curso de Agrimensura da UFRRJ
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NASG – Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal
Nead - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NPMC - Núcleo de Pesquisa Marques da Costa
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes
SEPEL – Seminário de Propostas Educacionais Libertárias
SIPA – Sistema Integrado de Produção Agroecológica - Fazendinha Agroecológica Km 47
SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRRJ
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
A - Percorso Formativo.....	18
B - Questão	28
C - Referencial Teórico	34
D - Metodologia	37
PARTE I	48
CAPÍTULO 1 - CAMPESINATO E CLASSISMO	48
1.1 Breve Debate Sobre o Campesinato como Classe Social	48
1.2 MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores	56
1.2.a Gênese: conjuntura do nascimento do projeto classista ao Plano Camponês	56
1.2.b Caminhada: encontros e congresso	65
1.2.c Legado: história social do campesinato brasileiro	68
1.2.d Mística: elementos simbólicos do campesinato	71
CAPÍTULO 2 - CAMPESINATO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	75
2.1 Terra e Liberdade: campesinato e suas origens no pensamento libertário	75
2.1.a Eduardo Sevilla Guzmán e a “pinçada” do Anarquismo Agrário na evolução do conceito de campesinato	76
2.1.b A pertinência de Kropotkin	82
2.1.c Bandeiras Negras da imigração camponesa no Brasil	86
2.1.d A causa camponesa como vetor de luta na teoria e história do anarquismo	94
2.2 Para Além das Políticas Públicas: a educação que temos e o que queremos	113
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO CAMPONESA	139
3.1 Coletivo Nacional de Educação Camponesa	139

PARTE II	154
CAPÍTULO 4 - PESQUISA-AÇÃO PRÁXIS LIBERTÁRIA.....	154
4.1 Pesquisa-Ação.....	154
4.2 Coletivo Estadual De Educação Camponesa MPA RJ	165
4.3.a Metodologia de Campesino a Campesino.....	170
4.3.b Centenário de Paulo Freire.....	182
4.3.c Metodologia “SIM EU POSSO!”	185
4.4 Cirandas e MPA MIRIM.....	188
4.5 Construção de Projeto Político Pedagógico com Metodologias Participativas	190
4.6 Atuação do MPA RJ com PRONERA, PROCAMPO e Escola da Terra.....	197
PARTE III	206
CAPÍTULO 5 - EDUCAÇÃO POPULAR E CAMPONESA	206
5.1 Mutirões: Educação Camponesa e solidariedade libertária	206
5.2 FoFEC - Fórum Fluminense de Educação do Campo	225
5.3 Biopoder Camponês	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	264
ANEXOS	278

INTRODUÇÃO

A - Percurso Formativo

道可道, 非常道
 “O curso que se pode discorrer
 Não é o eterno curso.”
 (Laozi)

Esta pesquisa busca trabalhar o conceito de Educação Camponesa. O desejo de realizá-la surge a partir do encontro do autor com o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. Esse é, portanto, um dos elementos que a motivaram¹.

Desde os anos 90, o autor participou de experiências de Educação Popular, foi educando base do Pré-Vestibular para Negros e Carentes - PVNC, chegando até a condição de militância política em movimento social do campo e ingresso no doutoramento. Nessa trajetória, foram vivenciadas diversas experiências, constituindo o que costumamos denominar de percurso formativo.

Chegando à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ no final dos anos 90, sem se afastar dos movimentos sociais, ao longo daquela década, é apresentado para temáticas que dialogam com a Agroecologia, a Educação Popular e o Anarquismo. Para além das disciplinas de graduação, os grupos de estudos e vivências foram fundamentais na trajetória acadêmica; exemplos do tripé ensino, pesquisa e extensão contextualizado na leitura crítica do papel social da universidade fortalecida pelo princípio do diálogo de saberes. Ter vivido os espaços de aprendizagem geridos pelo Grupo de Agricultura Ecológica - GAE foi essencial para germinar inquietações sobre a construção do conhecimento agroecológico. Não apenas no que se refere à substituição de práticas agrícolas, mas, também, em relação à metodologia e pautas sociais – como a questão agrária e a defesa dos territórios camponeses. Atualmente, podemos nos dedicar a esses debates com mais profundidade.

Outra oportunidade essencial nesse percurso foi a atuação, na condição de estagiário, junto à AS-PTA² – constituiu uma experiência com equipe de trabalho.

¹ Sobre o tempo verbal, devemos advertir ao leitor que, no plural, remete à construção coletiva, enquanto que, em primeira pessoa do singular, remete ao posicionamento do autor.

² A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade ao longo destes anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em

Trabalhávamos com as metodologias populares de assistência técnica, que me fortaleceram na caminhada da Educação Popular e do Trabalho de Base, abrindo caminhos para entender o papel de Educador Agroecológico; concepção que vínhamos desenvolvendo em Oficinas e formações didáticas em Agroecologia. Por meio da AS-PTA, ocorreram as primeiras aproximações com a Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Rede FitoVida com as suas Salas de Saúde e o desenvolvimento da experiência com Agricultura Urbana de bases agroecológicas – chamávamos de Agroecologia Urbana ou Agroecologia e Direito às Cidades, como debatemos hoje. Através desse estágio, também trabalhamos na organização do I ENA, em 2002, realizado no Rio de Janeiro.

No ano de 2007, o GAE organizou mais uma de suas viagens. Dessa vez, um ônibus levaria estudantes e agricultores para visita de uma semana a Barra do Turvo, para vivência com a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis - COOPERAFORESTA. Na semana seguinte, o destino era a cidade Anchieta, do Oeste catarinense, onde se realizava a IV FENAMIC - Festa Nacional de Sementes Crioulas³ (Imagem 2).

O contato com o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, que se deu durante essa festa de sementes, foi de grande importância. Embora já soubéssemos da existência do movimento devido à organização do I ENA de 2002, em 2007, em Anchieta SC, começamos a compreender um pouco alguns dos elementos da pauta do MPA. Além da temática sobre as sementes para o trabalho de sócio-biodiversidade, resistência cultural e econômica e a conquista da Soberania Genética, a própria proposta do Plano Camponês começou a chamar atenção naquelas descobertas. Lamentamos, na época, não existirem ainda famílias organizadas pelo MPA no estado do Rio de Janeiro, o que era um fator de limitação para nossa aproximação.

Aqui, no território fluminense, chegamos a visitar experiências de todas as regiões, e rumamos para a criação da Articulação de Agroecologia no estado. O GAE era convidado para contribuições tanto no campo quanto na cidade. E assim nos

que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas. Fonte: <https://aspta.org.br/quem-somos/>

³ A primeira edição, batizada como Festa Nacional do Milho Crioulo, foi realizada em 2002. O evento acontece sempre em Anchieta devido ser o local onde nasceu o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado e onde começou o trabalho de resgate e de multiplicação de variedades de sementes. Anchieta está situada no extremo oeste de Santa Catarina, perto da fronteira com a Argentina. O espaço rural está organizado em 31 comunidades, nas quais 160 famílias camponesas cultivam variedades crioulas. A Fenamic faz parte da campanha internacional "Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade" lançada pela Via Campesina Internacional, durante o Fórum Social Mundial 2003. Fonte: <https://mst.org.br/2007/03/30/agricultores-realizam-iv-festa-nacional-da-semente-crioula/>

aproximamos de uma experiência, em São João de Meriti, chamada Associação dos Produtores Autônomos da Cidade e do Campo - APAC⁴. De início, nós estudantes nos aproximamos das atividades desenvolvidas na Associação, alimentados pelo entusiasmo com as histórias – que passamos a conhecer – sobre trabalhadores operários e assentamentos da baixada, sobre estudantes, inclusive, do GAE, nas origens da APAC. Com o correr dos anos, alguns de nós concluíram a graduação e passaram a compor uma organização de trabalho associada a APAC, batizada de Cooperativa de Trabalhadoras e Trabalhadores em Agroecologia Floreal⁵. O nome foi inspirado em um dos meses do calendário revolucionário e dialogava com uma outra experiência fundada anos antes, no Centro de Cultura Social - CCS, em Vila Isabel, o Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal - NASG⁶.

Nesse contexto, também participamos da organização da Universidade Popular, desempenhando o papel de dialogar com demandas de Educação Popular e de formação demandadas pelos setores comunitários que nos buscavam. Destacamos o curso de Agrofloresta oferecido no Verdejar, um parceiro do GAE que geria o território do Complexo do Alemão na resistência de espaço verde como “eco limite” frente às ameaças de uma pedreira, da expansão imobiliária desordenada e da violência do tráfico.

Em 2008, com o início do curso de mestrado em Educação, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, veio a oportunidade de ingressar em um grupo de pesquisa dedicado à história da educação, possibilitando dedicar-me ao objeto de pesquisa, na ocasião, a Educação Operária e a contribuição do anarquismo à causa dos trabalhadores. A dissertação foi batizada como *A Influência de Élisée Réclus na Educação Operária no Brasil: das Ciências Naturais à Educação Integral*⁷.

⁴ Indicamos a leitura do trabalho de Pedro Henrique Lopes Boechat com título: Associação de Produtores Autônomos da Cidade e do Campo (APAC): Sistematização das Experiências de Educação e Organização de Trabalhadores na Baixada Fluminense. Monografia apresentada em 2021 à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, sob a orientação do professor Robledo Mendes da Silva.

⁵ Inspiração da tradição Rochedaleana, essa organização de trabalho tinha suas bases doutrinárias na obra de Fábio Luz Filho.

⁶ Experiência que nasceu com o desenvolvimento de atividades sobre saúde comunitária e direito à alimentação saudável no espaço do CCS-RJ. Com toda certeza, as experiências na associação Erva Doce e com a Rede FitoVida nos formaram para dialogar com esses aprendizados, com os saberes trabalhados naquele espaço social comunitário urbano. Tínhamos um lema: “O que é bom, o povo tem direito!”, que trazíamos de uma referência ao Quilombo Cecília que funcionou no Pelourinho BA naquela época. Influências teóricas foram obras de Ivan Illich (), Charles Fourier com sua proposta de Gastrosófia, publicações da editora Germinal de Roberto das Neves, nas quais pegamos elementos da macrobiótica e Sonia Hisch.

⁷ Defendida em 2010, tratamos da relevância da vida e obra do geógrafo francês anarquista Elisée Reclus nas experiências populares de educação, onde destacamos a UPd'EL Universidade Popular de Ensino Livre fundada em 1904 no RJ, a Escola Eliseo Reclus fundada em 1906 no RS e a Escola Moderna fundada em 1912 em SP.

Naquele mesmo ano, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA reunia uma série de textos⁸ sobre Educação Camponesa para formação de seus militantes.

Mesmo depois de formado na UFRRJ, continuava em contato com professores e projetos de extensão. A organicidade com o GAE permanecia forte, já como ex-GAEato⁹. Sobretudo, as agendas da AARJ nos mantinham com bastante sintonia.

Motivados pela ideia de não perder a participação em algumas lutas dos movimentos sociais do campo, buscamos aproximação com as atividades relacionadas ao setor de produção do MST. Nesse momento, nossa Cooperativa Floreal já havia vivido um auge de ações e passávamos por um refluxo de atividades. Havia a necessidade de um planejamento estratégico a partir da bagagem de experiências adquiridas com o cooperativismo, o associativismo, a teoria e prática sobre educação, o trabalho e a elaboração de material didático. Organizados politicamente como anarquistas, enxergávamos no campesinato um importante vetor social para buscar inserção. Surgiu, então, a proposta de dedicar esforços militantes ao estudo sobre a formação do campesinato, seu trabalho de base e suas ferramentas formativas para problematização da condição social dos assentados.

Em 2010, a Associação dos Produtores Autônomos da Cidade e do Campo - APAC recebeu a visita dos educandos do projeto Campo Campus¹⁰. Oferecemos duas oficinas para o grupo de educandos: *a) Plantas Medicinais* (na qual trabalhamos o diálogo de saberes com aqueles jovens) e *b) Sistematização de Experiência - SE* (na qual elegemos uma experiência para sistematizar, elaboramos coletivamente o texto e georreferenciamos na plataforma Agroecologia em Rede). Como fruto da repercussão positiva dessas oficinas, a Cooperativa Floreal/APAC se torna mais uma referência de parceria, com professores dedicados à Educação do Campo da UFRRJ promovendo a aproximação.

Foi a primeira oficina do autor desta tese com a denominação de Educação do Campo. No ano seguinte, recebi o convite para apresentar o conteúdo de minha dissertação para a turma do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA da Licenciatura em Educação do Campo - LEC da UFRRJ.

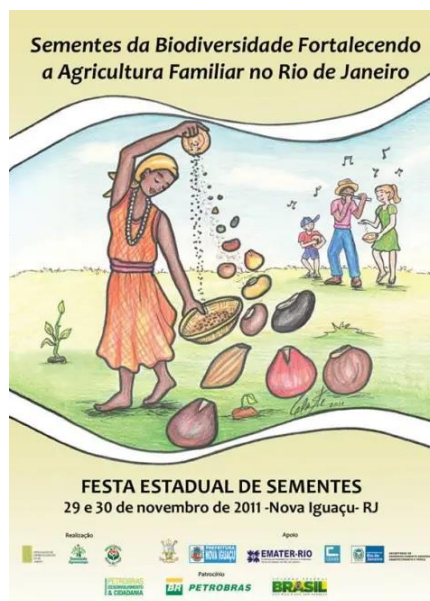
⁸ Formou-se um documento não publicado, mas de estudo interno, chamado "Plano Camponês - Construindo a Educação Camponesa: Textos e Documentos do MPA sobre a Educação e suas implicações nas comunidades camponesas".

⁹ GAEato é uma expressão para membro do Grupo de Agricultura Ecológica da UFRRJ, sendo assim, ex GAEato são egressos.

¹⁰ Campo Campus foi um projeto de extensão da UFRRJ junto a movimentos sociais do campo financiado por edital do PRONERA e que serviu de base para a criação da LEC UFRRJ PRONERA.

Em novembro de 2011, em Nova Iguaçu, organizamos, por meio da AARJ, a primeira Festa Estadual de Sementes (Imagem 1). Em meio à mobilização para o encontro, surgiu o convite para atuar por alguns meses na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Iguaçu-RJ. Assim, tivemos possibilidade de mergulhar nas demandas daquele território.

Imagem 1 – Cartaz da Festa Estadual de Sementes - Nova Iguaçu - RJ, 2011



Fonte: Acervo do autor.

Uma dessas demandas era a morosidade na regularização fundiária do Assentamento Rural Municipal Marapicu. Ao longo do ano de 2012, conseguimos montar uma equipe de trabalho multidisciplinar para a conquista parcial da luta, contando com 02 estagiários da LEC UFRRJ e da MENSURAR – Empresa Júnior do Curso de Agrimensura da UFRRJ. Conquistamos a emissão da posse dos lotes para as famílias que lutavam há décadas pelo direito à terra. Contudo, não se faz reforma agrária distribuindo título. Ainda restava muita luta para a garantia dos direitos como assentados. Outro destaque foi a oportunidade de participar das atividades de estruturação do Fórum de Educação do Campo de Nova Iguaçu - FECNI. Esse fórum, que teve vida ativa durante aquele período, reunia as 12 escolas municipais que trabalhavam com a caracterização de escolas do campo. Desse FECNI, participavam

representantes de diversos segmentos interessados na educação do campo¹¹. Essas vivências fortaleceram o envolvimento deste autor com o curso da LEC UFRRJ, na condição de colaborador.

Nesse mesmo ano de 2012, ocorreu um processo seletivo no ISEPAM/FAETEC, surgindo a oportunidade de lecionar no curso de Licenciatura em Educação do Campo, em Campos dos Goytacazes-RJ. Atuei por cinco anos nesse curso como professor de contrato temporário na FAETEC. Um exemplo de implementação de política pública que inicia com participação da sociedade civil, usada para justificar o acesso ao recurso, mas logo se torna restritiva. Na implementação do curso, as pressões da tradição institucional foram fortes e, na medida que as divergências com os movimentos sociais surgiam, os espaços que garantiam o debate foram extintos.

Aprendemos bastante vivenciando o conflito com a FAETEC. De um lado, os interesses de uma instituição tecnicista burocratizada do estado do Rio de Janeiro; de outro, a luta dos movimentos do campo e sindicais pela educação pública de qualidade “do” campo e “para” o campo. A assimetria de condições de acesso e permanência no ensino formal levou diversos grupos sociais a reflexões e proposições de políticas públicas para reformas das instituições educacionais.

Ainda em 2012, recém-chegado a Campos dos Goytacazes, visitamos os territórios e organizações combativas locais. Nessas visitas, tivemos conhecimento de militantes do MPA naquele município. A partir de nossas reuniões com representantes desse movimento, em busca de parcerias, iniciamos a minha inserção e militância política no MPA. Novamente, tenho a oportunidade de participar da V FENAMIC - Festa Nacional das Sementes Crioulas (Imagem 2) e do III Seminário Nacional de Formação Camponesa, no município de Anchieta, no Oeste catarinense. Foi um retorno depois de 05 anos.

Conheci representantes da Direção Nacional do MPA que me apresentaram a proposta de Plano Camponês, Alimergia¹², e auxiliaram na organização dos materiais sobre Educação Camponesa.

¹¹ Foi construída uma espécie de regimento que serviu de inspiração para o fórum no estado do RJ.

¹² Resumidamente, uma proposta de Soberania Alimentar, Soberania Energética e Meio Ambiente em contraponto à política pública de agrocombustível, que, como efeito colateral, estava incentivando o pequeno agricultor à monocultura de matéria para a indústria de combustível em um contexto de escassos investimentos em produção de alimento interno. Famílias procurando recursos para produzir mandioca, milho e abóbora e recebendo proposta de plantar mamona. Alimergia vem como contraproposta para a crise energética via campesinato, sem gerar insegurança alimentar.

Imagem 2 – Cartazes FENAMIC - Festa Nacional de Sementes Crioulas (2007 e 2012)



Fonte: Acervo do autor.

Fui apresentado ao texto de Eduardo Sevilla Guzmán, traduzido como *A Evolução do Conceito de Campesinato*¹³. Nesse livro, encontra-se um levantamento de argumentos marxistas e anarquistas sobre o potencial de classe do campesinato. Sobre o marxismo, muitos dos militantes ou intelectuais orgânicos conseguiam desenvolver os grupos de estudos com bastante propriedade, mas gostariam de apoio para explorar os capítulos sobre Anarquismo Agrário¹⁴. Os anarquistas russos Mikhail Aleksandrovitch Bakunin e Piotr Alexeyevich Kropotkin eram apresentados nesse livro, respectivamente, com o debate do camponês como agente revolucionário e com o conceito de apoio mútuo como fator de evolução dessa classe.

Através do MPA, tive conhecimento da existência do Instituto de Agroecologia Latino - Americano (IALA) Paulo Freire, na Venezuela¹⁵. Fui apresentado a duas

¹³ Obra adotada pela via campesina como fundamental para a formação. Traduzida pelo intelectual marxista Horácio de Martins Carvalho.

¹⁴ Para os teóricos do anarquismo agrário, o campesinato era visto como uma classe potencialmente revolucionária e o apoio mútuo, praticado no interior das aldeias e comunidades rurais, como um fator de evolução, que dava as bases para a constituição de uma nova sociedade. Os principais pensadores que contribuíram para a formulação do chamado anarquismo agrário nesse período foram Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Elisée Reclus. Assim como as demais correntes, o desafio que tinham os anarquistas era o de colocar em prática uma proposta para uma sociedade futura, pensando como se dariam as relações no campo e como seria organizada a produção na sociedade pós-revolução social. Dessa maneira, era preciso ter uma leitura conjuntural de sociedade, uma visão do campesinato e seu papel histórico e uma proposta de organização e atuação coerente. (Machado, 2014, p. 60)

¹⁵ O Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico, denominado também de IALA Amazônico, insere-se na perspectiva desenhada pela Via Campesina de constituir uma rede de escolas (conhecidas por Institutos) de Agroecologia na América do Sul. No âmbito dessas discussões, além do IALA Amazônico (fundado em 2009), foram criados a ELAA no Paraná (2005); o IALA Paulo Freire na Venezuela (2006) e o IALA Guarani no Paraguai (2008).

famílias de militantes do MPA que foram da Comissão Político Pedagógica - CPP dessa unidade de ensino. Com esses militantes, obtive contato com relatos interessantíssimos sobre experimentação camponesa e metodologias de Educação Popular desenvolvidas para formação dos camponeses da Via Campesina. Nesse contexto, passamos a amadurecer também os estudos sobre o *Método de Camponês a Camponês – CaC*¹⁶.

Em 2013, recebi o convite para desenvolver o tema *Educação Camponesa e Libertária no I Seminário de Propostas Educacionais Libertárias - I SEPEL UNIRIO*, ocasião em que apresentei as experiências *Yasnaia Poliana* de Tolstoi, entre outras. Ainda, naquele mesmo ano, participei do *II Seminário Estadual de Formação do Projeto Campo – Saberes da Terra*, 29/07 a 02/08/2013, apresentando, no segundo dia, dentro do Eixo Educação, a palestra *Educação Popular*. Nesse evento, conheci a pesquisadora e antiga militante da Comissão Pastoral da Terra - CPT professora Marlene Ribeiro, convidada para apresentar a palestra *Educação do Campo*. Conversamos muito durante o evento e fui presenteado por ela com o seu livro e dedicatória. Nos anos seguintes, mantivemos contato por correio eletrônico, com intercâmbio de referências. A professora Marlene teve papel importante no incentivo para investir nos estudos sobre a contribuição anarquista para o conceito de Educação Camponesa e também sobre o Método CaC.

Em 2014, participei, como membro do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa - NPMC, do *II Simpósio sobre a Colônia Cecília*, ocasião em que ajudei na organização do evento. A partir disso, fui convidado a pesquisar sobre aquela experiência camponesa anarquista. A Colônia Cecília foi considerada a mais relevante das imigrações italianas das Américas, devido à complexidade de seus elementos.

Nesse ano, também surgiu o convite do MPA para participar do *Seminário Dinâmica e Perspectiva do Campesinato no Brasil do Século XXI*, realizado em Brasília (DF). Esse evento reuniu representantes de movimentos sociais, pesquisadores e integrantes da sociedade civil para discutir as dinâmicas e o papel

Como destaca Luiz Carlos Sousa "La participación del MPA em el proceso de construcción del Instituto Latinoamericano de agroecología en Venezuela es un marco histórico para el movimiento, primero por el carácter internacional del instituto y segundo por ser la primera universidad campesina construida por los propios campesinos de América Latina." (Sousa, 2015, p.17)

16 Para saber mais sobre essa metodologia, indico a leitura do TCC: CRUZ, Douglas Henrique G. Metodologia de Camponês a Camponês (CaC): Construção do trabalho de base do MPA em São Bernardino. Monografia de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

do campesinato na atualidade. O seminário foi promovido pelo MPA em parceria com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Nead/MDA. Naquele encontro, tive a oportunidade de compor grupos de discussão sobre o campesinato com diversos intelectuais¹⁷ colaboradores na formação teórica da Via Campesina. No evento, fui novamente estimulado por alguns pesquisadores presentes a colaborar com os estudos sobre anarquismo e campesinato. Um deles, o Dr. Paulo Zarth, demonstrou grande interesse na experiência da Colônia Cecília (1890-1894) no Paraná. O pesquisador afirmou que já havia recebido convites para bancas de monografias sobre esse episódio do anarquismo camponês e que ainda eram escassos os materiais para estudo.

Ainda em 2014, aceito o convite da editora Prisma, de Curitiba, para compor um de seus conselhos editoriais, junto a outros consultores científicos, voltado a uma série de publicações sob a classificação de Coleção Estudos do Anarquismo, contribuindo para revisões textuais em torno, principalmente, das temáticas Anarquismo e Educação, Anarquismo e Campesinato.

Em 2016, apresentamos o primeiro fruto dos estudos cecilianos no III Simpósio sobre a Colônia Cecília. Minha palestra foi intitulada *“Utopia Contadina: Colônia Cecília uma experiência Libertária Camponesa”*. E, em 2018, novamente, abro o IV Simpósio com a palestra *Educação Camponesa Libertária: Experiência da Colônia Cecília*. No trabalho, apresento um levantamento de experiências de educação anarquista entre camponeses, para traçar um paralelo com as anotações de Giovanni Rossi, registradas em seu caderno de campo sobre suas práticas pedagógicas com os cecilianos.

No estado do Rio de Janeiro, em resposta às lutas por melhores condições de educação do campo, foram mobilizados sujeitos de várias regiões do estado na construção do Fórum Fluminense de Educação do Campo - FoFEC¹⁸, no ano de 2013.

Esse fórum debate coletivamente para fortalecer as conquistas do direito à educação para as famílias do campo e para superar as dificuldades enfrentadas pelos setores populares de educação que se organizam por melhores condições de acesso às políticas públicas de Educação do Campo. O FoFEC completou, em 2023, dez

¹⁷ No Brasil, o conceito de campesinato esteve por muitas décadas à margem do ensino formal. São muitos os relatos de estranhamento à denominação “camponês” para a categoria de trabalhadores do campo. Alguém que se auto-identificava como camponês deveria aprender, ao longo de sua escolarização, a vestir a camisa da agricultura familiar.

¹⁸ Desenvolvemos melhor o FoFEC no capítulo respectivo, no qual trabalharemos uma sistematização.

anos desde a sua fundação, com altos e baixos. Já atingiu oito edições, percorrendo as regiões norte fluminense, sul fluminense, baixada fluminense, serrana, noroeste fluminense e região dos lagos. O nono FoFEC, agendado para 2020, foi suspenso por questão dos cuidados com a pandemia da covid-19. Até então, precisamos mobilizar as regionais, de baixo para cima, para um possível IX FoFEC, escolhido para ser realizado no Bracuy, Angra dos Reis.

No ano de 2015, construímos o II SEPEL - Seminário Propostas de Pedagogia Libertária: Perspectivas e Desafios, realizado na UNIRIO, ocasião em que apresentei um levantamento das experiências de Educação Libertária Camponesa. Além de repetir a apresentação sobre Leon Tolstoi e Sebastian Faure, foram expostas as experiências de José Martí, Louise Michael, Colônia Cecília, Manuel Gonzales Prada, Janusz Korczak, entre outros.

Naquele ano, mobilizamos famílias de várias regiões do estado do Rio de Janeiro para a I Reunião Estadual do MPA, realizada entre 1 e 2 de maio, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH de Petrópolis - RJ. Essa atividade funcionou como formação preparatória para a delegação fluminense participar do I Congresso Nacional do MPA, que se realizou em outubro do mesmo ano, em São Bernardo do Campo - SP.

Em 2016, recebi o convite para apresentar a Metodologia de Camponês a Camponês para o curso de extensão *Gestão e Cooperação Agroecológica*, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra - MST em parceria com o Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC UFRJ, oferecendo a oficina para militantes do MST e do MPA que atuavam em cooperativas, associações ou coletivos de trabalho, e para moradores da ocupação Vito Giannotti.

Em 2017, ocupei a vaga em processo seletivo para professor EBTT – Ensino Básico Técnico Tecnológico no Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR). Desde então, sou encarregado de ministrar disciplinas no curso técnico de Agroecologia.

No CTUR, passamos a contribuir com o Comitê Gestor da SIPA (Fazendinha Agroecológica) e do LABGEO, coordenando a linha de Pesquisa Campos, Fábricas e Oficinas, constituídos em três grupos de trabalho (GT Educação Popular, GT Geografia e Anarquismo, GT Agroecologia). Continuo colaborando com o curso de Licenciatura em Educação do Campo e, mais recentemente, com o Curso de Especialização em Educação do Campo – Programa Escola da Terra da UFRRJ; em

outros institutos federais, como IFF – Bom Jesus do Itabapoana; com projetos de EJA e Escolas da Terra e IFRJ – Pinheiral; com disciplina na Pós-graduação, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade.

Em 2019, ingresso na seleção do doutorado em Educação do PPGEDUC - Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, compondo na Linha 2: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais, sob a orientação do Professor Dr. Ramofly Bicalho dos Santos, com o pré-projeto de pesquisa denominado na época *Educação Camponesa: Contribuições libertárias sobre a estratégia de formação classista para além da Educação do Campo a partir das experiências fluminenses (2008-2018)*. Depois de sermos atravessados pela pandemia da covid-19, bastante coisa aconteceu no movimento de pesquisa deste trabalho. As buscas ao Coletivo de Educação Camponesa para aproximação e futuras entrevistas se desenvolveram além do imaginado. Passamos a ajudar na mobilização do coletivo, na realização de planejamentos e resgates de acúmulos passados. A pesquisa participante superou hipóteses e elegemos novas questões para a pesquisa. Dessa forma, o novo título passa a ter a denominação de *Educação Camponesa: Contribuições libertárias sobre a estratégia de formação classista e de Biopoder Camponês para além da Educação do Campo*.

Com o aumento das condições de segurança sanitária, em muito vinculada ao avanço da vacinação, gradualmente, retomamos as atividades presenciais. Uma nova perspectiva se apresentou, redesenhando o trabalho de campo: visitas aos territórios camponeses, construção coletiva de dados, mutirões, formações para sistematizar. Isso permitiu definir, com melhor maturidade, a atual questão que seria o foco deste trabalho.

B - Questão:

*“Uma prática política entendida e assumida na prática educativa que responda à questão a favor de que e de quem se faz política.”
(Paulo Freire).*

A construção do conceito de Educação Camponesa, trabalhada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, integra sua concepção de programa político, reunida sob a égide do Plano Camponês.

A educação orientada para a emancipação do campesinato se alinha ao campo da Educação Popular e se nutre das fontes sociológicas de concepções classistas. Funciona como ferramenta de apoio ao projeto classista de transformação da sociedade capitalista em um novo modelo econômico mais justo. Buscamos resgatar, nas elaborações do MPA, a argumentação sobre o projeto político da classe camponesa e sobre o seu papel na sociedade, o que constitui o Biopoder Camponês.

O MPA, em suas formações internas, problematiza a relação com o Estado, mobiliza sua base para pressionar o governo por melhorias das condições de vida, mas, ciente das contradições do Estado, assume a defesa crítica sobre o papel estratégico das políticas públicas conquistadas pelos movimentos populares. Tomamos como referência as formulações do MPA sobre limites e possibilidades das políticas públicas, destacando os materiais que o movimento orientou a ser trabalhado com toda a sua base e que foi adotado na tese do seu I Congresso Nacional, em 2015.

Este trabalho buscou dar continuidade ao debate, transpondo-o do campo geral das políticas públicas para o recorte específico das políticas de educação, entre experiências de Educação Popular, avanços e limites da política pública de Educação do Campo¹⁹. Em suas concepções sociológicas, a leitura do papel do Estado não surge apenas no campo do marxismo, advém, também, de outras frações socialistas dedicadas às experiências autônomas e defensoras das formas camponesas de organização.

Na ocasião do Congresso de 2015, que tivemos a oportunidade de construir “desde baixo”, foi surpreendente participar dos debates e poder acompanhar a linha de raciocínio sobre o papel do movimento camponês na transformação da sociedade, independentemente do Estado, através do fortalecimento da aliança camponesa e operária por poder popular. Em síntese, investir na aliança classista e lutar desde a base pelos direitos, fazendo pressão por políticas públicas. Porém, se, por um lado, as políticas públicas podem atender, em parte, às demandas, por outro lado, correm o sério risco de serem desvirtuadas e de servir para anestesiar as lutas. Como exemplo, conquista-se a verba para a construção de uma escola do campo na qual, entretanto, o Projeto Político Pedagógico – PPP reproduz os valores de desmerecimento dos sujeitos do campo, de seus valores culturais e de seu modo de

¹⁹ “Quando se coloca o problema da educação do campo, grande parte de nossos governantes, secretarias de educação e intelectuais que se dizem pensantes da educação, partem do princípio de que os grandes desafios estão na falta de estrutura, de professores preparados, de transporte escolar adequado, de material didático-pedagógico. O grande desafio, na verdade, é a mudança do modelo de educação presente no campo.” (Casali, 2004, p.01).

vida. Sobre essa cautela, o militante Derli Casali já alertava sabiamente em seus antigos escritos:

O grande desafio, na verdade, é a mudança do modelo de educação presente no campo. A escola que temos no campo não prepara as crianças nem para o mundo urbano e nem para o mundo do campo (com suas diferentes expressões culturais, de organizar a vida, de convivência). Mas sim para serem subservientes à lógica do capitalismo. Ou para serem explorados, espoliados e nada mais. Enquanto as escolas agrotécnicas e os cursos de agronomia preparam jovens, quase todos oriundos do campo, para servirem às multinacionais e às regras do agronegócio, o que resta da educação no campo se afirma como uma espécie de desaprovação do conjunto de sentimento sociocultural que faz parte da comunidade camponesa. Não se mostra ou não se visualiza, nas escolas camponesas, as contradições presentes entre os que se afirmam donos das terras e os explorados nas relações capital-trabalho. Impôs-se aos trabalhadores do campo uma visão de campo puramente capitalista: ou se produz e se reproduz a agricultura baseada no uso intensivo de fertilizantes químicos, de máquinas pesadas, agro-exportadora, com muita terra à disposição e mão-de-obra especializada e não especializada, ou então não tem agricultura sustentável (Casali, 2019, p. 66).

Esse trecho explana, com bastante clareza, o processo no qual se perderia muito das pautas exigidas em face dos compromissos firmados em promessas de governos aliados, até ao ponto da perda da própria concretude das políticas públicas.

As conquistas com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA merecem ser celebradas, desde que não se perca a orientação pelo perfil crítico, em meio às negociações com instituições formais parceiras, nas implementações dos cursos.

Ao nível do território do estado do Rio de Janeiro, inúmeras experiências foram vivenciadas²⁰. Muitos resultados foram comemorados, principalmente a menção feita às causas do campo estabelecidas e ao diálogo firmado por uma gestão participativa, que garantia certa harmonia na composição da Comissão Político Pedagógica. A criação da CPP possibilitaria a aproximação entre a empreitada e os valores defendidos pela Educação Popular, desde que a representação dos sujeitos do campo estivesse garantida na gestão. Cabe lembrar que outros resultados traumáticos marcaram essa história, tais como a dificuldade de associar Educação do Campo com as lutas populares, por influência da concepção elitista de alguns gestores de instituições formais de ensino, que assumiram a oferta de uma modalidade de

²⁰ Como experiências formais, pudemos vivenciar: Campo Campus/UFRRJ, LEC PRONERA/UFRRJ, LEC ISEPAM/PROCAMPO/SECADI, LEC MEC/UFRRJ, LEC MEC/UFF, bacharelado em Serviço Social UFRJ/PRONERA/ENFF, cursos via editais PRONATEC, Pós Graduação em Residência Agrária dentre outras.

Licenciatura em Educação do Campo e, em seguida, sucatearam por discordarem do projeto de ensino crítico.

Ao colocarmos, com certa urgência, a necessidade de um projeto político-pedagógico de Educação do Campo, afirmado por uma política pública que busque realmente expressar a realidade camponesa, não podemos esquecer o acúmulo de experiências de educação popular, construídas e acumuladas a partir do final dos anos 60, principalmente por parte das Comunidades Eclesiais de Base. Foi exatamente no interior dessas comunidades que milhões de camponeses vivenciaram experiências de educação popular, onde muita gente aprendeu a ler e a escrever a partir das lendas dos povos, leituras de mundo das famílias camponesas. Entendemos que é preciso desentulhar todas as experiências que foram registradas e engavetadas e transformá-las em referenciais para o projeto de Educação do Campo que estamos construindo. Fazem parte deste patrimônio as pedagogias que buscaram incluir o ser humano como sujeito e que muito contribuíram nas trocas de saberes entre trabalhadores e trabalhadoras (Casali, 2019, p.67).

Mesmo os governos assumindo parcerias que fizeram diversas ações mais populares, demonstraram incapacidade para avançar na caminhada de uma ruptura. Em determinados momentos, dedicaram-se a ações moderadas evitando prejuízo das elites. As gestões progressistas não estão livres das prioridades estratégicas do capital e cabe aos movimentos sociais, também, esse balanço crítico/estratégico sobre as prioridades das políticas públicas.

O horizonte educacional camponês não se conquista por benfeitorias de um governante aliado, e sim pelo protagonismo da classe, definindo o propósito e a maneira de ensino. O campesinato já tem seus exemplos de destaque que inspiram metas de referências²¹. Dessa forma, nessa caminhada em direção à Educação Camponesa, não se estaciona na Educação do Campo.

Por mais que seja um passo de fundamental importância, cabe ao movimento, justamente, apontar o avanço para superar a imposição histórica da submissão e subestimação do campesinato por basicamente todos os modelos econômicos que atravessou. Essa concepção, que ainda demanda muito para ser elaborada, conta com exemplos históricos que buscamos mobilizar a fim de destacar a importância do corte de classe da Educação Popular, focando, especialmente, as experiências libertárias de Educação Popular das comunidades camponesas.

²¹ Nesse ponto das experiências atuais que se demonstram inspiradoras na concepção camponesa de educação, não estamos limitando a recorte temporal e também poderão surgir exemplos fora do Rio de Janeiro ou no exterior. Dos mais citados em nossos fóruns, estão as admiradas empreitadas pedagógicas da Escola Nacional Florestan Fernandes, a rede de IALAs, algumas Escolas Itinerantes aparecem, mas esse campo ainda necessita melhores condições de pesquisa e diagnóstico participativo. Com certeza será rico trabalhar na sistematização desse tema.

Para entender a situação das desigualdades sociais e da subalternidade impostas ao campesinato, o MPA se organiza com intelectuais colaboradores para um resgate do que seria o campesinato²², sua expressão no Brasil, sua história social e sua estratégia de sociedade em contraponto ao capitalismo e demais desafios da atualidade.

O socialismo libertário, como proposta anticapitalista, nasceu das lutas sociais pautadas por demandas dos setores populares. Na sua trajetória, o anarquismo possui diversos episódios em que apostou no potencial transformador camponês. Conforme explica Felipe Corrêa, membro fundador do Instituto de Teoria e História Anarquista - ITHA ²³:

Em um breve comparativo entre 27 localidades analisadas, em que os anarquistas mobilizaram trabalhadores industriais e camponeses, em 19 delas, as bases do anarquismo estão nas cidades, entre os trabalhadores da indústria, correspondendo a 70% dos casos em questão; em oito delas, as bases do anarquismo estão nos campos, principalmente entre camponeses, correspondendo a 30% dos casos. Esses dados permitem realizar duas afirmações. Por um lado, confirma-se, por meio dos dados históricos, a concepção anarquista de sujeito revolucionário, demonstrando a mobilização de trabalhadores e camponeses, da cidade e dos campos, assim como sua noção de classes dominadas (Corrêa, 2012, p. 248).

Esse levantamento da contribuição do anarquismo para o campesinato vem sendo demandado por setores dos movimentos sociais do campo ao longo desses anos de minha participação junto a eles. A oportunidade de dedicar esforços para cursar um doutorado voltado às temáticas do anarquismo e do campesinato e da educação libertária entre os camponeses foi um desafio interessante. Os seus frutos legitimaram tamanho esforço.

Com base nos elementos expostos até aqui, chegamos a três grandes questões para esta tese. A primeira trata a educação dos camponeses via Estado,

²² Bernardo Mançano Fernandes é um exemplo. Em seu texto "Delimitação conceitual de campesinato", descreve que "A delimitação conceitual de campesinato é um exercício político. Duas referências importantes para precisar o conceito de camponês são a história e a teoria. Da primeira, demarcamos sua natureza e da segunda as diversas interpretações a respeito de sua existência e perspectivas. O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança". Material elaborado para debate do item 2.1.1. do Plano Camponês. Essa foi uma primeira versão, que mais tarde foi discutida, ampliada com as considerações feitas e complementada pela contribuição de outros colaboradores.

²³ O Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) tem por objetivo estimular, reunir e difundir pesquisas históricas e teóricas sobre o anarquismo. Além de material sobre história do anarquismo e teoria do anarquismo, o ITHA também possui conteúdo vinculado à memória anarquista, às discussões de questões teórico-metodológicas e conjunturais realizadas desde uma perspectiva libertária, assim como fontes primárias, produzidas pelos próprios anarquistas. O ITHA adota uma abordagem interdisciplinar e não necessariamente acadêmica. Fonte: <https://ithanarquista.wordpress.com/sobre-o-itha/>

materializada, na atualidade, em políticas públicas de Educação do Campo, graças à luta por direitos; a segunda aborda a Educação Camponesa que atende aos interesses de classe, que perfeitamente se identifica com a Educação Popular; e a terceira questão versa sobre a relevância da contribuição do anarquismo para o campesinato e as suas experiências de educação libertária voltadas para a educação de famílias camponesas.

I. Educação do Campo - Como os movimentos do campo (MPA e Via Campesina) problematizam a relação com o Estado e avaliam os fins das políticas públicas frente às conquistas de direitos e às disputas para a manutenção do agronegócio? A Educação do Campo seria um fim ou caminho de transformação? Qual o balanço das experiências institucionais no território fluminense?

II. Educação Camponesa - Como o Movimento dos Pequenos Agricultores aposta na construção da categoria campesinato como classe, para unidade da luta no campo e na importância de construir um conceito de Educação Camponesa? Num balanço de experiências educativas (não escolarizadas) contemporâneas estimuladas pelos movimentos camponeses, estas se aproximam da ideia de construção de conhecimento almejada pela classe?

III. Educação Camponesa Libertária - Como o socialismo libertário contribuiria na construção da História Social do Campesinato? A educação libertária poderia ser também uma referência para a Educação Camponesa, tal como se reconhece o papel da contribuição do anarquismo para a educação operária?

Neste trabalho, objetivamos analisar as perspectivas da Educação Camponesa e o potencial subsídio da tradição libertária do campesinato a partir da Pesquisa-Ação. Acompanhamos ativamente processos pedagógicos adotando metodologias participativas que auxiliaram na pesquisa junto aos sujeitos protagonistas das expressões de Educação do Campo elencadas, tendo como referência as propostas dos movimentos sociais, com ênfase no MPA.

Levamos em conta, também, experiências pedagógicas estratégicas desenvolvidas pelo campesinato sem dependência de instituições oficiais de ensino, assim como a materialização de políticas públicas, considerando limites e avanços, entre conquistas de direitos e perda de autonomia.

A partir da perspectiva teórica proposta, visamos contribuir na estratégia da construção do conceito de uma Educação Camponesa para além da “Educação do Campo”.

C - Referencial Teórico

“Teremos, então, que tomar a teoria conforme vamos elaborando, analisando-a criticamente. Não podemos aceitar qualquer teoria de olhos fechados, sem crítica, como se fosse um dogma.”
(Huerta Grande: A importância da Teoria - fAu)

Este trabalho, segundo as recomendações apresentadas no “Manual de instruções para organização e apresentação de dissertações e teses na UFRRJ”, foi estruturado no formato de “narrativa em capítulos”, em três seções: Introdução, Capítulos e Conclusão.

O corpo principal está organizado em cinco capítulos, distribuídos em três partes, que apresentamos na sequência, com suas principais referências teóricas.

A **PARTE I** é composta pelos capítulos 1, 2 e 3. O primeiro capítulo tratará da temática **“1- CAMPESINATO E CLASSISMO: 1.1 Breve debate sobre o campesinato como classe social/ 1.2 MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores/ 1.2.a Gênese: conjuntura do nascimento ao projeto classista ao Plano Camponês/ 1.2.b Caminhada: encontros e congresso/ 1.2.c Legado: história social do campesinato brasileiro/ 1.2.d Mística: elementos simbólicos do campesinato”**.

No segundo capítulo, **“2 - CAMPESINATO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: 2.1 Terra e liberdade: campesinato e suas origens no pensamento libertário/ 2.1.a Eduardo Sevilla Guzmán e a “pinçada” do Anarquismo Agrário na evolução do conceito de campesinato/ 2.1.b A pertinência de Kropotkin/ 2.1.c Bandeiras Negras da imigração camponesa no Brasil/ 2.1.d A causa camponesa como vetor de luta na teoria e história do anarquismo/ 2.2 Para Além das Políticas Públicas: a educação que temos e o que queremos”**.

O último tomo dessa parte I apresenta o capítulo **“3 - EDUCAÇÃO CAMPONESA: 3.1 Coletivo Nacional de Educação Camponesa”**. Contamos com uma revisão bibliográfica dos autores chaves para a via campesina e MPA em torno do conceito de campesinato como classe social. O destaque maior é para as publicações dos movimentos que compõem a Via Campesina e as formações realizadas, como no

caso do *Seminário Dinâmica e Perspectiva do Campesinato no Brasil do Século XXI e da Coleção História Social do Campesinato*²⁴ organizada pelo Nead/MDA. Fazendo a conexão entre anarquismo e campesinato, adotamos Sevilla Guzmán (2004, 2011), autor que abriu as portas para o debate, na Via campesina do Brasil, sobre as contribuições libertárias nas lutas do campo, ao descrever as origens da agroecologia no pensamento marxista e libertário. Foram considerados os materiais produzidos pelos militantes Krauser (2014), Souza (2014), Borges (2020), Silva (2017b) e Görgen (2015, 2012) publicados nos Cadernos de Formação I e II, que serviram de textos disparadores para o I Congresso Nacional do MPA (2015). Como apoio sociológico e historiográfico, foi utilizada a produção de pesquisadores que atuam em contribuição à Via Campesina Brasil, nomes como Bernardo Mançano e Horácio Martins possibilitaram esse suporte.

A revisão bibliográfica dos três materiais de formação, de circulação interna do MPA, constitui o coração dessa evolução do conceito de Educação Camponesa. Nesses materiais, encontramos textos elaborados por intelectuais militantes do MPA, que se dedicam à formulação desse conceito, tais como, Israel (2015), Casali (2015), Carlos (2019), entre outros.

Para fundamentar o debate acerca do anarquismo, foram adotados os materiais publicados pelo ITHA, somados às contribuições de investigadores sobre o tema, como Corrêa (2012), Machado (2014), Sevilla Guzmán (2004), Silva (2010). Além disso, biógrafos e estudiosos das experiências resgatadas nos tópicos deste capítulo. Na medida do possível, adotamos fontes primárias, como cartas e jornais da época, materiais adquiridos em relações de intercâmbio com grupos de pesquisas nacionais e internacionais. São essas fontes que forneceram acervos para contribuir com trabalhos de graduação e pós-graduação sobre a temática, propiciando atender aos convites para participação em formações já realizadas sobre anarquismo e campesinato – destaca-se que, em parte, alguns desses acúmulos foram sistematizados.

A **PARTE II** deste trabalho está dedicada às sistematizações de nossa contribuição, partidários do socialismo libertário, ou seja, contribuição como

²⁴ História Social do Campesinato no Brasil cujo Conselho Editorial Nacional é constituído pelos Membros efetivos: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Universidade de São Paulo), Bernardo Mançano Fernandes (UNESP, campus de Presidente Prudente), Delma Pessanha Neves (Universidade Federal Fluminense), Leonilde Servolo de Medeiros (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Universidade Federal de Pernambuco), Paulo Zarth (Unijui), Horácio Martins de Carvalho.

anarquistas, para atuação junto às responsabilidades assumidas com a pesquisa sobre Educação Camponesa. O Capítulo **“4 - PESQUISA-AÇÃO PRÁXIS LIBERTÁRIA** está assim constituído: 4.1. *Pesquisa-Ação/* 4.2 *Coletivo Estadual De Educação Camponesa MPA RJ/* 4.3. *a Metodologia de Campesino a Campesino/* 4.3. *b Centenário de Paulo Freire/* 4.3. *c Metodologia “SIM EU POSSO!”/* 4.4. *Cirandas e MPA MIRIM/* 4.5 *Construção de Projeto Político Pedagógico com Metodologias Participativas/* 4.6 *Atuação do MPA RJ com PRONERA, PROCAMPO e Escola da Terra”.*

No que diz respeito à “**PESQUISA-AÇÃO**”, o objetivo foi o de sistematizar as mobilizações nos estados e os materiais elaborados para formar o coletivo do MPA RJ. Sobre o tópico referente às “*Formações*”, são apresentados, em três subdivisões, os dados e textos mais direcionados ao planejamento de demandas para formar os quadros na *Metodologia CaC*; as reflexões sobre o *Centenário de Paulo Freire*, tendo em vista a necessidade de conhecermos mais a fundo a vida e a obra desse autor; a formação EJA para os trabalhos realizados com os camponeses, por meio de *metodologia cubana chamada “SIM EU POSSO!”*. O item seguinte se refere às atividades desenvolvidas pela frente do coletivo que acompanha o trabalho com as crianças, chamada *MPA Mirim*, para a qual, as cirandas do MST foram efetiva inspiração.

Entendemos que, para a elaboração deste capítulo, o aporte teórico utilizado teve como maiores referenciais da Educação Popular nomes como Freire (1967), Casali (2008, 2007, 2004) e Brandão (2007, 1990, 1985), cujas obras recorrentemente orientam a práxis de militantes dos movimentos do campo, imbuídos na missão de elaborar o conceito de Educação Camponesa. Em específico aos princípios filosóficos e práticos educativos do campesinato, faremos uso da contribuição da intelectual Ribeiro (2010), que dedicou sua produção aos temas educação-trabalho, autonomia-liberdade.

A **PARTE III** deste trabalho trata de nossa pesquisa de campo no recorte do capítulo **“5 - EDUCAÇÃO POPULAR E CAMPONESA/** 5.1 *Mutirões: Educação Camponesa e solidariedade libertária/* 5.2 *FoFEC - Fórum Fluminense de Educação do Campo/* 5.3 *Biopoder Camponês”*. Concluímos abordando as contribuições da Educação Popular para a Educação Camponesa. Trabalhamos o conceito de “*Biopoder Camponês*” sistematizando a participação dos territórios fluminenses

nessas formações teóricas e práticas de valorização do papel ultrassocial do campesinato.

Por último, apresentamos a nossa “bússola metodológica”, que conta com as obras do campo da Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante; podemos citar Brandão (1985), Le Boterf (1985), Gajardo (1985), Lola (2004) e Bonilla (1985). Utilizamos, também, autores que nos oferecem a ferramenta da Sistematização de Experiências - SE aplicada à Educação Popular, destacando-se Chavez-Tafur (2007), Eizaguirre (2004), Sevilla Guzmán (2002) e Holiday (2006).

D - Metodologia

*“O Terceiro Mundo difunde algumas práticas de participação popular como formas originais e contestatórias, diante das diferentes propostas de desenvolvimento social agenciadas desde a Europa e os EUA.”
(Carlos Rodrigues Brandão)*

Educação Camponesa: um conceito de Educação Popular classista construído pelo protagonismo de seus sujeitos. Elegemos para este trabalho, como metodologia mais adequada, o conjunto de formulações e técnicas que auxiliam na participação ativa do sujeito pesquisador junto aos sujeitos camponeses em seus fóruns, debates, exercícios cotidianos e espaços educativos.

Un proceso intencionado de creación participativa de conocimientos teóricos y prácticos, desde y acerca de las prácticas de transformación emancipadora, con el propósito de que ésta pueda de mejor manera lograr sus finalidades de contribuir al desarrollo creciente de la fuerza y de las capacidades de los sectores populares para que, conformándose como sujetos colectivos, puedan ser verdaderos protagonistas en la identificación y resolución de sus necesidades y anhelos, tanto cotidianos como históricos, superando las relaciones y mecanismos de subordinación que se oponen a esta transformación (Felix Cadena, apud Alboan, 2004, p 14).

O grupo de metodologias denominadas participativas (Pesquisa-Ação, investigação participante, práxis metodológica) permite ao agente que assume o papel pesquisador respirar a cultura camponesa como manifestação viva, carregada de sua leitura de mundo, que recria/ressignifica o conhecimento cotidianamente/coletivamente.

Para tal, o investigador deverá adotar uma pesquisa participante na tentativa de aproximação máxima com a origem do fenômeno investigado, salvaguardando o

distanciamento técnico, sem perder a harmonia do diálogo de saberes da dimensão observador e observado²⁵.

A metodologia é um caminho que se elege entre outros possíveis; é uma construção que se faz em conta dos objetivos, o tema objeto de sistematização e os sujeitos que participarão, e uma mediação que se estabelece entre a intencionalidade, os marcos conceituais e a prática (Lola, 2004, p.91).

Mesmo que a práxis leve a uma intervenção intelectual militante, devemos definir claramente o papel de pesquisador, ciente das paixões²⁶ que o movem para a ação e comprometido com a responsabilidade assumida, para estimular as problematizações nos ambientes de estudos, a fim de descortinarmos coletivamente a realidade em busca da transformação social defendida. Reconhece-se a importância da não neutralidade do pesquisador na demanda, há muito apresentada, por referenciais do campo do anarquismo agrário e da educação libertária como elementos que venham a se somar às pautas de lutas anticapitalistas camponesas.

Sevilla Guzmán (2002) elabora um quadro com distintos níveis de análise, que reproduzimos abaixo. Em sua opinião, são normalmente utilizados pela Agroecologia²⁷ para cruzá-los com os três níveis ou "perspectivas de pesquisa", que se situam na primeira linha (Tabela 1).

Tabela 1 – Perspectivas metodológicas de pesquisa para o debate agroecológico

PERSPECTIVAS NÍVEIS DE ANÁLISES	DISTRIBUTIVA (PRODUTIVA)	ESTRUTURAL (DESENVOLVIMENTO)	DIALÉTICA (MOVIMENTOS SOCIAIS)
<i>Exploração de propriedade</i>	<i>Estação experimental</i> <i>Diagnóstico clínico da propriedade</i>	<i>História da propriedade</i>	<i>Desenvolvimento participativo de tecnologias na propriedade</i>

²⁵ Entrevistas a militantes dos movimentos dos pequenos agricultores e demais constituintes da Via Campesina para construção conjunta dos marcos de referência.

²⁶ Lembrando o desejo manifestado por militantes da Via Campesina de construção de espaços de estudos que trabalhem os escritos de Eduardo Sevilla Guzmán sobre Anarquismo agrário: el campesinado como agente revolucionário y su apoyo mutuo como factor de evolución.

²⁷ "A ruptura epistemológica com o desenvolvimento rural convencional surge da experiência acumulada nos últimos trinta anos na América Latina, na África e na Ásia, a partir do reconhecimento de que os agricultores não só têm um amplo conhecimento dos seus sistemas agrícolas, senão que, ademais, são capazes de dirigir provas e experimentos. A Agroecologia pretende, assim, dotar os agricultores do poder da participação". (Sevilla Guzmán, 2002, p25)

<i>Estilo de manejo</i>	<i>Observação antropológica clássica</i>	<i>Grupo de Discussão (manejo técnico agrônomo de um recurso)</i>	<i>Estratégia participativa de disseminação</i>
<i>Comunidade local</i>	<i>Diagnostico Rural Rápido</i>	<i>Observação Participante em direção a dinâmica do IAP</i>	<i>Diagnostico Participativo</i>
<i>Sociedade local</i>	<i>Leitura transversal</i>	<i>Grupo de Discussão (caracterizador do discurso)</i>	<i>Estratégia participativa de articulação</i>
<i>Sociedade maior</i>	<i>Planejamento rural convencional</i>	<i>Desenhos Participativos de Desenvolvimento Endógeno</i>	<i>Socioanálise de grupos em assembleias</i>
<i>Nível de análise genérica</i>	<i>Pesquisa (Questionário)</i>	<i>Entrevista</i>	<i>Assembleias em dinâmicas de IAP (Pesquisa-Ação Participativa)</i>

Fonte: Sevilla Guzmán (2002) adaptada pelo autor.

Em relação às análises, este trabalho se propõe ao diálogo de saberes, inspirado na tradição da Educação Popular com os movimentos sociais, (...) *uma vez situado na dinâmica da pesquisa-ação participativa obtida na perspectiva dialética, será possível conseguir o salto da ação social coletiva à ação de movimento social. Isso só será possível graças à cristalização das "metodologias participativas" na elaboração, em cada nível de análise* (Sevilla Guzmán, 2002, p. 26).

Em seu texto, Sevilla Guzmán esclarece sobre as 03 perspectivas representadas nesse quadro. Destacamos o nível dialético. Ainda que alguns pontos das outras duas possam ser encontrados durante o processo, gostaríamos de dedicar o foco nessa.

A perspectiva dialética faz referência à relação que se estabelece em todo o processo de indagação entre o pesquisador e a parcela de realidade pesquisada. Não se trata somente de conhecer (como sucedia na perspectiva distributiva) e explicar (como sucedia na perspectiva estrutural), senão que se trata de intervir e articular-se com o objeto investigado, para incidir, de forma crítica, no curso de sua transformação. Isso supõe um claro desvio do procedimento científico convencional. De fato, a transgressão fundamental provém da própria posição do pesquisador frente ao pesquisado (Sevilla Guzmán, 2002, p.25).

Nesse sentido de melhor trabalhar o que Sevilla Guzmán denominou “a informação qualitativa que dota de sentido sociocultural”, adotamos a perspectiva de sistematização em Educação Popular ajustada ao desejo desses sujeitos, os camponeses, buscando estar junto “nos processos de pesquisa educacional, possibilitando uma produção coletiva de conhecimentos em torno de vivências, interesses e necessidades dos grupos situados historicamente e socialmente” (Gajardo, 1985, p.18).

Esse “estar junto”, como uma espécie de magnetismo político, pode auxiliar o investigador em uma tradução/compreensão mais próxima da expressão/leitura de mundo dos sujeitos aos quais a pesquisa se dedica. Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura.

Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história. Antes da relação pessoal da convivência e da relação pessoalmente política do compromisso, era fácil e barato mandar que ‘auxiliares de pesquisa’ aplicassem centenas de questionários apressados entre outros que, escolhidos através de amostragens ao acaso ‘antes’, seriam reduzidos a porcentagens sem sujeitos ‘depois’. Isto é bastante mais difícil quando o pesquisador convive com pessoas reais e, através delas, com culturas, grupos sociais e classes populares. Quando comparte com elas momentos redutores da distância do outro no interior do seu cotidiano (Brandão, 1985, p.12).

Nessa abordagem, Carlos Rodrigues Brandão²⁸ nos ajuda muito, pois sua vasta obra apresenta inúmeras reflexões sobre a finalidade do papel do pesquisador com suas ferramentas metodológicas a serviço das causas populares. Aqui, a investigação sobre a pretendida “educação camponesa” deverá tomar como base as perspectivas adotadas pelo campesinato, mesmo que estejam em processo dinâmico ainda de reconhecimento de seus “atos educativos”²⁹ para alavancar processos com sua força social.

Quando o outro, próximo, enquanto um sujeito vivo, mas provisório da “minha pesquisa”, torna-se o companheiro de um compromisso cuja trajetória, traduzida em trabalho político e luta popular, obriga o pesquisador a repensar não só a posição de sua pesquisa, mas também a de sua própria pessoa. A

²⁸ Brandão possui outras contribuições para este trabalho.

²⁹ Ainda é muito tímido no Brasil o Método de CaC (de Camponês a Camponês) estudado na América Latina. Tema ao qual me dedico desde uma reunião com a Direção Nacional do MPA, em 2012, quando foi enfatizada a necessidade de nos apropriarmos desse instrumento que muito explica o que já vem sendo feito a nível de construção de conhecimento camponês. Destaco que fui convidado para ministrar oficinas no curso de extensão da UFRJ em parceria com MST e orientei TCCs inspirados no CaC na graduação e na residência da UFRRJ.

relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas (...)quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa (Brandão, 1985, p.13).

Encontramos apoio em Le Boterf, sobre o expressado acima por Brandão, para entendermos as prioridades que orientam a resposta social da pesquisa.

A pesquisa participante se coloca a serviço dos grupos ou categorias sociais mais desprovidos e explorados. Ela busca não somente desencadear ações suscetíveis de melhorar as suas condições de vida, mas também desenvolver a capacidade de análise e resolução dos problemas que enfrentam ou convivem cotidianamente. Torna-se, pois, importante que a pesquisa participante ou pesquisa ativa esclareça “para quem” se trabalha. (Le Boterf, 1985, p.72)

Essa concepção metodológica mostra-se defensora das interações entre prática e teoria, de forma que o pesquisador se permite desfrutar das situações cotidianas – aquelas que forjam as interações dos camponeses com/nas suas lutas.

Existe entre a pesquisa e a ação uma interação permanente. A produção do conhecimento se realiza através da transformação da realidade social. A ação e a fonte do conhecimento e a pesquisa constitui, ela própria, uma ação transformadora. A pesquisa-ação é uma práxis, isto é, ela realiza a unidade dialética entre a teoria e a prática. Através da pesquisa, produzem-se conhecimentos que são úteis e relevantes para a prática social e política (Le Boterf, 1985, p. 72).

Essa “ação fonte de conhecimento” pode ser bem trabalhada com o Método CaC, que reúne a tradição de auto-formação de grupos populares com esse “novo nome” para a antiga prática adotada há décadas no trabalho de base com agricultores³⁰. Dessa forma, educadores e educandos adotavam práticas de troca de conhecimento via elementos formativos como diagnósticos participativos, intercâmbios de experiências, mutirões de trabalho, elaboração de cartilhas, música, registros fotográficos, mural de desenhos coletivos, leituras de territórios (hoje chamada de “cartografia social”), psicodrama, teatro popular e mística, dentre outras ferramentas.

³⁰ O legado freireano é muito bem-vindo. Cabe um destaque para a importância da obra intitulada “Extensão ou comunicação?”. Essa obra de Paulo Freire se torna um clássico para quem combate a “educação bancária” contida na técnica de “transferência de tecnologia”, que estimula a sobreposição do saber técnico do extensionista sobre o saber do camponês. A então chamada “comunicação” por Freire é hoje designada como “diálogo de Saberes”.

O objetivo das atividades de análise crítica é o de promover, nos grupos de estudo, um conhecimento mais objetivo dos problemas e da realidade. Deve-se partir dos fenômenos para buscar o essencial, além das aparências e das relações cotidianas imediatas. Os problemas não devem somente ser descritos, mas explicados, a fim de se procurar as estratégias possíveis de ação (Le Boterf, 1985, p.63).

Muito antes da defesa da tese, os produtos dessa interação de pesquisa em movimento podem nascer naturalmente expressados na concretude de cada propaganda de cartaz de eventos, camisetas de campanhas, ata de reunião de grupo de trabalho temático, realização de feiras, organização de fóruns, seminários etc. Nesse sentido, Jorge Chavez-Tafur desmistifica um possível olhar sobre os resultados, para esclarecer um pouco mais.

A apresentação dos resultados de todo o processo de sistematização pode ser realizada de muitas maneiras. Devemos usar a imaginação para encontrar o método mais adequado para apresentar os resultados (...). Podemos utilizar pôsteres ou fotografias; realizar um vídeo, uma apresentação audiovisual, um programa de rádio ou uma peça de teatro; escrever histórias de vida ou um panfleto, uma história em quadrinhos, um artigo ou um livro (Chavez-Tafur, 2007).

Com objetivo de construir círculos de estudos que promovam uma análise sobre experiências-chave para a formação camponesa, convidamos militantes do campo para trabalharmos tais sistematizações.

(...) talvez seja o que se propõe como eixo de sistematização, as pautas para a reconstrução histórica e os roteiros para o ordenamento, classificação e interpretação crítica. É claro que aqui se apresenta só uma amostra do que poderiam ser essas pautas e roteiros, que em um caso real certamente teriam que se ampliar, restringir-se ou precisar-se mais (Holiday, 2006, p.97).

Após os movimentos elegerem as experiências de Educação do Campo³¹ e Educação Camponesa, partimos para a análise crítico-descritiva por meio de encontros de sistematizações³². Na busca por construirmos conjuntamente a

³¹ Dessas conquistas, ressaltamos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), este vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e não ao Ministério da Educação (MEC). Todavia, se de um lado, as Diretrizes e o PRONERA, conquistados em mobilizações, marchas e Conferências de educação do campo, estão registrados em leis, de outro, muitos obstáculos se colocam para que sejam postos em prática. (Ribeiro, 2009, p. 436)

³² Inicialmente, pensamos em dois grandes grupos: Experiências formais de conquista do direito à educação escolarizada (Levantamento analítico das iniciativas fluminenses decorrentes das políticas públicas de educação para os sujeitos do campo: A) Campo Campus/UFRRJ, LEC/MEC/UFF, LEC/PRONERA/UFRRJ, LEC/PROCAMPO/SECADI/SEPAM, LEC/MEC/UFRRJ, Serviço Social UFRJ/PRONERA/ENFF, PRONATEC/CTUR/UFRRJ, POS GRADUACAO residência agrária/UFRRJ dentre outros. B) Experiências de maior autonomia e caráter de educação/formação que se insere na perspectiva desenhada pela Via Campesina IALA Amazônico (fundado em 2009), foram criados a ELAA no Paraná (2005); o IALA Paulo Freire na Venezuela (2006) e o IALA Guarani no Paraguai (2008), dentre outros.

Sistematização de Experiência - SE, apresentamos abaixo um esboço da tabela 2 com exemplos de etapas de sistematização, apenas de carácter ilustrativo, sem que signifique uma “receita de bolo” a ser adotada pelo investigador, mas como inspiração metodológica das obras estudadas sobre essa temática da Educação Popular.

Tabela 2 – Metodologias de SE por Oscar Jara Holliday

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivo da sistematização - Delimitação do objeto a ser sistematizado - O Eixo da sistematização - Procedimento - Reconstrução histórica - Roteiro de aspectos a ordenar e classificar - Roteiro para a interpretação crítica do processo - Formulação de conclusões - Produtos de comunicação
SOBRE O PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Para que se vai realizar esta sistematização? (Objetivos) - Que aspecto(s) central(is) da experiência nos interessa sistematizar? (Eixo de sistematização) - Que elementos deveriam ser levados em consideração na reconstrução histórica? (Primeiras ideias) - Que elementos deveriam ser levados em consideração para ordenar e classificar a informação? (Primeiras ideias) - Que elementos deveriam ser levados em consideração para a interpretação crítica? (Primeiras ideias) - Que fontes de informação vamos utilizar? (Registros) - Como se vai realizar a sistematização: que procedimentos se utilizarão e quem vai participar? - Produtos que devem surgir desta sistematização: que produtos / para quem?
CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> – Procura de coerência no trabalho em equipe, considerando-o como uma oportunidade de reflexão crítica, de aprendizagem mútua e de construção de um pensamento colectivo. – Definição de um sistema integral de funcionamento institucional, que articule a planificação, a evolução, a investigação, o seguimento e a sistematização como componentes de uma mesma estratégia. – Vontade institucional para impulsionar processos cumulativos que permitam a narração dos percursos e a realização de novas etapas. – Dar prioridade à actividade de SE, reservando tempo e recursos que garantam o seu sucesso.

Fonte: Obras de Oscar Jara Holliday. Adaptado pelo autor

Comparamos três esquemas de sistematizações como inspiração de nosso trabalho e organizamos na busca por adaptar de maneira didática (Tabela 3).

Tabela 3 – Comparativo de Metodologias de SE

Oscar Jara Holliday	Associação FULCO	Jorge Chavez-Tafur
- Delimitação do objeto a ser sistematizado	Ponto 1- Ponto de partida e próximo a cabeça do animal	1) <i>definição do ponto de partida</i>
- O Eixo da sistematização		
- Procedimento		2) <i>delimitação;</i>
- Roteiro de aspectos a ordenar e classificar	Ponto 2 - Se refere às perguntas iniciais	3) <i>descrição da experiência</i>
- Reconstrução histórica	Ponto 3 -Se trata da recuperação do processo vivido	
- Roteiro para a interpretação crítica do processo	Ponto 4 -Diz respeito a reflexão de fundo	4) <i>análise</i>
- Formulação de conclusões	Ponto 5 -Aborda os pontos de chegada	5) <i>apresentação dos resultados</i>
- Produtos de comunicação	Ponto 6 - Seria para complementações e elaborações dos conhecimentos aprendidos com a sistematização	

Fonte: Holiday, Eizaguirre, Chavez-Tafur .Adaptado pelo autor

Os debates ocorridos no Laboratório de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - LABGEO/UFRRJ contribuíram na eleição dos modelos inspiradores, assim como o trabalho de Leonardo de Abreu Voigt, colaborador do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e do Coletivo Estadual de Educação Camponesa. Por meio desses, foram aprofundados os estudos da metodologia do “caracol” (Imagem 3) como experiência da Associação Fulco, conforme elucida Leonardo,

Destacamos ainda o “caracol da sistematização”, o desenrolar dos diferentes passos e processos sugeridos pela associação FULCO, do México, citada por Eizaguirre et al. Esta associação sugere dez momentos do processo de sistematização e cinco passos. Os dez momentos do processo de sistematização são os seguintes: 1) importância, utilidade e pertinência da sistematização; 2) recuperação e reconstrução da experiência (primeira aproximação); 3) o objeto de sistematização; 4) registro e ordenamento da experiência de acordo com o objeto de sistematização; 5) componente do objeto de sistematização; 6) recuperação e registro das informações; 7) instrumentos e técnicas para organizar, registrar e reconstruir a experiência; 8) as habilidades para comunicação escrita; 9) análise e interpretação; e 10) socialização. Já os cinco passos estão relacionados com a imagem da concha do caracol, onde o ponto 1 é o ponto de partida e próximo a cabeça do animal, o ponto 2 se refere às perguntas iniciais, o ponto 3 trata da recuperação do processo vivido, o ponto 4 diz respeito a reflexão de fundo, o ponto 5 aborda os pontos de chegada e, finalmente, o ponto 6 seria para complementações e elaborações dos conhecimentos aprendidos com a sistematização (Eizaguirre et al. apud. de Abreu Voigt, 2023, p.66).

Imagem 3 – Esquema SE “CARACOL” FULCO



Fonte: Eizaguirre, 2004

Resgatamos aqui um material que circulou em 2015 no caderno de estudos para o I Congresso do MPA, como tese adotada para o debate dos militantes. Inspiramos-nos no método desenvolvido para a análise das Políticas Públicas para as mulheres e faremos o exercício metodológico para a análise de políticas de Educação (“no” e “do” Campo e o horizonte conceitual de Educação Camponesa). Levamos em conta conquistas e limites, em relação ao tema, na trajetória de mobilização das pautas de lutas do MPA. Trabalhamos a diferença de leitura das possibilidades de entendimento sobre políticas públicas em 03 concepções, aqui resumidas: A) Conjunto de ações definidas, desencadeadas pelo Estado no nível federal, estadual e municipal; B) São fruto da luta dos trabalhadores organizados; e C) Cumpre dupla função, ao mesmo tempo em que atende a necessidade concreta dos trabalhadores, tem também o papel de “anestesiá-los” para não se mobilizarem pela transformação da

sociedade. Isso faz com que a ordem social dada – capitalismo – continue se desenvolvendo.

Por último, mantemos o debate com intelectuais dedicados ao suporte teórico metodológico da formação camponesa para o tratamento da teorização sobre a história social do campesinato.

Objetivamos a promoção do debate no campo das referências teóricas e historiográficas na rede de pesquisadores sobre anarquismo, dedicados ao estudo das experiências de caráter camponês. Dessa forma, ressaltamos os aspectos educativos que caracterizam toda a vivência da pesquisa, conforme nos ensinou Freire (in Brandão, 1990, p. 36): “(...) fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa (...) estou pesquisando outra vez. (...) pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento”. Bebemos na fonte da Educação Popular e dos recursos, mecanismos e técnicas do trabalho popular sintetizados por Clodovis Boff em sua obra *Como trabalhar com o povo*, assim como em Guzmán (2002) e suas contribuições sobre metodologias participativas demonstradas na tabela 4, construída com base em suas perspectivas metodológicas.

Construímos uma linha de pesquisa que foi acolhida pelo Laboratório de Geografia do CTUR/UFRRJ, formalizado junto ao CNPq, que, de maneira transdisciplinar, permite dialogar com as categorias conceituais demandadas pelos sujeitos com os quais buscamos inserção. O LABGEO, por meio da linha “*Campos, Fábricas e Oficinas*”, reúne pesquisadores (dotados de uma diversidade de saberes) que somam esforços para estudos, atividades de construção de conhecimentos teóricos e práticos e relação institucional/comunidade. São nossa leitura de mundo do tripé “*Ensino, Pesquisa e Extensão*”, aqui problematizado pelas ferramentas participativas demandadas na Pesquisa-Ação.

Tivemos cuidado na escolha das imagens envolvendo pessoas, todos os registros fotográficos selecionados para ilustração dessa tese foram consultados a fontes sobre a autorização de uso. Algumas são imagens públicas disponíveis em redes sociais, como matérias dos movimentos sociais do campo publicadas e relatórios dos respectivos projetos. As oriundas de atividades pedagógicas nas escolas possuem autorização dos responsáveis de uso para fins educacionais (em

caso de menores de idade evitamos imagens frontais de rosto, mesmo com respaldo da autorização da unidade escolar).

Como metodologia de construção de alguns dos conceitos deste trabalho, foram criados mutirões, sistematizações, oficinas, Círculos de Culturas, intercâmbios, etc.; em outras palavras, espaços pedagógicos com exercício de metodologias participativas para as formações coletivas.

Tabela 4 – Metodologias Participativas por Eduardo Sevilla Guzmán

PERSPECTIVA DIALÉTICA NA DINÂMICA DA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA	"METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS"
E S T R A T E G I A S	<p>a) <i>"Participativas de disseminação"</i> de experiências agroecológicas, desenvolvidas pelos integrantes do grupo estabelecido, como Estilo de Manejo, a partir da "observação antropológica" que permitiu a posterior realização do "grupo de discussão técnico-agronômico", através do qual se obteve o conhecimento local sobre o manejo, por exemplo, de um determinado cultivo.</p> <p>b) <i>"Diagnósticos participativos"</i> que permitam a compreensão real dos mecanismos que geram as formas de dependência da "localidade", a partir da obtenção de informação básica obtida pelo "diagnóstico rural rápido" e pela integração dos técnicos em dinâmicas da Comunidade Local, através da "observação participante".</p> <p>c) <i>"Participativas de articulação"</i> que permitam gerar redes dentro de um processo de fortalecimento das dinâmicas de mudança. A compreensão da percepção local dos ecossistemas mediante os "transectos" é o primeiro passo em direção à obtenção do discurso coletivo das distintas comunidades locais (obtido através do "grupo de discussão") integrantes da Sociedade Local.</p> <p>d) <i>"Sócioanálise de grupos assembleários"</i> onde a articulação em redes gerada em diversas sociedades locais permita estratégias de ação mais amplas, em "fórum de ação" da Sociedade Maior. O "planejamento rural convencional" aportou uma informação distributiva que, na dinâmica de posteriores "desenhos participativos de desenvolvimento endógeno", permitiu, através da pesquisa-ação participativa, em formas de ação social coletiva, alcançar tal objetivo.</p>

Fonte: Sevilla Guzmán 2012. Adaptado pelo autor.

PARTE I

CAPÍTULO 1 - CAMPESINATO E CLASSISMO

1.1 Breve Debate Sobre o Campesinato como Classe Social

“Afirmamos a nossa identidade como trabalhadores. Combatemos por uma sociedade sem classes, em que todos trabalhem e tenham direito a uma vida digna. Para se conquistar esse objetivo, enfrentamos consciente e cotidianamente uma luta de classes contra as elites exploradoras e o Estado. Acreditamos que o fim da sociedade de classes só será alcançado com a emancipação dos oprimidos no processo da Revolução Social.”
(Classismo – Carta de Princípios da FARJ)

Para um segmento da sociedade se considerar pertencente a uma classe, demanda posicionamento frente à situação de divisão da sociedade. O posicionamento classista reconhece a sociedade dividida (relação entre exploradores e explorados) e opta pela luta de classes contra a dominação, em apoio às ações de emancipação da classe dominada. Clodovis Boff, em sua obra “Como trabalhar com o Povo”, problematiza a situação da sociedade dividida.

Situação inicial: sociedade dividida - Este é o grande dado de entrada a se levar sempre em conta no trabalho popular: a divisão social do trabalho em trabalho intelectual (decisão) e trabalho manual (execução) e seu desdobramento na divisão de classes em classes dominantes e classes dominadas. Esta situação real - aqui apenas indicada - há de permanecer como pano de fundo em todo o trabalho popular. Este, na verdade, arranca dela (quanto à sua forma de organização) e vai na linha de sua superação (sociedade igualitária). Esta constatação elementar e geral já fornece a linha de base do trabalho popular: reforçar a posição do povo (seu saber e poder). Pois não é verdade que a existência e a consciência do povo sejam simplesmente as de seus dominadores (alienação absoluta). Não, o povo tem uma existência e consciência próprias, porém dominadas, reprimidas, controladas de fora e de dentro (introjeção), justamente pelas classes dominantes (Boff, 1984, p.05).

Para o Movimento dos Pequenos Agricultores, os estudos conceituais sobre o campesinato brasileiro e sua caracterização como classe sempre tiveram importância ao longo de quase três décadas de existência do movimento, conforme podemos acompanhar em seus registros no decorrer de sua trajetória. Nas palavras de Raul Krauser, militante do MPA, vemos a importância para a clareza de um projeto político da classe camponesa.

O campesinato torna-se a cada dia uma classe social, um sujeito político de grande importância para toda a sociedade, a sua articulação em torno de um

projeto político claro está conferindo a essa classe social avanços na luta e na organização camponesa apesar de toda a adversidade da conjuntura (Krauser, 2015, p.27).

Valter Silva Israel, militante do MPA, mergulhado no caloroso debate e profundos estudos do movimento sobre a questão, tomou a temática, de campesinato enquanto classe, como foco central da elaboração de um de seus livros sobre Classe Camponesa.³³

Os textos apresentados neste livro são parte dos estudos e debates realizados no seio do Movimento dos Pequenos Agricultores, do qual sou membro, militante e admirador e também parte de estudos de pessoas, alimentados por minha identidade camponesa e gosto pessoal pelo tema. O conteúdo deste livro não tem a pretensão de aprofundar o debate proposto, até porque estamos longe de termos uma teoria sobre o campesinato brasileiro, mas sim, objetiva facilitar o debate reunindo diversos temas sobre o campesinato em uma linguagem simples e direta, ao acesso de todos, com foco especial na militância social (Silva, 2014b, p. 16).

Em todo o mundo, no decorrer da história, encontramos exemplos de combate, perseguição e preconceito contra o campesinato. Nas diversas sociedades do mundo, o campesinato foi frequentemente visto como um resíduo (Oliveira, 1986; Neves, 2009). O camponês brasileiro, além de resistir e lutar contra a dominação de classe, precisou combater o desprezo de intelectuais importantes, defensores da tese do fim do campesinato ou mesmo da inexistência de campesinato no Brasil, como ressaltam Carvalho e Bicalho (2023), afirmando que, no caso brasileiro, o conceito de camponês é historicamente atacado e esvaziado. Silva (2014b) aborda a problemática da invisibilidade construída sobre o campesinato:

A mais de um século teses sobre o fim do campesinato, sobre sua adaptação e sua permanência vêm sendo formuladas. O certo é que mesmo com as análises de economistas demonstrando a inviabilidade econômica da unidade de produção camponesa, o Campesinato permanece vivo e a cada ano ganhando mais visibilidade. Esta divergência entre a análise e a realidade se dá por conta de que analisam o campesinato e a unidade econômica camponesa na lógica capitalista e não na lógica camponesa (Silva, 2014b, p. 64).

³³ Valter vai conseguir reunir o acúmulo de seus estudos sobre classe tomando como referencial o marxismo leninismo na elaboração de um livro atencioso com a linguagem, que torna acessível o debate. "Este livro de Valter Israel da Silva nos chega como um foco de luz nesses tempos turvos, nos quais se voltam a propalar teses que aniquilam a diversidade social e estrutural da realidade agrária brasileira. Com o duplo, dúbio e poderoso patrocínio de lugares sociais acadêmicos e políticos, essa perspectiva se põe como antevisão de um futuro, e do caminho que a ele leva, em que não há lugar para os camponeses. Seja como gestores de fundamentos técnicos e econômicos essenciais, seja como classe social, nos diversos matizes que marcam a pluralidade territorial brasileira, não haveria papel para esses sujeitos no trajeto de modernização do País. Este estaria traçado unilateralmente pela força do grande capital e as relações latifundiárias que o realiza no rural, sem lugar a apelo." (Costa, 2014, p.07)

A contribuição de Shanin é muito importante para ajudar a entender a diversidade do campesinato no contexto mundial, nas distintas épocas, em contraposição a formulações de teóricos hostis à condição camponesa. Conforme destacado no artigo de Carvalho e Bicalho (2023),

Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, Estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos (Shanin apud , Carvalho; Bicalho, 2023, p. 79).

No caso brasileiro, a hostilidade e o desprezo aos camponeses intensificam em relação à cultura de segregação racial dos historicamente oprimidos. O racismo divide a riqueza de nosso campesinato, já que algumas das expressões camponesas originadas de matrizes indígena e da diáspora africanas contam com herança de preconceito produzida pelas elites escravocratas. A história do campesinato negro e indígena no Brasil confronta a tese de um único padrão camponês estereotipado como um fenômeno mundial. Gomes (2015) destaca esses elementos na história brasileira.

Os primeiros africanos nas Américas foram pioneiros, adaptando linguagens, moradias, alimentação, idiomas e culturas. Ergueram fazendas e engenhos; plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão. (...) além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes. Foram lavradores, mineradores e pastores (Gomes, 2015, p.08).

Gomes enfatiza os conflitos do campesinato na luta contra a sociedade escravista. Dentre os diversos exemplos de resistência negra elencados pelo autor, é afirmada “a fuga” como talvez a forma mais comum de protesto, que possibilitou a construção de mocambos e quilombos.

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas e morosidade na execução das tarefas se misturavam com a intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores. Chicotadas, açoites, troncos, prisões eram rotineiros. Assim como as notícias sobre fugitivos. Talvez fugir tenha sido a forma mais comum de protesto (Gomes, 2015, p.09).

Derli Casali, militante do MPA, descreve exemplos de violências históricas em seu trabalho sobre o campesinato capixaba. Registra a violência das empresas e fazendeiros e as raízes racistas da elite do estado que pretendia “limpar a terra” do campesinato de origem cabocla, indígena e negra.

Para plantar milhões de pés de eucaliptos, a terra teria que ficar desocupada: sem caboclos, sem negros, sem indígenas, sem casa, sem plantações de mandioca, de feijão, sem rios para pescar, sem matas para colher frutos e matéria prima para fazer artesanato, enfim limpa, como já dizia, no final do século XIX o Conde de Linhares. “É preciso limpar a terra, tirar esses caboclos, deixar a terra limpa para que o progresso possa entrar”. Não foi à toa que ao entorno de Linhares foram instalados vários quartos para contribuir na “limpeza” da terra. Quilombos e indígenas são um problema, precisam ser varridos da terra. Na verdade, os camponeses sempre foram problema. Basta ver o que fizeram com os sentimentos camponeses ou sujeitos que se levantaram exigindo direito à terra: Cabanos, Canudos, Contestado, Palmares e todos os sem terra que se acampam nas fazendas não trabalhadas exigindo terra (Casali, 2005, p. 46).

Carvalho e Bicalho resgatam a contribuição de Delma Pessanha Neves sobre a diversidade de expressões do campesinato brasileiro, que resiste às violências e vai se reconstruindo. Neves (2009) reforça que, especialmente no caso do Brasil, o campesinato luta pela (re)construção de seu patrimônio e detém grande capacidade de resistir a condições adversas e implementar estratégias de reprodução social, econômica e cultural. Assim, pode-se dizer que o campesinato brasileiro quase sempre esteve “abandonado à própria sorte”; mesmo assim, desenvolveu estratégias de sobrevivência e de reprodução, assumindo hoje o protagonismo na luta pela terra, por direitos políticos e por uma sociedade mais justa e sustentável. (Neves apud, Carvalho; Bicalho, 2023, p. 81).

Leila Santana, militante do MPA, avalia o crescente avanço nos enfrentamentos do campesinato ao preconceito histórico (de caráter racista) e de herança escravocrata. Destaca a autora:

O campesinato tem dado passos no enfrentamento a esta construção hegemônica sobre ele, construção esta que tem sido sustentada com bases no ideário de subalternização e que, no caso do Brasil, como traz Carvalho, se somam aos processos de preconceito cristalizado na subjetividade das classes dominantes pelos resquícios ativos da mentalidade escravista e racista (negro e índio), reforçada pelo desprezo dos trabalhadores manuais e pobres (Carvalho, 2012 apud Santana, 2017, p. 33).

Os pesquisadores e educadores Carvalho e Bicalho problematizam a categoria social camponês em artigo sobre o campesinato brasileiro. Valorizam a relevância ambiental da agricultura camponesa diante do agravamento dos efeitos da agricultura capitalista, debatido amplamente na temática das mudanças climáticas.

A categoria social camponês, objeto secular de estudos e análises, segue sendo relevante, principalmente agora, quando o tema das mudanças climáticas e da degradação ambiental emerge não mais como uma “preocupação de luxo” das classes médias, mas sim como um definidor do próprio futuro da humanidade. Ademais, fica cada vez mais clara a insustentabilidade do capitalismo, o que conclama os povos do mundo a lutarem por uma maior justiça na distribuição de recursos como forma de prevenir ou de remediar o caos social, econômico e ecológico (Carvalho; Bicalho, 2023, p. 88).

Julgamos ser um forte argumento agroecológico sobre a importância do projeto camponês na defesa ambiental, por soberania alimentar e poder popular. Carvalho e Bicalho resgatam contribuições de outros intelectuais que refutam as teses de desrespeito ao campesinato. Valter ressalta a amplitude que o tema ganha nas formações do MPA a partir de estudos e debates articulados. O movimento dedicou esforços de congregar contribuições para a teoria do campesinato, no âmbito da academia e de outras organizações camponesas nacionais e internacionais, de afirmação da identidade e da cultura camponesa. Nesse contexto, encontramos literatura, estudos e expoentes que contribuem para a construção do conceito de campesinato brasileiro, sua história, sua diversidade, seu papel social, e que contestam as teses de desqualificação ou do fim do campesinato (Silva, 2014b, p. 82). Alguns pesquisadores, insatisfeitos com a visão preconceituosa acerca do campesinato, buscam redefinir os marcos da reflexão nesse tema, revelando a diversidade de expressões das formas camponesas de organização socioeconômica e cultural. (...) Segundo Wanderley, “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (Wanderley apud Carvalho; Bicalho, 2023, p. 81). Derli Casali (2005) e Valter Israel (2014) discordam de estudos e análises dos marxistas que desconsideram a lógica própria camponesa.

Os estudos e as análises dos Marxistas não se deram conta que o campesinato tem uma lógica própria que foge à lógica do mercado, da ciência e do avanço da tecnologia. Quando Marx disse que o avanço do capitalismo, via o avanço da tecnologia, inevitavelmente levaria o campesinato ao fim,

Marx falou a partir das experiências da Inglaterra. Na verdade, o mesmo não aconteceu com a França. Essa lógica é diferente. Seria, dentro de uma leitura mais ampla e mais a partir das condições concretas de uma família camponesa, afirmar que as famílias camponesas são muito voltadas para o seu umbigo, individualistas. Pelo contrário, são profundamente solidárias e revolucionárias (Casali, 2005, p. 30).

Silva (2014b) desenvolve a discordância em relação às leituras dogmáticas do marxismo e trabalha com as contribuições de Horácio Martins de Carvalho para contra-argumentar as indiferenças provenientes dessa tradição de esquerda.

Leituras dogmáticas do marxismo vêem o campesinato como “um saco de batatas” mesmo depois das experiências do México, Rússia, China, Vietnã do Norte, Argélia e Cuba, que tiveram revoluções com forte participação camponesa. Horácio Martins de Carvalho fala de uma “pinça” que comprime o campesinato: por um lado o pensamento da direita na busca da exploração capitalista que se impõe sobre a natureza e sobre o campesinato e por outro lado a indiferença e o pensamento de parte da esquerda marxista dogmática, que apenas vislumbra a lógica do agronegócio para a produção rural (Silva, 2014b, p. 82).

Deve ser reconhecido o papel intelectual de Horácio Martins de Carvalho na superação das teses pouco generosas do campo do marxismo ortodoxo que não apenas excluiu o campesinato, como, também, os utópicos, os libertários, do campo da esquerda. O sectarismo de determinados setores autoritários da própria esquerda dificultou a circulação de contribuições até mesmo marxistas. O intelectual participa ativamente na formulação teórica do campesinato brasileiro, desde o campo marxista, com respeito e crítica ao debate com as demais contribuições do socialismo. Como no trecho divulgado por Carvalho sobre o contexto da defesa anarquista a respeito da condição da classe camponesa,

É oportuno recordar que a sugestão de Marx, no sentido de que a expansão capitalista realizada no campo pela grande empresa capitalista agrícola conduziria inevitavelmente à desagregação do campesinato, foi contestada pelos anarquistas (anarquismo agrário) e pelos populistas, em particular os ‘narodnistas russos’ (populistas russos), numa importante polêmica que se verificou a partir de meados do século XIX, alcançando a primeira metade do século XX (Carvalho, 2012, p. 23-24).

A Via Campesina no Brasil promoveu diversas publicações destinadas à formação interna dos movimentos sociais do campo. Em um desses materiais, resgata o trabalho de Octavio Ianni sobre Utopia Camponesa. Ianni (2004) assim expressa a sua tese:

Eu vou tentar sintetizar a minha idéia neste trabalho: é fazer uma proposta sobre o que poderia ser a utopia camponesa. Isto é, em lugar de pensar o camponês como classe, em lugar de pensar o camponês por suas reivindicações econômicas, em lugar de pensar se o camponês tem ou não viabilidade histórica, eu quero propor para o nosso debate, para trocar idéias, que o que há nas lutas camponesas que permitiria chegarmos à idéia de uma utopia camponesa e de como essa utopia têm a ver com a História, têm a ver com a sociedade nacional. E, então, o elemento utópico que em lugar de ser uma constatação, através da qual nós vamos descartar o campesinato como uma categoria histórica, o elemento utópico, a meu ver, pode ser uma dimensão através da qual é possível resgatar o campesinato enquanto história. Não têm maiores pretensões do que está, fazer um jogo com as leituras que nós fazemos, com os debates que nós fazemos³⁴ (Via Campesina, 2004, p. 109-110).

Görgen considera as múltiplas opressões da sociedade brasileira e aponta ser fundamental que a organização contemple a diversidade de sujeitos excluídos, no contexto de um projeto integral de defesa da classe trabalhadora, para enfrentamento das elites e promoção da emancipação.

A participação popular ativa e a democratização do Estado estão vinculadas à força dos movimentos e organizações populares. Considerando as múltiplas opressões na sociedade brasileira é de fundamental importância a organização de múltiplos sujeitos coletivos em nossa sociedade. Essa organização que responda a diversidade de problemáticas deve criar sinergia para a definição de um projeto integral que rompa com as fragmentações e hierarquizações internas na classe trabalhadora. Só com uma organização enraizada e que visibilize um conjunto de setores ocultos pelo silêncio e exclusão é que se garantirá, nas práticas concretas, a democratização da sociedade, a recuperação e construção dos bens comuns, o enfrentamento das elites e a construção de um posicionamento emancipador e libertário (Görgen, 2019, p. 23).

Carvalho e Bicalho ressaltam a contradição da classe camponesa ao modo de produção capitalista, em trecho selecionado da obra de Horácio Martins de Carvalho. Como observa, “os camponeses brasileiros estão presentes e atuantes como classe social em construção, ainda que plena de contradições, e sua reprodução social como classe é contrária ao modo de produção e tecnológico capitalista” (Carvalho apud, Carvalho; Bicalho, 2023, p. 83).

Valter coloca que discutir o caráter de classe do campesinato, neste momento, tem importância para a própria afirmação camponesa na conexão com a esquerda brasileira e traz influências na construção interna do MPA, na sua relação com setores

³⁴ Esta seção corresponde ao texto A Utopia Camponesa, de Ianni, Octávio (1985). São Paulo, IX Encontro Anual da ANPOCS – CT Estado e Agricultura – Aspectos teóricos dos movimentos sociais no campo.

do governo e com políticas públicas e nas relações com outras organizações do campo, tanto nacionais quanto internacionais (Silva, 2014b, p. 82).

Santana também adota as teses de Horácio Martins de Carvalho pela relevância de sua obra na construção do conceito de campesinato brasileiro, sua condição, diversidade de expressões e formas organizativas, resistência anticapitalista e construção de projeto na luta de classes (Tabela 5).

Com diversas formas de organização social durante a história, constata-se que a presença camponesa sempre foi existente, sendo que os processos de perseguição fizeram parte da vida camponesa. Tais perseguições tiveram várias facetas, desde as perseguições de caráter político e social, ideológico e religioso, além das centradas em diversas formas de exploração econômica, como traz Carvalho (2012). (...) durante muito tempo o estudo e olhar sobre o campesinato foi, intencionalmente, sufocado pelo discurso dominante das épocas, já que falar de campesinato, inicialmente, é trazer à tona a memória das lutas e processos de reação, rebeldia e levantes dos/as camponeses/as vividos durante a história. Assim o MPA tem se desafiado, enquanto movimento camponês nacional, a resgatar esta memória camponesa, o **estudo sobre o campesinato enquanto classe social** em processo de organização, assim como compreender quem é este campesinato e onde está na atualidade, como base de **reflexão necessária para organização da diversidade do campesinato enquanto classe camponesa, sendo esta parte considerável da classe trabalhadora** (Santana, 2017, p.33-34).

Tabela 5 – Quadro de algumas revoltas camponesas de que se tem notícia

Revoltas lutas indígenas/camponesas/quilombolas	Ano/período
Confederação dos Tamoios	1555-1567
Guerra dos Aimorés	1555-1673
Guerra dos Potiguares	1586-1599
Levante dos Tupinambás	1617-1621
Confederação dos Cariris	1686-1692
Revolta de Mandu Ladino	1712-1719
Guerra de Manaus	1723-1728
Resistência Guaicuru	1725-1744
Guerrilha dos Muras	Todo o século XVIII
Guerra Guaranítica	1753-1756
Quilombos	Desde os primeiros africanos que chegaram como escravizados houve resistência e constituição dos quilombos, milhares Brasil afora e o de maior expressão foi o Quilombo dos Palmares 1580-1710
Revolta Praeira-Recife	1848

Cabanagem/Pará-Amazônia	1835-1840
Balaçada	Resistência Camponesa no Maranhão: 1838-1841
Canudos	1893-1897
Contestado	1912-1916
Trombas e Formoso – GO	Década de 50 e início de 60, acirrou entre 1954-1957
Os posseiros da rodovia Rio/Bahia, MG	1940-1964
Massacre de Cotaxé-Ecooporaga (ES/MG)	1940-1964
Norte e sudeste do Paraná	1940-1962
Sudoeste do Maranhão	1950-1970
Terras Fluminense – RJ	1950-1964
São Paulo: Pontal e Santa Fé	1950-1964
ULTAB (União dos Lavradores Agrícolas do Brasil)	1954-1964
CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)	1964 dias atuais
Ligas Camponesas	1945-1964
MST, MAB, MPA	Nascem 1980-1996 período de redemocratização e neoliberalismo se mantém nas lutas nos dias atuais
CONTRAF-BRASIL/CUT	2006 dias atuais

Fonte: adaptado pelo autor de MPA, 2019, p. 43-44.

1.2 MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

1.2.a Gênese: conjuntura do nascimento do projeto classista ao Plano Camponês

*“De uma forma consciente
Sair da metódica existente
Pois o método que queremos
Tem um jeito diferente.”
(Luiz Carlos Sousa)*

O Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA está organizado em 19 estados do Brasil, nasce no final da década de 1990, como fruto histórico da crise econômica e social na agricultura brasileira e de uma conjuntura de crise entre base e direção do setor sindical rural³⁵. As famílias de pequenos agricultores que se identificavam com as experiências de ações dos setores combativos – ferramentas de mobilizações,

³⁵ “A luta pela renovação sindical” e “A perda do vigor inicial”, títulos da análise generosa registrada por Frei Sérgio Görgen em sua obra batizada como “A RESISTÊNCIA DOS PEQUENOS GIGANTES”.

trabalhos de base e marchas – estavam diante da perda do vigor por parte dos dirigentes sindicais. Bernardo Mançano Fernandes, em seu texto *O Futuro do MPA*, publicado em 2003³⁶, contribui com o conceito de MPA como um movimento socioterritorial.³⁷

O MPA é um movimento socioterritorial. Ele tem a vida na terra como motivo de sua existência. A essa razão estão associadas outras condições: o trabalho, a produção e a resistência. Essas qualidades estão representadas nas principais palavras que ajudarão a construir o seu futuro, as quais jamais poderá esquecer: “organizar, produzir, alimentar”. (Fernandes, 2003, p. 02).

Frei Sérgio Görgen, militante do MPA, descreve com detalhes o processo de formação dessa dissidência sindical: as famílias pressionavam as lideranças para maior cobrança ao governo no sentido de atender às reivindicações da base social. Nasceu a Mobilização da Seca, no território de Palmeira das Missões/RS, na data de 15 de janeiro de 1996.

Na véspera de iniciar a mobilização, a vacilação dos dirigentes, departamento da Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul) e a tentativa de acordo com a mesma, o adiantamento da data de início e a rebelião de um grupo de dirigentes sindicais cutistas: "Vamos fazer a Mobilização da Seca com ou sem o Departamento Rural da CUT (...) (Görgen, 1998, p.12-3).

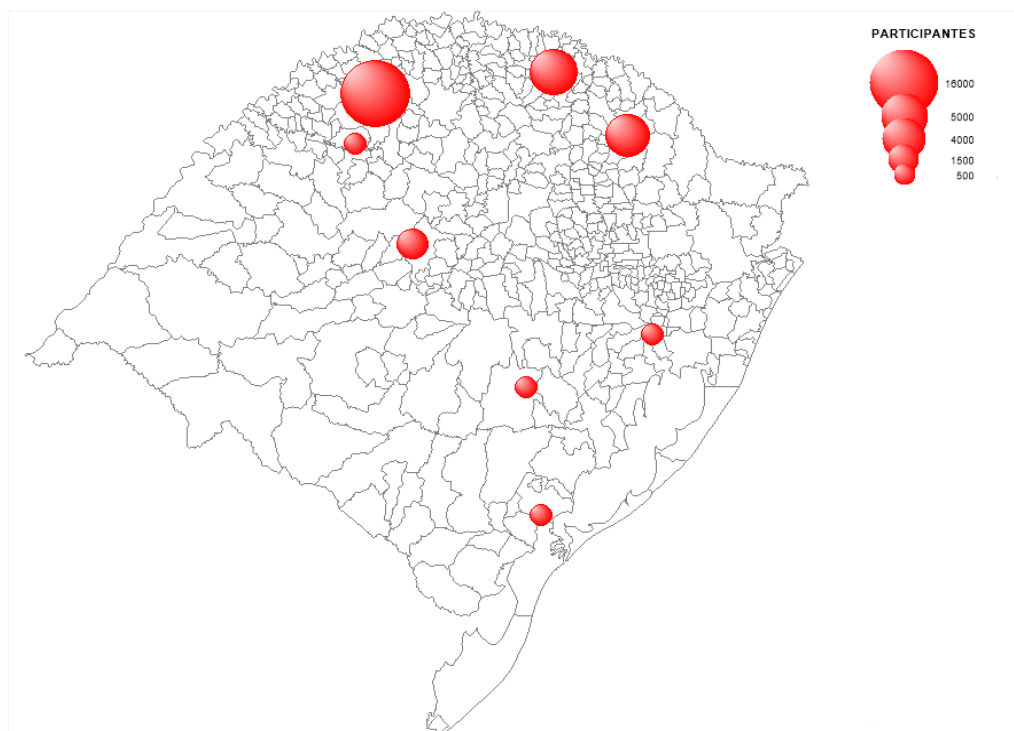
Esse grande acampamento de famílias agricultoras no Rio Grande do Sul é citado como o marco de surgimento dos “Pequenos Gigantes” (Imagem 4). Roseli Souza, militante do MPA, faz um mapeamento da gênese do movimento e o seu papel na busca de saídas para a crise que as famílias camponesas enfrentavam.

O MPA surge em 1996 numa crise da pequena agricultura (do campesinato, mas não usávamos esse termo na época) e crise das organizações. Surgiu para construir e propor o Plano Camponês. Nesse momento, fazendo uma comparação, é como se o conjunto da pequena agricultura/campesinato estivesse caído num buraco, e as organizações estavam discutindo como viver melhor no buraco. O povo não queria viver no buraco, por isso surge o MPA, com a tarefa histórica de construir a saída do buraco, superar as condições limitantes políticas e econômicas colocadas para os camponeses e camponesas, isso é o Plano Camponês (Souza, 2014, p.14).

³⁶ FERNANDES, Bernardo Mançano. *O FUTURO DO MPA*. Caderno de Estudos do MPA, Nº 1. Brasília-DF. 2003. Em nota explicativa deste caderno encontramos a seguinte informação. “Uma primeira versão deste texto foi para debate no II Encontro Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores. Ouro Preto do Oeste, Rondônia, 1 a 5 de fevereiro de 2003. Esta é a segunda versão que conta com as contribuições colhidas durante a realização do evento.

³⁷ Para buscarmos afirmar nossa hipótese de o MPA ser um movimento socioterritorial, fomos pesquisar os fundamentos na história desse Movimento, os porquês de sua existência, assim como os sujeitos e as razões que o colocam em risco. Identificamos que, nas raízes desse Movimento, estão agrilhoados séculos de lutas pela sua afirmação e em defesa de algo que os anima e materializa: o território. (BORGES, GAB, 2020, p. 185).

Imagem 4 – Mapa “Espacialização das manifestações da seca e nascimento do MPA: 1995/1996”



Fonte: Borges, 2020, p. 57

Essa mobilização teria sido o "estopim". A pauta central era a seca³⁸ no estado do RS, que gerou prejuízo às famílias que há anos exigiam o direito ao seguro agrícola (Imagem 5). No acampamento, somaram-se, em solidariedade àquela luta, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST e representantes sindicais de outros estados. Desse grande aprendizado, surgiu a proposta de construir um movimento camponês que tivesse, em sua base social organizada, os grupos de famílias das comunidades camponesas.

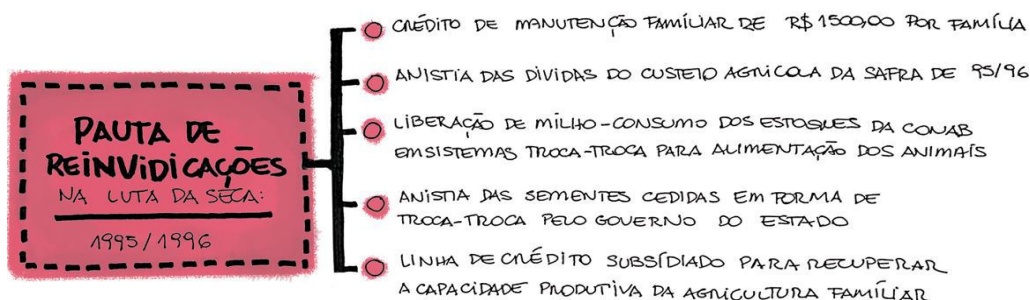
O MPA é fruto das condições objetivas e subjetivas do campesinato, das manifestações espontâneas dos agricultores insatisfeitos com a ausência de políticas públicas que lhes permitissem viver no campo com os seus direitos básicos garantidos. A forte redução de chuvas nos anos de 1995 e 1996 no

38

"O fato que deflagrou este entendimento para os pequenos agricultores foi a Seca que castigou as plantações no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul. Enquanto os agricultores angustiavam-se com a perda total das plantações, dirigentes de Sindicatos e da Federação dos Trabalhadores faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores. Houve um momento em que a indignação dos agricultores atingidos pela seca conseguiu sensibilizar alguns sindicalistas. Estes dirigentes tiveram a sensatez de ouvir o clamor da base. Articulou-se uma mobilização histórica pela Agricultura Camponesa no RS. A Mobilização da Seca provocou uma avaliação profunda sobre o modo da atual organização dos camponeses e camponesas na época, além de também revigorar o método de organização das lutas políticas. Cinco foram os Acampamentos da Seca que se organizaram nos meses de janeiro e de fevereiro de 1996 no RS, reunindo mais de 25.000 pequenos agricultores. Ali germinou a semente do MPA." (<https://mpabrasil.org.br/historico/>)

Rio Grande do Sul, resultou no endividamento agrícola e a falta da produção de alimentos, o que resulta num dos maiores movimentos espontâneos do RS, Acampamento da Seca, pelo qual passou mais de 30 mil pessoas, dando origem a um novo movimento camponês (Silva, 2017a, p 02-03).

Imagem 5 – Organograma “Pauta de reivindicações na luta da seca: 1995/1996”



Fonte: Borges, 2020, p. 58.

Em seu artigo, Silva (2017a) considera o caráter nacional como elemento presente já na gênese do MPA, uma vez que, além do RS, haveriam mais estados na construção do movimento.

Construir-se um “Movimento Social, de massa, autônomo, de caráter nacional e de luta permanente, dirigido pelo próprio campesinato”, num contexto onde os homens e as mulheres da roça, já não se sentiam representados pela base sindical. Contemporaneamente, motivados mais especificamente pela falta de representação política surgem em Rondônia, no Espírito Santo e Minas Gerais estabelece uma relação direta entre lideranças que estão à frente dos processos nos referidos estados afirmando o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como um movimento social de caráter nacional (Silva, 2017a, p 03).

Já Niemeyer, em sua pesquisa, reuniu depoimentos dos militantes que testemunharam o nascimento do MPA, atuando desde a transição do formato sindical até as elaborações do que viria a se tornar um movimento de caráter camponês. Nessas fontes, está presente a afirmação de que o MPA nasce organizado nacionalmente; veremos representação na região Norte, Sudeste e Sul do Brasil.

No entanto, limitar as motivações para a criação do MPA à Mobilização da Seca e à iniciativa aos pequenos agricultores sulistas é reducionista, pois a organização responde a uma demanda surgida, concomitantemente, em diferentes estados brasileiros e, por essa razão, o Movimento dos Pequenos Agricultores já nasceu organizado em nível nacional. (...) sabe-se que a ideia de criação de um novo instrumento político alternativo ao modelo sindical já vinha sendo debatida há pelo menos um ano antes da criação do MPA, por inúmeras lideranças sindicais rurais em diferentes estados do Brasil. (...) o movimento pôde ter surgido organizado simultaneamente em cinco estados

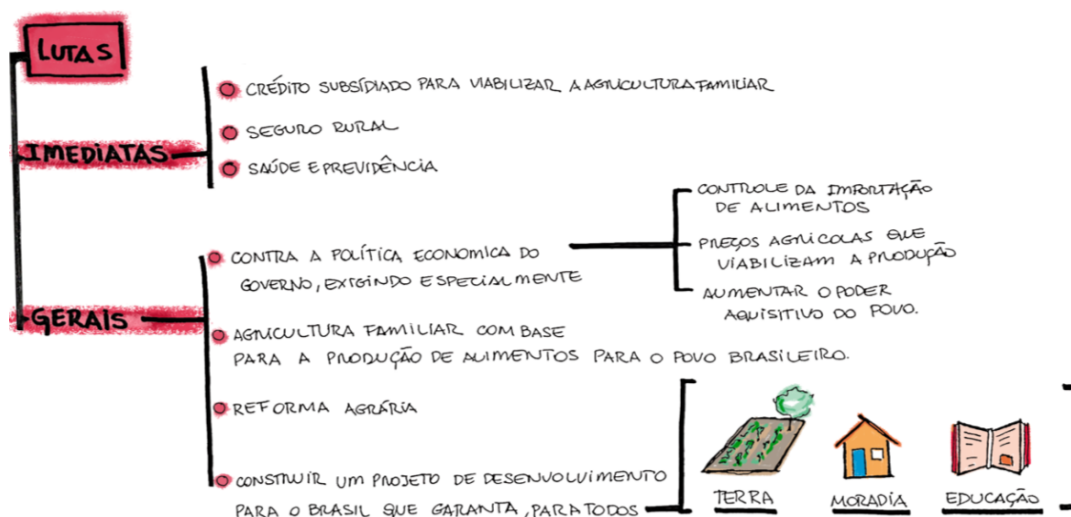
brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Rondônia (Niemeyer, 2014, p. 136-137).

Interessante, também, como a leitura de Fernandes (2003) sintetiza as origens do MPA. Em suas palavras, “nasceu”.

O MPA nasceu da história que está sempre grávida de justiça, de direitos e dignidade humana. Por isso o MPA é filho das lutas indígenas, das lutas quilombolas, de Canudos e Contestado, de todas as lutas camponesas de cinco séculos de latifúndio. Filho da história, o MPA é um dos irmãos mais novos da família camponesa brasileira e junta-se a seus irmãos e irmãs: a CPT Comissão Pastoral da Terra, o MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MAB Movimento dos Atingidos por Barragens – e a ANMTR Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. Essa família tem seus parentes nos continentes: americano, africano, europeu e asiático, formando uma comunidade mundial, que é a Via Campesina (Fernandes, 2003, p. 04).

Nos anos iniciais, o MPA se dedicou à consolidação de um projeto estratégico “guia” que representasse a diversidade das demandas e lutas das famílias dos estados que abrangia³⁹. Gerson A. Borges, militante do MPA, pesquisa sobre o plano estratégico de desenvolvimento territorial, analisando desde o plano de lutas gerais do MPA até a construção do Plano Camponês. Conforme aponta,

Imagem 6 – Organograma “Lutas imediatas e lutas gerais do MPA”



Fonte: Borges, 2020, p. 59.

39

*A decisão de constituir o MPA como um Movimento Nacional deu-se em Brasília nos dias 12 e 13 de dezembro de 1998, com a presença de representantes de sete estados. Nesta reunião foi analisada a entrada violenta do neoliberalismo no campo e que tipo de reação os camponeses deviam desenvolver. As principais conclusões deste encontro fundador foram que as estruturas sindicais estavam viciadas, que as bases quando mobilizadas mostravam disposição de luta, que faltava trabalho de base, necessidade de desenvolver formas permanentes de lutas e que a organização popular devia se sobrepôr a manutenção das estruturas. Decidiu-se nesta reunião construir um Movimento Nacional de Luta do Pequenos Agricultores com as seguintes características: lutas de massa; organização de base; formação política, ideológica e técnica; bandeiras simples, claras, objetivas e mobilizadoras." (<https://mpabrasil.org.br/historico/>)

O plano de lutas acima foi fundamental para os camponeses do MPA trilharem em direção à construção do Plano Camponês, que, em nossa opinião, é a expressão do projeto alternativo de desenvolvimento para o Brasil que o MPA começou a pensar em 1997. Acreditamos que uma instituição engajada com o seu futuro necessita, em primeiro lugar, de um projeto estratégico com o potencial de ser um guia na interação dos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2017). Um país, um estado, um município, uma empresa, um movimento socioterritorial... todos carecem de um projeto estratégico. Compreendemos que os projetos de desenvolvimento territorial precisam de uma série de políticas públicas emancipatórias para se estruturarem. Nesse ponto de vista, se o projeto é uma construção dos camponeses, são eles quem deve elaborar e executar as políticas públicas, para que aumentem as possibilidades de êxito (Borges, 2020, p. 59).

Organizar as pautas, analisar a estratégia de classe e elaboração de projeto foi a missão do MPA para a construção de um Plano Camponês. Para isso, foi necessário fazer um arranjo dos eixos fundamentais do projeto para combinar a produção de comida saudável, que combata o agronegócio, com bases em uma economia camponesa,⁴⁰ defesa dos recursos naturais, condições mais justas de acesso para promoção da Soberania Alimentar e Poder Popular.

O campesinato expressa “uma forma de produzir e viver, com particularidades culturais marcadamente regionais, mas com uma base material comum que produz interesses sociais, econômicos e políticos que o unificam” (MPA, Doc. Interno). A construção da sua autonomia relativa exigirá, segundo Carvalho⁴¹ “a construção de uma teoria geral sobre o campesinato nas formações econômicas e sociais sob a dominação hegemônica do capital”. Essa concepção tem sido a base, o embrião para a elaboração de uma “estratégia global” para a afirmação do campesinato como classe social, condição essencial que as lutas camponesas apontem para a necessidade de ruptura da dependência camponesa do capital. camponesas de produção em cooperação com a natureza viva (Silva, 2017a, p. 04).

Assumir o papel do campesinato como classe na defesa da Soberania Alimentar foi um importante debate para contrapor o capitalismo agrário, cujo

⁴⁰ “Within the peasant economy, labour is mostly provided by the family. This means the labour market does not govern its allocation and remuneration. The same applies to capital (although this aspect was not explicitly addressed by Chayanov). Every peasant farm contains, and thus represents, capital. But it is not capital in the way that capital is understood in the Marxist sense: as a relation. The “capital” contained within a peasant farm consists of the house and other farm buildings, the land, the many improvements made to it (roads, canals, wells, terraces, increased soil fertility, etc.), the animals, the available genetic material (seeds, a sire), the machinery, the available traction power (of whatever kind). Memory is also an intrinsic part of this capital, just as networks (for selling the products, obtaining mutual help or exchanging seeds) and savings (money available for whatever purchases are needed) are part of it. But this “capital” is not used to produce surplus value to be invested again in order to produce more surplus value. It does “not conform to the classical [Marxian] formula, $M - C - M + m$ ” (1966: 10). Nor is it accrued through the exploitation of others’ wage labour. In peasant agriculture, “capital” is simply the sum of the available buildings, machines and the like.” (PLOEG, 2013, p. 24-25)

⁴¹ Somente a construção da estratégia capaz de avançar no rompimento da subalternidade política e ideológica camponesa ao capital que a afirmação da autonomia camponesa poderá se desenvolver e adquirir forma. E não haverá possibilidade efetiva dessa afirmação camponesa sem que se vislumbre um caminho capaz de superar o modo de produção capitalista dominante, particularmente no campo. (CARVALHO, 2015 apud SILVA Leomarcio, 2017a, p. 04)

interesse é o lucro. O MPA afirma o campesinato como classe social, de modo que possa não somente aumentar qualitativa e quantitativamente as reivindicações e protestos, mas, sobretudo, intensificar o “enfrentamento político e ideológico no contexto das contradições sociais com as diversas frações da burguesia, para a realização de seus interesses de classe como camponeses”. (Carvalho, 2015 apud Silva, 2017a, p 05). O MPA contribui na trajetória da agroecologia enfatizando a relevância do campesinato como oposição às violências geradas pelo agronegócio. Alia as pautas de produção de alimentos saudáveis com a reivindicação de garantias de acesso aos trabalhadores na defesa do alimento como direito.

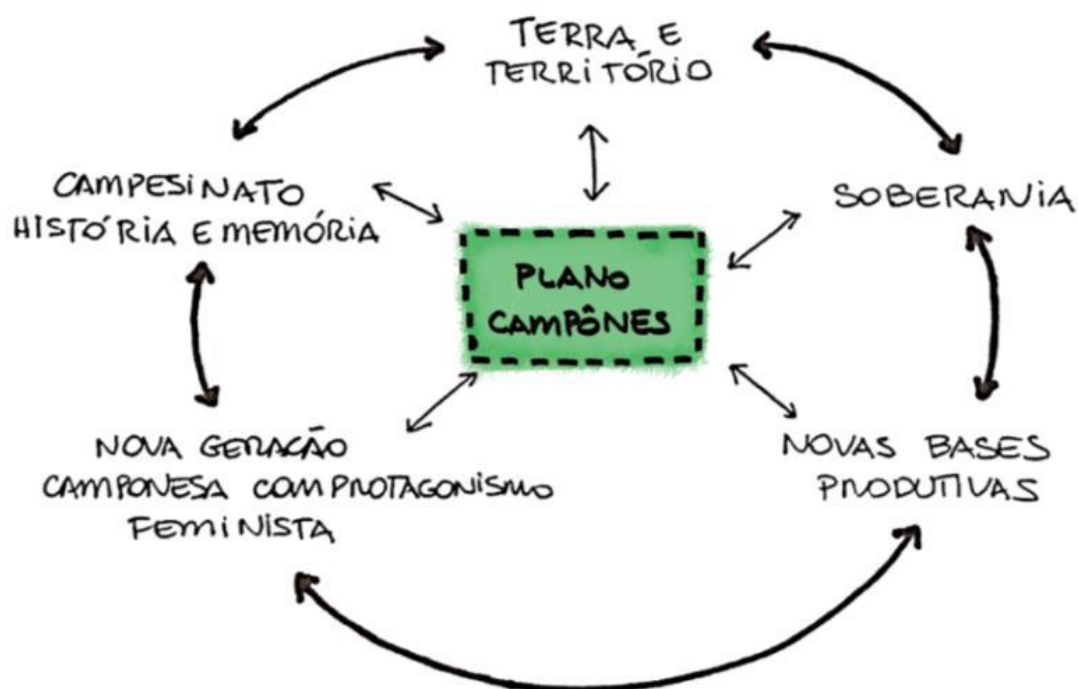
A alimentação é um direito social assegurado por lei no artigo 6º da Constituição Federal e é justamente a inserção desse direito na constituição brasileira que legitima a incessante luta dos movimentos sociais pela produção de alimentos saudáveis. Nesse sentido, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA- desenvolve o conceito de Soberania Alimentar, que preconiza a produção e comercialização de comida local, vinculada à cultura e ao modo de vida da população que a produz e consome (Ribeiro, 2015, p.160).

Sendo assim, no plano camponês, a luta contra as contradições (agronegócio em sua composição com multinacionais, Latifúndios e Estado) e a defesa da Soberania (Alimentar, Energética, Genética, Hídrica e Territorial) foram incluídas como estratégias de classe, somando-se aos pontos de Produção, Educação/Formação, Vida de Qualidade e Comunidade Camponesa. Em uma de suas cartilhas, o MPA explica que, na história da classe trabalhadora, na história dos camponeses e das camponesas, nunca tivemos uma proposta, um plano para o campesinato. Por isso, nos últimos anos, viemos estudando e debatendo sobre a atual situação da sociedade e do campo brasileiro, discutindo seus potenciais e seus condicionantes. (MPA, 2009, p.09).

Gerson A. Borges destaca o plano camponês como projeto de desenvolvimento territorial que auxilia na escala de disputa territorial com o agronegócio. A divisão em cinco eixos estratégicos é didática para orientar estratégias de ação e de reivindicação de Políticas Públicas de direito.

O MPA, para lutar por políticas públicas e construí-las sob uma perspectiva maior de criar uma síntese de uma nova sociabilidade no campo. Desse modo, ao longo de sua história, iniciaram a elaboração de um projeto de desenvolvimento territorial, o qual alcunharam Plano Camponês. Ponderamos que, por meio do Plano Camponês, os agricultores da base do MPA ampliaram as dimensões e escalas de disputa territorial com o agronegócio. Isso com a tendência de ser corolário da maior autonomia e liberdade alcançada e buscada por parte do campesinato da base desse movimento socioterritorial (Borges, 2020, p. 185-186).

Imagem 7 – Organograma “Estrutura do Plano Camponês”



Fonte: Borges, 2020, p. 62.

A seguir, uma representação em formato de tabela dos elementos do Plano Camponês (Tabela 6) e da exposição dos cinco eixos programáticos do Plano Camponês (Tabela 7). Destacamos a inclusão de termos como agroecologia camponesa e abastecimento popular no eixo sobre produção; no eixo sobre história do campesinato, reconhece os povos originários e tradicionais como elemento da diversidade camponesa, assinalando que essa diversidade não exclui a juventude e as mulheres camponesas – com um eixo dedicado à superação do conservadorismo no campo, que impunha limites às demandas de debate geracional e anti-patriarcado.

Tabela 6 – Representação dos elementos do Plano Camponês em 2009

P L A N O C A M P O N Ê S	Produção	Sistemas Camponeses de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.	
		Agro industrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados	
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas	
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local	
		universidade	nossa realidade, acesso aos camponeses	
		informal	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
	Vida de Qualidade	moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima	
		esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.	
		cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos	
		lazer	festas, bailes, torneios, encontros,	
		saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, etc.	
	Comunidade Camponesa	Elos Unificados	alguma estrutura comunitária	
		Fator de Resistência	escola na comunidade troca de dias de trabalho, mutirões	
	Soberania	Alimentar	comida é local, vinculada a cultura, modo de vida produzir de tudo um pouco sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental	
		Energética	Produção, controle e auto consumo de energia Mudança na matriz energética Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
		Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento Divulgar as experiências já existentes	
		Hídrica	Recuperar nossas nascentes Implementar técnicas de coleta e armazenagem de água Desenvolver pequenos sistemas de irrigação	
		Territorial	Material e Imaterial	espaço de vida espaço produção espaço disputa
	Contradições	Agronegócio	Multinacionais Latifundiários Estado Brasileiro	

Fonte: MPA, 2009, p. 10.

Tabela 7 – Cinco grandes eixos programáticos do Plano Camponês

1) CAMPESINATO E HISTÓRIA: afirmação dos camponeses e dos povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo
2) SOBERANIA: biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial.
3) TERRA E TERRITÓRIO: reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura, educação, saúde e comunicação.
4) NOVA BASE PRODUTIVA: agroecologia camponesa e abastecimento popular, cooperação, agroindústria e nova ciência e tecnologia.
5) NOVA GERAÇÃO CAMPONESA E FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: a construção de uma nova geração camponesa com base no acesso à Terra e o Território, agroecologia camponesa e abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado

Fonte: MPA, 2022, p. 21-22

1.2.b Caminhada: encontros e congresso

*“Pequeno em Movimento
Gigante na Produção
Unidos na Agricultura
Para alimentar esta Nação.”
(Antônio Gringo)*

No decorrer de sua trajetória, o MPA desenvolveu quatro grandes encontros a nível nacional, cujas deliberações envolveram desde a base social e a militância, permitindo amadurecer as estratégias de combate ao agronegócio. As três primeiras atividades foram planejadas como Encontros Nacionais⁴², enquanto, na quarta, obteve o caráter de I Congresso Nacional do MPA, celebrando o caminhar de duas décadas.

⁴² **Encontros Nacionais e Congresso do MPA** - Ao longo de sua história, o MPA desenvolveu 4 grandes atividades nacionais de caráter decisório envolvendo a base social e a militância. As três primeiras como Encontros Nacionais e a quarta como um Congresso do MPA, no ano de 2015. **Encontro Nacional** - O 1º Encontro Nacional do MPA ocorreu em maio de 2000, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, reunindo cerca de 280 pessoas. Aqui se firmou a forma de organização pelos grupos de base e a necessidade de formar militantes para o Movimento. O 2º Encontro Nacional aconteceu em fevereiro de 2003 em Ouro Preto do Oeste, Rondônia, já com a presença de 17 estados. São consolidadas as instâncias organizativas e a necessidade de estudar e sistematizar a luta, história e organização do campesinato brasileiro. O 3º Encontro Nacional aconteceu em abril de 2010 em Vitória da Conquista, Bahia. Fortalece-se o rosto jovem e feminino do MPA, avança no processo da construção do Plano Camponês como estratégia do Movimento. **Congresso Nacional** - O Congresso é a instância máxima da Organização. Em outubro de 2015, realizou-se o 1º Congresso do MPA, em São Bernardo do Campo, São Paulo. O município sede fora escolhido por ter sido o palco das lutas operárias por redemocratização e celebrar a consigna do MPA para o próximo período “Plano Camponês – Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar”. (<https://mpabrasil.org.br/historico/>)

Tabela 8 – Encontros e Congresso MPA

ENCONTROS	AFIRMAÇÕES E DESAFIOS
2000 I ENCONTRO NACIONAL Ronda Alta - RS 21 a 24 de maio Cerca de 280 pessoas, com presença de 06 estados	<p>Aqui se firmou a forma de organização pelos grupos de base, e a necessidade de formar militantes para o Movimento.</p> <p>Onde foram definidos os seguintes desafios:</p> <p><i>1) Afirmação do MPA como Movimento Nacional; 2) Consolidação da Criação do Movimento e 3) Prioridade próximo período para o MPA: Avançar no NE através do deslocamento de militantes para a região.</i></p>
2003 II ENCONTRO NACIONAL Ouro Preto do Oeste - RO 02 a 05 de fevereiro Com a presença de 17 estados	<p>Se consolida as instâncias organizativas, e a necessidade de estudar e sistematizar a luta, história e organização do campesinato brasileiro.</p> <p>Resultando nas seguintes afirmações e desafios:</p> <p><i>1) o MPA é um Movimento Camponês de caráter sindical, popular e político; 2) Consolidação dos Planos dos Coletivos de formação, educação e produção; 3) Fortalecimento da estrutura organizativa através de instâncias; 4) Necessidade de Construir Projeto Estratégico independente do Governo. Inicia-se o debate pela construção do Plano Camponês; 5) Realização da I plenária das mulheres do MPA.</i></p>
2010 III ENCONTRO NACIONAL Vitória da Conquista – BA 12 a 16 de abril Com a presença de 01 estados e 05 representações Internacionais,	<p>Se fortalece o rosto jovem e feminino do MPA, avança no processo da construção do Plano Camponês como estratégia do Movimento.</p> <p>Resultando nos seguintes desafios e afirmações:</p> <p><i>1) Plano Camponês como projeto estratégico antagônico ao agronegócio; 2) Campesinato como classe social; 3) Produção de alimentos como centralidade do MPA; 4) Massificação das sementes crioulas em todos estados; 5) Afirmação do modelo orgânico tendo grupo de base como célula fundamental; 6) Autossustentação como princípio político iniciando a Campanha de auto sustentação; 7) Lançamento da Campanha contra os Agrotóxicos e a Campanha pelo fim da violência contra as mulheres; 8) Realização das Plenárias da Juventude e das mulheres.</i></p>
2015 I CONGRESSO NACIONAL São Bernardo do Campo – SP 12 a 16 de outubro	<p>É a instância máxima da Organização. “Plano Camponês – Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar”.</p>

Fonte: MPA, 2013, p.10-11 e <https://mpabrasil.org.br/historico/>

Imagem 8 – I Congresso Nacional MPA 2015



Fonte: acervo MPA.

Segue abaixo matéria postada na website da Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo - CLOC⁴³ sobre o I Congresso do MPA (Imagem 8), na qual está registrado que a sua programação incluía a realização da I Feira Nacional da Agricultura Camponesa e do I Congresso Mirim do MPA (Imagem 9).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realiza o seu I Congresso Nacional nos dias 12 a 16 de outubro no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo (SP), local histórico das lutas operárias. Com o tema “Plano Camponês, Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar” o congresso consolida a aliança camponesa e operária, tendo no Alimento Saudável o elo unificador. Na oportunidade espera-se receber mais de 4.000 camponeses e camponesas, numa proporção de 50% mulheres, 50% homens e 60% Juventude, vindos de 19 Estados onde o MPA tem base organizada, bem como, a participação dos operários e delegações internacionais. Ainda, durante o Congresso está sendo realizada a I Feira Nacional da Agricultura Camponesa, que é aberta ao público em geral, com praça de alimentação, alimentos e bebidas agroecológicos do Campesinato, bem como, artesanato e muita cultura de todas as regiões do país. Também é realizado o I Congresso Mirim do MPA, onde as crianças do movimento terão a oportunidade de estudar, brincar, criar e aprender ainda mais sobre o movimento que fazem parte (CLOC-Via Campesina, 6 de outubro de 2015).

⁴³ La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Vía Campesina) es una instancia de articulación continental con más de 25 años de compromiso constante con la lucha social, representando a movimientos campesinos, de trabajadores y trabajadoras, indígenas y afrodescendientes de toda América Latina. También lucha por los derechos humanos, económicos, culturales, sociales y políticos de los pueblos en la defensa de la producción y vida campesina. Asumiendo la lucha de clases como un medio para lograr una sociedad democrática y plural sin explotados ni explotadores, soberana e independiente. FONTE: <https://cloc-viacampesina.net/que-es-la-cloc-via-campesina>

Imagem 9 – I Congresso Mirim do Nacional MPA 2015



Fonte: acervo CNEC MPA.

1.2.c Legado: história social do campesinato brasileiro

“O Brasil precisa se dar o trabalho de reconhecer seu profundo descaso em relação ao saber popular camponês. Saberes profundos que se originam de nossas três matrizes sócio-culturais: afro, indígena e europeu. Estes saberes estão alicerçando continuamente o processo de construção de existir do povo brasileiro.”
(Derli Casali)

Dedicado à questão da formação camponesa, o MPA conta com alguns pesquisadores como referências aliadas e que contribuíram nos espaços de estudos, seminários e na elaboração de materiais. Recordamos aqui apenas alguns dos nomes desses apoiadores e respectivos estudos importantes ao longo da formação do movimento. Um deles foi o artigo intitulado “Delimitação conceitual de campesinato”, elaborado por Bernardo Mançano Fernandes, apresentando 03 teses que foram importantes na problematização.

De modo objetivo, discutimos esses paradigmas e os denominamos a partir de suas perspectivas para o campesinato. O paradigma do **fim do campesinato** compreende que este está em vias de extinção. O paradigma

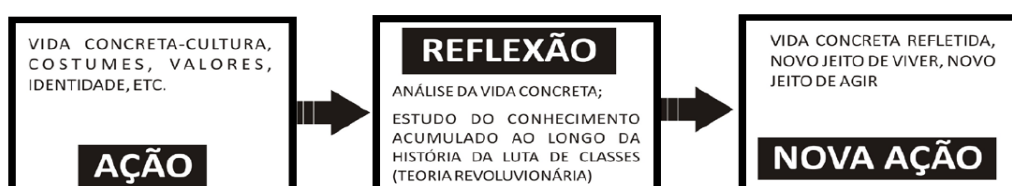
do **fim do fim do campesinato** entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da **metamorfose do campesinato** acredita na sua mudança em agricultor familiar (Fernandes, documento interno).

Retomando a discussão em 2003, Fernandes analisa o apagamento do conceito de campesinato por parte dos intelectuais no Brasil, seja por aqueles que apostam no seu fim, seja por aqueles que impõem a lógica da agricultura familiar como tese da metamorfose.

O conceito de camponês está diretamente vinculado à luta contra o capital. Portanto, foram diversas as tentativas de jogá-lo no ostracismo. E essa impostura é uma forma de enfraquecer os movimentos camponeses. Ora, impedindo que eles se organizem, ora impedindo que eles utilizem o seu próprio nome. Esses impedimentos, nem sempre são colocados à força. Muitas vezes, os próprios intelectuais fazem teses acadêmicas para convencer a todos de que o conceito não tem sentido. Por essa razão, naquela época, os camponeses que fundaram o MST decidiram colocar a palavra trabalhadores em vez da palavra camponeses. Todavia, quando o Movimento dos Pequenos Agricultores foi fundado, na segunda metade da década de 1990, a ideia de Agricultores Familiares já era extremamente forte. Também tinha sido construída para negar o conceito de camponês. Mesmo sem ter clara a diferença conceitual, os camponeses que fundaram o MPA sabiam que havia diferenças de projetos políticos. Também sabiam que a palavra trabalhadores é muito genérica para nomeá-los. Por essa razão, optaram pela palavra Pequenos Agricultores. O importante nesse debate é compreender que o importante não é o nome, que podem ser diversos em várias partes do Brasil e do mundo. O essencial é a memória histórica e cultural de um grupo social que resiste. (Fernandes, 2003, p. 18).

Em 2009, o MPA escreveu sobre o valor da formação para a práxis dos militantes, refletindo sobre o papel de agir e pensar. Nessa cartilha, foi apresentado o esquema (Imagem 10), que segue abaixo, para ilustrar a importância da reflexão sobre a ação, o resultado de refletir sobre as ações, como o acúmulo histórico das lutas de classes (teoria revolucionária) possibilitaria uma mudança nas posturas e ações estratégicas.

Imagem 10 – Esquema AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO - sobre formação MPA 2009



Fonte: MPA, 2009, p. 13.

Foi muito grande a contribuição de Horácio Martins de Carvalho por trazer reflexões contemporâneas sobre o papel do MPA como sujeito político. Especialmente, pela sua contribuição junto ao movimento no resgate teórico-acadêmico da reflexão em torno do campesinato e, sobremaneira, do campesinato como classe social. Silva retoma a grande empreitada que reuniu militantes e dezenas de intelectuais.

As indagações próprias do movimento lhes remeteram a articulação nacional de mais de cem intelectuais do Brasil e de outros países resultaram na obra HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL², que aliando o processo de lutas e a opção pelo estudo permitiu ao MPA se posicionar em contraponto às teses do Fim do Campesinato e Metamorfose Camponesa. Os espaços paralelos organizados pelo MPA juntamente a sua militância, coordenações e parceiros sob forma de seminários, palestras, cursos e escolas de formação em torno do tema Campesinato que subsidiaram a coordenação do movimento pela Práxis lhes permitiu compreender que, “Camponês” e “campesinato” são palavras recentes no vocabulário brasileiro. Elas aqui chegaram pelo caminho da importação política, introduzidas pelas esquerdas, a partir da década de 50⁴⁴. “Camponês” e “latifundiário” são “palavras políticas”, introduzidas para explicitar a existência de duas classes sociais no campo e para “dar unidade às lutas camponesas”. Não são, portanto, meras palavras. Estão “enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais” (Martins, 1990, p. 21-3; Silva, 2017a, p. 03).

Em entrevista para a pesquisa de Niemeyer (2014), a pesquisadora Leonildes Medeiros comenta suas impressões sobre esse mutirão de reconstrução do conceito de campesinato na história no Brasil, destacando o aprendizado mútuo entre movimento e academia.

Sobre a participação dos militantes durante as reuniões, Leonildes Medeiros recorda que a sua postura era mais passiva do que ativa e que ouviam mais do que falavam. No entanto, quando a pesquisadora teve oportunidade de contribuir em um processo formativo do MPA, em 2013, reparou uma mudança de posicionamento e aqueles que antes permaneciam calados dividiram as mesas com os pesquisadores e participavam ativamente dos debates, de igual para igual. Cotejando esta declaração com depoimentos de dirigentes e militantes do MPA coletados ao longo da pesquisa de campo, pude depreender que a construção da coleção, em si, equivaleu a um processo de construção social de conhecimento mobilizada pela relação de troca entre o conhecimento profissional e o prático. Nessa dinâmica, não só os camponeses ampliaram a sua perspectiva sobre o campesinato, como os intelectuais e acadêmicos desenvolveram outras noções sobre o seu objeto, que foi o sujeito provocador do projeto (Niemeyer, 2014, p. 173).

⁴⁴ Destacamos que o termo campesinato já aparecia nos jornais brasileiros de vinculação anarquista no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Leomarcio destaca o curto espaço de tempo em que o MPA conseguiu reunir tamanha quantidade de contribuições para a elaboração dessa desafiante coleção, constituindo um importante instrumento de estudo, com suporte de renomados intelectuais do campo agrário. A construção da obra foi coordenada pelo MPA, resultando na relação construída com mais de 100 intelectuais e na organização de cinco livros com 9 tomos e, posteriormente, o 10º livro intitulado *Mulheres Camponesas*. (Silva, 2017a, p 03) O resultado final foi uma coleção sobre a História Social do Campesinato no Brasil que oferece subsídio aprofundado para compreender os desafios e possibilidades, superando a tradição hostil de ostracismo e negação por parte da academia.

O MPA passa num curto espaço de tempo a organizar um processo de estudos reunindo dezenas de renomados “agraristas brasileiros” no intuito de compreender como vivem os camponeses no Brasil contemporâneo; os diferentes modos de vida e de expressões identitárias; seus desafios e possibilidades, o que exigiu uma retrospectiva histórica ao processo de ocupação do campo brasileiro e os principais conflitos pelas ocupações, resistências e afirmação do campesinato no Brasil, dando origem a obra História Social do Campesinato (Silva, 2017a, p 02).

1.2.d Mística: elementos simbólicos do campesinato

*“Símbolos assemelham-se a horizontes.
Horizontes: onde se encontram eles?
Quanto mais deles nos aproximamos, mais fogem de nós.
E, no entanto, cercam-nos atrás, pelos lados, à frente.
São o referencial do nosso caminhar.”
(Rubem Alves)*

No decorrer dos anos, o MPA vem dando passos para a direção da nova sociedade. Nessa caminhada de luta, conforme um texto de 2009 (que se mantém bastante atual), o MPA apresenta a importância do resgate da cultura popular. Segue a citação:

Nesses anos de luta, de conquistas, de afirmação camponesa, resgate da cultura popular, nós, o movimento dos pequenos agricultores, fomos dando muitos passos importantes na história do campesinato brasileiro e da história dos trabalhadores. Fomos acumulando muito no sentido de qual o tipo de organização queremos e precisamos para chegarmos a sociedade nova que queremos e estamos construindo (MPA, 2009, p. 13).

Esses elementos podem ser encontrados na configuração das simbologias do MPA na busca de um diálogo que reúna essa identidade de classe, campesinato, com as diversificadas expressões camponesas. Podemos observar que o MPA valoriza a dimensão mística das linguagens simbólicas em suas poesias, cartazes, na constituição da bandeira e no hino (Imagem 11).

Imagem 11 – Elementos da simbologia camponesa na bandeira do MPA

O **MAPA DO BRASIL**, demonstra que nossa organização é nacional, a causa camponesa mesmo com suas singularidades se unifica em todo o Brasil.

A **MÃO COM AS SEMENTES CRIOLAS** representa a solidariedade camponesa na doação e na partilha de seus frutos, também representa a diversidade produtiva e a defesa das sementes que são algumas das bases fundamentais da Soberania Alimentar.

O **VERDE** representa as lavouras e plantios de alimentos, que marcam nossa tarefa histórica de produzir alimentos saudáveis para o povo, assim como a capacidade camponesa de produzir e preservar o meio ambiente que somos parte.



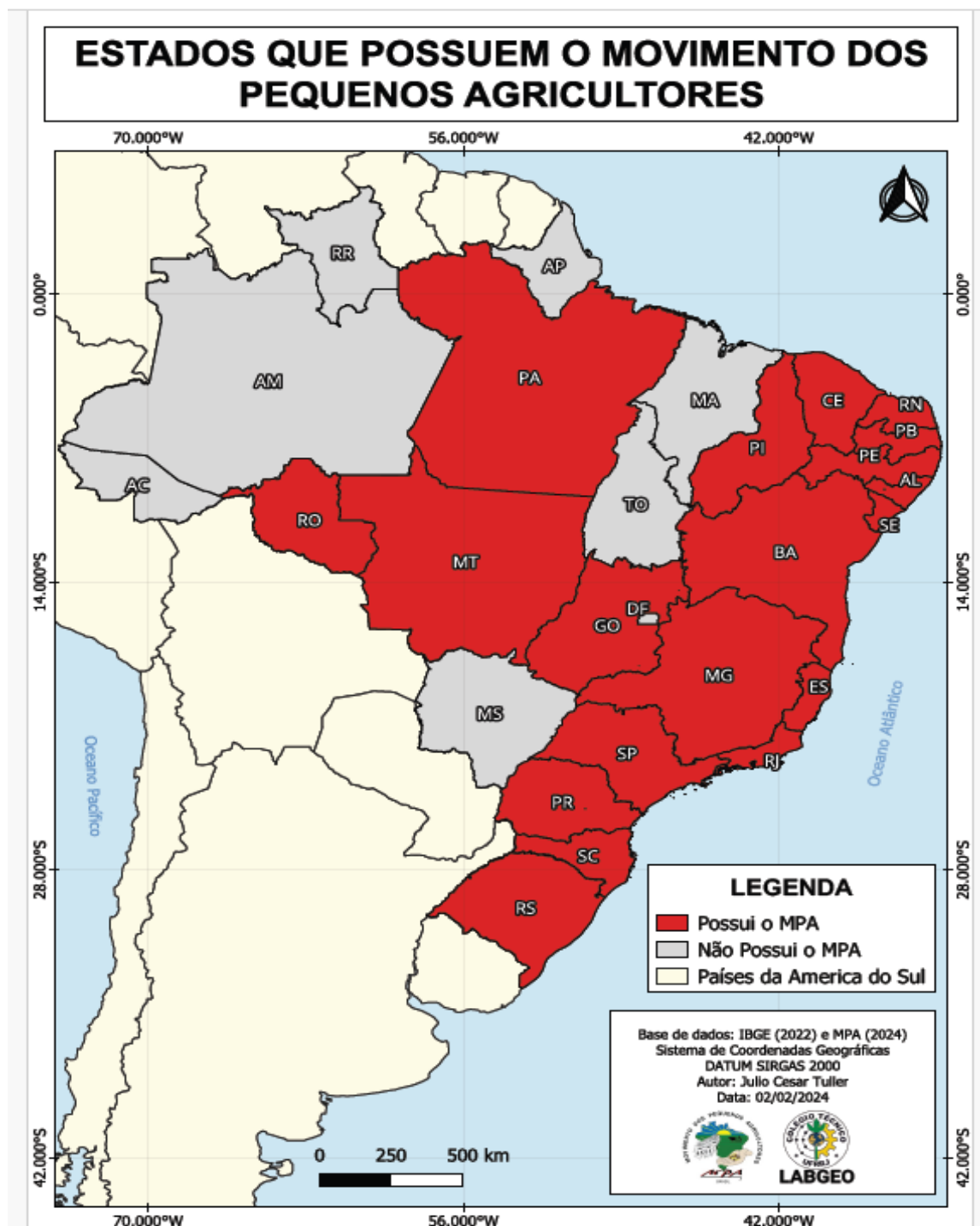
A **MARCHA** de jovens, homens, mulheres e crianças **com ferramentas em punho** relembra que nossa Organização surgiu assim, sob as longas marchas e caminhadas nas beiras das estradas, significa a necessidade da organização do povo para a conquista dos direitos, reafirma que o Movimento é composto pela diversidade camponesa, de gênero, cultura e gerações.

O **ARADO** e a **ENXADA** são símbolos da cultura e da mística camponesa, representam as diversas ferramentas de trabalho utilizadas para a produção dos alimentos no trabalho da terra, também representam a nossa ligação com nossas raízes e com nossa história.

Por último, **HORIZONTE** formado pelo céu azul e pelo sol raiando representam nossos objetivos e aspirações, é o Rumo que o Movimento e a luta apontam. Representa a nossa via, rumo a sociedade justa, fraterna e comum.

Fonte: <https://mpabrasil.org.br/nossa-bandeira/>

Imagem 12 – Mapa “Espacialização nacional do MPA”



Fonte: LABGEO/CTUR/UFRRJ

HINO DO MPA

*Somos movimento campesino, brasileiro
somos construtores do projeto popular
nosso semear mostra ao mundo inteiro
companheira, companheiro é preciso caminhar*

*Respeitando a terra plantando soberania
contra o sistema segue firme em mutirão
não será em vão nossa rebeldia
nascerá um novo dia fruto da revolução*

*No horizonte a vitória
da aliança libertária
alimenta a nossa luta
camponesa e operária*

*Nossa afirmação nosso plano camponês
somos esse grito por justiça social
arrancar o mal escrever de vez
a história que se fez
a luta é internacional*

*Homens e mulheres a colher um tempo novo
novas gerações o cultivo da igualdade
com diversidade entendendo o todo
segue em frente nosso povo
passo a passo a liberdade*

*No horizonte a vitória
da aliança libertária
alimenta a nossa luta
camponesa e operária*

Hino do MPA construído coletivamente e cantado, pela primeira vez, nacionalmente, no I Congresso Nacional do MPA, ocorrido entre os dias 12 e 16 de outubro de 2015 em São Bernardo do Campo/SP.

CAPÍTULO 2 - CAMPESINATO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Terra e Liberdade: campesinato e suas origens no pensamento libertário

*“TERRA-MÃE
 (...)Mãe-terra, não fique desesperada
 Ainda há filhos que te querem bem.
 Ainda há camponeses que estão
 Acariciando o teu frágil corpo
 E renovam a cada manhã,
 E a cada tarde
 O compromisso de te amar
 Sempre! Sempre! (Derli Casali)*

Os assuntos aqui tratados são referentes a uma pesquisa de décadas sobre o tema anarquismo e campesinato. Sistematizamos alguns dos materiais relevantes para suprir a lacuna de obras editadas, atualmente, pouco acessíveis. A partir desse trabalho, torna-se possível analisar, também, as vias que possam garantir a melhor acessibilidade para essas discussões. Esperamos, assim, contribuir em parte para o atendimento dessa demanda recorrente, tanto para o estudo e a formação dos sujeitos do campo, quanto para militantes anarquistas e demais correntes do socialismo que busquem conhecer as contribuições libertárias para o campo e as questões da história social do campesinato.

Como a temática da luta pela terra sempre constituiu um campo fértil do anarquismo, podemos considerar novas edições dos clássicos que se debruçaram sobre as questões camponesas como uma necessidade urgente, de modo que parte dessa memória do socialismo não caia no esquecimento. Reconhecemos os esforços de nossos editores, pois, ainda que o lançamento de obras do anarquismo sobre o campo seja modesto, esse importante papel vem aumentando aos poucos, e algumas obras valorosas já se encontram disponíveis. Como costumamos dizer: *“Memória é Luta!”*⁴⁵, quando muitas informações, materiais e fatos são negados por uma historiografia tida como oficial. Julgamos que reavivar esses materiais é um ato político que nos permite inspirações libertárias frente aos desafios do presente, assim como

⁴⁵ Consigna adotada pelo Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC), fundado em 8 de dezembro de 2004, que tem como objetivo trazer à tona a história do anarquismo no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro.

permite trabalharmos em análises e estratégias que dialoguem com as causas concretas ensinadas pelas lutas das famílias camponesas.

2.1.a Eduardo Sevilla Guzmán e a “pinçada” do Anarquismo Agrário na evolução do conceito de campesinato

“Kropotkin mediante la existencia de una especie de ‘instinto socialista’ campesino, que tiene claras conexiones teóricas con la lógica de la economía campesina de Alexander V. Chayanov, reacia a aceptar las formas de organización de producción que introduce el capitalismo en el campo y que constituyen las formas solidarias de Trabajo en común del campesinado tradicional, en cuyo universo sociocultural el concepto de salario es difícil de ser aceptado.”
(Eduardo Sevilla Guzman)

No ano de 2004, em decorrência do encontro da Via Campesina no Brasil, foi providenciada uma tradução, do castelhano para o português, da obra de Sevilla Guzmán e Molina. Esse trabalho foi visto pelos movimentos sociais do campo como fundamental para o fortalecimento do debate camponês no país. Tivemos acesso a essa versão para uso interno, na qual a Via Campesina faz uma breve introdução. Destacamos uma pequena parte:

A Via Campesina do Brasil, articulação formada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesa (MMC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) tem uma oportunidade ímpar de apresentar à sociedade brasileira um estudo de Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina, com o título Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato (Via Campesina, 2004).

A obra tem o intuito de fomentar os subsídios históricos e conceituais para as famílias camponesas sobre o seu papel, sua diversidade no modo de ser e de viver nas mais diferentes formas de regimes econômicos e seus impactos na qualidade de vida da sociedade. Contribuiria, ainda, para setores interessados em se somar à luta por meio de apoio aos estudos e participação junto às organizações do campo. O sucesso dessa primeira versão, que circulou para uso interno da Via Campesina do Brasil, gerou uma edição em livro, com capa verde ilustrada com a simbologia de uma corrente que teve um dos elos quebrados.

Essa obra foi difundida com êxito nos espaços de formação política dos movimentos que buscavam estudo com bases no marxismo e no pensamento libertário⁴⁶, tornando-se leitura recomendada para a questão agrária e referência nos debates agroecológicos. Além dos capítulos trazerem a discussão marxista do campesinato, também apresentam o aporte de “*um ramo anarquista (ou anarquismo agrário) cunhado teoricamente por Bakunin e Kropotkin*”. Como fruto dessa repercussão, alguns anarquistas são procurados para contribuir com o aprofundamento das questões levantadas por Molina e Sevilla Guzmán.

Uma leitura do pensamento de Bakunin, completada com o de Kropotkin, sobre o campesinato e a revolução, contextualizada pela práxis intelectual e política do populismo russo, permite definir a “orientação teórica do anarquismo agrário” como um populismo especificamente anarquista que não vê em Rússia “os privilégios do atraso” a partir da perspectiva de uma recondução do processo de avanço das forças produtivas senão o desencanto, a miséria e como consequência o desespero do campesinato. O “atraso” não permite a “marcha atrás” senão o avanço para a revolução social⁴⁷ (Sevilla Guzmán e Molina, 2004, p.16).

Com o passar dos anos, surgiu a necessidade de uma reedição, uma vez que os exemplares disponíveis ao público já haviam se esgotado e presenciávamos alguns dirigentes de movimentos sociais citarem a importância dessa obra chegar nas mãos de cada um dos militantes. Assim, é concretizada a segunda edição. Dessa vez, a capa apresenta a simbologia de uma árvore rica em suas ramificações, representação que ilustra generosamente a diversidade camponesa. Em sequência, reproduzimos as imagens das quatro capas, nas quais são refletidos o momento e o diálogo com a concepção do papel da obra, materializados nas ilustrações (Imagem 13).

Na edição boliviana, curiosamente, sem a assinatura de Molina, o prefácio destaca, na obra, o papel da agroecologia nesse movimento de leitura política do caráter camponês, assim como a sua abordagem crítica. Ressalta, ainda, que, diferente de propostas ortodoxas frequentemente enfatizadas anteriormente no

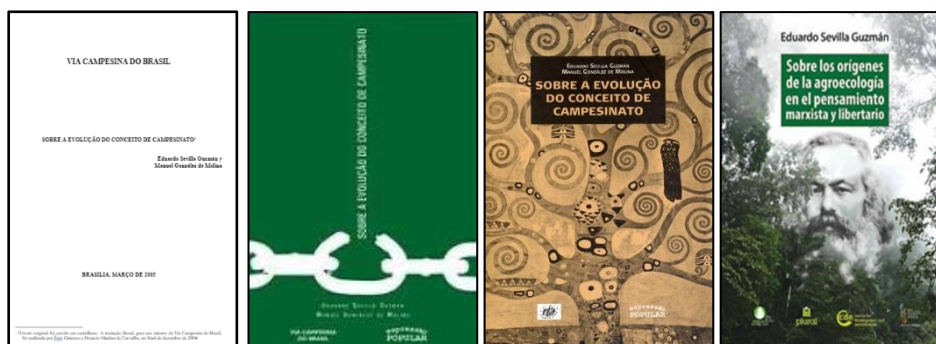
⁴⁶ Indicamos uma edição similar curiosamente assinada apenas por Sevilla Guzmán. Sevilla Guzmán, Eduardo. *Sobre los Orígenes de la Agroecología en el Pensamiento Marxista y Libertario*. La Paz - Bolívia: Plural editores, 2011.

⁴⁷ “(...) já que: 1) o apoio mútuo constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais que é possível potencializar frente a elementos inibidores; 2) a estrutura organizativa e material de sua organização econômica possui, certamente, um “atraso” que pode ser superado em formas de ação social coletiva de caráter revolucionário ao “reter este a energia da natureza popular”; 3) a condição subordinada a que se vê submetida sua forma de produzir, dentro de uma dinâmica de exploração crescente em que “trabalhar com as mãos lhes condiciona moralmente” fazendo-os odiar os “exploradores do trabalho”, de forma tal que: 4) só determinados aspectos tradicionais, atuantes como preconceitos, lhes separam, realmente, dos comuns “interesses dos trabalhadores urbanos”, pelo que, rompidos tais preconceitos pela comunidade “de interesses da classe trabalhadora”, é possível desatar a autêntica “rebeldia natural” existente na estrutura social do campesinato.” (Sevilla Guzmán e Molina, 2005)

campo político agrário crítico, essa obra de Sevilla Guzmán melhor se insere na expressão camponesa indígena latino-americana.

Un concepto fundamental que se destaca en la presente publicación es la “agroecología”, que toma un vuelo propio en América Latina y se constituye hoy en día en la alternativa más importante desde los movimientos indígenas y campesinos de esta parte del planeta para recrear una diferente forma de hacer agricultura. (Prefacio in: Sevilla Guzmán, 2011)

Imagem 13 – Edições da obra de Eduardo Sevilla Guzmán



Fonte: Acervo do autor.

Derli Casali frisa o papel libertário da agroecologia voltada às formas camponesas de fazer agricultura e que esse seria o princípio de aproximação com o MPA, mediante a compreensão política e ideológica da transformação da sociedade.

Partindo deste princípio e desta afirmação, fica evidente para o MPA que a produção agroecológica, os sistemas agroindustriais de mercado direto, os debates das sementes crioulas são importantes, mas não abarcam o conjunto de reflexões e práticas libertárias que estão na essência do plano camponês. Exemplo, uma coisa é a produção agroecológica feita por uma ONG que pensa em ficar rica. Outra coisa deve ser a compreensão política e ideológica que sustenta a produção agroecológica que visa transformar a sociedade, o fim das desigualdades e a sustentação do planeta (Casali, 2019, p 115).

Ainda no prefácio, Sevilla Guzmán justifica a dificuldade com edições seletivas do pensamento marxista, realizadas sob o filtro de correntes caracterizadas como ortodoxas. Conforme aponta, por esse filtro, não só os libertários seriam desconsiderados, como, até mesmo, as reflexões tardias do próprio Karl Marx sobre o papel do campesinato seriam evitadas de circulação.

La publicación del profesor Sevilla, quien ha dedicado gran parte de su vida a la promoción y estudio de la agroecología y su relación con los movimientos sociales en Latinoamérica y el mundo, muestra que la “creencia casi ciega” del marxismo ortodoxo en las promesas que subyacen de las tecnologías “modernas” asociadas a la revolución verde-industrial se basan en simplificaciones, omisiones y tergiversaciones hechas por los que editaban los manuscritos inéditos de Marx (...) el proceso histórico es unilineal, de modo que las comunidades indígenas o campesinas no tuvieron otra opción que convertirse en la “retaguardia” del proletariado, llevando a que juntos se encaminarían a la “industrialización de la producción de alimentos” fuera del contexto comunitario (Prefacio in: Sevilla Guzmán, 2011).

As reflexões ortodoxas⁴⁸ apostaram em formulações de desenvolvimento que não centraram o combate à Revolução Verde em sua totalidade. Em parte, até defendiam, de forma pragmática, a industrialização da agricultura como uma evolução do campo, um desenvolvimentismo no qual o campesinato não teria espaço, “análogo em alguns aspectos da teoria do fim do campesinato⁴⁹” – assim como as correntes, ideológica e radicalmente opostas, de modernização conservadora da agricultura (proposta pelo modelo capitalista).

Em dissertação no campo da geografia agrária, debatemos sobre a relevância dessa obra de Sevilla Guzmán e Molina. O autor Silvio Marcio Montenegro Machado utiliza sua abordagem teórica e metodológica para debater o conceito de campesinato e, em especial, a importância que o anarquismo dedicou a esses sujeitos históricos.

⁴⁸ “Cabe ressaltar que Marx e, posteriormente os marxistas ortodoxos, utilizam como exemplo, o campesinato francês que serviu aos interesses das elites burguesas nos acontecimentos de 1848 na França, momento em que parte do campesinato desempenhou um papel reacionário ao marchar juntamente com os conservadores e pegar em armas para conter as insurreições operárias em Paris. Esse é o contexto histórico que levou Luís Bonaparte ao poder. É nesse contexto histórico que Karl Marx, em 1852, escreve o 18 Brumário de Luís Bonaparte, fazendo uma avaliação de como o processo revolucionário de 1848 se converteu em um grande retrocesso para o proletariado Francês. As análises dentro da corrente marxista ortodoxa centram-se na questão da produção, focando nos aspectos econômicos do meio rural inserido no modo de produção capitalista e relegando a um segundo plano as discussões a respeito da organização, das relações sociais e dos simbolismos que caracterizam o meio rural.” (Machado, 2014, p. 55-6)

Em uma entrevista que destacamos um trecho aqui para não desviar do foco do texto, o pensador Eduardo Sevilla Guzmán apresenta a sua leitura sobre a necessidade de se diferenciar as correntes. *“Pero sobre todo me meto en el marxismo y en hacer una tipología del marxismo. Porque no hay marxismo: hay muchos marxismos, y hay que entenderlos. Hay algo perverso que ocupa una posición hegemónica y que yo llamo el marxismo ortodoxo. Y el marxismo ortodoxo lo defino con todo detalle y en su aplicación a la agricultura: porque lo primero que viene a decir el marxismo ortodoxo es que hay una evolución unilineal en el proceso histórico de tal forma que se va pasando de un estadio a otros y esa evolución unilineal determina que cada vez nos encontremos mejor y que vayamos hacia un mundo en que las desigualdades se rompan. Pero antes de llegar a ese cielo del socialismo, hay que bajar al infierno del capitalismo. Entonces eso es lo que destruye todo: que una secuencia histórica tiene que ir produciéndose, que el campesinado tiene que disolverse primero porque hay una superioridad de la gran empresa frente a la pequeña y todo eso. Algo que está demostrado que es absolutamente falso.*

Hay una caracterización de lo que llamo el marxismo leninismo y que es muy interesante porque muestra las aportaciones que hizo Lenin en un libro clásico que es “El desarrollo del capitalismo en Rusia”, donde se ha dicho que él predicaba la disolución del campesinado. No trata de mostrar aquello a lo que ineluctablemente estamos avocados a ir. Por el contrario, lo que hace es analizar cómo funcionó eso en Rusia en un determinado momento y cómo el campesinado tenía unos elementos de resistencia y de funcionamiento realmente valiosos.” (Sevilla Guzmán en entrevista, REVISTA NERA – AÑO 18, Nº. 27 – JANEIRO/JUNHO DE 2015)

⁴⁹ “Os estudos e as análises dos Marxistas não se deram conta que o campesinato tem uma lógica própria que foge à lógica do mercado, da ciência e do avanço da tecnologia. Quando Marx disse que o avanço do capitalismo, via o avanço da tecnologia, inevitavelmente levaria o campesinato ao fim, Marx falou a partir das experiências da Inglaterra. Na verdade, o mesmo não aconteceu com a França. Essa lógica é diferente. Seria, dentro de uma leitura mais ampla e mais a partir das condições concretas de uma família camponesa, afirmar que as famílias camponesas são muito voltadas para o seu umbigo, individualistas. Pelo contrário, são profundamente solidárias e revolucionárias.” (Casali, 2005, p. 30)

A corrente marxista ortodoxa afastou-se do narodnismo, passando a defender a ideia de que para alcançar o “paraíso” socialista seria necessário encarar o “inferno” capitalista. Estabelece-se também uma clara diferença entre as teses marxistas ortodoxas com as teses anarquistas que veremos mais adiante (Machado, 2014, p. 53).

Machado completa essa sua observação trazendo um trecho de Sevilla Guzmán e Molina que comenta sobre a predileção dos ortodoxos pelos avanços tecnológicos materiais para alavancar as forças produtivas, assim, passando longe de uma compreensão das causas camponesas. Tal leitura apresentada pelo campo ortodoxo é bem próxima da tese do fim do campesinato. Essa posição não é defendida pelos estudiosos que apostam em obras tardias de Marx, aos quais alguns autores chamam de neo-marxismo⁵⁰, que reconhece no campesinato o seu papel social.

Não seria, portanto o apoio mútuo, como defendiam os anarquistas, o elemento-chave na evolução do processo histórico, mas, sim, os avanços tecnológicos materiais, o desenvolvimento das forças produtivas, e o enfrentamento social que está provocaria, quer dizer, a luta de classes... Concretamente, a questão agrária no marxismo ortodoxo atribui um sentido histórico e alguns condicionamentos estruturais ao desenvolvimento do capitalismo de tal forma que o campesinato se converte em resíduo anacrônico condenado inelutavelmente a desaparecer ante o inexorável desenvolvimento das forças produtivas (Sevilla Guzmán e Molina, 2005, p.52).

No capítulo dedicado ao chamado “Anarquismo Agrário”, Eduardo Sevilla Guzmán observa que o campesinado, desde as obras clássicas dos anarquistas, é considerado como agente revolucionário, reconhecendo, também, o apoio mútuo, que serviu de inspiração para Kropotkin, como fator de evolução do modo de criação e recriação camponesa.

El movimiento anarquista puede ser definido como un sistema de pensamiento abierto y nada rígido que, compartiendo con otras corrientes radicales bastantes elementos de sus presupuestos filosóficos, de la crítica a la sociedad actual, así como del modelo de la futura sociedad ideal, se distingue por unos rasgos teóricos comunes que se concretan en la negación del Estado y la búsqueda del establecimiento de interrelaciones humanas con base en la cooperación voluntaria expresada mediante pactos libres desde el punto de vista de la praxis política. (...) Desde los intereses de este trabajo, es decir, en lo que se refiere al concepto de campesinado, las figuras clave

⁵⁰ “Uma corrente que Sevilla Guzmán & Molina (2005) e Marques (2008), apontam como marxismo-narodnista, na qual incluem A. Chayanov, como um de seus principais expoentes, discute a questão da permanência do campesinato, partindo de um estudo a respeito da organização da produção camponesa. Teodor Shanin (1983), também irá trilhar esse caminho, iniciado por Chayanov, acrescentando a discussão a respeito do modo de vida e da realidade social do campesinato, segundo Marques (2008:50), para Shanin “o campesinato era ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida”. (MACHADO, 2014, p.59)

configuradoras del “anarquismo agrario” son Bakunin y Kropotkin, a quienes pasamos a considerar (Sevilla Guzmán, 2011, p.61).

Décadas depois do lançamento desse trabalho, Eduardo Sevilla Guzmán é indagado⁵¹ a respeito dos conceitos chaves de seu pensamento sociológico investigativo sobre Agroecologia e campesinato. Esse material foi editado em 2015 com o título de *Revisitando la Agroecología: Entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán*. Nessa entrevista, concedida em sua própria casa, o professor Sevilla Guzmán respondeu, a uma dupla de também professores, David Gallar Hernández (Universidad de Córdoba) e Rosemeire Aparecida de Almeida (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), a respeito de temas que passaram por: sua trajetória investigativa sobre o campesinato de Andaluzia; aspectos da vinculação desses estudos com o caso do campesinato latino-americano; aspectos da luta camponesa no resgate de sementes e reforma agrária; se ele acreditava que a origem da agroecologia estaria no modo de vida do campesinato indígena. Foi indagado, ainda, se, em sua opinião, o problema da agroecologia hoje seria mais político do que técnico. Perguntas muito conectadas umas com as outras, para as quais, foram apresentadas respostas interessantes que sintetizam a sua visão sistêmica crítica. Na última parte dessa entrevista, os arguidores abordam questões referentes aos aportes marxistas para compreender o campesinato e o momento capitalista. Sevilla Guzmán faz uma bela exposição em resposta à pergunta sobre marxismo. Situa o campesinato dentro de distintas leituras de Marx e aproveita o oportuno tema para colocar em seu relato o registro sobre a contribuição do socialismo libertário para a teoria do campesinato.

¿Qué más? La teoría del campesinado como agente revolucionario de Bakunin muestra cosas muy interesantes. Elementos positivos y negativos, pero lo más importante es el concepto de apoyo mutuo que Kropotkin desarrolla durante muchos sitios viendo dónde existe el apoyo mutuo. ¿Qué es el apoyo mutuo? Realmente el apoyo mutuo es la búsqueda a establecer esa equidad en el manejo de los recursos naturales donde exista la creación de lazos de solidaridad para ir trabajando todos juntos conjuntamente e ir resolviendo los problemas de una manera colectiva, no individualizada. Y esto históricamente se desarrolla en varios sitios. El trabajo del apoyo mutuo de Kropotkin es un ejemplo realmente valiosísimo (Sevilla Guzmán 2015, p.290).

⁵¹ Entrevista realizada por David Gallar Hernández (Universidad de Córdoba) y Rosemeire Aparecida de Almeida (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Estágio Sênior da Capes Proc. Nº 17662-12-5) no dia 23 de abril de 2014, na casa do próprio Eduardo Sevilla Guzmán, em Córdoba-ES. Transcrição realizada por Nieves Rayo Martínez y Daniel Marfil Vara. Publicada em REVISTA NERA – ANO 18, Nº. 27 – JANEIRO/JUNHO DE 2015.

Machado (2014) corrobora a leitura de Sevilla Guzmán e Molina acerca do papel central de Bakunin e Kropotkin para as bases do chamado Anarquismo Agrário e acrescenta Elisée Reclus, um geógrafo anarquista não citado pela dupla espanhola. De fato, é um tema sobre o qual cabem diversos outros nomes do anarquismo, homens e mulheres que se dedicaram às questões sociais que afligiam a população de sua época e ao papel potencialmente revolucionário das famílias camponesas como uma classe. Comenta Machado.

Para os teóricos do anarquismo agrário, o campesinato era visto como uma classe potencialmente revolucionária e o apoio mútuo, praticado no interior das aldeias e comunidades rurais, como um fator de evolução, que dava as bases para a constituição de uma nova sociedade. Os principais pensadores que contribuíram para a formulação do chamado anarquismo agrário nesse período foram Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Elisée Reclus. Assim como as demais correntes, o desafio que tinham os anarquistas era o de colocar em prática uma proposta para uma sociedade futura, pensando como se dariam as relações no campo e como seria organizada a produção na sociedade pós-revolução social. Dessa maneira, era preciso ter uma leitura conjuntural de sociedade, uma visão do campesinato e seu papel histórico e uma proposta de organização e atuação coerente (Machado, 2014, p. 60).

2.1.b A pertinência de Kropotkin

“la obra de Kropotkin constituye un esfuerzo de sistematización y desarrollo de las ideas de Bakunin. Ya hemos señalado anteriormente su intento de conceptualización del ‘instinto socialista’ a través del esquema evolucionista de la ayuda mutua.”
(Eduardo Sevilla Guzman)

Dentre os inúmeros autores da questão agrária brasileira, selecionamos dois exemplos que também se inspiraram na tese kropotkinesca: Fábio Luz Filho e Clóvis Caldeira. Os dois foram cientistas das questões do campo que se mantiveram na contra-mão das formulações de autoridades da economia crítica que persistiram em combater a identidade de classe camponesa. Em geral, essas autoridades da economia crítica utilizavam como base as teses: da inexistência histórica da classe camponesa no País; da sua extinção pela absorção da lógica capitalista, ou, a extinção pela predileção dos camponeses de se tornarem operários da agricultura por meio do assalariamento. Podemos dizer que Fábio Luz Filho, autor de obras clássicas doutrinárias do cooperativismo Rochdaleano, compartilhava com o seu pai, o veterano anarquista Fábio Luz, referências em Kropotkin. Luz Filho dedicou capítulos de sua produção intelectual ao apoio mútuo dentre as formas de organização dos camponeses.

KROPOTKINE, o grande escriptor e philosopho russo, desfia um longo rosario de factos comprobatórios da immanencia desse nobre sentimento entre os irracionais, e na especie humana (Luz Filho, 1940,p. 23).

Imagem 14 – Divulgação da MESA 4 do Colóquio Internacional Piotr Kropotkin, 2021



Fonte: Acervo do autor

Apesar de tanta influência na história do socialismo e na formação da classe trabalhadora, de intelectuais e cientistas nos séculos XIX e XX, passamos por um fenômeno de apagamento das teses defendidas por Kropotkin. David Graeber, em prefácio de uma recente edição de *Ajuda Mútua*, argumenta sobre a destruição estratégica do legado de Kropotkin.

Existem duas explicações possíveis para esta destruição estratégica. Uma é o puro sectarismo. Como já notado, a intervenção intelectual de Kropotkin era parte de um projeto político mais amplo. O final do século XIX e o início do século XX viram as fundações do Estado de bem-estar social, cujas instituições-chave foram, de fato, em grande parte criadas por grupos de ajuda mútua, totalmente independentes do Estado, serem então gradualmente cooptadas por Estados e partidos políticos. A maioria dos intelectuais de direita e esquerda estavam perfeitamente alinhados nisso: Bismarck admitiu plenamente que criou instituições de assistência social alemãs como um "suborno" à classe trabalhadora para que não se tornassem socialistas; os socialistas insistiram que, desde a previdência social até as bibliotecas públicas, não fossem administradas pela comunidade e pelos grupos sindicais que as criaram, mais de cima para baixo, por partidos de vanguarda (GRAEBER, 2021, p. 19).

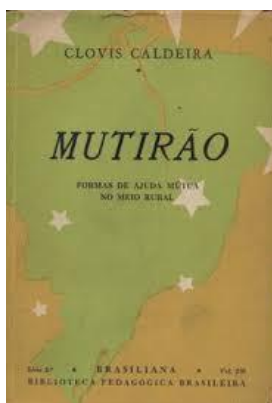
O nosso grupo de pesquisa LABGEO possui uma de suas linhas batizadas de *Campos, Fábricas e Oficinas*, em alusão a uma das obras de Kropotkin, reconhecida

por alguns estudiosos como a mais madura de sua vida. Em 2021, por ocasião do Colóquio Internacional Piotr Kropotkin, o LABGEO⁵² apresentou, na MESA 4, junto a outros estudos, a relação de obras de Fábio Luz e Fábio Luz Filho com o filósofo do apoio mútuo.

Também verificamos a necessidade de melhor investigação do percurso kropotkiniano percorrido por Fábio Luz e as suas pegadas sistematizadas por Fábio Luz Filho, que descreve esse lastro no tratamento de movimentações nos espaços de cooperativas escolares no Brasil. É possível encontrar, portanto, aplicação da teoria anarquista de Kropotkin nos setores de educação populares no Brasil, camponeses e operários. Nesse sentido, como o conceito de apoio mútuo, elaborado por Kropotkin e continuado pelos Luz, seria uma referência na aplicação das cooperativas escolares ao contexto histórico social no Brasil? Como a teoria do anarquista russo contribuiu no desenvolvimento da educação dos trabalhadores, no desenvolvimento de solidariedade de classe e na construção das cooperativas que foram sendo desenvolvidas no Brasil? Seguindo o postulado pelo anarquista russo, Fábio Luz Filho segue a filosofia em torno da ideia de que não podemos dissociar Natureza e Sociedade, pois ambas realizam uma interação/simbiose em seus organismos. Para fins de justificar a propaganda do movimento de cooperativismo escolar, observa-se os aportes teóricos do termo auxílio mútuo e citações explícitas de Kropotkin; Cooperativa Escolares – Fábio Luz Filho (Silva & Santos, 2021b, p.01).

O outro autor seria Clóvis Caldeira, que, em seu trabalho *Mutirão – Formas de Ajuda Mútua no Meio Rural*, descreve esse fenômeno de ajuda mútua com exemplos locais da organização camponesa.

Imagem 15 – MUTIRÃO - formas de ajuda mútua no meio rural, 1956



Fonte: Acervo do autor.

⁵² Resumo da apresentação com título “Apoio Mútuo: Teoria Kropotkiniana como base da Proposta De Educação Popular Defendida Pela Família Luz”. MESA 4 - Colóquio Internacional Piotr Kropotkin 2021. Edzar Allen de Miranda Santos. Mestrando em Educação pelo PPGE UFMT – Membro do LABGEO - Laboratório de Geografia do CTUR/UFRRJ. E-mail: prof.edzarallen@gmail.com e Robledo Mendes da Silva. Doutorando em Educação pelo PPGEDUC UFRRJ – Membro do LABGEO - Laboratório de Geografia do CTUR/UFRRJ. E-mail: robledomendes@gmail.com

Caldeira esclarece a sua inspiração na obra do pensador anarquista russo e a usa como base para análise das principais características da ajuda mútua no Brasil, desde suas heranças comunitárias nas tradições Portuguesa, Indígena e Africana. Em suas páginas, seleciona dados e fatos para evidenciar a cooperação no meio rural brasileiro, a ajuda mútua nas atividades agrícolas das regiões do país – divididas pelo autor como: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Levanta reflexões sobre a ajuda mútua nas atividades pecuárias e entre colonos estrangeiros e seus descendentes. Além disso, apresenta um trabalho linguístico, se assim podemos classificar, que analisa sinônimos regionais para o termo MUTIRÃO e inclui um Pequeno Vocabulário Regional. Tratando das origens da teoria kropotkinesca, Caldeira explana:

Desde o aparecimento do livro, hoje considerado clássico, de autoria de PIERRE KROPOTKIN, L Entr'ainde, deram-se à luz vários trabalhos direta e indiretamente relacionados com o tema. A obra do autor russo continua a ser, no entanto, a mais completa contribuição ao estudo das formas de comportamento solidário, tanto no reino animal como na sociedade humana. Kropotkin, partindo da idéia de Kessler, exposta num congresso de naturalistas realizado na antiga São Petersburgo, de que ao lado da lei da luta recíproca, artigo de fé para a \ maioria dos darwinistas, há na natureza a lei da ajuda recíproca, formulou as linhas mestras da teoria, com caráter de lei geral, que vê na ajuda mútua um fator de evolução. Não cabe aqui discutir a'té que ponto e em que circunstâncias o apoio mútuo constitui um elemento de progresso, mas apenas destacar o desenvolvimento que aquele escritor deu à tese, fruto de suas cogitações de - ordem filosófica, sociológica e biológica, ilustrando-a com u'a massa impressionante de fatos (Caldeira, 1956, p.05).

Ainda sobre a influência de Kropotkin nos debates agrários, resgatamos a divulgação de um evento em homenagem aos 120 anos de uma das mais famosas obras de Kropotkin chamada *A Conquista do Pão*. O evento, no formato de debate, convidou anarquistas de atuação na academia e militantes dos movimentos sociais do campo e de organizações específicas dos estados de SP e do RJ. No encontro, apresentamos análise sobre a vida e a obra de Kropotkin, metodologicamente, sua relevância no campo do socialismo e para as questões do campesinato, além de trabalhos atuais dos anarquistas que possuem inserção social junto aos movimentos do campo. Essa atividade foi realizada no Instituto Multidisciplinar - IM UFRRJ, campus de Nova Iguaçu, com apoio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo LEC UFRRJ.

O LABGEO, junto com intelectuais e núcleos de pesquisa parceiros, desenvolve estudos acerca dessas colônias, propondo abordagens metodológicas, buscando as narrativas e falas dos sujeitos que vivenciaram a experiência por meio de suas obras de interferência no território, construções espaciais e cultura deixada como referência local. A coleta de depoimentos de familiares, homens e mulheres, que construíram o legado deixado pelas colônias supera algumas leituras historiográficas clássicas. Leituras estas que, em alguns casos, resumiam a experiência a fontes como as cartas de um único participante, subestimando a existência de diferentes narrativas dos demais sujeitos, que se complementariam em algo como uma sistematização coletiva.

Imagem 17 – Mosaico do Simpósio sobre a Colônia Cecília



Fonte: acervo do Alberto Bach

Há em Palmeiras um interessante movimento de trabalho e produção de estudos dedicados à análise e memória do legado ceciliano (imagem 17). Com acúmulos louváveis para a historiografia do anarquismo, os seminários bianuais promovem uma experiência de reflexão sobre o passado e o presente, quando pesquisadores e descendentes da Colônia Cecília se encontram e realizam trocas de saberes. Muitas teses já podem ser refutadas pela contraposição de relatos de familiares dos protagonistas e de documentos, escrituras, dentre outras fontes, que

foram ignoradas por décadas. Apresentamos registros em forma de mosaico referente a nossa participação ao longo dos simpósios, como cartazes de diversas edições do Simpósio sobre a Colônia Cecília, II SCC (2014), III SCC (2016), IV SCC (2018) e V SCC (2020 adiado por questão da pandemia). Registro do IV SCC (2018), o autor apresentando a palestra e o autor visitando a casa do Sr. Bacounine (Imagem 17), e maquete reconstituindo a espacialidade da Colônia Cecília – Sítio Minguinho-PR (Imagem 18).

Imagem 18 – Maquete com a espacialidade da Colônia Cecília - Sítio Minguinho-PR



Fonte: acervo do Alberto Bach

Frente a todos esses acúmulos gerados pelo movimento em Palmeiras sobre o legado ceciliano, podemos imaginar o potencial de descobertas se esse movimento imperasse nos trabalhos de levantamento da vinculação anarquista com trabalhadores da Colônia Erebango. A presença anarquista na experiência de imigração de judeus ucranianos em Erechim é outro exemplo que seria ainda um “diamante bruto” da atuação libertária junto às propostas organizativas da imigração de trabalhadores camponeses aqui no Brasil. Temos pistas, por relatos de um núcleo familiar, de sobrenome Itchenko, de explícitas relações com o anarquismo, assim como de demais famílias, como a Tragtenberg, que, ao longo de suas gerações,

levaram o anarquismo em consideração como proposta de transformação revolucionária. Os pesquisadores Fábio Feltrin de Souza e Vinícius Oliveira elaboraram um artigo com título *Memórias em disputa: uma reflexão sobre a Colônia Anarquista de Erebangó* que adianta alguns desses passos de sistematização da experiência.

(...)problematizar a historiografia produzida sobre a história de Erebangó e Quatro Irmãos, na região de Erechim, no interior do Rio Grande do Sul. Pretendemos examinar o conflito discursivo existente entre a narrativa “oficial” de Erebangó e a narrativa do arquivista Edgar Rodrigues no que se refere à constituição da chamada Comunidade Livre de Erebangó. Esta Comunidade seria formada por imigrantes anarquistas ucranianos que chegaram a Erebangó em 1911 e possivelmente por anarquistas russos de origem judaica expulsos da ICA - Jewish Colonization Association (Souza e Oliveira, 2013, p. 01).

É possível encontrar mais informações por meio de obras de Edgar Rodrigues, que trabalhou relatos de Elias Itchenko, e pela trajetória do grande educador e cientista político Maurício Tragtenberg, que cresceu em Erebangó e nos deixou algumas informações-chaves para a busca dessa memória. O antropólogo Daniel F. De Bem, em seu ensaio dedicado ao que chamou de “rede política emergente” da região Sul, apresenta o desafio de buscar mais detalhes sobre Erebangó.

Através de textos de Edgar Rodrigues (1987) e Maurício Tragtenberg (1991), temos notícias de que no início do século XX, nas ondas migratórias vindas do Leste Europeu, estabeleceram-se na região de Erebangó e Erechim alguns trabalhadores russos de formação comunista e anarquista que aqui fundaram federações e, possivelmente, até uma experiência de comuna, infelizmente tem sido difícil a busca dos rastros (De Bem, 2017, p. 146).

Em nossos estudos no LABGEO, procuramos encontrar mais informações a respeito das referências contidas nos trabalhos apresentados. Possuímos pesquisadores da região que levantam mais materiais sobre a experiência da *União dos Trabalhadores Rurais Russos*, fundada em 1918. Busca-se, também, mais informações a respeito da circulação de livros e periódicos anarquistas entre as famílias de imigrantes, como o exemplo de “*Golos Truda*”, periódico anárquico feito pela Federação dos Trabalhadores Russos, sediada na Argentina. Conforme indica Rodrigues:

É por esse tempo que começam a chegar à colônia de Erebangó exemplares do jornal libertário *Golos Truda*, da Federação de Trabalhadores Russos, com

sede na Argentina, para onde os anarquistas fugidos e os imigrantes haviam se deslocado, até que, em 1919, a política portenha os obrigasse a buscar abrigo em Montevidéu. Nesta última cidade publicaram por algum tempo a folha anarquista Robotchaia Misl, que deixou de circular logo que retornaram a Buenos Aires, onde retomaram o Golos Truda, que então reaparece como órgão da Federação Operária Russa Sulamericana. Os camponeses de Erebangó, ajudados pela imprensa libertária, começaram a aprimorar o senso coletivo de sua vida de trabalho. No campo, aprendiam uns com os outros. Todos eram a um tempo professores e alunos no cultivo das terras que iam dominando pouco a pouco. À noite, completavam à luz de vela o que a filosofia do trabalho coletivo exigia da consciência comum. Aprendiam e ensinavam português, espanhol, russo e esperanto, e assim se preparavam para a leitura dos jornais, revistas e livros anarquistas que a Federação dos Trabalhadores Russos enviava regularmente da Argentina para o Sul do país. Mais tarde, ampliando os contatos com a imprensa internacional, passaram a receber publicações anarquistas em idioma russo editadas no Canadá e nos Estados Unidos, encarregando-se de distribuí-las aos imigrantes de todo o Brasil. Tanto assim que se constatou pouco depois, em São Paulo, a presença de camponeses que traziam livros de Tolstói e de outros pensadores revolucionários russos usados em Erebangó na alfabetização dos trabalhadores. Trabalhos de Alexander Berkman, Volin e principalmente de Emma Goldman, incluindo exemplares do jornal Mother Earth, mesclavam também a essa literatura de informação que circulou pela colônia. Como bons ucranianos, os libertários de Erebangó também lançaram mão dos métodos revolucionários de Nestor Makno, que tanto êxito tiveram na Ucrânia antes do massacre bolchevista comandado por Trotski. Informa-nos Elias Itchenko que, a partir de 1918, os imigrantes russos do Sul já haviam dominado totalmente a terra e desfrutavam de uma situação econômica e psicológica que lhes permitia locomover-se para divulgar em outras regiões os princípios anarquistas. (Rodrigues, 2009⁵³)

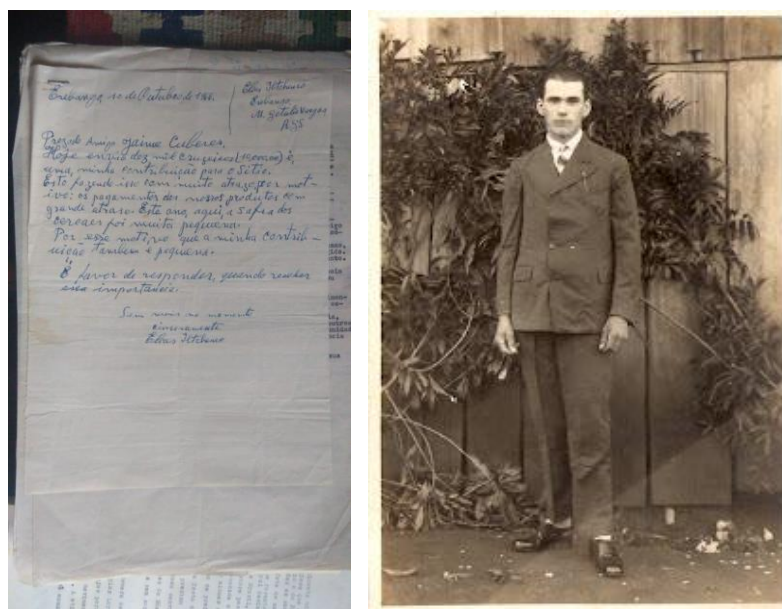
Membro da família Itchenko, Elias foi o principal interlocutor do escritor Edgar Rodrigues, que conseguiu editar obras com parte da memória de Erebangó desse militante. Vejamos trecho desse relato no qual são citadas outras famílias cujas memórias seriam importantes para resgatar, além de valorosa consideração sobre as mulheres e a dificuldade logística de sua participação no contexto da época.

No Brasil, mais exatamente no Rio Grande do Sul, também existiram quatro organizações de trabalhadores rurais russos. A de Getúlio Vargas (antiga Erechim) os agricultores russos formavam um grupo de mais ou menos 40 sócios (anarquistas), espalhados pelo ex-Erechim. Outros grupos formaram-se no Rio Toldo, Rio Castilho e Floresta, e nasceu então a União dos Trabalhadores Rurais Russos do Brasil. As reuniões eram constantes e o comparecimento total: todos queriam saber notícias e discutir ideias libertárias e assuntos gerais para se atualizar. As reuniões efetuavam-se em casa do secretário Paulo Uschacoff. Os colonos russos ainda estavam ansiosos por voltar à Rússia que acreditavam libertária, e ali lutar contra os invasores exércitos estrangeiros. Mas os bolchevistas (soubemos depois) fizeram isso com a ajuda dos camponeses anarquistas orientados por Nestor

⁵³ No BLOG "Imigração Russa No Brasil", editado por Fabiana D., postava em 7 de junho de 2009 o famoso texto "A Comunidade Livre de Erebangó" extraído do livro de Edgar Rodrigues: "Libertários no Brasil: Memória, Lutas, Cultura" Editora Brasiliense, São Paulo: 1987; Organização de Antonio Arnoni Prado (que comumente encontramos sob o pseudônimo Edgar Rodrigues). Destacamos os registros fotográficos do acervo familiar Itchenko um rico material. Fonte: http://imigracaorussa1909.blogspot.com/2009/06/comunidade-livre-de-erebango_07.html

Makno, traíram-no e reforçaram a ditadura do proletariado. E por fim, os emigrantes russos, nos anos de 1922-1924, começaram a perder as esperanças de que os verdadeiros revolucionários saíssem vitoriosos na Rússia. Mas o pior que aconteceu no Brasil foi quando em outubro de 1921 o companheiro Demétrio Cirotchenko, antigo marinheiro russo, muito ativo, secretário da União foi atropelado e morreu. Com um bom relacionamento com gente da marinha mercante e de guerra, conseguia muitas notícias e troca de imprensa. Entre os militantes camponeses e anarquistas russos no Brasil formavam: Paulo Uschacoff, Sergio Itchenko e Simão Polubojarinoff, bons orientadores na nossa luta. As mulheres não tomavam parte nas reuniões, não porque não o quisessem fazer, mas porque morávamos muito longe uns dos outros e os únicos transportes eram feitos no lombo dos cavalos (Elias Itchenko para Rodrigues, 1963).⁵⁴

Imagem 19 – Correspondência de Elias Itchenko para Jaime Cubero, 1966



Fonte: Acervo Círculo Alfa e Blogg “Imigração Russa No Brasil”⁵⁵

http://imigracaorussa1909.blogspot.com/2009/06/comunidade-livre-de-erebango_07.html

Com os recursos que nós possuímos atualmente, é possível acessar o exemplar desse periódico citado. Isso corrobora a leitura de que novas possibilidades de pesquisa, somadas aos trabalhos mais antigos, permitem outros tratamentos metodológicos das fontes e que possíveis reinterpretações possam surgir a respeito da vinculação anarquista com o campesinato. Abaixo, imagem de fac-símile digitalizado de Golos Truda.

⁵⁴ Extraído do livro de Edgar Rodrigues "O homem e a terra no Brasil". Fonte: http://imigracaorussa1909.blogspot.com/2009/06/breve-depoimento-de-elias-iltchenko_07.html

⁵⁵ Fotografia de Elias em evento (2009) dedicado à homenagem aos 100 anos de imigração russa no Brasil.

Imagem 20 – *Golos Truda*, periódico anarquista que circulou entre os colonos



Fonte: Acervo do autor

Na edição que nosso grupo de pesquisa conseguiu acessar, encontramos referências e textos de Bakunin, Kropotkin e Tolstói. Outros estudos desenvolvem mais essas leituras que circulavam por Erebango.

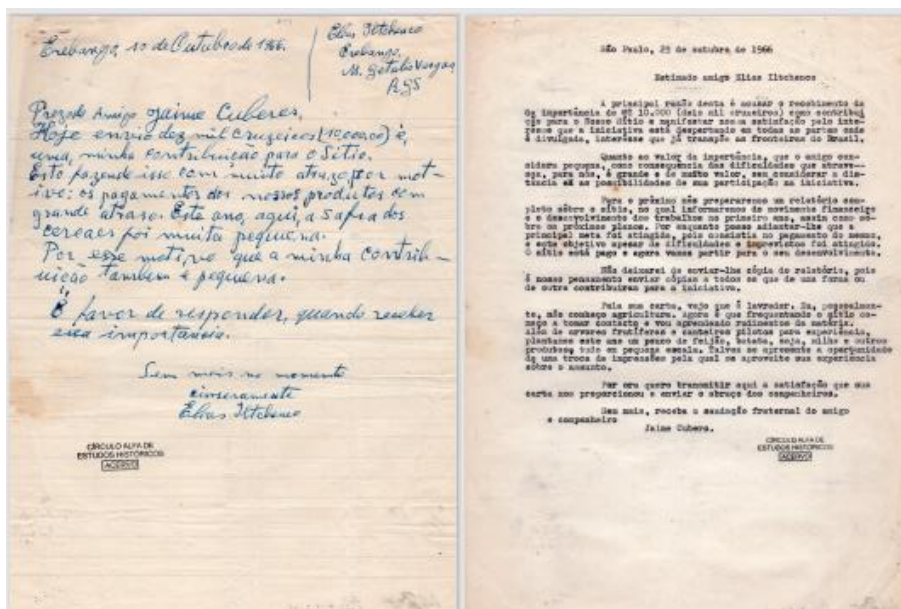
O autor preferido dos imigrantes era Liev Tolstói, sendo lido não somente seus livros referentes à filosofia, mas também os seus romances. Tolstói até hoje é relacionado ao anarquismo⁵⁶, porém nunca aceitou tal rótulo. Esteve sempre mais preocupado com revoluções morais individuais do que com um grande projeto de sociedade a ser concretizado. O ponto que liga as experiências anarquistas de Erebango com Tolstói certamente é a religião cristã. Ele acreditava em uma vida simples, voltada para o campo e para as orações. Criticava as igrejas de sua época que esbanjavam dinheiro na construção de templos, ao mesmo tempo que os adeptos das mesmas estavam passando necessidade. Acreditava muito na solidariedade e no trabalho coletivo. Seus livros eram utilizados na alfabetização entre os imigrantes russos em Erebango. “Logo depois de Tolstói estão Mikhail Bakunin, Errico Malatesta e o já citado Kropotkin na lista de preferências dos imigrantes. A influência de Bakunin está presente certamente nas associações. Cria-se em 1918 a União dos Trabalhadores Rurais Russos, com sede em Getúlio Vargas (antiga Erechim), tendo como presidente o pai de Elias Ilchenko, Sérgio Ilchenko. Muito provavelmente foi Sérgio quem *apresentou a doutrina anarquista a Elias, porém falta-nos documentos que comprovem isso. Além de Sérgio, havia ainda como secretário dessa União,*

⁵⁶ Pretendemos problematizar essa afirmação com outras fontes ao longo do trabalho.

Paulo Uchacoff e como tesoureiro Simão Poluboiarinoff. Os filiados a essa organização não eram tão somente os imigrantes russos de Erebang, sendo que a mesma abrangia também militantes de Rio Toldo, Rio Castilho e Floresta. Essa organização era ligada a outras organizações de trabalhadores presentes no Rio Grande do Sul: União dos Trabalhadores Russos, com sede em Porto Alegre; União dos Trabalhadores Rurais Russos, de Guarani, Campinas e Santo Ângelo; e a União dos Trabalhadores Rurais, de Porto Lucena (Souza e Oliveira, 2013, p. 06).

A seguir, a resposta da carta de Elias enviada por Jaime Cubero. Material que, em breve, será melhor disponibilizado, com a recuperação da digitalização realizada pelos membros gestores do acervo do Círculo Alfa.

Imagem 21 – Correspondência de Elias Itchenko para Jaime Cubero 10/10/1966. E resposta de Jaime Cubero em 23/10/1966



Fonte: Acervo Círculo Alfa.

Outras tantas colônias de imigração existiram no Brasil. Temos indícios de influência libertária em experiências de colônias de etnia Japonesa em SP ou de Finlandeses em Penedo/RJ. É possível identificar essa influência não só por suas práticas agrícolas e forte caráter comunitário, tipicamente camponês, mas, também,

pelos debates acadêmicos⁵⁷ sobre a vinculação dessas importantes experiências com a estratégia anarquista. Às vezes, encontramos evidências de inspirações tolstoianas, outras vezes, as referências apontam para afinidades com as propostas de falanstérios típicos do Socialista Utópico Charles Fourier. Aos poucos, o tratamento das fontes de relatos dos remanescentes permite que nos situemos melhor tanto no campo da suposta aproximação com o anarquismo quanto em sua contribuição para as questões do campesinato.

Neste trabalho, ficaremos, por enquanto, com os exemplos de Colônia Cecília – e o movimento de releitura dessa experiência – e com o potencial de metodologia similar no tratamento da memória da Colônia Erebangó. Fazemos votos que isso contribua na descoberta de novas evidências sobre as demais colônias das quais já sabemos a existência.

2.1.d A causa camponesa como vetor de luta na teoria e história do anarquismo

*“A imprensa não é uma aprovação gentil
ou uma raiva insultuosa, é uma proposição,
um estudo, um exame e um conselho.”
(José Martí)*

As causas camponesas atraíram a atenção de anarquistas em todo o mundo. Existem relatos sobre casos de militantes de vivência urbana se inserirem no meio rural para somar aos contextos revolucionários da luta camponesa. Outros tantos de homens e mulheres de famílias do campo que conhecem o anarquismo por meio da luta de classes, do acesso à propaganda revolucionária e do trabalho de base militante, aderindo, assim, à ideologia libertária. Mais estudos sobre anarquismo e campesinato podem ser encontrados nos trabalhos de Felipe Corrêa e demais pesquisadoras e pesquisadores do ITHA.

Em sua história, o anarquismo mobilizou as classes dominadas em geral, tanto nas cidades quanto nos campos. Suas lutas incluíram assalariados urbanos e rurais, camponeses, marginalizados e pobres de todos os tipos. (...) como o comprovam, por exemplo, os casos da Revolução Mexicana, da

⁵⁷ Para quem quiser saber mais sobre essas colônias, indicamos buscar a produção de: MARCOS, V. . O CAMPESINATO, A (U)TOPIA DA PRODUÇÃO COLETIVA E COMUNITÁRIA NO SÉCULO XXI E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA. In: ZAAR, Mirian; CAPEL, Horacio. (Org.). Las ciencias sociales y la edificación di una sociedad post-capitalista. 1ed.Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocritica, 2018, v. , p. 1-21. E a dissertação de CARVALHO, Lila Almendra Praça de. OS FINLANDESES DE PENEDO: UMA VIAGEM UTÓPICA EM DIREÇÃO AOS TRÓPICOS. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais - CPDA/UFRRJ. 2014. 113 f.

Revolução Ucrâniana e da Revolução na Manchúria –, o anarquismo mobilizou camponeses e mostrou que eles não estão destinados a “girar para trás a roda da história” (Correa, 2015, p. 292).

Corrêa, que é membro fundador do ITHA, indica a sua filiação metodológica ao trabalho de autores sul-africanos⁵⁸ do campo da história do anarquismo que debatem o impacto dessa corrente classista no que chamam de “Fortalezas Anarquistas” (imagem 22). Em um exercício de cartografia, representam essa influência em processos revolucionários da cidade e do campo. Destacamos na sequência o texto em que Corrêa descreve os pormenores do mapa e sua legenda.

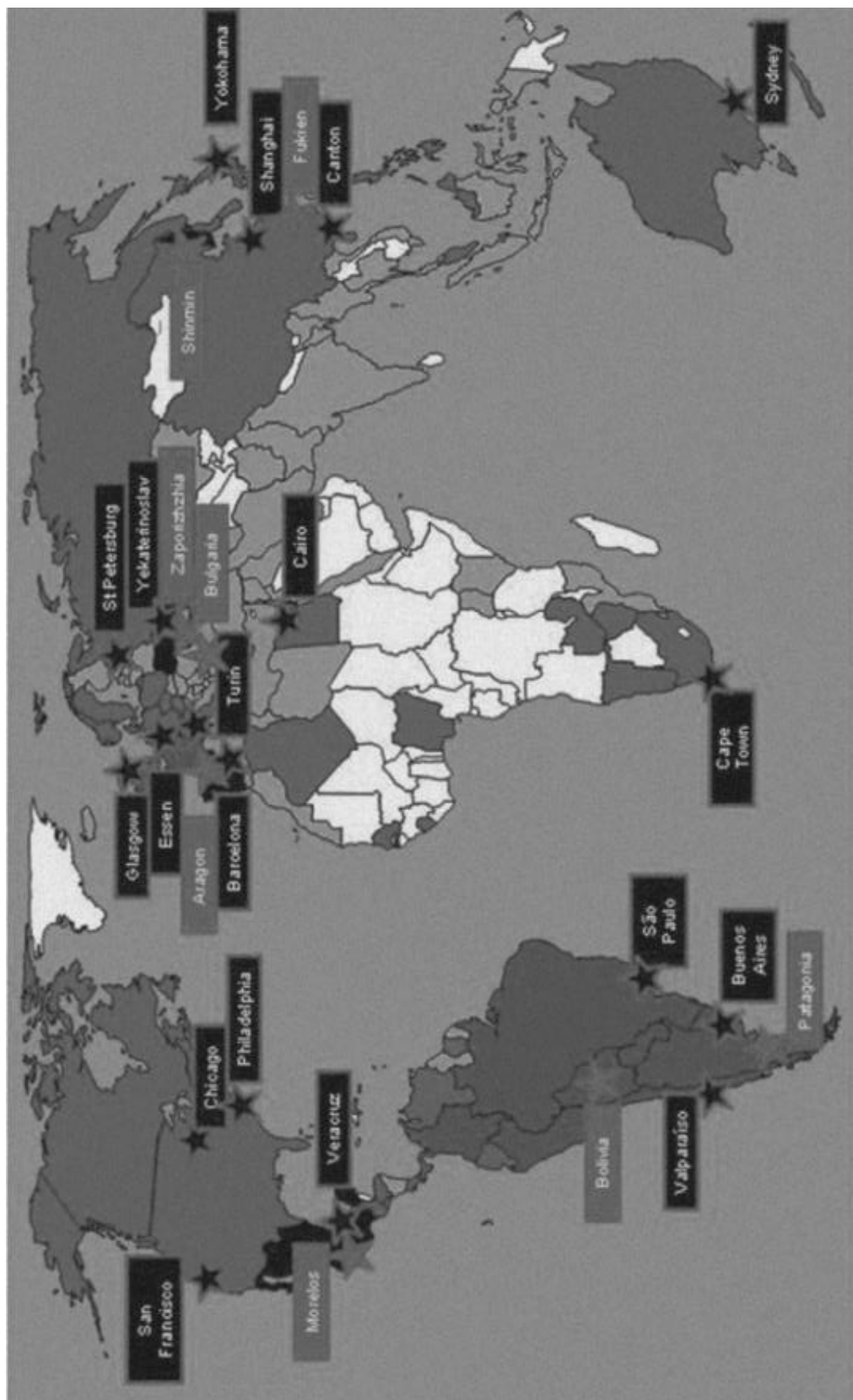
Em preto, estão as localidades urbanas e, em cinza, as localidades rurais, ambas as quais contaram com vasta força anarquista. Verifica-se que, mesmo impactando diretamente os camponeses e trabalhadores rurais, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária foram, na maioria dos casos, difundidos e levados a cabo pelos trabalhadores urbanos. Neste gráfico, das 27 localidades em questão, em 19 delas (70%), as bases mobilizadas pelos anarquistas estiveram nas cidades, e, em 8 (30%), nos campos. Estes dados contradizem afirmações, repetidas incansavelmente pelos adversários do anarquismo, de que este constituiria uma ideologia do “mundo atrasado”, que só teria se desenvolvido em países não-industrializados, mobilizando principalmente “classes em declínio”, como o campesinato e os pequenos artesãos (Correa, 2015, p. 293).

Em artigo sobre análise política, encontramos três pesquisadores do ITHA que apresentam reflexões sobre a aposta anarquista nesses episódios de potencial ruptura revolucionária e com forte protagonismo camponês. Segue o trecho sobre essa estratégia de luta junto ao campesinato de diferentes partes do mundo.

(...)ao longo da história, militantes anarquistas analisaram a realidade e, a partir desta análise, conceberam estratégias de luta (...) Longe de ser uma ideia estanque no ar, em quatro ocasiões o anarquismo provou ser uma ferramenta material poderosa para a transformação social da realidade: na Revolução Mexicana (1911), na Revolução Ucrâniana (1921), na Revolução da Manchúria (1929) e na mais conhecida, a Revolução Espanhola (1936). Em todas essas quatro revoluções (e mesmo nas demais, em que a influência anarquista foi marginal), (...) O central sempre foi o acúmulo, construção e fortalecimento de movimentos populares de massa, que tinham como objetivo a ruptura revolucionária e anticapitalista (Silva, Willian e Khaled, 2022a).

⁵⁸ “Trabalhos que vêm buscando cumprir este desafio têm sido elaborados por alguns pesquisadores, dentro e fora do Brasil, dentre os quais se destacam os dos africanos Michael Schmidt e Lucien van der Walt. Entre outras produções, eles vêm trabalhando, há mais de uma década, na série Counter-Power, que inclui dois livros: *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* (Schmidt e van der Walt, 2009), de base teórica, e *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism* (Schmidt e van der Walt, no prelo), de base histórica. Posso dizer que me filio a esta tradição internacional de pesquisadores, que começa a ser estabelecida e que possui atores valiosos em distintos países, e que é, em certa medida, protagonizada pelos autores sul- -africanos. Por este motivo, o presente estudo utiliza ambas as obras, *Black Flame* e *Global Fire*, como eixos norteadores. Contudo, não tratei, simplesmente, de reproduzir seu conteúdo ou de elaborar um resumo destes livros. Partindo de alguns de seus eixos, busquei avançar nas reflexões, reforçar e aprofundar argumentos e contribuir com este processo, que entendo ser de construção intelectual coletiva.” (Correa, 2015, p. 50-1)

Imagem 22 – Mapa Espacialidade referente às Fortalezas Anarquistas



Fonte: trabalho historiográfico de Schmidt reproduzido por Correa em 2015.

Buscando alguns dos exemplos mais conhecidos das obras anarquistas dedicadas à luta camponesa, podemos citar textos de González Prada, Barrett, Malatesta, Neno Vasco, Ricardo Mella, Reclus, Louise Michel e Flores Magón, dentre outros. Todos clássicos que, nos seus contextos históricos, contribuíram nos conflitos enfrentados pelos trabalhadores do campo.

Alguns desses textos já foram amplamente reproduzidos em periódicos, folhetins populares e/ou traduzidos para inúmeros idiomas; por isso, podem ser considerados clássicos da luta camponesa internacional.

Gonzalez Prada,⁵⁹ um dos grandes nomes da literatura, com grande atuação na imprensa trabalhadora, é considerado, por alguns, como pai do pensamento crítico peruano. Autor do ensaio *Nuestros Índios*, que serviu de referência para diversos intelectuais latino-americanos, como José Carlos Mariátegui, que assume, em seus relatos, a sua admiração e inspiração pela obra do veterano. Prada foi pioneiro na propaganda anarquista Peruana e apresentava, em seus artigos, o pensamento de Kropotkin e Louise Michel.

No Peru, anarquistas como Manuel González Prada (1844-1918) se opuseram à opressão racial e nacional, e o movimento sempre defendeu os direitos da população indígena. Um movimento relevante, incluindo uma Federação Peruana de Trabalhadores Regionais, surgiu não apenas em Lima-Callao, mas também na antiga capital inca, Cuzco, e em cidades litorâneas; um de seus mais notáveis militantes foi o anarco sindicalista indígena Ezequiel Urviola. Os sindicatos anarquistas trabalharam com o Comitê Central Pelos Direitos Indígenas Tahuantinsuyo, tiveram algum impacto na formação da Federação Regional Peruana de Trabalhadores Indígenas em 1923, mobilizaram-se contra práticas como o alistamento para trabalhar nas estradas, adotaram uma agenda de “libertação indígena” no Congresso dos Trabalhadores em 1927, e se opuseram ao imperialismo dos EUA (Van Der Walt, 2019, p.17).

Rafael Barrett⁶⁰, entre tantas obras críticas de combate social, escreveu *Lo Que Son Los Yerbales*, um trabalho de denúncia das condições desumanas a que são

⁵⁹ **MANUEL GONZÁLEZ PRADA (1844-1918)**. De origem familiar rica, Prada opta pelas causas sociais e dedica sua escrita e reflexões críticas à superação da injustiça, afirmando ser a dominação e exploração das populações indígenas o ponto chave que arruína o desenvolvimento peruano. Além de poeta, romancista de grande nome, atuava na imprensa combativa ex *PÁJINAS LIBRES* e *HORAS DE LUCHA*. Ao lado das lutas camponesas/indígenas e operárias, é homenageado com seu nome adotado no batismo de uma Universidade Popular.

⁶⁰ **RAFAEL ANGEL JORGE JULIÁN BARRETT Y ÁLVAREZ DE TOLEDO (1876-1910)**. Nasceu de família rica na Espanha e passou a se dedicar às questões políticas, envolvendo-se com a ala radical da Geração 98 (grupo de intelectuais e cientistas organizados politicamente em oposição ao governo Espanhol e que mantinham contatos com movimentos de independência das colônias na América). Veio se estabelecer na América do Sul onde passou por Argentina Uruguai, Brasil e Paraguai. Morre precocemente acometido por tuberculose e deixou uma obra com bastante textos publicados na imprensa dedicados às lutas políticas. Sua importância foi reconhecida por influenciar o pensamento latino-americano, em especial na zona de Rio de la Plata e Paraguai, sendo comentado como “figura na história da América”.

expostos camponeses da selva explorados pelas empresas de comercialização da erva mate. Um de seus grandes biógrafos, Francisco Corral, em entrevista⁶¹, comenta o papel prestigiado de Rafael Barrett na formação de diversos intelectuais latinos; destacando o escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, que atribui sua escrita à reconhecida influência barrettiana.

Los escritores probablemente más grandes de cada uno de los países en los que vivió, Borges en Argentina, Roa Bastos en Paraguay y Rodó en Uruguay, los tres expresaron su profunda admiración hacia Barrett. De entre ellos, el que más rotundamente ha reconocido esa influencia ha sido Roa Bastos que afirmó que Barrett «enseñó a escribir» a los escritores paraguayos modernos. (...) En mi opinión, el mejor estudio sobre Barrett es el prólogo de Augusto Roa Bastos a la edición venezolana de «El dolor paraguayo», un texto de gran rigor y profundidad, pleno de sugerencias y que además deslumbra con la escritura incomparable del autor de «Yo el Supremo». En ese prólogo de 1978 Roa dice que hace falta un estudio en profundidad sobre el pensamiento de Barrett. Fue esa opinión la que me incitó a emprender el trabajo de mi libro, luego de largas conversaciones con el propio Roa, con quien me unió una gran amistad (CORRAL, 2008).

O filósofo libertário Angel Capelletti cita a produção barretiana no contexto das questões dos trabalhadores paraguaios, sobretudo, no que se refere ao campesinato indígena explorado na produção da erva mate.

Rafael Barrett, brillante periodista español que, después de una corta permanencia en Buenos Aires, había llegado a Paraguay en 1904, donde colaboró en Los sucesos y La tarde, enseñó matemáticas y trabajó en el Departamento de Ingeniería de la república, denunció en 1910, en Lo que son los yerbales, la existencia del trabajo esclavo en las vastas explotaciones de yerba mate: "Es preciso que el mundo sepa de una vez lo que pasa en los yerbales. Es preciso que cuando se quiera citar un ejemplo moderno de todo lo que puede concebir y ejecutar la codicia humana, no se hable solamente del Congo, sino del Paraguay. El Paraguay se despuebla; se le castra y se le extermina en las 7 u 8.000 leguas entregadas a la Compañía Industrial Paraguaya, a la Matte Larangeira y a los arrendatarios y propietarios de los latifundios del Alto Paraná. La explotación de la yerba-mate descansa en la esclavitud, el tormento y el asesinato (Cappelletti, 1990, p.72).

⁶¹ Entrevista com Francisco Corral, editor de obras completas de Rafael Barrett e autor de um livro indispensável sobre o escritor hispano-paraguaio. Título da entrevista: «LA OBRA DE RAFAEL BARRETT ES DE UNA CALIDAD EXTREMA Y DE UNA NOTABLE MODERNIDAD». Responsável pela edição da entrevista prof. Salvador López Arnal. Data: 08/10/2008. Sessão CULTURA do site REBELIÓN. Fonte: <https://rebelion.org/la-obra-de-rafael-barrett-es-de-una-calidad-extrema-y-de-una-notable-modernidad/>

Imagem 23 – Cartaz da Homenagem aos 140 anos de Rafael Barrett para o CELIP 2016.



Fonte: Acervo do autor.

Errico Malatesta⁶² foi autor do famoso texto *Entre Camponeses*⁶³, uma narrativa que apresenta o diálogo entre dois trabalhadores rurais, tratando as contradições e as diferentes visões de mundo entre eles. O formato rendeu simpatia, admiração e possibilitou a capilaridade do debate; de maneira dialógica, convidava os setores populares à problematização das causas sociais. Toca, de maneira simples, os elementos das causas do flagelo do camponês, construindo as críticas para reflexão do papel legítimo da luta pela consciência de classe.

Maurício Tragtenberg destaca em Malatesta a qualidade de traduzir grandes princípios do anarquismo em linguagem acessível. Em suas palavras:

É essa preocupação de Malatesta, em traduzir os grandes princípios libertários para a linguagem do senso comum da população, que explica a forma coloquial da maioria de seus escritos, especialmente entre camponeses, no café e nas eleições (Tragtenberg, 2009).

⁶² **ERRICO MALATESTA (1853 – 1932).** Militante italiano conhecido como um dos mais ativos, vivenciando uma média de sessenta anos de militância política no anarquismo e destacado por sua grande influência mundial, por ter passado ao longo de sua vida por quatro dos cinco continentes onde sempre participou das organizações e levantes, rendendo mais de uma década de cárceres somando todas as sentenças. Foi redator dos periódicos *L'ASSOCIAZIONE*, *LE REVOLTE*, *LA QUESTIONE SOCIALE*, *PENSIERO E VOLONTÀ* E *UMANITÀ NOVA*.

⁶³ "O texto *Fra Contadini*, escrito por Malatesta em 1883, publicado pela primeira vez no ano seguinte, muito depressa conheceu suas versões em francês e inglês nos anos que se seguiram. Teve efeito bastante positivo entre os trabalhadores do campo e da cidade; as primeiras edições, impressas aos milhares, esgotaram-se com impressionante velocidade." SAMIS - POLÊMICAS NO INTERIOR DA PRIMEIRA INTERNACIONAL - BAKUNIN, MALATESTA E AS QUESTÕES DA PROPRIEDADE, CAMPONESA E DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA. Fonte: <https://www.anarkismo.net/article/14772>

O diálogo inicia com José chamando a atenção de Jorge. O veterano aponta preocupações em relação ao jovem com base em comentários de que ele anda por “*maus caminhos*”, consequência de sua atuação política.

Nisso, surge o gancho para Jorge fazer, com muita didática, o convite para conversar sobre a questão social vivida. Uma prosa de maneira firme, porém, acolhedora, de quem sabe tanto ouvir quanto sabe apresentar os pontos para uma reflexão conjunta.

O texto possui duas etapas. A primeira parte da conversa trata das inquietações e dos valores conformistas apresentados por José. Ao longo de um debate de camponês para camponês, notamos os acordos sobre a condição de sua classe. Ao parecer que a prosa se encerraria, Malatesta nos contempla com um segundo momento, em que é aguçado o interesse de José por mais explicações de seu companheiro. Jorge presta esclarecimentos de conceitos como socialismo, coletivismo, comunismo, anarquismo, internacionalismo etc.

A publicação desse clássico de Malatesta, publicado simultaneamente em Portugal e no Brasil, em 1913, pela editora *A Sementeira*, de Lisboa, incluiu uma carta do autor ao português Neno Vasco, seu admirador e tradutor de muitas de suas obras para o português. A correspondência manifesta uma preocupação do Malatesta em contextualizar o texto, que, mesmo atual, já alcançava trinta anos desde a primeira edição italiana. Segundo o autor, deveríamos nos atentar ao “*esforço direto dos trabalhadores, sobre a base do direito igual para todos ao uso gratuito do solo e dos meios de produção*”, sendo “*essência fundamental das nossas aspirações, a expropriação dos detentores atuais da riqueza e a reorganização da sociedade*”.

Alexandre Samis contextualiza os bastidores de Malatesta e Neno Vasco sobre a reedição da obra.

A tradução que fizera de *Entre Camponeses* realizava-se em um contexto de ascensão das lutas camponesas. Não por acaso Neno havia contactado Malatesta naquele período, justamente para publicar, em português, um opúsculo dirigido aos rurais. Ele mesmo, entusiasmado, escreveria no ano em questão, o panfleto *Geórgicas* (ao Trabalhador Rural), que, por força das circunstâncias, seria apreendido pelas autoridades alentejanas, em Sines no mês de maio de 1913 (Samis, *apud* Silva, 2022b, p 15).

Apresentamos aqui a referência de três trabalhos de Neno Vasco⁶⁴: *Geórgicas*, *O Apóstolo dos Campos* e *O Semeador*.

O primeiro, *Geórgicas*, é um escrito endereçado ao trabalhador rural. Panfleto perseguido⁶⁵, nele, o autor analisa a condição camponesa: apesar de possuir enorme papel na produção de bens básicos para a população do campo e da cidade, o camponês se encontra na condição de trabalhador rural, explorado por seus patrões. A análise é exemplificada através de uma fábula cuja trama se passa em uma ilha acometida por uma tempestade que livrou os trabalhadores de seus senhores. Um ano depois do incidente meteorológico, o balanço foi de que eles trabalharam bem melhor e mais satisfeitos do que nos anos explorados por seus patrões.

O segundo texto, *O Apóstolo dos Campos*, narra o encontro de Neno com aquele a quem chamou de “um militante vindo do Sul de Portugal”. O autor relata o cotidiano do trabalho de propaganda e mobilização nos campos daquele país. O relato entusiasmado de Neno registra detalhes dos enfrentamentos vividos pelo propagandista na atuação com famílias camponesas.

Já no terceiro texto, *O Semeador*, Neno descreve a visita de um forte rapaz à sede da redação de um jornal. Em meio a uma palestra, a qual todos estavam assistindo, esse jovem, conhecido correspondente dos redatores daquele periódico, expõe um pouco de sua trajetória. A trajetória narrada faz do rapaz um ótimo exemplo militante, dedicado ao gargalo dificultoso da propaganda rural.

Ricardo Mella⁶⁶ é o próximo autor que apresentaremos. Em sua obra denominada *Aos Camponeses*, um texto que explicita, de modo enfático, as condições sub-humanas enfrentadas pelos camponeses, o autor aposta na revolta conjugada de trabalhadores das fábricas e dos campos. Afirma ser preciso que o trabalho se

⁶⁴ GREGÓRIO NANIANZENO MOREIRA DE QUEIROZ VASCONCELOS (1878 - 1920). Português, viveu anos no Brasil onde atuou em inúmeros projetos e contribuiu para o sindicalismo revolucionário. Mantinha correspondências com Kropotkin, Emma Goldman e Malatesta. Autor de peças de teatro social, tradutor e editor de jornais como O AMIGO DO POVO, A TERRA LIVRE, AURORA e A SEMENTEIRA.

⁶⁵ Em 31 de maio de 1913, uma carta de Neno Vasco para Edgard Leuenroth. Nessa correspondência, cita remessa de vários materiais, dentre eles *E. Camponeses*, e comenta sobre as apreensões de seu panfleto em Portugal, chegando a propor que alguém fizesse uma espécie de versão *Geórgicas brasileiras* adaptada com a linguagem local. “Sabes que as minhas tem sido apreendidas no Alentejo? Que honra!...” Essa carta pode ser encontrada no ANEXO III de RODRIGUES, E. OS LIBERTARIOS.

⁶⁶ RICARDO MELLA CEA (1861-1925). Espanhol, topógrafo de profissão, em seu trabalho conviveu com a realidade dos operários de instalações de estradas férreas e de camponeses, colocando-se à disposição da causa do campo e tendo o seu nome reconhecido na história do anarquismo agrário espanhol. Também é citado como um dos últimos anarquistas humanistas clássicos espanhóis. Conviveu, desde seus 20 anos de idade, com o debate federalista espanhol em tempos de Pi y Margall e, mais tarde, aderindo ao conceito do coletivismo bakuninista, desenvolve uma novela sobre o anarquista federalista Fermín Salvochea e as diferenças entre o comunismo e o coletivismo. Com grande contribuição na imprensa social e anarquista. Além de escrever artigos e ensaios de próprio punho de prestígio internacional, rendendo alguns prêmios e tradução para o Italiano, Holandês, Português, Inglês e Francês, dedicou esforços como tradutor de obras importantes do anarquismo, como de Bakunin, Kropotkin e Malatesta.

organize em vista das necessidades comuns a todos os homens. Destaca, além disso, que essa organização seja por meio da ação livre e espontânea dos próprios produtores.

Sobre a histórica educação de servidão, Mella convoca os resignados a se levantarem do estado de humilhação posto à condição camponesa. Evidencia “a *capacidade revolucionária pelo exercício da rebeldia*” para os trabalhadores exercerem o protagonismo de sua emancipação, sugerindo que cultivassem “o espírito de associação e o sentimento de solidariedade”. Defende uma trinca de elementos fundamentais para a libertação camponesa, reunindo a posse da terra com a organização cooperativa e com a solidariedade, como via para assegurar a satisfação das necessidades básicas da humanidade. Em tempo, cabe lembrar que, em 1910, a editora Sementeira de Neno Vasco publicou uma versão dessa obra de Ricardo Mella em língua portuguesa.

Elisee Reclus⁶⁷ é o responsável pelo belíssimo folheto⁶⁸ *Ao Camponês, meu Irmão*, no qual, o militante inicia a conversa ouvindo um camponês receoso de perder as terras. Reclus acolhe o homem preocupado e esclarece que o acesso dos trabalhadores à terra para produção é o que defendemos, ao contrário dos grandes concentradores de terras, os grandes latifundiários, que, esses sim, lhes tomariam a terra. Os grandes proprietários tomam as terras e tratam trabalhadores de modo utilitário. Reclus explica: “*Máquinas, animais e homens são utilizados da mesma maneira: forças, avaliadas em algarismos, que é preciso empregar a bem do benefício patronal com o máximo de produto e o mínimo de despesa*”. Quanto aos camponeses, ressalta o quão importante é a defesa do pouco de terra que ainda lhes resta e aponta que, unindo-se através de uma forte organização, poderão conquistar seus direitos. É fundamental largar a condição de isolamento. Reclus enfatiza ao caro camponês:

⁶⁷ JEAN JACQUES ÉLISÉE RECLUS (1830-1904). Geógrafo francês, atuou na Comuna de Paris. Ele junto com seu irmão Elie Reclus conviveram com Bakunin e Elisee ficou responsável pela revisão e edição de algumas de suas obras. Atuou também com Kropotkin com quem desenvolveu inúmeras parcerias no campo da ciência e política. Possui uma produção bibliográfica monumental, como são os casos de “*A Terra*”, “*A Nova Geografia Universal*” e “*O Homem e a Terra*”. Diversos artigos e obras clássicas de teoria e propaganda anarquista.

⁶⁸ “Um dos aspectos mais enriquecedor da obra de Eliseo Reclus é o encanto da sua prosa (...), todas as páginas escritas por ele são cheias de imaginação e uma vocação pedagógica que cativam o leitor.” (VICENTE, 1983, p. 16)

“seu estilo agradável que tem forma muito pessoal, de sua arte descritiva e atraente (...) todos os seus escritos refletem sua maestria de estilo pouco comum. Eles também nos revelam um escritor completo, cheio de sedução. Se nas páginas escritas sobre a geografia, no sábio “O Homem e a Terra”, como está em escritos filosóficos, ou mesmo que nos destinados a propaganda, na qual ele expõe as ideias anarquistas, como no A Meu Irmão Camponês, A Anarquia, Evolução e Revolução, em todas as ocasiões a expressão de E. Reclus é simples e clara, rendendo em sua exposição facilidade e compreensão.” (DAY, 1963, p.22)

Camarada, evita esta morte a todo o custo! Defende a valer a tua terra, que o mesmo é defender a tua vida, a de tua mulher e de teus filhos. Associa-te aos companheiros cuja terra está também ameaçada pelos proprietários e agiotas; esquece as pequenas questões entre vizinhos e agrupa-te em comunas onde todos os interesses estejam ligados, onde um bocado de terra te- tenha todos os comunistas por defensores (Reclus, 2022, p. 124)

Contemporânea de Reclus, temos Louise Michel, enfermeira, poetisa, comunard, e conhecida pela dedicação à educação. Conforme indica uma de suas biografias, de modo geral, uma oposição ao mundo capitalista. É nesse sentido que a militante anarquista Louise Michel encara a necessidade de uma nova forma de educação. Para Louise Michel, alguns elementos são fundamentais na educação: a solidariedade, a autonomia, a verdade e a profissionalização (Lodi-Corrêa, 2016, p. 154).

Condenada por sua forte atuação na Comuna de Paris, Louise foi deportada para o exílio na colônia penal da Nova Caledônia, onde estabeleceu contato com o povo originário, os Kanakcs. Louise aprendeu o idioma, conviveu com os nativos e apoiou a luta contra a exploração colonial daquele povo. Dedicou algumas de suas obras ao campesinato, *Légendes et Chants de Gestes Canaques*, *Contes et Légendes*⁶⁹, *Prise de Possession*⁷⁰ e *Les Paysans*.

Em 1872, enquanto estava na prisão aguardando seu exílio, foi publicado. *Le livre du jour de l'an*, um livro de contos e lendas para as crianças. Essa primeira edição pode ser lida na Biblioteca Nacional da França em microfilme, porém existem versões recentes dos contos e lendas escritos por Louise Michel, não na mesma configuração, nem com todos os contos (Lodi-Corrêa, 2016, p 150).

⁶⁹ Obra de literatura infantil, Contos e Lendas, encontra-se traduzido no Brasil acessível gratuitamente em formato digital.

⁷⁰ Tomada de Posse, livro recém traduzido para o português.

Imagem 24 – Mosaico com referências a Louise Michel



Fonte: Acervo do autor.

Por fim, na conclusão deste capítulo 03, apresentamos as obras de Ricardo Flores Magón⁷¹, um dos grandes nomes do pensamento político durante a revolução mexicana. Dele, selecionamos os artigos *Terra e liberdade*, *Terra e Tomar a terra*.

Em *Terra e liberdade*, artigo de 1907, publicado em *Revolución*, Magón delineou algumas das suas ideias sobre o tema da terra e as problemáticas que a envolvem, que estão para além do que chama “aberração do conceito de propriedade”. O seu foco, nesse caso, é o problema das leis que garantem a concentração de terra. Com isso, apresenta um ótimo debate histórico, rico em

⁷¹ CIPRIANO RICARDO FLORES MAGÓN (1873- 1922). Periodista mexicano, editou os semanários *Revolucion e Regeneración* (periódico que se tornou órgão do PLM Partido Liberal Mexicano, esse semanário ganhou uma versão italiana no ano de 1911), militou com o seu irmão Enrique Flores Magón, Praxedis Guerrero, Librado Rivera. Dialogou com Emiliano Zapata por quem reconheceu admiração.

argumentos, contra os latifúndios. Segue delineando as ações da colonização espanhola para a expropriação das terras indígenas. Realiza, ainda, uma preciosa crítica aos inúmeros *Caudilhos*, que, nas batalhas, promoviam-se com a auto-proclamação de serem “*salvadores da Pátria*”, mas usavam o mérito das lutas para se tornarem grandes donos de terras e mais terras. Aborda, também, aspectos da instrução para a igualdade, ressaltando a problemática ausência da educação para a população.

Magón faz referência ao clássico trabalho de Proudhon, que problematizou o direito à propriedade. Por outro lado, compreendia que o contexto mexicano demandava uma leitura estratégica adequada à sua realidade. No México, para o proletariado, acessar a terra constituía uma arma a ser utilizada na luta por sua completa emancipação. Por essa razão, o mexicano não sustenta a sentença proudhoniana em toda a sua totalidade, embora esteja referenciado por ela no debate que levanta.

Nessa perspectiva, tratando da possibilidade dos trabalhadores realizarem a expropriação das terras concentradas para distribuição equitativa naquele momento, Magón pondera que: “*Esta solução justa e radical do problema agrário não é dos nossos dias, é de um futuro ainda remoto, bem o sabemos*”. Não retira a solução do horizonte, mesmo que ainda não veja condições conjunturais para atingir a ampla coletividade pela tomada da posse de todas as terras; “*mas é possível fazer no México o que o Programa do Partido Liberal oferece: tomar as terras improdutivas dos grandes latifundiários, confiscar os bens dos funcionários enriquecidos sob a atual Ditadura e distribuí-los entre os pobres*”.

Consideramos esse texto magonista como uma referência histórica valiosa para pautar a reforma agrária popular no contexto do debate latino americano, sobretudo, pelo trabalho de refletir acerca da divisão de terras, denunciando sua natureza injusta e desproporcional.

No artigo *Terra*, publicado em 1910, no periódico *Regeneración*, Ricardo cita, de maneira crítica, o discurso religioso, que promete a felicidade no céu. Magon argumenta que a Terra, planeta, então, é uma estrela e está no céu. A terra é de todos. Com um capricho didático de detalhes, por meio de argumentos científicos, descreve a evolução geológica de nosso planeta, configurando a terra como um dos bens naturais. Apresenta a trajetória de uso desse bem comum, com exemplos históricos

da humanidade, desde a fase harmônica até chegar ao divisor de águas, antes e depois do primeiro dono aparecer. Magón argumenta:

O primeiro dono apareceu com o primeiro homem que tinha escravos para trabalhar nos campos, e para se tornar dono desses escravos e desses campos precisava usar armas e levar a guerra a uma tribo inimiga. Foi assim, a violência foi a origem da propriedade da terra, e pela violência a sustenta então até os dias atuais. (Magon, 2022, p. 132)

Nesse sentido, abre um debate sobre a violência na escala institucional (polícia, igreja, soldados, policiais, juízes, carrascos, prisões, forças, etc), que impede o povo de acessar esse bem da natureza. O direito à propriedade e o direito à herança são espécies de crimes elevados à categoria de lei. Disso, resultam milhões de excluídos que sofrem com o fato desses “direitos” estarem voltados para a defesa e o privilégio dos donos da terra.

Terra!, como um grito de ordem de diversos setores históricos das lutas sociais. Magón elenca vários exemplos de movimentos populares e de movimentos revolucionários como referência dessa égide. Convoca, dessa maneira, o leitor de *Regeneración*, para a luta por *Terra e Liberdade* em um contexto de ebulição para a Revolução Mexicana.

Encerramos a nossa apresentação de Magón com o texto *Tomar a Terra*. Foi publicado originalmente em 1912, no *Regeneración*. Inicia-se com parte de uma carta do filósofo anarquista Kropotkin, postada de Brighton, Inglaterra, recebida em Havana, Cuba, pela equipe do jornal “*Tierra!*”.

Magon desenvolve os argumentos da correspondência de Kropotkin para reforçar a determinação dos revolucionários mexicanos de arrancarem a terra das garras dos latifundiários. Elegemos um trecho da carta.

a terra é a base de toda revolução, do advento do socialismo, da anarquia. Cada vez que os revolucionários negligentes não se ocupam desta importante questão: “a terra para quem a cultiva, para a Comuna”, eles devem ter a certeza de perder a revolução (Magon, 2022, p. 137)

Para que sejam distribuídas aos camponeses, o mexicano reforça a importância da união do campo com a cidade. Justifica que, com a tomada da terra, todas as indústrias passarão para as mãos de quem trabalha.

Nesse texto, fica explícita a identidade do magonismo com o filósofo do apoio mútuo, bem como a importância da questão agrária para o órgão de propaganda do movimento. Magón deixa clara a referência:

Este importante trabalho está sendo realizado no México com toda a energia que um verdadeiro revolucionário deve usar, para que a Revolução não se perca, como diz Kropotkin. Folheando a coleção de Regeneración, será possível ver que o problema agrário no México é de suma importância e constitui a espinha dorsal do movimento revolucionário (Magón, 2022, p. 137)

Podemos encontrar os elementos do anarco-comunismo nas linhas do texto, na defesa da conquista dos meios de produção pelos trabalhadores para não faltar mais o básico ao processo revolucionário.

Imagem 25 – Homenagens ao ano de Ricardo Flores Magón, 2022



Fonte: <https://www.todoporhacer.org/> e <https://monoaureo.com/>

O ano de 2022 foi dedicado, no calendário oficial do México, a homenagens para Ricardo Flores Magón, diversas atividades foram promovidas para o anarquista precursor da revolução Mexicana (imagem 25). Muito antes, o catedrático Armando Bartra, profundo estudioso da Mesoamérica, resumiu, em seus escritos sobre campesinato, a importância do magonismo na revolução em três dimensões articuladas.

Uma corrente política e ideológica: o magonismo. Uma organização partidária que se torna de massa: o Partido Liberal. Uma publicação que há 18 anos implementa periodicamente uma política: Regeneración. São esses três aspectos, inseparáveis e complementares, que definem a tendência política mais radical, mais definida e mais coerente das massas que convergiram na revolução de 1910-17. (Bartra, 1977, p.13)

Dentre as análises brasileiras sobre o campesinato, cabe comentar, aqui, o livro de Marlene Ribeiro dedicado à *Educação e Trabalho do Movimento Camponês*. No capítulo que debate o camponês como sujeito histórico, a autora se afina com estudos de Sevilla Guzmán & Molina, que já abordamos. Marlene também reconhece no anarquismo um campo potencial de contribuições para a causa camponesa, como podemos ver em sua análise:

Os autores passam à análise do campesinato como agente revolucionário na ótica do anarquismo agrário, destacando as obras de Bakunin e de Kropotkin. Para Bakunin, a miséria e a dominação do povo russo, o que traduzia seu atraso em relação aos países europeus, poderia ser um elemento desencadeador de uma revolução que, pela destruição do Estado, permitisse a conquista da emancipação social. (...) Discípulo de Bakunin, Kropotkin amplia a abordagem teórica feita por este, articulando, no anarco comunismo, os conteúdos agrários com os industriais (...) os autores russos apontaram a organização através do apoio mútuo, próprio do modo de vida incorporado na tradição cultural do campesinato russo em comunas aldeãs, como uma forma de resistência e luta. Por essa razão, foram necessárias leis persistentes durante vários séculos para confiscar as terras comuns e desenraizar as comunas, na Rússia (Ribeiro, 2013, p.97).

Os escritores anarquistas cujos textos apresentamos aqui reconhecem Bakunin e Kropotkin como suas inspirações. Ao longo da vida dos autores, alguns conceitos acabam se transformando para melhor atender aos contextos locais e históricos. Após a morte de Bakunin, novas concepções estratégicas continuaram a ser elaboradas, como é o caso da aposta no anarco-comunismo, que recebe contribuições de

Kropotkin, Reclus, Malatesta, Neno Vasco, Magón, dentre tantos. Ricardo Mella, segundo biógrafos, continua adepto e defensor do coletivismo⁷² até o fim da vida.

A imagem 26 expõe a primeira página do órgão informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro nº 164. Essa edição dedicou grande parte de seu conteúdo aos temas tratados neste capítulo. Podemos encontrar contribuição de clássicos, como 200 anos de Bakunin, 140 anos de Gonzalez Prada e 85 anos da revolução camponesa da Comuna Shinmin, na Coréia e Manchúria. Para além das justas efemérides, a edição apresenta a análise do trabalho militante com movimentos sociais atuais, com o texto JUVENTUDE CAMPONESA na luta contra o agronegócio.

Imagem 26 – Periódicos *Libera* n 164 nov-dez 2014 e *Libera* n 179 out 2023



Fonte: acervo do autor.

No decorrer do século XX, observamos um declínio da visibilidade anarquista nas atividades públicas e, consequentemente, diminuição de sua inserção nas lutas populares. Isso se deve a vários fatores internos e externos ao movimento. Existem diversas teses já elaboradas sobre a perda e a retomada do vetor social pelos anarquistas no Brasil. Julgamos relevantes as análises metodológicas do Instituto de

⁷² Enquanto os coletivistas defendiam que o trabalhador deve ser o proprietário do produto de seu trabalho, os comunistas defendiam que tanto a produção quanto a distribuição se tornavam propriedade da comunidade. (...) De qualquer forma, é importante analisar as razões que eles fizeram os anarquistas continuarem neste país defendendo o coletivismo quando já no resto do Europa e em outros lugares o movimento anarquista adotou o comunismo anarquista, que seria endossado no Congresso de Londres de julho de 1881.(...) Mas antes de apontar alguns aspectos muito importantes das teorias organizacionais do anarco-comunismo, Acho necessário destacar o papel desempenhado por Ricardo Mella nesta controvérsia entre anarco-coletivismo e anarco-comunismo. (...)O anarquista galego continuou a defender a anarco-coletivismo até sua morte. (...) além disso, o coletivismo deu bons resultados na primeira etapa de 1869 a 1874. (...) O primeiro grupo anarco-comunista –os editores de La Justicia Humana e depois de Tierra y Libertad– elaborou um «Projeto de Organização»¹ no qual desenvolveram suas ideias sobre a organização antiautoritária. (MADRI, 2018)

Teoria e História Anarquista, composto por uma equipe de pesquisadores e militantes de vários continentes. Buscam entender a dinâmica a fim de identificar elementos que possam ser trabalhados em uma aplicabilidade na realidade; ou seja, aprender com possibilidades e limites das conjunturas passadas, aplicando a elaboração de teoria e estratégia do anarquismo na luta de classe diante dos dias atuais. Contribuímos em 2023 com uma das atividades promovidas pelo ITHA denominada *Xadrez Político*, onde pudemos debater o tema Fome e Insegurança Alimentar (imagem 27) com a equipe e com público interessado em análise anarquista de assuntos que desafiam a conjuntura.

Imagem 27 – Xadrez Político: Fome e Insegurança Alimentar



Fonte: ITHA

Apesar da dificuldade de encontrar fontes do período de maior fragilidade e repressão, foi possível acessar exemplos de planejamento de ações anarquistas em diálogo com o campesinato. Citamos a referência ao debate e defesa do tema da propaganda do anarquismo entre os camponeses para a realização do Congresso Anarquista de 1948. Segundo o estudo de Silva (2023), a iniciativa partiu da proposta da Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, integrante da União Anarquista do Rio de Janeiro - UARJ. Nos anos 1990, houve a criação do jornal “Mutirão” e de um coletivo com o mesmo nome.

Em 08 de dezembro de 2021, realizamos um debate sobre os 30 anos do jornal *O Mutirão*. Para essa homenagem, convidamos o jornalista da UFRRJ João Henrique Oliveira, autor de uma pesquisa profunda sobre jornais libertários (imagem 28). Apresentamos aspectos importantes do periódico, que, em 1991, publicava matérias sobre trabalho de base anarquista em assentamentos rurais do território fluminense.

Outro aspecto resgatado foi a participação estudantil da UFRRJ junto ao coletivo Mutirão. No ano de 2011, havia sido realizado debate no curso de Licenciatura em Educação do Campo com a presença de Maurício Saraiva, fundador do jornal, ex-estudante de agronomia que frequentava o Grupo de Agricultura Ecológica - GAE. Os educandos da LEC UFRRJ participaram ativamente da discussão. Na época, a atividade marcou a homenagem às duas décadas de surgimento do periódico anarquista agrário que circulou no Brasil e no mundo.

Imagem 28 – Homenagens ao jornal Mutirão



Fonte: acervo do autor.

Parte desta pesquisa contribuiu para a apresentação de uma coletânea com tradução de alguns dos clássicos anarquistas dedicados à causa camponesa. Buscamos apresentar a contribuição histórica libertária da luta por terra e liberdade, selecionando textos de linguagem popular voltados para o trabalho de base entre camponeses. Podemos verificar a atualidade e aplicabilidade dos temas problematizados na obra *Tomar a Terra*, ao longo de belas páginas, fruto do caprichoso trabalho e militância dos editores da Entremares. Os diversos momentos promovidos pelo lançamento dessa coletânea possibilitaram uma avaliação da pertinência do debate sobre as possíveis contribuições libertárias para a estratégia camponesa. Foram realizados lançamentos em universidades, feiras, espaços sociais do MPA e MST, oportunidades em que a interação do público presente trouxe ricas contribuições à continuidade e desdobramentos férteis para questões do campo.

o livro *Tomar a Terra* (Ed. Entremares), reúne textos clássicos de militantes anarquistas sobre a temática da luta pela terra, que sempre esteve presente desde os primórdios do anarquismo. Os autores são Eliséé Reclus,

Ricardo Mella, Neno Vasco, Errico Malatesta e Ricardo Flores Magón. Destaque para este último, com papel importante na Revolução Mexicana e textos que são inéditos em português. Após um primeiro lançamento em São Paulo, no dia 21 de janeiro, no espaço Antônia e Angelina Soares, também foram realizadas outras atividades de lançamento com debate em espaços dos movimentos sociais do campo, como do MPA no Raízes do Brasil (RJ) e no Armazém do Campo de Juíz de Fora (MG) espaço do MST, em eventos acadêmicos e de Educação do Campo, na Biblioteca Social Fábio Luz (RJ), dentre outros. Uma referência fundamental para todos/as os/as lutadores/as sociais, envolvidos/as ou não com a luta camponesa. O livro está disponível à venda pelo site da editora Entremares e, no Rio de Janeiro, no Armazém do Campo, no Raízes do Brasil e na Biblioteca Social Fábio Luz (Libera, 2023, p.07).

Afiando os desafios da retomada do vetor social anarquista para o trabalho de base e a estratégia de lutas camponesas com as sábias palavras de Derli Casali, o trabalho de base que hoje está escrito no olhar da militância que assumiu a causa libertária dos povos excluídos, das comunidades camponesas, tem como objeto resgatar e reacender as pequenas chamas escondidas por entre as cinzas, dar viço às memórias que ficaram apagadas nas trilhas do tempo, nas curvas do rio, enfim, nos sentimentos que ainda resistem (Casali, 2019, p.131).

Imagem 29 – Lançamentos da Coletânea *Tomar A Terra*





Fonte: Acervo do autor.

2.2 Para Além das Políticas Públicas: a educação que temos e o que queremos

“Nossos direitos a história sempre negou e escravizou o povo trabalhador não tem escola nem direito de estudar pra burguesia poder nos dominar.”
(Luiz Carlos Sousa)

Neste capítulo, objetivamos apresentar a análise política presente em obras-chaves do Movimento dos Pequenos Agricultores no que se refere à leitura do movimento sobre o papel estratégico das políticas públicas. Para estruturação e referencial metodológico, tomamos como base dois textos de produção interna, buscando diálogo com outros autores, fundamentando a análise do tema. Por fim, localizamos as políticas públicas de educação no debate da Educação Camponesa.

O primeiro texto é de autoria da Roseli Maria de Souza, intitulado *As Políticas Públicas-Sociais e as Mulheres Camponesas: o que temos e o que queremos*⁷³, parte integrante do Caderno de Estudos N2, elaborado para o I Congresso Nacional do MPA – realizado em São Bernardo dos Campos, São Paulo, no ano de 2015. O segundo texto foi escrito por Frei Sérgio Görden⁷⁴, com o título *Para Além do*

⁷³ Conforme registra o editorial do Caderno de Estudos N2 do I Congresso Nacional do MPA, “O 2º texto é “Políticas Públicas Sociais e as Mulheres Camponesas: o que temos e o que queremos” da companheira Rose Sousa que traz uma análise das políticas sociais existentes e quais de fato precisamos como mulheres camponesas.” (MPA, 2014).

⁷⁴ <https://freisergio.com.br/memoria/>

Frei Sérgio. Nós encontraremos várias outras citações desse autor ao longo desta tese, justamente por ser ele um dos vários referenciais teóricos do movimento com produção teórica, uma obra de fôlego.

PRONAF: Propostas de Políticas Estratégicas de Estado para a Agricultura Camponesa.

Souza (2014) apresenta a construção histórica internacional da crítica da classe trabalhadora frente à pauperização, uma das mazelas do modelo capitalista. Nesse processo, as pautas de luta, como educação, fome e carestia, péssimas condições de trabalho, de moradia e de saúde, passaram a ser reunidas pela expressão “Questão Social”. Essa expressão ficou comum na imprensa classista que se contrapunha ao capitalismo. Souza explica que,

com os protestos dos/as operários/as surge a expressão “**questão social**” para denominar todo o pauperismo generalizado, toda a pobreza, fome, falta de moradia, educação, péssimas condições de trabalho, doenças das mais variadas, etc., que existia. Nesse mesmo período, surgiu a palavra, o conceito de Socialismo como outro modelo de sociedade que os/as trabalhadores/as propunham como forma de contrapor o Capitalismo (Souza, 2014, p.10).

A autora destaca: com “o surgimento do modo de produção capitalista sempre existiu as expressões das questões sociais, sempre existiu desigualdades” (Souza, 2014). No período, também ocorreu um importante contraponto de modelo sócio-econômico com a construção do conceito de Socialismo. Consideramos que esse é um ponto fértil da pesquisa sobre a contribuição libertária para a proposta de organização dos trabalhadores e a luta na construção de um novo mundo. O Socialismo Libertário é o campo no qual encontramos a atuação dos anarquistas, as suas ações junto às lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, seus registros de experiências e produção teórica classista.

Mais adiante, a autora lembra que também surgem propostas conservadoras de mediação do conflito gerado pelo modo de produção excludente. Analisa que, na produção intelectual desse “pensamento conservador positivista”, os fins estariam compactuados com a manutenção do capitalismo.

Naturalizam as desigualdades, colocam a pobreza, o passar fome e todas as outras necessidades vitais como se fossem coisas da natureza, uma coisa normal da vida e não consequência do modo de produção, eles combatem as manifestações da “questão social” mais sem tocar nos fundamentos da sociedade capitalista (Souza, 2014, p 11).

O texto resgata o conjunto de transformações sócio econômicas e estruturais do século XIX e a resposta conservadora, reformista e burguesa pela qual o Estado

busca desenvolver artifícios para arrefecer as crescentes mobilizações, tendo como referenciais a luta popular da primavera dos povos e a comuna de Paris⁷⁵. Segundo Souza,

A partir de 1848, o estado e a burguesia muda seu posicionamento diante da sociedade, não mais só com polícia, com repressão, eles enfrenta as lutas, as manifestações da massa desenvolvendo estratégia que combina conservadorismo e reformismo, passa a ser coesivo, passa a tratar também como coisa de política, ou seja busca aperfeiçoar os mecanismos de “amaciar” a luta de classes (Souza, 2014, p.11).

Souza analisa o papel do Estado como “Comitê executivo da burguesia”, focando o capital financeiro a partir dos anos de 1870 e as políticas econômicas atreladas aos interesses do capital industrial e bancário.

Já, a partir de 1870, o Capitalismo já passado da sua fase concorrencial para monopolista-imperialista concentra e centraliza tudo, há uma fusão entre capital bancário e industrial formando o capital financeiro. O Estado passa a ter uma função estrutural e funcional ao capitalismo, passa a intervir não apenas na política mas também na economia (infraestrutura, crédito, etc.), o Estado passa a ser o Comitê Executivo da burguesia (Souza, 2014, p 11).

Durante os anos de 1878 e 1890, Otto von Bismark investiu em perseguições, prisões, censura à imprensa como ações anti-socialismo. Buscando manter o controle sobre as mobilizações em torno das pautas por melhorias na condição de vida da população, Bismark promove uma intervenção estatal com medidas que prometem estabelecer a proteção aos trabalhadores por meio do seguro social, de contribuição obrigatória para acessar o benefício. Esse modelo bismarckiano cumpria a função de esvaziar as greves e pressões populares.

As chamadas “protoformas das políticas sociais”, ou seja, as suas primeiras formas, datam de 1881 com Otto Bismarck na Alemanha criando os primeiros “seguros sociais” da história, na tentativa de “unificar” seu povo. Esse fato se deve principalmente à Comuna de Paris em 1871, ou seja, era a antecipação

⁷⁵ Nesse contexto histórico, é possível traçarmos um paralelo com a trajetória de Bakunin, ainda antes de sua fase anarquista, quando se dedicou às ações políticas populares nas ruas, participando de experiências organizativas das barricadas; enquanto Pierre-Joseph Proudhon, já com grande conhecimento no campo intelectual socialista, participa do parlamento francês, é eleito para a Assembléia Nacional Constituinte com uma das maiores quantidades de votos, cuja oportunidade política foi decisiva em sua concepção anti-estatista e insuficiência parlamentar. Reforçando as teses do federalismo de base pela organização econômica e política desde os trabalhadores. Os anos de 1848 e 1849 são o estopim de ações revolucionárias agitando e organizando setores operários e camponeses em diversas regiões da Europa e alimentando o espírito de revolta popular mundial. A expressão consagrada de primavera dos povos é apropriada ao sentido de efeito de vida, germinação do ideário classista de construção de sociedade. Bakunin, depois de participar de ações em Praga, Paris e Alemanha, seria preso, em 1850, sob o rótulo de terrorista. Sua condenação à morte foi convertida a trabalhos forçados e depois ao exílio na Sibéria. Somente em 1861 consegue, por meio de fuga, seguir para o Japão e aos Estados Unidos até retornar à Europa por um roteiro de viagem repleto de episódios de participações em levantes e insurreições.

de algumas melhorias para o povo não se organizar “fora da ordem” novamente como na Comuna (Souza, 2014, p. 11).

Souza faz uma introdução sobre as origens da concepção estatal de políticas públicas e enfatiza o controle social como questão estratégica. Nesse viés, as políticas públicas são mobilizadas como medidas de contenção das lutas da classe trabalhadora, remediando as desigualdades, apenas amenizando a crise, sem responsabilizar o capitalismo. A autora avança o texto para a contextualização do Brasil, recortando o período que vai dos anos 30 até as vésperas da realização do *Congresso do MPA*. Momento em que buscou trazer o público para a construção coletiva dessa leitura do Estado brasileiro e das políticas públicas para o campesinato – com destaque para o acesso das mulheres.

Cabem aqui duas considerações. A primeira refere-se ao período histórico de políticas nacionais anteriores aos anos 30, ausentes nesse texto; fato justificável pelo objetivo e formato textuais, além do MPA possuir outros materiais dedicados ao estudo do campesinato nos contextos de distintos períodos históricos nacionais. A segunda consideração é referente ao resgate das conquistas dos trabalhadores anteriores à década de 30 no Brasil. Embora com forte protagonismo do movimento operário, encontramos registros de sessões de trabalhadores do campo entre as listas registradas pela COB. Adotamos a divisão temporal proposta por Souza e traçamos paralelos com outros trabalhos complementares. Nessa análise nacional, a autora apresenta um primeiro período, pós anos 30 até anos 60, acentuando a desigualdade de investimentos nos diferentes setores e regiões.

No Brasil, de forma muito fragmentada, as primeiras políticas sociais vieram com Vargas entre 1930 até início dos anos 60. Ele criou o primeiro sistema de seguro social com objetivo de conter as greves que existiam em função do desenvolvimento desigual que estava acontecendo (essa desigualdade no desenvolvimento se dava de forma diferenciada tanto em relação aos capitalistas e trabalhadores como também a prioridade diferenciadas em torno das regiões do país, mais incentivo ou menos de acordo com as necessidades do capital, por exemplo o Sul e Sudeste era mais prioridade, tinha mais infraestrutura e investimentos gerais em relação ao nordeste e norte) (Souza, 2014, p.11).

Outro autor com o qual dialogamos é Guilherme Delgado. Ao analisar o papel do Estado frente às políticas públicas para o campo, Delgado constata que “o setor rural foi em geral interpretado de maneira subsidiária ao longo do ciclo de

industrialização 1930-1980”. O economista, cujos estudos contribuem bastante para a formação dos movimentos sociais do campo, avalia que a questão agrária⁷⁶ vem “sendo até hoje interpretado com freqüência como fluxo caudatário desse processo, durante o longo ciclo industrial” (Delgado, 2001). Dialogamos, ainda, com a contribuição de Pereira (2014), que desenvolveu o seu objeto de estudo sobre o Banco Mundial⁷⁷. Os trabalhos de Pereira abordam a origem do organismo internacional, a sua trajetória, os tipos de influência ou orientação para o desenvolvimento de governos clientes – seja por fomento financeiro, seja pelo papel formador⁷⁸ atuando como consultor a respeito do que os governos devem fazer em matéria de políticas públicas.

Em todos os níveis em que com o tempo passou a atuar – financiamento de projetos e programas, diálogo com governos nacionais e subnacionais e assistência técnica ao setor público, pesquisa econômica, liderança sobre outros organismos multilaterais e coordenação de iniciativas internacionais – , o Banco age de maneira prescritiva a respeito do que os governos devem fazer em matéria de políticas públicas de desenvolvimento. A amplitude com que o faz também é significativa, abarcando desde educação, saúde, habitação, energia, agropecuária, política econômica, transporte, infraestrutura, desenvolvimento urbano e rural, indústria, comércio, meio ambiente e administração pública, até a reconstrução nacional em países pós-conflito e a assistência internacional ao desenvolvimento (Pereira, 2014, p.78).

Já Delgado analisa a forte tendência de incentivos fiscais e fomentos de créditos para atravessar a transição da crise do início dos anos 60 para o clímax do projeto de modernização conservadora.

⁷⁶ Livros editados no começo do século XX, como os do político fluminense, que se tornou ministro do Tribunal Superior da Republica, Alberto Torres, avançaram na ideia de distribuição do patrimônio fundiário pelo Estado nacional para “fixar o homem à terra”, mas nenhum movimento político ou social, mesmo em suas vertentes anarquistas ou comunistas (a partir de 1922), conseguiu fazer prosperar tal via de mudança histórica. (GARCIA Jr, 2018,p.27)

⁷⁷ “Em operação desde 1946, o Banco Mundial tornou-se uma organização imensa e de enorme complexidade, muito diferente daquela imaginada e acordada em 1944 na conferência de Bretton Woods, patrocinada pelo governo norte-americano.” (PEREIRA, 2014, p.78). “A pesquisa interna acompanhou esse movimento e lhe deu suporte, escorando e legitimando intelectualmente as prescrições do Banco em matéria de política econômica, setorial e social. Com a ascensão de Thatcher e Reagan no plano político e a revolução neoclássica no âmbito do pensamento econômico, expoentes da velha geração da economia do desenvolvimento (development economics) perderam espaço para nomes afinados com o novo mainstream.” (PEREIRA, 2014, p.88-89)

⁷⁸ “Essa condição começou a mudar no início da gestão de Robert McNamara (1968-1981), que promoveu mudanças profundas na instituição. McNamara havia estudado e lecionado na Harvard Business School, presidido a Ford Motor Company e integrado o conselho consultivo da Fundação Ford. Indicado para o cargo de secretário de Defesa dos EUA por Kennedy, em 1961, e mantido por Johnson, assumira um papel central na atuação dos EUA na Guerra do Vietnã. Se, antes de sua chegada, o Banco era “quase um apêndice do Tesouro dos EUA” (Ayres, 1983, p. 7), com ele a instituição foi conduzida pela trilha da diplomacia do desenvolvimento.” (...) “A gestão McNamara operou nesse contexto e o objetivo de consolidar o Banco como uma “agência de desenvolvimento” foi, em larga medida, uma resposta àquela situação. Os EUA apoiaram esse movimento. No final da década de 1960 e início da seguinte, cresceu a convicção em Washington de que era necessário aumentar a assistência multilateral diante da ajuda bilateral. Afinal, ainda que a assistência multilateral tivesse aumentado quatro vezes durante o Governo Kennedy, ela totalizava menos de dez por cento do total da ajuda externa norte-americana no final da década de 1960.” (PEREIRA, 2014, p.84)

A passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 60 para o estilo de modernização agrícola que ora estamos analisando encontra-se fartamente documentado na formulação da política econômica do período. Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural) e, ainda, o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preço, PROAGRO, Pesquisa e Extensão Rural etc.) (Delgado, 2001, p.165).

Os projetos de modernização conservadora estavam alinhados com os princípios de eliminação do campesinato (Feder, 1976), para formação ideológica conservadora em conjunto com os projetos de desenvolvimento (a ideologia vinha no pacote) – segundo os pressupostos de McNamara, o famoso gestor do Banco Mundial e que também montou fundação própria.

Tais projetos tinham como pressuposto a aceitação das condições existentes em matéria de estrutura agrária. A concentração da propriedade da terra – fator elementar de determinação da pobreza e desigualdade social no meio rural (...) Por isso, o itinerário proposto por McNamara constituía uma alternativa conservadora à reforma agrária redistributiva (Pereira, 2014, p.86)

Sob inegável influência Norte Americana⁷⁹ e do Banco Mundial, os projetos apresentaram resultados satisfatórios para o governo no que se referia à realização das estratégias de desenvolvimento da subordinação⁸⁰. Nesse contexto, foi promovida aquela que seria considerada a segunda revolução agrícola, popularmente chamada de Revolução Verde. Mais uma faceta do projeto do capital para os países subdesenvolvidos, numa disputa de influência sobre a reconstrução mundial no pós guerra. Em vez de tanques e soldados, passou-se a enviar tratores e consultores a fim de forjar o mito do desenvolvimento para países subalternizados. Segundo Mônica Cox Pereira (2012) e Paulo Petersen (2012), a Revolução Verde cumpriu dois papéis:

⁷⁹ Organizações de cooperação técnica governamentais Norteamericanas: *IICA* - criado em outubro de 1942; *AID*: Agência Internacional de Desenvolvimento; Aliança para o Progresso (1961 -1970); *CORPORAÇÕES*, associações e fundações privadas (*AIA*, *FUNDAÇÃO FORD*; *FUNDAÇÃO ROCKEFELLER*, *KELLOG*; *ETC.*); Organismos Internacionais (*OEA*; *BID*; *FAO*; etc). Lembramos da análise de Josué de Castro "Neste momento, os Estados Unidos da América redescobriram o Nordeste. E esta descoberta se deve em grande parte ao obscuro e incipiente movimento das Ligas Camponesas. Em fins de 1960, com o seu povo extremamente sensível aos perigos da revolução comunista de Fidel Castro em Cuba e à sua possível propagação para o continente, a imprensa norte-americana se lançou com um dramático interesse sobre o Nordeste brasileiro explosivo e ameaçador." (Castro, 1967, p. 33)

Derli Casali, em seu texto *O sertão não é mais o mesmo*, cita que "segundo Josué de Castro, na sua obra *Geopolítica da Fome* (1951), a população do sertão até os anos sessenta não estava presa às rédeas do capital, das instituições governamentais e dos políticos profissionais. As famílias do sertão estavam entrelaçadas por laços de sentimentos humanos que se visualizavam nos mutirões, nas festas de São João, nas devoções aos padroeiros e às padroeiras. Eram as famílias, em função de suas necessidades do dia-a-dia, quem decidia o que plantar." (Casali, 2019, P. 37)

⁸⁰ "Por fim, a roupagem multilateral dos BMDs permitiria a Washington contornar as críticas internas à Guerra do Vietnã e ao apoio dos EUA a golpes militares e regimes ditatoriais que se espalhavam por toda a periferia (Burbach; Flynn, 1982, p. 72-73)." (PEREIRA, 2014, p.85)

a) disseminar globalmente um novo regime tecnológico com a introdução em larga escala⁸¹ de variedades modernas de alta produtividade em muitos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, por volta dos anos 50; b) aumentar a dependência da agricultura⁸² em relação à industrialização e ao capital financeiro.

A Revolução Verde foi veículo de desigualdade social, bem como obstáculo ao desenvolvimento dos camponeses, visto que eles se tornaram dependentes de empresas globais fabricantes dos pacotes tecnológicos. Além disso, as políticas de desenvolvimento que privilegiaram o viés técnico acabaram por deixar de lado mudanças sociais e estruturais, tais como a Reforma Agrária (Pereira, 2012, p.687).

Delgado (2001) e Pereira (2014) destacam o financiamento promovido através das políticas de créditos e fundos internacionais para viabilizar a adoção dos pacotes tecnológicos de dependência da industrialização crescente no setor agropecuário. Esse processo desmobilizou as pautas da questão agrária, dividindo, desmobilizando, cooptando setores do campo, por meio de projetos de desenvolvimento oriundos do financiamento para uma parte da base de camponeses. Essa parte, atendida pelo projeto, esvaziaria as fileiras de lutas. Seguiu-se, assim, a linha da estratégia de promoção do aumento da produtividade por meio dos pacotes da Revolução Verde.⁸³

Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras. (Delgado, 2001, p.165) “A criação do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) Em seu movimento expansivo, uma das ações mais importantes do Banco durante o primeiro quinquênio de McNamara foi a criação do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), em maio de 1971. A iniciativa começou quando, no início de 1969, as fundações Ford e Rockefeller (...) para impulsionar a difusão da Revolução Verde pelo mundo (...). O Banco se apressou para encabeçar a iniciativa, desempenhando um

⁸¹ Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção. Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. (Pereira, 2012, p.687)

⁸² Esse processo foi alavancado ideologicamente sob o manto da modernização, uma noção legitimadora dos arranjos institucionais que passaram a articular de forma coerente interesses empresariais com os paradigmas técnico-científico e econômico consolidados. (Petersen, 2012, p. 43)

⁸³ Daí o lançamento, em 1973, do programa de desenvolvimento rural, baseado na estratificação da pobreza em duas categorias (relativa e absoluta) e na identificação de “focos de pobreza” (absoluta) no meio rural, que deveriam então ser “atacados” mediante projetos de financiamento para que pequenos agricultores aumentassem a produtividade da terra com a aplicação de técnicas de ponta e insumos industriais (McNamara, 1973). Ou seja, nada mais do que uma “pequena Revolução Verde” em parcelas do subsetor camponês, a fim de integrá-lo à atividade agrícola comercial, como forma de esvaziar o protesto social no campo e desenvolver a agricultura capitalista (Feder, 1976, p. 793-794). (PEREIRA, 2014, p.86)

papel de liderança política e intelectual desde então. De imediato, o novo sistema ganhou forte apoio público e privado. A USAID se tornou responsável por um quarto do total dos fundos e o Banco Mundial por dez por cento dos recursos (Pereira, 2014, p.87-88).

Souza analisa o fortalecimento da propaganda do capital nos chamados anos gloriosos, quando o desenvolvimento promovia o chamado Bem Estar para quem detinha condições de consumo. Porém, não tardou para aflorar as consequências excludentes com a crise nos anos 70.

Após a II guerra mundial vieram os chamados anos gloriosos, o capital saiu fortalecido da guerra, altas taxas de lucro em todos os seus ramos de atuação, no entanto há muitas consequências para os trabalhadores, ele precisa se “humanizar” socialmente, o Estado de Bem Estar Social entra em cena com “bons empregos” e políticas para garantir o consumo, assim foi, mais não por muito tempo, veio a crise de 1973, houve um grande corte de gastos, e é nos gastos sociais que o capital corta através do Estado, garantindo apenas o Estado Mínimo para o povo, ou seja, os bons empregos e preços dos produtos, consequentemente as melhorias para os trabalhadores são minimizadas (Souza, 2014, p.11).

O próximo período de análise, conforme a divisão adotada por Souza, refere-se à conjuntura que vai dos anos de 1964 a 1985, os anos de ditadura civil-militar. O terceiro mundo foi vislumbrado pelo capital estrangeiro como via para a reorganização mundial nas décadas do pós-guerra. Tais projetos encontraram adeptos⁸⁴ no Brasil e demandaram análise, contraproposta e resistência por parte dos opositores do modelo de modernização do país – projeto socioeconômico internacional conservador que estava em execução aqui no contexto do regime de ditadura.

Depois de um segundo período de consolidação de algumas políticas sociais foi de 1964 a 1985 com um objetivo de racionalização conservadora e estava em função da ditadura. Com o Ascenso das massas o período seguinte foi de muitas conquistas (Souza, 2014, p.11).

O trabalho de Delgado possibilita a compreensão de como as visões de uma mesma conjuntura disputaram as estratégias para o campo. O autor observa que a literatura especializada no período do pós-guerra, ou mais extensivamente a história da economia posterior à Revolução de 1930, focaliza, mais freqüentemente, a expansão e consolidação da indústria moderna na economia brasileira (Delgado,

⁸⁴ (...) no pós-guerra, liberais, desenvolvimentistas e interlocutores da “questão agrária”, debateram o lugar do setor rural na economia e na sociedade, mas fortemente influenciados pela industrialização que ocorria (...) Desde os anos 50 e 60 a reflexão econômica sobre o rural organizou-se em torno desses dois eixos temáticos – “a questão agrária” e “a industrialização e o papel da agricultura”. (DELGADO, 2001, p.158)

2001). A bandeira do desenvolvimento era a prioridade do Estado. A expansão e modernização do meio rural passariam a ofuscar de maneira geral as pautas da questão agrária⁸⁵ reivindicadas como demandas das organizações camponesas e defendidas por setores da produção intelectual com inserção popular.⁸⁶

Desenvolvimento Econômico em voga no período. Esse enfoque temático catalisa uma importante parcela da reflexão sobre a questão que ora nos interessa – a expansão e modernização do setor agropecuário coetânea à industrialização brasileira – mas elude outra vertente importante do pensamento econômico sobre problemas específicos que historiadores, economistas, agraristas e cientistas sociais, em geral, cognominaram de “questão agrária brasileira” (Delgado, 2001, p.157).

Avaliamos pertinente, nesse trabalho de Delgado, a subdivisão didática em três subperíodos. Isso permitirá esquadrihar um pouco mais de detalhes e dialogar com mais autores sobre o pano de fundo internacional, para, mais adiante, retomar a periodização proposta na metodologia de Souza sobre Políticas Públicas. O autor ilustra a polarização entre a “Questão Agrária” e o “Desenvolvimentismo rural via modernização conservadora” em três subperíodos.

Essas duas vertentes temáticas – “agricultura e desenvolvimento” e “questão agrária”⁸⁷ – adquirem contornos históricos e analíticos distintos em pelo menos três subperíodos que recortaria didaticamente para o debate – do Pós-guerra até o golpe de 1964; durante a fase áurea da “modernização-conservadora” (1965-85); após a desmontagem da política agrícola convencional e adesão ao paradigma liberal nos anos 90 (Delgado, 2001, p.158).

Delgado auxilia na análise dos elementos sobre o declínio da modernização⁸⁸. Tal declínio, progressivamente, abre espaço para a disputa do projeto de políticas

⁸⁵ Talvez a dualidade temática reflita a própria dualidade da modernização técnica com atraso relativo nas relações sociais. (DELGADO, 2001, p.157)

⁸⁶ Incluiremos, nesse campo de intelectuais dedicados às questões populares o agrônomo, o economista Fabio Luz Filho, que dialogou com o campo libertário e, em sua vasta publicação sobre cooperativismo agrário, divulgou a doutrina do apoio mútuo de Kropotkin e de seu pai Fabio Luz.

⁸⁷ A construção teórica e política da “questão agrária” no pensamento econômico posterior à Revolução de 30 ocorreu de maneira mais sistemática nos anos 60, com a própria emergência da Reforma Agrária ao debate político e a contribuição que em torno dela fizeram três centros de reflexão da intelectualidade à esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja católica e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Alguns economistas de fora desse espectro ideológico, como Delfim Netto e o próprio Roberto Campos, entrariam neste debate, certamente mais preocupados com o tema da industrialização. (DELGADO, 2001, p.158)

⁸⁸ Visto de uma perspectiva histórica, os anos 80 teriam sido um período crítico da transição do padrão modernizante e conservador pretérito para um novo padrão, provavelmente liberalista, mas também conservador dos anos 90. (...) Observe-se que, com relação ao primeiro tópico – o retorno da questão agrária desde o final do regime militar até o presente, essa nova problematização ocorreu em situação de relativa estagnação industrial, mas com alto crescimento dos saldos comerciais externos oriundos da agricultura na década de 80, ou ainda com relativa estagnação industrial e precária inserção externa das exportações nos anos 90. Esta observação é relevante porquanto acentua à questão agrária atual tinturas estagnacionistas, que na verdade não se colocavam nos anos 60. (DELGADO, 2001, p.166)

sociais com os setores progressistas. Processo que se dá ao mesmo tempo em que ocorre o enfraquecimento do controle do Estado, presente sob o regime ditatorial brasileiro, paralelo à queda de outras ditaduras mundo à fora. Basta interpretar qual projeto será contundente: o democrático ou a nova roupagem dos afinados com o novo mainstream (Pereira, 2014), denominada neo-liberalismo, com pautas impulsionadas pelo capital financeiro internacional.⁸⁹

A pesquisa interna acompanhou esse movimento e lhe deu suporte, escorando e legitimando intelectualmente as prescrições do Banco em matéria de política econômica, setorial e social. Com a ascensão de Thatcher e Reagan no plano político e a revolução neoclássica no âmbito do pensamento econômico, expoentes da velha geração da economia do desenvolvimento (development economics) perderam espaço para nomes afinados com o novo mainstream (Pereira, 2014, p.88-89).

Souza ressalta as marcas conquistadas nos anos 80 pelo campo progressista e pela invasão neoliberal.

A Constituição Federal de 1988 é a mais progressista existente até então (SUS como política universal, educação, Previdência, etc.), mas o neoliberalismo implantado por Collor e consolidado por FHC faz cair a maioria dos direitos sociais conquistados. Vem as políticas de assistência de forma racionalizada, a filantropia, as Ongs assumindo o lugar do Estado, provocando a cooptação, repressão e criminalização dos que não obedecem às ordens dadas nos anos seguintes (Souza, 2014, p.11).

Essa leitura de transição da ditadura civil-militar para a democratização não deve ser feita sem contextualizar a tendência mundial do Estado mínimo. Com a chegada do regime de liberação comercial dos anos seguintes, caberá aos setores camponeses se mobilizar por políticas sociais. Delgado destaca a conjuntura favorável para a questão agrária ser recolocada em pauta no decorrer do declínio da modernização.

A transição do padrão da “modernização conservadora” ao regime da liberalização comercial dos anos 90 é mediada por todo um período de desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar. Neste contexto histórico recoloca-se a “questão agrária” a um tempo em que o desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do Estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxará antes a modernização agropecuária (Delgado, 2001, p.166).

⁸⁹ “Enquadramento interno da pesquisa e reprodução intelectual no início da década de 1990 O atrelamento da atividade de pesquisa à pauta política impulsionada pelo Banco marca o conjunto da sua produção intelectual, contrariando o discurso de suposta neutralidade técnica veiculado pela instituição.” (PEREIRA, 2014, p.89)

Nessa medida, Delgado reforça alguns dos avanços dos direitos sociais de impacto no setor rural naquele contexto histórico de abertura do regime.

Lembramos que o período sob análise é também uma fase historicamente notável em termos de avanços de alguns direitos sociais, de longa data reivindicados pelos trabalhadores rurais:

- muda-se a relação jurídica que rege o direito propriedade fundiária, agora legitimado pela sua função social (Constituição de 1988);
- universaliza-se os direitos previdenciários estendidos ao “regime de economia familiar”;
- reconfigura-se o espaço rural sob o influxo dos aposentados rurais, dos assentamentos agrários e dos agricultores familiares em nível significativo do ponto de vista do seu impacto social sobre o setor rural (Delgado, 2001, p.170).

Ainda nesse contexto, Görgen resgata as mobilizações dos movimentos populares como fator de significativa influência, através das lutas e tensionamentos com o Estado brasileiro, no período de transição da ditadura para a democratização. O surgimento dos movimentos sociais do campo, como MST (destacamos também a CPT, dentre outros), teve um importante papel para o impulsionamento de políticas voltadas ao campesinato, mesmo que insuficientes e incompletas.

Graças a formas de luta e ações políticas de novo tipo surgidas no período final da ditadura militar, o Estado viu-se tensionado e obrigado a criar políticas públicas voltadas à realidade do campesinato. De modo especial, a ação do MST, combinando a pressão dos conflitos de baixa e média intensidade, e constantes, com a negociação política com setores do Estado. Este tipo de ação acabou movendo outros sujeitos políticos do campo para formas semelhantes de mobilização social, provocando, como resposta do Estado, um conjunto de políticas públicas (insuficientes e incompletas) voltadas à realidade camponesa (Görgen, 2017, p.483).

A crescente retomada da movimentação social possibilitou, naquela redemocratização, experiências de participação coletiva de vários setores críticos na busca de se reorganizar ou mesmo correr atrás do tempo perdido; retorno de exilados de esquerda ao país; promoção de seminários e debates acadêmicos; articulação de organizações políticas, dos movimentos sociais e sindicais na elaboração de suas pautas com a base trabalhadora.

Aqueles primeiros anos de democratização alimentaram a esperança de uma sociedade mais justa, pós **regime** ditatorial – regime que vigorou, no Brasil, de 1964 até 1985. Nesse contexto, inclusive, a militância historicamente perseguida devido à

luta no campo, dedicada ao trabalho de base, à formação e melhor organicidade dos camponeses, vivenciava, de maneira crítica, as mudanças e as transformações que se davam na formação econômica e social brasileira, reconstruindo suas concepções de mundo a partir das leituras que fazem da história e do presente. (Silva, 2008, p.06).

O debate agrário continuava repleto de dilemas. O campesinato⁹⁰ seguia incomodando consideravelmente os segmentos que anunciavam o seu fim na esteira de teóricos insistentes na tese de que nunca houvera essa categoria no Brasil (dentre eles, o fogo amigo de figuras importantes da esquerda).

Surge outra tendência na disputa da estratégia de Estado, de inspiração neoliberal, interessada na financeirização da economia⁹¹ segundo padrões de desenvolvimento advindos da onda internacional, sob hegemonia de formulações norte-americanas. Esse enredo promove o surgimento do conceito (aberração) agrobusiness⁹² e o surgimento de políticas públicas dedicadas ao atendimento de demandas sociais de uma nova categoria para o campo, recém inventada, com a denominação de agricultura familiar⁹³ e similaridade conceitual com o modelo “farmer” – característico dos EUA.

Na atual conjuntura aprofunda-se também a dualidade do debate agrário: de um lado as várias correntes que refletem os novos e velhos dilemas da questão agrária; de outro, os protagonistas do agribusiness, adeptos de uma integração externa da economia rural, protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de commodities⁹⁴, livres de quaisquer restrições relativas às políticas nacionais, mas fortemente impelidas pela política comercial norte-americana. Neste sentido, é muito

⁹⁰ O campesinato incomoda desde determinado campo intelectual que combate por não tolerar a tese de sua existência no Brasil, decretando o fim do campesinato no campo conceitual. Quanto à violência praticada pelo capitalismo agrário aliado aos interesses do Estado e de corporações internacionais que agem com aparatos de eliminação concreta, como relembra Valter sobre a repressão às Ligas Camponesas, por muitos anos o tema CAMPESINATO ficou esquecido. As pessoas foram proibidas de se afirmarem como camponesas durante o período da ditadura civil militar brasileira, quando as “Ligas Camponesas” foram duramente reprimidas, tendo seus dirigentes presos, mortos e exilados. (SILVA Valter, 2014, p. 16)

⁹¹ “Por sua vez, dentro de cada uma dessas áreas, o Banco atua em praticamente todos os âmbitos de especialização. Em outras palavras, não há política de desenvolvimento que não seja objeto da ação financeira e não financeira do Banco. A subida do Banco à condição de organização internacional relevante decorreu de contingências históricas, de decisões institucionais e, fundamentalmente, da supremacia norte-americana.” (PEREIRA, 2014, p.78)

⁹² Fernandes (2009, p. 48) aponta que a primeira formulação do conceito de agronegócio (*agribusiness*) é de Davis e Goldberg, em 1957. Para os autores, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. (SANTANA, 2017, p. 28)

⁹³ Observa-se, de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, a agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. (WANDERLEY, 2003, p. 43-44)

⁹⁴ Commodities dicionário educação do campo

mais uma integração busines do que agro, já que não há qualquer vinculação explícita desse projeto com a territorialidade nacional do setor rural e com os grupos rurais tradicionais da “idade de ouro” da modernização. Mas, talvez até mesmo pelo aprofundamento da dualidade tenhamos atingido um certo grau de unidade na problemática da crise agrária (Delgado, 2001, p.166).

Toda a diversidade de expressões camponesas passa a ficar exposta à categorização de agricultura familiar, dividindo aqueles que se enquadram na classificação – em alguns casos aceitando uma ressignificação ideológica – e aqueles não adequados ao perfil de beneficiado da política pública – por resistência ou exclusão. Como problematiza Valter Israel sobre a “Diversidade Camponesa no Brasil”, a categorização inclui desde os camponeses proprietários privados de terras até os posseiros de terras públicas e privadas; bem como, os camponeses que usufruem dos recursos naturais: os povos das florestas, os agroextrativistas, a *recursagem*, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto, os povos dos faxinais (Silva, 2008).

Segundo Bernardo Mançano (...) “A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Essa fragmentação se constituiu com tanta força, que se formaram movimentos de agricultores familiares que aceitam sem muita resistência às políticas construídas tendo como referência o negócio ou o mercado (Silva, 2008, p.03 ; Silva, 2009, p.11).

O Brasil, seguindo a agenda Neoliberal pós-redemocratização, faz caminhar as suas pautas de integração econômica timidamente. Enquanto as questões sociais ganharam debate na Constituinte de 1988, as estratégias fomentadas pela política externa buscaram afinar o Brasil para superar o desmonte da modernização conservadora junto ao governo de José Sarney (1985 – 1990), visto como governo de transição entre o Desenvolvimentismo e o Neoliberalismo.

Enquanto um setor celebrava os avanços democráticos, outros se ocupavam com as reformulações das diretrizes de inserção internacional do Brasil. Na sequência, surge o propagandista que adotou a campanha com símbolos da ideologia privatista, chapa formada por Fernando Collor para presidência e o seu vice Itamar

Franco (1990 – 1992). Depois de sua posse como o primeiro presidente eleito após a ditadura, Collor intensifica o projeto econômico de enxugamento do Estado implementando o receituário neoliberal de maneira brusca. Com o choque econômico gerado pela recessão, as reações, não apenas da esquerda, mas também de uma direita insatisfeita com os prejuízos, levaram a gestão a ser interrompida por meio do impeachment.

A continuidade da agenda é assegurada pelo governo de Itamar Franco (1992 – 1995). Com a demanda de amenizar a crise econômica atravessada naquele momento, é convocado o então senador Fernando Henrique Cardoso para ser Ministro da Fazenda. Valendo-se do pretexto de melhorar a produtividade e modernizar a economia, para o Brasil não ficar retardatário na competitividade internacional, foca na desestatização.

Essas privatizações realizadas entre 1993 e 1994⁹⁵ geram reação da esquerda, que busca projetar nomes para a disputa presidencial⁹⁶. Os efeitos da resposta da estabilidade da moeda, que culminou no Plano Real, contribuem no resultado da disputa eleitoral e o cargo fica com Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003). Foram duas gestões combinando os interesses dos liberais (projetos BM, OMC, FMI) com as linhas desenvolvimentistas. Através de uma reforma constitucional, facilita a relação do Estado com empresas privadas e as condições das corporações estrangeiras. Conforme analisa o MPA, em texto do caderno 2 para o I Congresso, cujo foco é a reconstrução da conjuntura e do projeto político econômico da virada de milênio,

No final dos anos 90, passada a inviável experiência do primeiro governo FHC – de acumulação de déficits externos crescentes e contínuos, o Brasil vira “bola da vez” da especulação financeira internacional em 1999 - (crise cambial), o que forçaria o segundo Governo FHC a reorganizar sua política econômica externa, tendo em vista gerar saldos comerciais de divisas a qualquer custo. Aqui começa a reestruturação econômica da economia do agronegócio, diretamente vinculada à expansão mundial das “commodities” (MPA, 2014, p. 63).⁹⁷

⁹⁵ A venda da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) , assim como setor siderúrgico (CSN, Copisa, Aço Minas), empresas do setor petroquímico e de fertilizantes são privatizados.

⁹⁶ “Falta contudo um projeto político que unifique, dê direção e faça avançar essa conquista de direitos sociais, mais além da retórica e dos apelos de marketing, característicos da política oficial. E que fique claro para todos, que houve também mudança das condições de vida e de trabalho no meio rural, fruto de lutas políticas e sociais pretéritas e atuais. Tais mudanças, ainda não consolidadas, são parte integrante histórica da agenda da “questão agrária brasileira”. (DELGADO, 2001, p.170)

⁹⁷ CADERNO 2 para o I Congresso Nacional do MPA, trata-se de uma sistematização feita por Marcelo Leal Teles da Silva e Humberto Palmeira. Esse trecho em específico foi construído com base no texto de Guilherme Delgado: O que significa o economia política do agronegócio no Brasil atual (anos 2.000).

Casali aponta os efeitos desse período na educação rural do país, alertando para a ameaça da intervenção do agronegócio no ensino com o interesse da classe dominante e como estratégia financiada pelo capital internacional.

A partir dos anos noventa, principalmente, o Banco Mundial e o Ministério da Educação definiram a educação rural para o Brasil. Na verdade, decretaram que a educação deveria inserir-se nas frestas da modernização conservadora, compreendendo o campo como espaço onde se exercita o agronegócio, onde se produz uma visão de território moderno, com grandes máquinas, com muitos insumos químicos, com sementes transgênicas, com regras de mercado definidas somente pelo OMC. Ou seja, um campo conduzido somente pelos conhecimentos produzidos e orientados pelas classes dominantes. Cabe ao militante da educação camponesa se preparar suficientemente para ajudar a comunidade camponesa a se perguntar e questionar: será que este modelo capitalista de apropriação e desenvolvimento moderno do campo tem sustentação? Qual a contradição profunda que está atravessada no interior deste modelo capitalista agrário? Podemos impor à natureza o tratamento tecnológico definido pela ciência burguesa, como se fosse a única resposta para a agricultura? (Casali, 2019, p. 86).

Na sequência, apresentamos um trecho, extraído de materiais de formação da Via Campesina sobre essa relação de interesses do empresariado, da mídia e das organizações de financiamento internacional, que explana como agem os elementos da propaganda de massa a fim de popularizar o agronegócio.

O complexo empresarial do agronegócio burguês, em decorrência da sua importância estrutural para os interesses do comércio exterior brasileiro e a conseqüente geração de superávits, determina um modelo hegemônico político e ideológico que tem incidência direta nas políticas públicas, nos meios de comunicação de massa, em outros setores da economia, na ideologia que constitui o senso comum da massa da população, no balanço comercial do país etc. Decorre daí a motivação política, econômica e ideológica dos governos, em especial o governo federal, em acatar essas determinações econômicas tendo em vista que elas também são induzidas pelos organismos multilaterais como o FMI, a OMC, o Banco Mundial e a FAO, todos eles orgânicos aos interesses dos capitais oligopolistas multinacionais, em especial do capital financeiro que sustenta e usufrui internacionalmente desses agronegócios entre outros (Via Campesina, 2004, p. 145).

A saída de FHC com a eleição do candidato do PT, em 2002, abriu um novo período de diálogo e participação da sociedade civil em fóruns e instâncias consultivas. As políticas sociais passaram a apresentar um discurso mais popular, em parte, por incorporar vários sujeitos que antes estavam nas mobilizações e lutas contra os governos de avanço neoliberal. Essa foi uma nova fase do Estado desenvolvimentista, quando o PT monta chapa com o nome de Luiz Inácio Lula da

Silva trazendo como vice o senador e empresário José Alencar ⁹⁸. Foram dois períodos presidenciais sob essa formulação, 2002-2005 e 2006-2009, reunindo estratégias democratizantes de promoções de espaços para consulta popular e atendendo aos anseios do empresariado nacional, entre avanços e contradições. Os movimentos sociais acompanharam os acontecimentos e continuaram mobilizando suas bases, aproveitando as possibilidades de garantias dos direitos do período e lutando sempre que alguma armadilha surgia das alianças entre governo e capital. E não foram poucas as ameaças, como ficou exemplificado pela crítica à ONG “Todos pela Educação”, fundada em 2006, pautando a defesa do direito e promoção da formação para os trabalhadores. Podemos observar isso na análise elaborada por um militante do MPA, em reunião nacional do Coletivo de Educação Camponesa.

Quem pauta a educação no Brasil? O movimento “Todos pela educação” é construído por empresas e empresários e tem pautado os encaminhamentos do governo no campo da educação. Outra questão é o viés da educação: ultimamente tem servido como ferramenta para reprodução da exploração (CNEC, 2016).

O MPA, em vários de seus registros de análise conjuntural, reforçava a importância da construção de um plano estratégico para não ficar refém das disputas de força⁹⁹ e da elaboração de propostas bem estruturadas de ações por parte governamental. Mobilizamos algumas dessas formulações, como no texto de Roseli Souza, que continua a sua leitura crítica ao analisar o papel do Estado nesse período de aposta do PT na conjugação de uma gestão democratizante com o apoio ao capital.

Com Lula, e com Dilma, não foi diferente¹⁰⁰, o Estado continua sua função de garantir as taxas de lucro do capital como a prioridade através da intervenção

⁹⁸ Episódio registrado na obra de Eliane Cantanhêde com título “José Alencar - Amor à vida”, em uma festa promovida por Alencar em dezembro de 2000, onde foram convidados diversos representantes de partidos. Após apresentar elogios a Lula, também presente junto a José Dirceu, Alencar cita “o líder comunista chinês Deng Xiaoping (1904-1997): “Não importa a cor do gato, o que importa é que ele cace o rato.” Ele mesmo decifrou a metáfora: “Não importa a coloração ideológica, o que importa é o bem comum.” Aplausos, muitos aplausos naquele auditório, que, ao contrário, tinha coloração ideológica bastante clara. E não exatamente pró-regime comunista chinês.” (CANTANHÊDE, 2010, p.16-17)

⁹⁹ Assim, não há apenas uma política agrícola dualista entre agriculturas familiares (MDA) e patronais (MAPA). Há também uma pluralidade de políticas e de ministérios intervindo no mundo rural. É natural que o Brasil, país-continente de agricultura tão diversificada, não disponha de uma única política agrícola; porém a tendência que prevaleceu depois da redemocratização consiste em satisfazer a cada setor de acordo com sua capacidade de reivindicação. Em decorrência, privilegiou-se o apoio à agricultura patronal, que dispõe de muito mais força no congresso nacional e nos governos dos principais estados. (SABOURIN, 2012, p. 61)

¹⁰⁰ Nos anos 1990, a implantação de assentamentos rurais de reforma agrária foi superior a todas as ocorridas nas décadas anteriores, fruto da pressão exercida pelos movimentos sociais. Entre 2003 e 2016, nos anos dos governos Lula e Dilma, a implantação de novos assentamentos ainda não foi suficiente para mudar a estrutura agrária do país. A partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, a criação de novos assentamentos foi praticamente paralisada, bem como diminuíram substancialmente as verbas destinadas às políticas públicas que beneficiam as famílias assentadas, agricultoras familiares e camponesas em geral. (CARVALHO; BICALHO, 2023, p. 86)

econômica e política, seja na flexibilização das leis como o código florestal por exemplo, seja na negociação das dívidas do agronegócio, no pagamento das dívidas internas, na infraestrutura – rodovias, portos, aeroportos, etc, empréstimo do dinheiro público-BNDES, entre outros incentivos que o capital direto ou indiretamente recebe. E as políticas sociais compensatórias continuam cada vez mais sendo implantada, porém, há também um reconhecimento da maioria da sociedade de que esses dois governos deu mais “atenção” as políticas públicas, os pobres teve uma fatiazinha maior do bolo do que os governos anteriores (Souza, 2014, p 11-12).

Esse balanço dos pontos fortes e das fragilidades para a educação dos camponeses, também, é problematizado, como veremos no comentário de Luiz Carlos Sousa, no qual destaca o PRONERA e a LDB BN.

Por outro lado, a luta pela educação do campo articulou inúmeros movimentos sociais e atores do governo para discutir políticas públicas. Uma das primeiras conquistas foi a lei de diretrizes bases, segunda o programa nacional de educação na reforma agrária PRONERA e depois grande debate construído pelo governo para ampliação da educação do campo (Sousa, 2008, p 09).

Marlene Ribeiro e Clésio A. Antônio, em seu artigo *Estado e Educação: questões às políticas de educação do campo*, datado de 2007, ou seja, 10 anos do I ENERA, contextualizam a origem do PRONERA.

A partir dos anos 1990, a relação entre o Estado e os movimentos sociais populares do campo, tendo a educação como foco de políticas públicas, começa a mudar. Em abril de 1998 foi criado o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA¹⁰¹ pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Não parte do Estado esta iniciativa, mas é uma resposta aos movimentos sociais populares e explica-se no contexto do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, realizado em Brasília e promovido pelo MST em parceria com a UNB, ENESO, o UNICEF e a CNBB (Ribeiro, 2007, p.02-03)

Na sequência, refletem sobre a contradição entre os movimentos sociais e o Estado. Problematicam a complexa situação da conquista de leis, no campo das promessas de melhorias, e as contradições que afloram na sua execução.¹⁰²

¹⁰¹ Contraditoriamente, este Programa está compreendido como uma política do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e não do Ministério da Educação – MEC, do que se pode depreender o vínculo forte entre trabalho e educação expresso na luta pela terra associada à luta pela “ocupação da escola”. (MARTINS, apud RIBEIRO, 2007, p.03)

¹⁰² “Governo Lula cria o FUNDEB, o que garante um fundo para toda a educação básica. Com a atenção à educação do campo, os movimentos tem contribuição fundamental. Atento a isto, o grande capital procura se apropriar em busca de mão de obra para suas empresas. Sistemáticamente tem havido o fechamento de escolas do campo, o que contribui com a estratégia do agronegócio: esvazia-se o campo e os latifúndios avançam”. (COLETIVO NACIONAL EDUCAÇÃO CAMPONESA, 2016)

Situações que desvelam a contradição entre a promessa da lei conquistada e as condições objetivas para a sua concretização. A primeira questão que nos ocorre é sobre o papel do Estado na sua relação com os movimentos sociais populares do campo para efetivação das experiências pedagógicas que são propostas por esses movimentos (Ribeiro, 2007, p.04).

Leila Santana, em seu trabalho, no campo da geografia agrária, discorre sobre políticas públicas para os pequenos agricultores no Nordeste. A proposta de plano estratégico para a agricultura camponesa é muito bem apresentada, destacando os obstáculos a serem combatidos em oposição aos setores capitalistas de agricultura, resgatando um pouco da trajetória histórica até comporem essa força de disputa sob a bandeira do agronegócio.

A caminhada de auto-organização do agronegócio tem sido a partir de vários instrumentos nacionais durante a história que vão desde a criação da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), da Sociedade Rural Brasileira (SRB), União Democrática Ruralista (UDR), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e, por último, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)¹⁰³ no cenário nacional (Santana, 2017, p.28).

Frei Sérgio aponta elementos favoráveis no período petista, com justo reconhecimento, mas denuncia os problemas advindos da política de prioridades do Estado.

Estas políticas foram ampliadas e intensificadas no período do Governo Lula. Algumas delas são instrumentos importantes para construção de Políticas de Estado realmente estratégicas, como o Seguro Agrícola, a Assistência Técnica, a Garantia de Preços e da Comercialização de Alimentos e as Compras Governamentais, entre outras. Mas todas enfrentam limites provocados pelo aumento das demandas, pela política de prioridades do Estado¹⁰⁴ (Görgen, 2017, p.483).

¹⁰³ SNA, fundada em janeiro de 1897. A mais antiga organização do agronegócio. Surge para enfrentar a hegemonia dos cafeicultores paulistas, sendo esta organização definida como "reação ruralista"; SRB surge em 1919 para contrapor à hegemonia construída pela SNA para disputar com ela o monopólio até meados da década de 1980; A UDR surge diante do contexto de surgimento dos movimentos sociais, em especial, do MST e de vários outros setores que colocavam em cheque para a sociedade o contexto da grave concentração fundiária causada pelo agronegócio e seus prepostos. Deste espaço a truculência foi sempre marca registrada; A OCB surge em 1969 com a formação a partir de proprietários e empresários rurais ligados às atividades agrícolas altamente e que buscavam melhores condições de exportação para seus produtos. Surge da unificação da Associação Brasileira de Cooperativas (Abcoop) com a União Nacional de Cooperativas (Unasco) pelo Ministério da Agricultura; A ABAG surge em 1993 e vem para trazer à tona a noção de agronegócio; e, por último, a sigla CNA, originalmente, diz respeito ao nome da entidade em sua fundação legal em 1964, quando se chamava Confederação Nacional da Agricultura. Em 2001, ao completar 50 anos, a entidade alterou seu nome para Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, mas preservando a sigla. É a principal entidade sindical representante do patronato rural brasileiro. Ela é composta pelas federações de agricultura, sediadas em cada estado brasileiro, sendo que cada uma delas é composta por sindicatos de base municipal. (SANTANA, 2017, p.28)

¹⁰⁴ (onde os camponeses constam subalternamente). E, principalmente, em consequência das políticas macro-econômicas do Estado capturadas pelos interesses do capital financeiro e do seu braço agroindustrial, o agronegócio. (GÖRGEN, 2012)

Analizamos brevemente a relação conflituosa entre o campesinato e o Estado nos séculos XX e início do XXI no Brasil. Com base em contribuições de Souza, Delgado, verificamos o desprestígio da questão agrária entre as prioridades dos desenvolvimentos da política estatal no último século. Com o declínio do ciclo de industrialização (1930-1980), que propagandeou uma modernização conservadora, com destaque para a implementação da Revolução Verde, com a adesão neoliberal, o Estado passa a investir no capitalismo agrário e seu projeto de política ideológica de propaganda do agronegócio¹⁰⁵ e “agronegocinho” para a agricultura familiar.

No âmbito internacional soma-se a sistemática pressão do imperialismo através de suas transnacionais das sementes, agrotóxicos, fertilizantes e máquinas agrícolas, bem como através da Organização Mundial do Comércio e suas regras nefastas. O poder do agronegócio, explica-se, portanto, dentro da estrutura que articula sua centralidade na política econômica de Estado que atravessa governos (FHC, Lula e Dilma); pela sua organização política interna e sua subordinação consentida aos interesses imperialistas (MPA, 2014, p. 63-64).

Quando o projeto de sociedade se desloca do povo, perde o sentimento da base, como está o sendo o caso do Partido dos Trabalhadores - PT, restam dois caminhos: ou a base retoma o projeto, dando brilho novamente, ou o abandona (Casali, 2019, p 70).

Em 2015, buscando travar relações fraternas com movimentos sociais urbanos, foi realizado o I Congresso Nacional, na cidade de São José dos Campos SP, numa estratégia de construção da "Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar e Poder Popular". Para a realização deste congresso, um imenso esforço foi dedicado aos debates de base, por meio de textos disparadores organizados em 02 cadernos preparatórios para o congresso. Esses materiais chegaram com antecedência nas bases para estudo e aprofundamento.

Entre tantas temáticas importantes, destacamos trechos do texto de Roseli Souza trabalhando a questão das políticas públicas.

Em suma, as Políticas Sociais desde sua origem vieram para “anestesiá-lo” o povo e o capital sempre teve ganhos com isso, no entanto, elas são fruto da LUTA dos trabalhadores por melhorias, são REIVINDICAÇÕES LEGÍTIMAS e que Estado e o capital espertamente utiliza, se apropria dessas pautas, dessas demandas para desorganizá-los, burocratiza-los, enganá-los como se fosse uma bondade do Estado ao criar essas políticas. Assim sendo, historicamente coube aos trabalhadores e trabalhadoras criar estratégias e

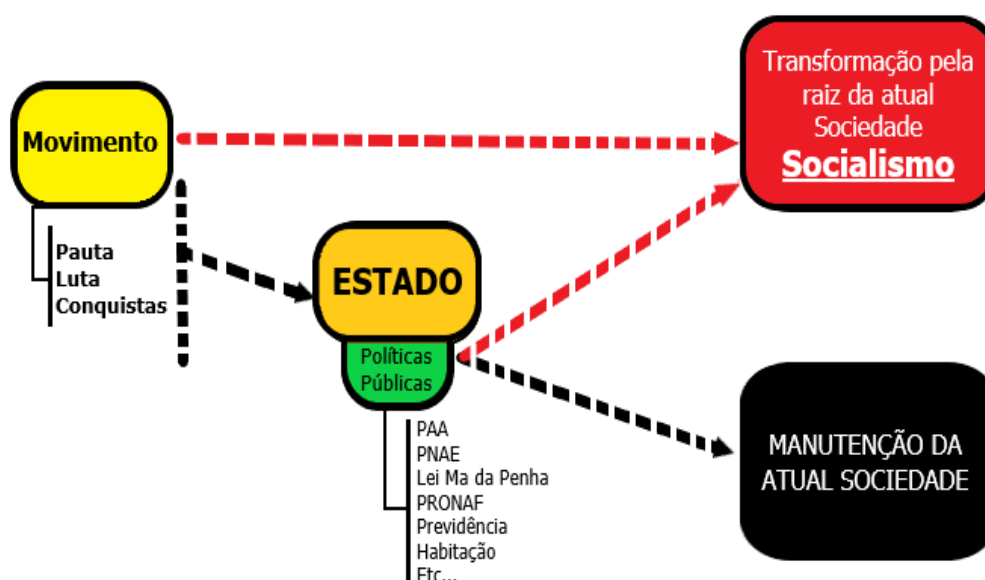
¹⁰⁵ Sem desdém algum para com os protagonistas do agronegócio, sinto contudo carência de formulação teórica neste campo, diferentemente do que aconteceu no debate da modernização.(DELGADO, 2001, p. 167)

instrumentos de se organizar e manter organizados de acordo com suas necessidades de reivindicações em cada época, em cada período histórico, seja os sindicatos, o partido político, os movimentos sociais, etc. (Souza, 2014, p. 12).

Esse texto funciona como bússola metodológica para a tese sobre Educação Camponesa entre o processo autônomo do movimento e diálogos com o Estado por políticas sociais como direito. Souza apresenta um diagrama esquemático: “o MPA busca a mudança radical (pela raiz) da atual sociedade e como parte dessa transformação, dessa mudança, constrói a pauta de lutas, faz as lutas concretas e obtém conquistas para a melhoria da vida dos camponeses e camponesas e consequentemente do conjunto dos trabalhadores” (Souza, 2014, p 13).

Interpretamos, resumidamente, essa representação das duas possíveis vias de ação. A uma, chamaremos de Ações Diretas, na construção de nosso horizonte; e a segunda, chamaremos de Políticas Públicas, pelas quais cobramos do Estado ações e estratégias de bem-estar social. Estas últimas podem atender concretamente os nossos interesses, bem como atender a manutenção da sociedade atual excludente.

Imagem 30 – Diagrama - Políticas Públicas MPA 2015



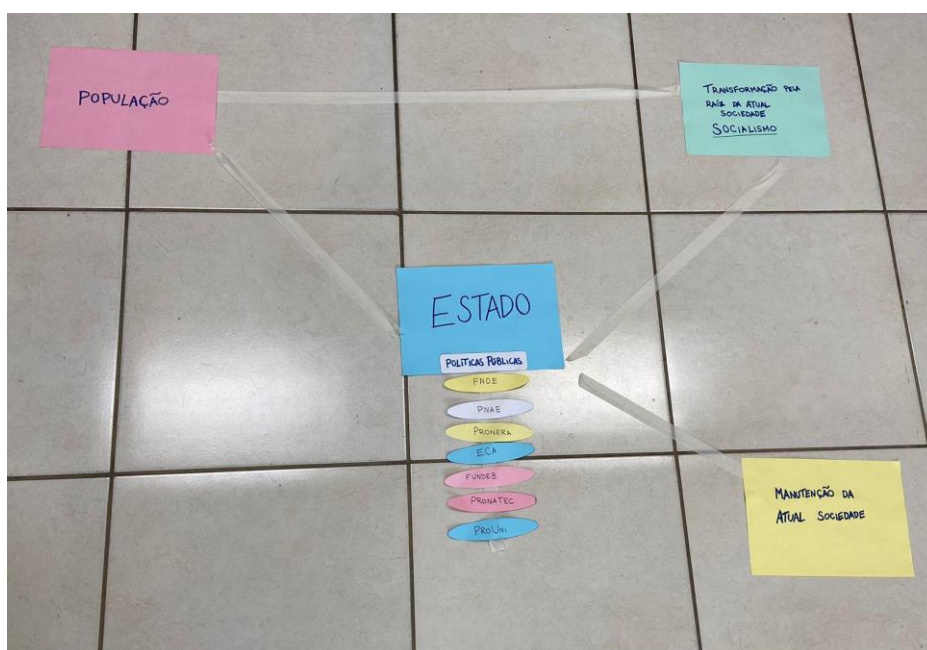
Fonte: adaptado pelo autor com base na tese do I Congresso do MPA 2015.

Souza apresenta mais detalhes do gráfico (imagem 30): “Estas conquistas podem ser independentes do Estado, como por exemplo, a realização de feiras livres, a mudança na autoestima das famílias, transição para a agroecologia, etc., mas

muitas coisas dependem da relação com o estado/governos, dependem dos recursos públicos, seja a nível nacional, estadual ou municipal/local.” (SOUZA, 2014, p 13)

Debatemos essa figura esquemática elaborada por Souza em uma atividade da disciplina “Produção do conhecimento na contemporaneidade” e, junto com os discentes, fizemos um exercício de reprodução do esquema utilizando tarjetas de papel e a provocação de adaptar para a representação da educação e do campesinato. Para isso, problematizamos e contextualizamos cada elemento constituindo a imagem (surgindo as tarjetas com FNDE, PNAE, PRONERA, ECA, FUNDEB, PRONATEC, PROUNI). Abaixo o resultado dessa atividade.

Imagem 31 – Dinâmica em aula do PPGEDUC-UFRRJ (2023), com base no Diagrama - Políticas Públicas MPA 2015



Fonte: Acervo do autor.

Souza usa um esquema com distintas possibilidades de entendimento sobre políticas públicas, que reproduzimos no formato de tabela.

Tabela 9 – O que são as Políticas Públicas? MPA 2015

A	<i>Conjunto de ações definidas, desencadeadas pelo Estado no nível federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil, podendo ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e mais recentemente com a iniciativa privada;</i>
B	<i>São fruto da luta dos trabalhadores organizados;</i>
C	<i>Cumpra dupla, função ao mesmo tempo em que atende a necessidade concreta dos trabalhadores, tem também o papel de “anestesiar” para não se mobilizarem pela transformação da sociedade. Isso faz com que a ordem social dada – capitalismo, continue se desenvolvendo.</i>

Fonte: Adaptado pelo autor com base em obras de Souza 2014.

Souza situa o MPA, portanto, como um movimento que luta para a construção de uma nova sociedade, luta por melhorias nas condições de vida das famílias camponesas, bem como pela manutenção e ampliação dos direitos camponeses. Ressalta que esse papel do movimento era compreendido desde a sua origem em 1996, quando mobilizou as famílias atingidas pelos prejuízos com a seca.

O texto ainda problematiza os limites institucionais, que “É importante considerar que o Estado não é só os espaços ocupados por pessoas eleitas pelo voto, é estado também o judiciário, as forças armadas, os funcionários públicos, etc.”. Partindo desse esquema metodológico, fazemos a analogia com as políticas de Educação do Campo. Por exemplo, podemos propor uma política pública construída pelos movimentos do campo, que, por pressão popular, conseguem aprovar a proposta na secretaria de educação. Contudo, se a execução desafinar do horizonte popular, seja por falta de orçamento, seja pela falta de um corpo técnico apropriado, seja mesmo por questões de falta de vontade política, continuaremos a assistir à repetição dos vícios burocráticos e do projeto de “manutenção da atual sociedade”.

Ou seja, não ter as garantias de condições de execução, com participação popular, gera uma decepção desgastante, a não concretização de uma política pública bonita no papel, devido a obstáculos comuns do tipo sucateamento, sabotagem.

Görgen e Souza enfatizam a necessária clareza sobre o papel histórico do Estado e que as pautas para o campo são disputadas pelo agronegócio, que se articula cada vez mais. Conforme GÖRGEN, hoje, na prática, as políticas do estado

protegem e subsidiam a manutenção da grande propriedade¹⁰⁶, que, ironicamente, defende, para consumo público, a aplicação pura e simples das leis de mercado. Faz-se necessário mudar essa lógica com a intervenção decidida do estado para redistribuir a população no espaço geográfico do país, redistribuindo a propriedade da terra (Görgen, 2017, p.486) .

Também Souza afirma que o problema é o fato do Estado ter a manutenção da atual sociedade como função, ou seja, manter as coisas do jeito que estão; daí, as dificuldades para os camponeses/trabalhadores avançarem; somente a luta é que garante conquistas¹⁰⁷ (Souza, 2014, p. 13).

Na denúncia sobre o pacto da economia (riqueza) política (poder) dos setores do capitalismo agrário, interno e externo, com o Estado, o MPA aponta que o agronegócio se reestrutura com o objetivo de otimizar a extração de renda da terra e hegemonizar os sistemas de relações políticas e ideológicas na sociedade brasileira. O bloco hegemônico articula os latifundiários, a grande agroindústria transnacional, a grande mídia, o Estado e o capital financeiro como vanguardas do pacto de poder (MPA, 2014, p. 63).

O MPA descreve, de forma sumária, os aparatos políticos e ideológicos que, em movimento, reestruturam o poder do agronegócio (MPA, 2014, p. 63), como sendo: A) ; B) ; C) ; e D). Como adaptamos na tabela a seguir:

Tabela 10 – Sobre os aparatos políticos e ideológicos do Agronegócio

PAPEL DETERMINANTE DO PODER DE ESTADO

Através da ativação do sistema de crédito público, do mercado de terras, da alteração de legislação; da desativação de agências “guardiãs” da função social da terra (INCRA, IBAMA, FUNAI, MDA, ANVISA); do desmonte de políticas sociais como PAA, PNAE; uso do PRONAF como principal veículo de subordinação da agricultura camponesa às cadeias do agronegócio, e quando necessário apoio militar ao agronegócio.

¹⁰⁶ A maior parte dos recursos financeiros, tecnológicos, logísticos e a estrutura burocrática do Estado Brasileiro estão a serviço do grande negócio agrícola, hoje consolidado no agronegócio (aliança estratégica, política e econômica, entre o Estado, o capital financeiro e o complexo agroindustrial exportador, tendo os latifundiários brasileiros como sócios secundários). É preciso inverter esta lógica perversa. Precisa políticas de Estado que regulem estas relações, criem estruturas e fontes de recursos, com acesso fácil e que protejam e estimulem formas de vida e produção que são estratégicas para a estabilidade social, econômica, democrática e ambiental da nação. (GÖRGEN, 2012, p.03)

¹⁰⁷ “É importante considerar que o Estado não é só os espaços ocupados por pessoas eleitas pelo voto, é estado também o judiciário, as forças armadas, os funcionários públicos, etc. Assim, quando os governos se veem sem saída pela pressão dos trabalhadores criam políticas públicas que os favorecem (no nosso caso, para a agricultura camponesa) mas criam também um monte de regras e burocracias que impedem que essas políticas virem realidade de forma universalizada, ou então, fazem algumas alterações daquilo que o movimento tinha de proposta que mudam completamente o sentido, por exemplo, o PRONAF tem sido usado para ampliar ainda mais o uso de agrotóxicos e a dependência das multinacionais, quando na verdade deveria ser o contrário. Outro elemento, é que aquelas políticas que não são de interesse do Estado não tem recursos orçamentários suficientes ou então, os órgãos responsáveis pela sua execução estão em condições precárias, sem funcionários, com veículos quebrados, sem infraestrutura, etc., por exemplo, a Conab para executar o PAA-Programa de Aquisição de Alimentos e o Pronaf Agrofloresta.” (SOUZA, 2014, p 13)

MONOPÓLIO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PARLAMENTAR

Acentuação da relação orgânica da bancada ruralista com agroindústrias transnacionais e o capital financeiro através do financiamento privado de campanha resultando numa ampla bancada no congresso nacional; e da elaboração de leis anticonstitucionais e permissivas ao avanço do agronegócio (Liberação dos Transgênicos, Agrotóxicos, Legalização da Grilagem na Amazônia, Código Florestal entre outras).

COOPTAÇÃO INTELECTUAL E ACADÊMICA

Cooptação de intelectuais, partidos e círculos acadêmicos que exercem influência no debate ideopolítico.

MÍDIA

Construção de uma densa rede nacional de comunicação do agronegócio – canais rurais, agências de notícias e grandes grupos de mídia – em vistas de popularizar o agronegócio como o porta bandeiras do progresso no Brasil.

Fonte: Adaptado pelo autor de MPA, 2014, p. 63

O agronegócio, segundo Monteiro (2012)¹⁰⁸ e Pereira (2012)¹⁰⁹, busca massificar, na mídia corporativa, as propagandas de promoção de uma espécie de “monocultura da mente”, com o objetivo de se estabelecer como modelo agrícola hegemônico. Versão neoliberal dos interesses da velha elite agrária, possui a Revolução Verde como base técnico-científica, disseminada amplamente no país a partir da segunda metade do século XX, transformando radicalmente as paisagens. O avanço do agronegócio no Brasil ocorreu com a substituição de ecossistemas naturais por monocultivos e com a expulsão de populações tradicionais dos territórios, causando grande destruição de agroecossistemas e mudando o paradigma da relação agricultura/natureza, produzindo lucro em vez de alimento. Derli Casali resume os efeitos nocivos da ação hegemônica das elites agrárias nas últimas décadas e elenca uma série de prejuízos para as condições de vida da população trabalhadora do campo.

Durante todo este tempo o campo não foi reconhecido como importante, mas como lugar feio, do “fica lá quem é bobo”. E são exatamente estes pais que nasceram nos anos sessenta que estão dizendo aos filhos e filhas para que estudem e procurem emprego na cidade. Sem política de crédito, sem política de educação camponesa, sem política de cultura, sem política de moradia, sem valorização dos produtos camponeses, resta a estes pais dizer para os filhos e as filhas que estudam e deixem o campo (Casali, 2019, p 97).

Frei Sérgio aponta os desafios da complexa relação dos movimentos sociais na disputa por políticas públicas que sejam estratégicas no desenvolvimento do

¹⁰⁸ Verbete Agroecossistemas.

¹⁰⁹ Verbete Revolução Verde.

campesinato para fomento de sua dupla missão de preservação da natureza e produção de alimentos para a humanidade. Síntese histórica do papel social e ambiental da agricultura camponesa.

O desafio do próximo período para os Movimentos Sociais Camponeses é colocar a disputa em outro patamar e cobrar Políticas Estratégicas de Estado que visem, antes de mais nada, superar a miséria que ainda desgraça amplos setores camponeses, garantir a preservação dinâmica da forma de vida camponesa com suas comunidades e sua cultura, proporcionar o desenvolvimento do campesinato como o principal sujeito social da produção de alimentos com preservação ambiental (Görger, 2017, p.484).

Encerraremos o presente capítulo com a conjuntura de 2015, recorte do texto base que subsidiaria o debate para o I Congresso. Outros trabalhos já podem ser acessados sobre o período seguinte, como a dissertação de Leila Santana, dedicada à elaboração do Plano Camponês como política pública no Nordeste.

O MPA, na reafirmação do campesinato enquanto classe, tem se desafiado a estudar coletivamente a dinâmica sócio histórica e espacial do campesinato, compreendendo como se formou seus atuais territórios. Aliado a isto, tem como projeto político para o campo o Plano Camponês¹¹⁰ e, no ano de 2015, construiu enquanto instrumento para política pública o Programa Camponês, na intencionalidade de dar passos concretos na reinvenção política, social e econômica do campesinato, em especial, o do Nordeste brasileiro. O Programa vem sendo dialogado com os Estados do Ceará, Sergipe, Piauí e Bahia, inicialmente (SANTANA, 2017, p. 29).

Bem como as ações diretas construídas pelo MPA podem ser acompanhadas por meio de nossos registros. Quão intensamente é a experiência que destacamos julgamos sobre o poder popular mobilizado pelas ações do mutirão da esperança camponesa. Foi nesse sentido que o MPA decidiu em 2017 iniciar um grande Mutirão em todo o Brasil, dessa vez em torno da Esperança Camponesa. O Movimento iniciou neste ano, um processo de Formação e Mobilização, envolvendo as famílias camponesas organizadas ou não no movimento e diversos parceiros do campo e da cidade. Em Mutirão o MPA percorreu municípios do Brasil profundo, retomou o ânimo de centenas de famílias e militantes, organizou processos de luta contra a Reforma da Previdência, constituiu lutas por escolas no campo, comercialização dos produtos, resgatou experiências produtivas, e o mais especial permitiu com que uma nova geração de jovens, de filhos e netos dos fundadores, assumem a rédeas dos processos organizativos do Movimento em todo o país. (<https://mpabrasil.org.br/o-mutirao-da-esperanca-camponesa/>)

¹¹⁰ O Plano Camponês é um projeto político para o campo, que vem como provocação do MPA, que visa a melhoria da qualidade de vida no campo, baseados nas mudanças das relações de gênero, no fomento à educação camponesa, ao estímulo à agricultura camponesa, lazer, esporte e saúde para as populações campesinas. No Nordeste, este plano nos provoca a caminhar na busca da reinvenção, especialmente, quando reconstrói ideologicamente, o verdadeiro papel do Nordeste e os desafios políticos e econômicos e suas reais potencialidades no cenário nacional. (SANTANA, 2017, p. 29)

Marlene Ribeiro (2007) debate os conflitos na luta camponesa pela garantia dos direitos, como parte de seu trabalho na temática educação e campesinato. Além das conquistas de políticas públicas no âmbito da lei, com o projeto de sociedade em disputa na luta de classes, precisamos continuar na batalha para a implementação dessas políticas, dada a contraditória relação do Estado com os movimentos sociais do campo.

A realidade na qual se materializa a relação entre o Estado, como responsável pela oferta de educação pública enquanto direito universal, e os movimentos sociais populares do campo e organizações apoiadores, enquanto propositores de uma educação voltada às necessidades dos trabalhadores do campo (...) mostra a existência de contradições. De um lado, aqueles movimentos sociais conquistam leis e programas de seu interesse, de outro, tais leis e programas não dão conta das necessidades dos camponeses e, mesmo no que regulam, encontram como barreira a concessão ou liberação dos recursos para que as ações sejam implementadas. As experiências concretas que nos servem de referência permitem um questionamento acerca do sujeito social a quem cabe a autonomia de responder pela formação humana numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Ou seja, a quem cabe definir o projeto de formação, que formação e para qual sociedade? Qual o papel do Estado na concretização desta formação? A relação entre Estado e movimentos sociais populares do campo é uma expressão das contradições que estamos focalizando (Ribeiro, 2007, p. 07).

Sem ilusões quanto à relação do movimento camponês com o Estado, cientes dos inúmeros desafios internos e externos, o Movimento dos Pequenos Agricultores despense muita atenção para a formação de seus membros (militância, base e apoiadores), busca parcerias no fortalecimento do campo popular e combate com firmeza as armadilhas de manutenção dos interesses das elites dominantes. Isso fica expresso no trecho de Souza sobre a necessidade de estudarmos a sociedade de classes para buscar construir a estratégia revolucionária de transformação da realidade. Por isso, reafirmamos a Educação Camponesa como elemento de nosso Plano Classista rumo ao horizonte socialista.

Podemos assim dizer que, o Estado Capitalista tem as suas estratégias com as Políticas Sociais-Políticas Públicas que é Manter a Sociedade Capitalista, nós nas organizações temos as nossas estratégias que são outras que é Transformar a Sociedade, e as políticas públicas tem função importantíssima na melhoria da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, das camponesas em geral. Por isso, é necessário estudar e entender bem cada ação nossa, para não cairmos nos objetivos deles. Importante ressaltar que o capital e o Estado tentam amaciar a luta com políticas públicas, mas em última instância, se necessário eles têm a força, a repressão para garantir seus interesses (Souza, 2014, p 15).

CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO CAMPONESA

Este capítulo completa o bloco da parte 1 desta tese. Ele aborda a instância do Coletivo Nacional de Educação Camponesa - CNEC/MPA como espaço da organicidade do MPA para desenvolvimento desse eixo temático que compõe o Plano Camponês.

3.1 Coletivo Nacional de Educação Camponesa

*A Educação Camponesa, que não se limita às experiências formais de ensino nos forja a questão, qual a relação da educação com a produção e o consumo de alimento neste contexto?”
(MPA, JORNADAS OUT 2020)*

Para o estudo da construção conceitual da Educação Camponesa defendida pelo MPA, utilizamos materiais internos de formação organizados pelo CNEC/MPA ao longo das décadas. Alguns desses materiais teóricos foram publicados em tiragens pequenas para o público interno. Outros, constituídos como coletâneas de textos, não chegaram à versão física, ficando no prelo, aguardando uma edição final, mas cumpriram igualmente o papel de estudo do coletivo, uma vez que foram socializados para as formações internas e estudos dos militantes. Consideramos pertinente resgatar uma definição dessa instância e sua respectiva atribuição em um material de 2009, no qual o MPA caracteriza os objetivos e a organicidade dos coletivos;

4- Os Coletivos: não são uma instância de tomada de decisão, mas sim, de formação e ação da militância (por afinidade), pois tem a tarefa de realizar as atividades definidas pela coordenação canalizando-as para os objetivos estratégicos. Também deve propor ações e metodologia para execução das diferentes atividades. Temos sempre que cuidar para que os coletivos não se tornem “gavetas” e de fato cumpram a sua missão de articulação, elaboração e execução das atividades (MPA, 2009, p. 17).

Sendo assim, o CNEC/MPA realiza, através da educação, a estratégia do movimento de trabalhar o conceito camponeses como classe social e projeto de sociedade do plano camponês, cabendo ao coletivo dedicar-se ao papel da Educação Camponesa.

Como produção específica do Coletivo de Educação Camponesa, encontramos o *Caderno Pedagógico: Reflexões e Construção de uma Educação Camponesa*, datado de 2006, e o documento *Plano Camponês: Construindo a Educação*

Camponesa, de 2008 – este último recebeu uma nova edição atualizada anos depois, com a data de 2019. Esses dois materiais possuem características distintas que iremos analisar.

Buscamos, ainda, como fontes de estudo, as demais publicações do MPA em que o tema educação é citado, dentre os quais, destacamos alguns exemplos. Também foram utilizadas obras de militantes do MPA que reuniam textos sobre Educação Camponesa.

Por último, foram levantadas matérias postadas no <https://mpabrasil.org.br/> (website oficial do MPA¹¹¹) sobre educação, ou seja, textos públicos. Destacamos a relevância de outras fontes, para além da impressa, com diversidade de registros, como atas, relatórios, gravações de atividades digitais, que auxiliam na busca por organizar um mosaico teórico/prático de estudos/sistematizações, de construção de conceitos/experiências do processo de construção da Educação Camponesa.

Com base nesse acervo que conseguimos reunir, considerando a diversidade de fontes, buscamos analisar, na pesquisa participante, a conceituação de Educação Camponesa, sua proposta, objetivos, metas e ao que ela se contrapõe. Esperamos conseguir desenvolver a tese de que o conceito não constitui um simples sinônimo para Educação do Campo, o MPA não haveria batizado o coletivo por mero capricho. A partir dessa ideia central, realizamos a tabulação de elementos que contribuem na conceituação e organizamos as informações recolhidas de momentos distintos da trajetória do coletivo. Algumas dessas informações estavam registradas em formato de tópicos, que tabulamos. Após analisado, classificamos como apresentações de tabelas com base nas sínteses de princípios, objetivos etc.

Derli Casali, militante do MPA, desabafa acerca da força do projeto do Capital na influência política sobre as famílias do campo. Em um recorte temporal de meio século, expõe o efeito desastroso da cultura de massa na desvalorização das riquezas do campo¹¹².

O que tem chegado até as casas e os campos das famílias camponesas nos últimos 50 anos: a televisão, falando de coisas da cidade, do moderno “urbanoide”, os produtos do supermercado, os agrotóxicos e os agroquímicos, as máquinas, as sementes transgênicas e híbridas. A

¹¹¹ As matérias postadas fora do website oficial do MPA em outras redes digitais não formam a base essencial dessa pesquisa. Com isso, acreditamos haver mais materiais para estudos futuros. E verificamos alguns títulos de materiais citados em relatos postados no website antigo, que, após reformulação da ferramenta website para a versão atual em uso, perdeu acesso via link antigo.

¹¹² Essas “riquezas” serão melhor apresentadas mais adiante no trecho sobre Biopoder Camponês.

população camponesa que nasceu nos últimos 40 anos foi motivada pela Revolução Verde, pela cultura das bandas de baixo nível da indústria do entretenimento. Ela aprendeu a ver o campo com os olhos das multinacionais, com os olhos da cidade. (Casali, 2019, p 96-97).

A construção do conceito de Educação Camponesa, trabalhada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, faz parte de sua concepção de programa político, reunida sob a égide do Plano Camponês.

A Educação Camponesa é um dos elementos fundamentais para afirmação do Plano Camponês, tanto no campo teórico, quanto no campo prático quando se vincula educação, trabalho e luta. Para tanto, não estamos começando do zero. Muito já fizemos e estamos fazendo. Nossa tarefa principal é sistematizar e divulgar a nível nacional fortalecendo e unificando nossa concepção na mesma estratégia respeitando as especificidades de cada estado e região. Nossas experiências devem chegar às famílias Camponesas como um referencial. Ao contrário, continuará como a educação tradicional - essa não chega à comunidade, chega às casas na cabeça de cada pessoa (Sousa, 2019, p 13).

A educação orientada para a emancipação do campesinato se alinha ao campo da Educação Popular e se nutre das fontes sociológicas de concepções classistas. Funciona como ferramenta de apoio no projeto estratégico classista de transformação da sociedade capitalista em um novo modelo econômico mais justo.

Com base no estudo de atas e materiais internos, encontramos registros sobre a origem do CNEC. As fontes informam o ano de 2003 como aquele em que o MPA afirma o desafio da *“consolidação dos planos dos Coletivos de Formação, Educação e Produção”*, reunindo, em Rondônia, as representações de 16 estados presentes na localidade de Ouro Preto do Oeste, para II Encontro Nacional do MPA¹¹³. Avaliando que seria necessário fortalecer a estrutura através das instâncias, o II Encontro Nacional do MPA encaminhou a necessidade de construir o Coletivo de Educação Camponesa. Oito estados participaram dessa discussão. *“Quando começou, definiu-se a necessidade de estudar e com isso se notou que o movimento já fazia educação camponesa nos estados, mas não formal”*. Com o “Brasil alfabetizado”, em 2004, iniciou-se atividades práticas concretas e planejadas, conseguindo inclusive uma

¹¹³ Em um material em formato de slide, encontramos informações e destacamos o seguinte trecho, cuja informação reaparece em uma compilação de textos do coletivo datada de 2008 e nessa versão é atribuída a fala ao militante Luiz Carlos Sousa. Segue o trecho: “No II encontro nacional do MPA realizado no estado de Rondônia, foi deliberado a formação de um coletivo, para discutir a educação no Movimento. Reunimos no mês de Abril 11 e 12 em Brasília, onde participaram 8 pessoas de seis Estados.” (SOUSA, 2008, p 09-10). Leva-nos a entender que, no ano de 2003, ocorreram momentos de reunião da constituição do Coletivo Nacional de Educação Camponesas além do espaço do II Encontro Nacional em RO de 02 a 05 de fevereiro, também uma reunião em Brasília DF, dias 11 a 12. Informação sobre uma das primeiras reuniões do CNEC, que sugere ter 06 estados presentes.

gama de militantes. Com as discussões do coletivo, ficou definido que o primeiro desafio era trabalhar o Território Camponês. Para isso, foi utilizada a experiência do MST. Nosso primeiro grito de ordem: “*abre o portão queremos educação*” (Coletivo Nacional Educação Camponesa, 2016).

Entendemos que a Educação Camponesa não está desvinculada do Plano Camponês. Ela tem o papel de afirmar o conceito de campesinato, de controlar o território, defender nosso projeto de classe para o Campo. Articular o processo produtivo, construindo com as escolas hortas, debate sobre alimentação saudável, construção de viveiros, defendendo nosso modelo de produção. Até construir nossas escolas (Carlos, 2019, p. 55).

No ano de 2006, é publicado o *Caderno Pedagógico: Reflexões e construção de uma Educação Camponesa*, com capa de cor vermelha, logo do movimento e um mosaico de fotografias contendo Paulo Freire, duas fotos de atividades que parecem ser a utilização de material dourado (recurso matemático) e outra possível representação de alfabetização. Essa última imagem constitui um trabalho de manejo com a enxada fechando a composição da ilustração. O título traz duas consignas, na parte superior, “*Luta camponesa, Soberania Alimentar e Poder Popular*”, e, na parte inferior, “*Educar para transformar com Poder Popular*”.

Material em formato A4 e capa colorida, é composto por um texto de introdução e seis capítulos: 1) *A educação na história da humanidade*; 2) *História da educação no Brasil*; 3) *Abordagens pedagógicas da educação formal*; 4) *Abordagens da educação popular*; 5) *Alfabetização: um instrumento de educação popular*; 06) *Movimento dos Pequenos Agricultores: origens, princípios e diretrizes*. O expediente é assinado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, sendo-lhe atribuído o direito ao material. Em seguida, a referência de nomes como organizadores: Garcia, Melquisedek Aguiar; Chemin, Norberto; e Martins, Néli. Entre a passagem de um texto para o outro, o capricho de incluir uma poesia, garantindo um bom tempero de diálogo de saberes e linguagem acadêmica e popular. Constitui, assim, um material de grande potencial para formação do coletivo, somando-se a outros do movimento.

EDUCA-AÇÃO DO CAMPO / Zé Santana - MPA - CE

*Ousamos pensar o campo/ E a sua educação/ Tirando proposição
Bem dentro da realidade/ De sua diversidade
De costumes e de memória/ Retrato de uma história
Que ninguém catalogou / O tempo desaprovou
As políticas liberais/ Com suas escolas formais
Que o campo deseducou.*

*Para decifrar a terra/ E seus recursos naturais
Os valores culturais
Que o tempo não desfez/ O saber do camponês
O que a vida lhe ensinou/ Desafia professor
Para ver quem sabe mais/ Seu currículo vem dos pais
Que herdou de seus avos/ Do canto dos rouxinóis
Das plantas dos animais.*

*Educação é cultura/ Expressões regionais
Não aceitamos a postura/ Do saber menos ou saber mais
Há saberes diferentes/ E todos são decorrentes
De nossa inculturação/ Se tivermos aptidão
E assimilarmos o campo/ Construiremos parâmetro
Para nossa educação.*

*O material didático/ Não precisamos comprar
Basta a gente pesquisar
Que colheremos os dados/ Do presente e do passado
Do nosso campesinato/ Daí tiramos de fato
Nossa metodologia/ O que era teoria
Vai se fazendo prática/ As disciplinas, as temáticas.
Da nossa pedagogia*

*O projeto pedagógico/ Que sonhamos e queremos
E que juntos descrevemos
Vai além do ensinar/ É mais do que estudar
É uma troca de saber/ Onde todos vão crescer
E produzir conhecimento/ Ações desenvolvimento
Com qualidade de vida/ É nossa contrapartida
Pra resistirmos na roça/ A conquista será nossa
E de nossa terra querida.*

O segundo material que figura como referência na formação da militância sobre a Educação Camponesa é a coletânea de textos intitulada *Construindo a Educação Camponesa*¹¹⁴. Na capa, de ilustração simples, a bandeira do movimento, com o designer da época; o título “Plano Camponês”; na parte inferior, a definição “*Textos e Documentos do MPA sobre a Educação e suas implicações nas comunidades*

¹¹⁴ Tivemos acesso a essa coletânea por correio eletrônico de junho de 2013.

1. **Turmas de Educação do Campo:** “Aqui no Rio há duas turmas em Licenciatura em Educação do Campo, uma em fases de terminar e outras em seu início, nas duas turmas temos estudantes que estão se aproximando do MPA, (...) ficamos de colocar ele em ligação com coletivo nacional de educação para poder ir socializando a experiência dentro do movimento, tbm o companheiro solicitou nossos materiais sobre Educação camponesa para poder se orientar pelos debates que fazemos cerca da educação.(...)”, 2. **Publicação de Materiais:** (...) “De forma que queremos ir construindo junto a UFRRJ este tema da publicação. Assim sendo queremos ir vendo se temos matérias: textos, artigos, relatos de experiências sobre o tema educação Camponesa ou tbm textos de nossos referencias teóricos da educação que poderia ser incluso em algum material desse tipo.”

Camponesas”. A data exposta é abril de 2008. Em formato A4, apresenta 54 páginas. Esse compilado de textos não é ilustrado e não possui sumário. Realizamos o levantamento da longa lista de textos.

No interior da coletânea “*Construindo a Educação Camponesa*”, de 2008, encontramos uma riqueza de materiais, por exemplo, como o texto “*A diversidade e a cultura camponesa!*”, de autoria de Valter Israel da Silva, que é uma contribuição para elemento central da discussão do campesinato brasileiro. Documentos como a *Carta de Senhor do Bonfim - Rumo a construção da Educação Camponesa* (Imagem 32) e dados que nos permitiram compreender os principais desafios e perguntas na conjuntura de 2008 e também as afirmações do CNEC (Tabela 11), pelos quais podemos encontrar definições básicas dos objetivos do coletivo (Tabela 12), caracterização da organicidade (Tabela 14) etc. É possível verificar, nas fontes, um importante e destacado papel assumido por Luis Carlos, quem, como testemunha da trajetória do CNEC, se encarrega de apresentar o caminho histórico do debate de educação no MPA. São informações fundamentais para compreender a dinâmica da participação do MPA nas lutas em defesa da educação, a crítica às contradições do Estado, a atuação do movimento desde as origens do debate pela Educação do Campo e a necessidade de afinar uma proposta de educação camponesa. Seguem dados sobre o enfoque na educação do campo:

A história da educação do campo não é uma casualidade. Ao contrário, ela é fruto da história da educação no Brasil que sempre marginalizou o campo e sua identidade camponesa, fortalecendo um Brasil sob a ordem e progresso (ordem para que todos permaneçam calados e progresso para as grandes empresas transnacionais). Sendo assim a educação no Brasil constituiu uma educação de mercado baseada na formação de mão de obra barata e técnicos a serviço de empresas e instituições, promotora do dito progresso que destruiu a organicidade camponesa com um forte esvaziamento do campo (Sousa, 2008, p.08).

O debate sobre Educação do Campo surgiu como alternativa para superar os limites da chamada educação rural no Brasil, foi uma proposta crítica aos ruralistas. A Educação do Campo nasce, portanto, da construção de classe e do enfrentamento político. Contudo, o MPA destaca “*para frear até os ruralistas começaram a falar em educação do campo. Quer dizer, a proposta que nasceu dos movimentos sociais começa a ser apropriada pelo governo e outros atores do campo que defendem um outro projeto de agricultura, de campo e de sociedade*” (Sousa, 2008, p. 09).

Observamos, com isso, a contribuição do coletivo para a Educação do Campo, ainda que a estratégia do movimento não se restrinja aos limites da contradição do Estado e seu atrelamento ao capital na agricultura. A Educação Camponesa defende o legado de construção coletiva do conhecimento do campesinato, somando-se nas lutas por políticas públicas para melhoria do acesso à educação formal, tanto Educação Básica quanto Ensino Superior¹¹⁵, sendo indissociável do confronto ao agronegócio.

É importante conhecer a história que traz o primeiro debate ampliado da educação do campo, o encontro dos educadores da reforma agrária em 1997. Consequentemente, anos seguidos o seminário nacional pela educação NO e DO campo realizado em Luziânia e posteriormente as conferências nacionais por uma educação NO e DO campo, na qual a última tem como grito de ordem “ educação no campo direito nosso e dever do estado”. (...) os camponeses e camponesas pauta a educação como direito e como sujeito. Quer dizer, não queremos apenas acesso à escola, discutimos onde queremos a escola, que tipo de escola que educação queremos nesta escola. (...) Nesse aspecto é necessário contextualizar onde estava o MPA. e como participou deste debate. Participamos da I Conferência Nacional da Educação Básica do Campo em 1998 e do Seminário Nacional da Educação do Campo em 2001 (Sousa, 2008, p 08-09).

Apresentamos aqui um dos documentos importantes do CNEC/MPA, originado do 1º Encontro Nacional de Educação Camponesa, realizado de 12 a 16 de novembro de 2006, na Bahia. A “Carta de Senhor do Bonfim” consolida a Educação Camponesa e apresenta os seus pilares fundamentais.

Imagem 32 – Carta de Senhor do Bonfim, 2008

CARTA DE SENHOR DO BONFIM

“Rumo a construção da Educação Camponesa”

De 12 a 16 de novembro de 2006, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA realizou o 1º Encontro Nacional da Educação Camponesa, com o objetivo de consolidar a proposta da Educação Camponesa.

Para isso, reuniram-se militantes (educadores e educadoras) de 17 estados do Brasil, que debateram sobre suas experiências educativas, tendo como centro do debate a afirmação da identidade camponesa e reafirmaram:

A “**Educação Camponesa**” como uma das várias especificidades da Educação do Campo, tendo como **Pilares Fundamentais**:

- Relações horizontais que estabeleçam o protagonismo das pessoas e fortaleçam nosso projeto de Campo e de Sociedade;
- Que seja um instrumento de luta da classe camponesa;
- Que trabalhe a afirmação da identidade e a (re)significação da cultura camponesa;
- Reafirmação da Educação “NO” e “DO” Campo como direito universal, a serviço do desenvolvimento humano e de campo que queremos;
- Respeito a diversidade do campesinato brasileiro;

¹¹⁵ “Nosso debate deve canalizar a educação no todo desde a ciranda ao ensino superior.” (Sousa, 2008, p 15)

- Fortalecimento da relação campo e cidade na construção de um projeto popular;
- Negação do Capitalismo;
- Valorização do ser humano e seus saberes;
- Contraposição ao agronegócio.
- Defesa do Território Camponês.

Senhor do Bonfim, 16 de Novembro de 2006.

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
Educar para transformar com Poder Popular!

Fonte: adaptada pelo autor de CNEC, 2008, p 17-18.

Selecionamos, na coletânea, os elementos de contextualização, buscando as problematizações daquele período, por vezes, apresentadas em tópicos, sínteses de debates coletivos. Trabalhamos um formato de organização por tabelas: Afirmações e perguntas, Objetivos e por onde começar?

Tabela 11 – Afirmações e perguntas daquele período construindo a Educação Camponesa MPA 2008

AFIRMAÇÕES E PERGUNTAS DAQUELE PERÍODO
1- É de fundamental importância que a gente resgate toda a história da educação que construímos dentro do MPA.
2- Precisamos esclarecer para nós e para a Sociedade porque afirmamos a Educação Camponesa.
3- Educação contextualizada é diferente da educação que propomos. O que é isso? Quem afirmou isso? Quem afirma isso? É nós, a via camponesa?
4- Temos que discutir o que ta acontecendo com a educação no Brasil no campo e na cidade a educação como o todo.
5- Queremos uma política pública de educação camponesa para o Brasil e não programas.
6- Proposta clara para construir um grande debate com a sociedade brasileira, escolas, professores, alunos, universidades e nossa base.
7- É preciso que a direção e a coordenação nacional debatam e reafirmem o coletivo nacional de educação para construir uma atividade nacional para nivelar o debate.
8- Construir um material popular para a nossa base

Fonte: adaptada pelo autor (CNEC, 2008, p 16)

Na sequência, a síntese dos objetivos elencados para o CNED reunidos no contexto de 2008. Notamos que são objetivos gerais que podem se manter ao longo das décadas, mas dialogam com objetivos específicos, seja de uma conjuntura, seja de uma peculiaridade territorial.

Tabela 12 – Objetivos do Coletivo Nacional de Educação Camponesa

Respeitar os diferentes modos de vida no campo
Conhecer e debater a Educação do Campo
Sistematizar as experiências do movimento
Debater a educação como instrumento de formação humana, junto a um projeto de sociedade socialista.
Divulgar os cursos formais como conquista dos camponeses e camponesas organizados nos movimentos sociais;
Envolver a militância de cursos de nível superior nas áreas de formação e educação multiplicando os conhecimentos.
Produzir elementos de debate da educação que defendemos para ser estudada nas diferentes instâncias do MPA.

Fonte: adaptada pelo autor (CNEC, 2008, p 12)

Dando sequência ao exercício de síntese do debate de diagnóstico do CNEC em 2008, sistematizamos os primeiros passos de ação, quando surgem propostas de estudo da Educação do Campo, atuação com EJA, relação de apoio entre movimentos.

Tabela 13 – CNEC por onde começar?

ESTUDO
Estudamos a coleção por uma Educação do Campo e as diretrizes operacionais da Educação do Campo, conquistas dos movimentos pela Educação do Campo. Desse primeiro encontro, conseguimos encaminhar que cada estado estudasse e debatesse a coleção por uma Educação do Campo, formando os coletivos estaduais com compromisso de articular um grupo orgânico que trabalhasse a alfabetização de jovens e adultos, meta definida pela Direção Nacional do Movimento. Encontramos dificuldades para consolidar um coletivo, por motivos variados estando em outros espaços de atuações ou até mesmo por não se identificar com a discussão da educação.”
BUSCAMOS APOIO
Buscamos o apoio junto ao Setor de Educação do MST, estudamos a história da Educação no Movimento Sem Terra. Participamos do encontro de educação de jovens e adultos EJA no Instituto CAJAMAR em São Paulo. Ali foi um marco interessante onde despertou em nosso coletivo a importância do EJA no Movimento. Formamos até alguns gritos de ordem como: “ <i>ABRE O PORTÃO QUEREMOS EDUCAÇÃO</i> ”.

Fonte: Adaptada pelo autor de Sousa, 2008, p. 10

Foram elencados os pontos essenciais para a organicidade do CNEC. Para isso, seria importante: conhecer os modelos de educação e produzir uma proposta pedagógica para o movimento; promover formações internas e externas para educadores e equipes de escolas formais, dialogando sobre o PPP com Educação do Campo e elementos da Educação Camponesa; articular com as bandeiras de lutas. Entre as demandas, um ponto precisou ser ajustado, com maturidade, no III Encontro Nacional do MPA¹¹⁶, o caráter deliberativo. Os coletivos não desempenhavam função deliberativa, configurando-se como instância de formação na temática, afinando-se com as instâncias deliberativas.

Tabela 14 – Organicidade do CNEC

Defender o território camponês
Contribuir na construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo;
Conhecer, e aprofundar os diferentes modelos de educação.
Participar das negociações de pautas de educação junto com direção;
Apropriar da história da educação e construir uma proposta político pedagógica;
Trabalhar a formação de educadoras e educadores como militância, parte do Movimento;
Apropriar das bandeiras de lutas e debater com a sociedade;
Que as reuniões do coletivo sejam formativas e depois deliberativas.

Fonte: Adaptada pelo autor (CNEC, 2008, p 11-12)

Na próxima tabela, representamos os pontos referentes a uma espécie de avaliação parcial do CNEC, presente no caderno de 2008, com elementos de potências, aspectos ainda pouco maduros e desafios.

¹¹⁶ Cabe destacar também, nesse III Encontro, a separação de Educação e Formação em dois diferentes coletivos, ação importante. Educação e Formação - A proposta do Plano camponês para a educação envolve desde a básica, infantil, até a educação universitária, propondo escolas locais e conteúdos que se baseiam na realidade de cada região. A universidade deve ser acessível aos trabalhadores do campo, partindo da lógica e pensamento camponês, não do agronegócio como se faz atualmente. No plano camponês, a educação informal também é valorizada, pois é a partir do trabalho cotidiano, da interação com o campo e com outros camponeses, que aprendemos novos saberes sobre a nossa prática. Por isso todo momento de encontro deve ser valorizado e dinamizado, como seminários, reuniões, oficinas e visitas, que são a base da socialização do conhecimento produzido. (MPA, 2012, p. 23)

Tabela 15 – Limites e virtudes do CNEC

LIMITES	<p>Nossos principais limitantes foram:</p> <p>Faltou aprofundar o debate acerca do tema e debater com a sociedade.</p> <p>Publicar nossas experiências.</p> <p>Faltou alianças com universidades para investigar e apoiar na construção da educação camponesa.</p> <p>Encontramos dificuldades de levar adiante o projeto de educação do MPA sem financiamento público.</p> <p><i>Tivemos um grande limitante financeiro que inviabilizava as reuniões do Coletivo Nacional de Educação Camponesa.</i></p>
VIRTUDES	<p>Nossa principal virtude até aqui foi a construção do conceito de educação camponesa.</p> <p>Mesmo assim, é importante destacar que existe experiências muito preciosas em diferentes estados do jeito de fazer educação no MPA.</p> <p>Sabemos que ainda parece tímida nossa proposta, embora sabemos que nossa proposta não se consolida na sociedade capitalista que cultiva os “contra-valores” da competição e alienação das pessoas.</p>
DESAFIOS	<p>Temos muitos desafios a serem discutidos.. ex. Qual é o modelo ideal de escola que necessita o MPA? Como fazer uma proposta para o governo e ter autonomia diante da proposta? Quem são nossos aliados? Como ampliar a formação de professores? Que escola não queremos? Como levar a universidade até os camponeses? Etc</p>

Fonte: Adaptado de Sousa, 2008 p. 18-19.

Luiz Carlos Sousa desenvolve o eixo dos desafios apontando para a elaboração da metodologia do movimento, fazendo referência à pedagogia freireana e às metodologias populares.

Desafiamos a construir a nossa própria metodologia numa pedagogia que começa a se animar, a pedagogia do MPA. Nossa convicção apontou o compromisso de começar a trabalhar voluntariamente em alguns Estados. Nosso referencial foi a pedagogia do educador Paulo Freire – Metodologia Popular, nascendo aí uma experiência interessante que abriu um leque na luta pela Educação na organização. Vimos a necessidade de começar então a discutir uma proposta política pedagógica de educação do MPA. Afirmamos que a política pedagógica deve-se dar a partir do desencadeamento das ações formativas, na perspectiva de envolvimento da militância protagonistas do MPA em espaços e instâncias diversas (Sousa, 2008, p.10-11).

Em 2019, foi lançado o livro *Coleção O Plano Camponês Vol III: Derli Casali o pensamento de um incansável Militante Camponês*, organizado por: Bruno Pilon, Cácia Cortez, Luiz Carlos Sousa e Frei Sérgio Antônio Görden. Na capa, uma bela ilustração, de Gabriel Amorim, com uma mão semeadora, com gesto semelhante a lavrar a terra representada por um livro. O terceiro capítulo da obra aborda “A

Educação para ação camponesa”, embora o tema seja elemento transversal ao longo das 140 páginas do livro, de conteúdo não ilustrado.

Tivemos acesso a uma reedição dessa coletânea de 2008 organizada por Luiz Carlos Sousa, versão preliminar ainda no prelo no ano de 2019¹¹⁷. O material foi gentilmente enviado no início desta pesquisa e contribuiu muito para a Pesquisa-Ação. Atualmente, a edição atualizada de 2019 já se encontra publicada, porém, com tiragem pequena. Podemos notar um maior trabalho editorial na organização dos textos, de autoria de Luiz Carlos Sousa (também organizador), Valter Israel da Silva, Ivanira Quevedo da Silva, Derli Casali, Jucileia Pavão de Araujo, textos assinados pelo CNEC e poesias. O livro compõe a Coleção *O Plano Camponês Vol V*. O interior é composto de 108 páginas, não é ilustrado. A capa é composta por arte de Gabriel Amorim, representando um punho cerrado rompendo a cerca e segurando uma enxada cujo cabo é um lápis.

Outro material relevante é o *Caderno de Estudo do Congresso nº 1 rumo ao I Congresso do MPA*, de dezembro de 2014. Neste caderno, foram dedicadas quase 20 páginas para a Educação Camponesa. Como material preparatório para o I CONAMPA, os textos foram reunidos no bloco “*Educação Camponesa: educar pra transformar, com poder popular*”, com “*Apresentação*” assinada pela Coordenação Nacional. Trazendo uma seleção de textos de Derli Casali¹¹⁸, termina com quatro textos da Coordenação Nacional, com intenção pragmática de síntese histórica e conjuntural para o congresso. “*Afirmando o conceito de Educação Camponesa no MPA*”, “*Alguns princípios e compromisso da escola camponesa*”, “*A luta pela Educação Camponesa é necessária*” e “*Roteiro para debate*” (Tabela 15).

¹¹⁷ Encontra-se essa obra anunciada na lista de publicações da editora do Instituto Padre Josimo. Porém, não tivemos notícias sobre a versão final concluída e impressa. Na website do IPJ, na sessão “Publicação de livros e cartilhas”, a informação está com data de 8 de abril de 2017, na qual encontramos a referência. “*Coleção Plano Camponês Vol IV: Construindo a Educação Camponesa textos, documentos e poesia do movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) sobre a educação e suas implicações nas comunidades camponesas. Organização: Luiz Carlos Sousa 2019*”.

¹¹⁸ Seguem a sequência de textos de Derli Casali para a preparação do congresso: “*Educação Camponesa*”, “*Educação e trabalho*”, “*Educação Ambiental*”, “*A reconstrução do sujeito camponês e função da Educação Camponesa*” e “*Uma Educação Camponesa que dê conta do campo que queremos com seus modos de vida agroecológicos*”.

Tabela 16 – Roteiro para debate da Educação Camponesa I Congresso MPA, 2015

- 1 – A realidade de nossa educação tem alguma associação com o que lemos?**
- 2 – A partir do texto qual o papel e a importância da educação pra construção do Plano Camponês?**
- 3 – Sabendo que a educação que nós propomos (do e no campo, camponesa da infância à fase adulta) só será concretizada numa nova sociedade. O que podemos ir fazendo hoje?**
- 4 – Que sentido damos ao trabalho? A forma de organização (educação) da família permite a participação dos jovens e das crianças nas atividades e na renda (ou resultado deste trabalho)?**
- 5 – Como vemos a associação do trabalho com a educação?**
- 6 – Por que temos dificuldade de avançar no debate e construção da educação que queremos?**

Fonte: Adaptada pelo autor (I Congresso MPA, 2015) .

Tabela 17 – Pauta de reivindicações do MPA para a educação

- 1) A Educação Camponesa como processo de construção de um projeto de educação das trabalhadoras e dos trabalhadores do Campo;
- 2) Reabertura das escolas do Campo sempre que a comunidade manifestar interesse;
- 3) Toda a escola camponesa deve ter currículo de acordo com a realidade local e garantir o acesso ao conhecimento universal;
- 4) Toda a escola camponesa deve ter: Biblioteca, Videoteca, internet, etc. com acesso livre para a comunidade;
- 5) Que toda a escola camponesa tenha espaço para experiências produtivas como hortas e pequenas lavouras;
- 6) O projeto Político Pedagógico da Escola deve refletir o Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Camponesa;
- 7) A escola camponesa deve se transformar no principal centro cultural e deve ser espaço para esporte cultura e lazer para toda a comunidade;
- 8) A escola deve valorizar o conhecimento de seus educandos/as e trazê-los para a sala de aulas;
- 9) Toda a escola camponesa deve ter parque infantil, prioritariamente construído pela própria comunidade;

10) A educação não é um processo neutro, esta sempre a serviço de uma ideologia, seja de esquerda ou seja de direita. A Educação Camponesa deve estar a serviço da ideologia camponesa;

11) A educação deve ser um ato de conhecimento e recriação, não de memorização e reprodução;

12) Educação da pré escola à universidade.

Fonte: Adaptado de MPA, 2008, p.49-50

Em 2016, ocorreu um encontro presencial do CNEC, no qual foi possível dedicar espaço e tempo para aprofundar os pontos e estratégias. Luiz Carlos Sousa ficou encarregado de apresentar um balanço histórico do coletivo. Sousa contextualiza sobre o acervo reunido na década: *“De material, o que temos é um caderno de 500 páginas com informações a respeito da construção da educação no MPA. O material produzido pelo Derli Casali é importante, mas mais reconhecido pra fora que dentro do movimento.”* (CNEC, 2016).

Depois dessa reunião, não houve registro de outra oportunidade de encontro nacional do coletivo que fosse presencial. Dentre os pontos debatidos na instância, estava a mobilização de representantes dos estados ainda ausentes. Por consequência desse convite, o MPA RJ, que ainda não possuía estrutura de direção estadual, coordenação ou coletivos, foi estimulado no sentido de amadurecer a organicidade e, em 2020, foi possível germinar os primeiros passos de um coletivo estadual no Rio de Janeiro e sua participação nas reuniões nacionais – virtuais, pois cabe lembrar o período pandêmico).

Ainda sobre a reunião de 2016, em análise do relato cujo acesso nos foi providenciado, destacamos um trecho do debate que julgamos pertinente para situar a Educação Camponesa em diálogo com a trajetória da Educação do Campo e as Políticas Públicas. Importante ressaltar que, apesar desse diálogo, a Educação Camponesa vai além da relação com o Estado, motivada pela necessidade de afinar-se com a estratégia classista e com o projeto camponês. Segue a argumentação de um militante:

Nós não nos sentimos representados pelas políticas públicas. A educação para os camponeses é informal. Nossas atividades diárias são educacionais. A educação camponesa é muito importante, pois uma classe social que não constrói sua própria experiência educacional não é capaz de construir revolução. Ela deve ser técnica e política. A educação camponesa que o MPA vai construir não tem receita, será construída e ajustada em cada local. Devemos lutar para fazer da educação camponesa uma ferramenta para tornar a classe social camponesa hegemônica. Todas as atividades que o movimento faz é também educação camponesa (CNEC, 2026).

Concluimos com trecho de um texto elaborado por Luiz Carlos Sousa intitulado *Educar para transformar com o Poder Popular!*

Nossa principal virtude até aqui foi chegar à construção do conceito de Educação Camponesa. Sabemos que nossas propostas ainda parecem tímidas, sabendo que não se consolidam na sociedade capitalista que cultiva os contra valores da competição e alienação das pessoas uma vez que o próprio estado produz as contradições. Isso nos aponta desafios a ser discutidos. Qual é o modelo de escola que as Comunidades Camponesas necessitam; sua autonomia diante da proposta e como ampliar a formação de professores e levar à universidade até os/as Camponeses/as. Os elementos acima devem ser uma construção coletiva da educação e não o último ponto de pauta. Se a educação atual deseduca as crianças para não assumir a identidade Camponesa, qual é o papel da infância no Movimento? Que futuro terá o campesinato? São questões que passam pela formação da escola juntamente com as ações coletivas de lutas sociais que realizam na sociedade (Sousa, 2019, p. 07-08).

PARTE II

CAPÍTULO 4 - PESQUISA-AÇÃO PRÁXIS LIBERTÁRIA

4.1 Pesquisa-Ação

*“A pesquisa participa da ação social também
como uma prática pessoal e coletiva de valor pedagógico,
na medida em que sempre algo novo e essencial
se aprende através da experiência prática de diálogo e reciprocidade
na construção do conhecimento.”
(Carlos Rodrigues Brandão)*

A parte 2 deste trabalho é dedicada ao exercício de pesquisa de um autor envolvido na militância. Com o conceito metodológico da pesquisa/ação, pretendemos sistematizar as ações assumidas dentro das instâncias do Movimento de Pequenos Agricultores; ou seja, a práxis de teorizar as ações realizadas pelo autor e como isso pode ter contribuído para a construção coletiva da instância, o Coletivo de Educação Camponesa, superando a ideia de realizar uma vivência de experiências com acúmulo apenas para a formação individual.

Parafraseamos Paulo Freire sobre o entendimento da prática política com sentido pedagógico na construção dos rumos políticos almejados; “uma prática política entendida e assumida na prática educativa que responde à questão a favor de que e de quem se faz política.” (Freire, 1987).

Recordamos a relação do autor desta tese com o MPA, porém, sem o propósito memorial, mas, sim, porque consideramos pertinente a leitura interpretativa de diferentes momentos, metodologicamente falando, em relação à organicidade.

Cronologicamente, separamos os seguintes períodos: 2002-2006, 2007-2011, 2012-2014, 2015-2018, 2019-atual.

Tabela 18 – Níveis graduais de envolvimento do autor com o MPA 2002 - 2019

2002	I ENA UERJ	DESCOBERTA E APROXIMAÇÃO	
2007	FENAMIC		*
2012	FENAMIC	INGRESSO E CONSTRUÇÃO	**
2015	CONGRESSO		***
2019	I Encontro Estadual do MPA RJ	CONTRIBUIR NA ORGANICIDADE	****

Fonte: elaborado pelo autor

Podemos considerar o recorte de 2002-2006 e 2007-2011 como estágio de “Descoberta e Aproximação”, pois, na época, as informações sobre o MPA circulavam ainda timidamente no meio estudantil e nos estágios com agroecologia – até mesmo porque minha compreensão do debate era ainda pouco embasada. Tomamos como referência a minha participação na construção do 1º Encontro Nacional de Agroecologia ENA, em 2002, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Participação tímida nos debates preparatórios realizados nas reuniões do GAE, espaço onde afinamos as ideias sobre a natureza do evento, a contextualização de sua importância para a construção coletiva da Agroecologia, levando em conta a mobilização para viabilizar a participação e protagonismo das experiências camponesas – na época, chamávamos de famílias de agricultores experimentadores¹¹⁹ agroecológicos. Atuação como estagiário na equipe de agricultura urbana da AS-PTA do estado do Rio de Janeiro, podendo contribuir com registros fotográficos, oficinas de plantas medicinais, relatoria e apoio na infraestrutura da feira.

No I ENA, observei o nome do MPA na listagem de participação e foi possível participar de alguns espaços onde estavam representantes, marcando um contato.

¹¹⁹ Influenciado por estudo de uma cartilha editada pela AS-PTA.

Sem muitas notícias nos anos seguintes, o GAE e a COOPERAFLORESTA construíram uma proposta de visita dos estudantes à experiência na Barra do Turvo. Durante a construção dessa vivência, chegou a informação sobre uma feira de sementes crioulas, que entrou na rota daquela atividade. Segue uma divulgação da assessoria de comunicação do MPA:

Agricultores realizam IV Festa Nacional da Semente Crioula
30 de março de 2007

Milhares de camponeses de diversos estados do país se preparam para o mais importante evento sobre agrobiodiversidade do Brasil, a IV Festa Nacional das Sementes Crioulas (Fenamic), que será realizada de 18 a 22 de abril, em Anchieta (SC). Em 2004, mais de 30 mil pessoas participaram da Festa. Esse ano, a expectativa é de que número de visitantes seja de 40 mil participantes. O evento que acontece a cada dois anos é coordenado pela Via Campesina (articulação internacional que coordena organizações camponesas, e indígenas de todo o mundo), Centro de Apoio aos Pequenos agricultores (CAPA), Paróquia Santa Lúcia e o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf). Trata-se de um espaço de encontro e promoção das sementes e raças animais crioulas, e também das diversas manifestações que caminham na construção de um projeto de desenvolvimento do campo e da sociedade. De acordo com o coordenador do evento, o objetivo é mostrar à sociedade a cultura camponesa e a importância da agroecologia. “Queremos também criar um contraponto da agricultura camponesa e o agronegócio. Vamos mostrar um outro modelo de agricultura, baseada no respeito ao meio ambiente e ao ser humano?”, diz o coordenador da Fenamic e dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Eloé Schveizier. (...) Fonte: Assessoria de Comunicação MPA (MST, 2007).¹²⁰

Aquela viagem de excursão do GAE consistiu em passarmos a primeira semana de vivência na Cooperafloresta e, na segunda semana, seguirmos na direção da cidade de Anchieta-SC para participarmos da IV Festa Nacional da Semente Crioula - IV FENAMIC. Ficamos encantados com tudo o que vimos, comentamos que aquela foi a oportunidade de conhecer o Movimento dos Pequenos Agricultores. Em nossas referências da época, apontávamos que o MPA seria uma organização de trabalhadores com elementos do sindicalismo, em um modelo de movimento

¹²⁰ (CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA) A programação conta com exposições de produtos, troca de sementes, artesanato, plantas medicinais e comidas típicas. Além disso, haverá apresentações de músicas, teatro e danças folclóricas. Antecede a Fenamic o Encontro de Formação Camponesa, que reunirá agricultores de vários países da América Latina para debater temas relacionados à soberania alimentar, meio ambiente, reforma agrária, agroecologia, entre outros. Participam do evento camponeses/as, representantes do governo, artistas e o público em geral. – Histórico - A primeira edição, batizada como Festa Nacional do Milho Crioulo, foi realizada em 2002. O evento acontece sempre em Anchieta devido ser o local onde nasceu o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado, e onde começou o trabalho de resgate e de multiplicação de variedades de sementes. Anchieta está situada no extremo oeste de Santa Catarina, perto da fronteira com a Argentina. O espaço rural está organizado em 31 comunidades, na qual 160 famílias camponesas cultivam as variedades crioulas. A Fenamic faz parte da campanha internacional “Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade” lançada pela Via Campesina Internacional, durante o Fórum Social Mundial 2003. A campanha defende a preservação das sementes saudáveis e o combate à manipulação, ao monopólio e à imposição das sementes transgênicas. Também, em defesa dos agricultores, que por séculos cultivam diversas espécies de sementes. Fonte: Assessoria de Comunicação MPA. Divulgado pelo SITE do MST: <https://mst.org.br/2007/03/30/agricultores-realizam-iv-festa-nacional-da-semente-crioula/>

camponês – “½ MST e ½ sindical”, para ser fiel à expressão de um estudante do nosso grupo.

A IV Fenamic contou também com o II Encontro de Formação Camponesa. Mais de 30 mil pessoas são esperadas no município de Anchieta (SC). Delegados de mais de 40 países vão discutir, nesses quatro dias, experiências desenvolvidas por pequenos agricultores na conservação e multiplicação de sementes crioulas. (MST, 2007). Destacávamos a acolhida oferecida, quando foi apresentada a estrutura física da feira, a organicidade do movimento e a qualidade da alimentação. Alguns de nós reconheciam a IV FENAMIC como o mais intenso encontro agroecológico que haviam participado até então. Um de nossos estudantes conseguiu registrar, em áudio, a apresentação de Miguel Altieri na atividade de formação camponesa. Aos poucos, fomos descobrindo a dimensão da programação.

Cledecir Zucchi fala sobre a importância de o pequeno agricultor produzir suas próprias sementes. “É para os camponeses terem independência e começarem a definir os meios de desenvolver suas tecnologias, a partir da sua identidade cultural, não criando essa dependência econômica com as transgenias, com as grandes empresas capitalistas, que visam apenas a relação do lucro com o agricultor”, explica. (...) Formação Camponesa - Além da Festa das Sementes, dois mil camponeses participam do II Curso de Formação Camponesa. O encontro debate temas relacionados à soberania alimentar, meio ambiente, Reforma Agrária, agroecologia e outros. Entre os palestrantes estão: a especialista em biotecnologia, Silvia Ribeiro (México); o doutor em agroecologia, Miguel Altieri (Califórnia) e o geneticista Rubens Nodari (Brasil) (MST, 2007).¹²¹

Retornamos ao Rio de Janeiro fazendo o repasse da riqueza das duas atividades visitadas pela nossa excursão. Chegamos com muitas sementes, que foram socializadas nos territórios agroecológicos fluminenses. A partir dessa experiência, passamos a procurar por mais notícias sobre o MPA. Lamentamos pela distância e ficamos na expectativa de uma próxima edição da FENAMIC.

Um segundo momento de meu contato com o MPA foi nos períodos de 2012-2014 e 2015-2018, que analisamos como “*Ingresso e Construção*”. Após formado em Licenciatura em Ciências Agrícolas, participado da Cooperativa de Trabalhadoras e Trabalhadores em Agroecologia Floreal, vinculada à Associação dos Produtores Autônomos da Cidade e do Campo - APAC – experiência profissional inspirada na COOPERAFORESTA, Cooperativa CEDRO e COOPERAR –, academicamente, ter

121

<https://mst.org.br/2007/04/19/santa-catarina-recebe-festa-das-sementes-crioulas/>

concluído o mestrado em Educação e organizado na Federação Anarquista do Rio de Janeiro, buscamos a inserção social com as famílias do campo fluminense, tendo a Agroecologia como ferramenta de trabalho político. O curso de Licenciatura em Educação do Campo, na UFRRJ, foi uma oportunidade muito fértil de militância libertária e aprendizagem profissional voluntária, além da formação política. Devido a esse acúmulo profissional e político, sou aprovado para contrato em um curso de Licenciatura em Educação do Campo no norte fluminense. Chegando nesse território, encontro militantes do MPA vindos de outros estados para trabalho de base com famílias camponesas atingidas pelo empreendimento do Porto do Açu. Em contato com militante do MPA, aponte que, como FARJ, já havíamos recebido notícias sobre a chegada do movimento no estado. Apresentando esse histórico de contatos anteriores e espaçados com o MPA, sou estimulado a participar na V FENAMIC, que ocorreria em 2012.

O período de 2013 a 2019 foi marcado por atividades desenvolvidas com inspiração nos acúmulos do MPA, porém, o autor ainda não participava das instâncias. Estávamos no estágio de construção do MPA RJ, que culminou no I Encontro estadual do MPA RJ em 2019. Esse foi o marco para a construção da coordenação estadual e da Direção Estadual, passos importantes para a existência do Coletivo Estadual de Educação Camponesa. Mesmo assim, tivemos acesso ao relato da reunião nacional do CNEC, em 2016, e participamos das atividades como convidados.

Nossas ações no estado traziam fortes influências da formação em metodologias populares, como a obra de Clodovis Boff, que apresenta aspectos do trabalho popular.

Técnicas do trabalho popular - As diversas técnicas só funcionam bem quando traduzem uma metodologia. E está igualmente só é bem aplicada quando inspirada por uma mística e por uma concepção geral prévia da realidade. Quanto às técnicas do trabalho popular, observem-se principalmente os dois critérios seguintes: 1) se o povo participa de sua elaboração e aplicação, e isso de modo crescente (na confecção dos boletins, das celebrações, etc.); 2) se levam a comunidade à autonomia, ou seja: se aproveitam ao crescimento do grupo, donde a necessidade de sua revisão, sempre junto com os interessados - o povo. Vamos agora expor brevemente os principais tipos de recursos, mecanismos e ações diretas. Adaptado pelo autor de (Boff, 1984, p.113).

Identificamos bastante usos de metodologias e ferramentas chamadas por clodovis de “recursos” e “mecanismos”. Apresentamos uma adaptação no formato de tabelas.

Tabela 19 – Recursos para o trabalho popular

1) Roteiros.
São instrumentos ou subsídios para a reflexão. Não de ser flexíveis e abertos, bem como adequados ao grau de desenvolvimento do grupo. A linguagem deve ser naturalmente popular.
2) Cartilhas.
Não são receituários, mas caixas de ferramentas. Procuram reunir de forma mais ou menos orgânica um patrimônio de conhecimento e cultura já adquirido (saúde popular, política partidária, leis trabalhistas, etc.).
3) Boletins.
Podem incluir um conteúdo muito variado, desde material de reflexão até cartas e outras informações. É bom que sejam feitas a duas mãos: gente do povo e agentes; e com material de "mão dupla": transmitindo algo de novo e repercutindo a reação das bases.
4) Cantos.
Aproveitar o cabedal da cultura popular (folclore), inclusive nos métodos de criação (cordel, repentes, improvisos, etc.). Evidentemente o povo pode tornar próprios cantos feitos por outros. Mas é preciso que sejam compreensíveis e tenham um conteúdo autêntico ou verdadeiro. Em arte, nada pior que o mau gosto, o moralismo e o didatismo.
5) Cartazes.
Têm a virtude de ser sintetizadores e inspiradores de idéias ou propostas. Por eles o povo tem oportunidade de manifestar sua criatividade tanto nos desenhos como nos dizeres.
6) Material audiovisual.
Cujo principal proveito está na reflexão coletiva que pode permitir em seguida.

Fonte: Adaptado pelo autor de (BOFF, 1984, p.114)

Tabela 20 – Mecanismos de trabalho popular

1) Dinâmica de grupo.
Naturalmente, no processo da Educação Popular usam-se as mais variadas dinâmicas, como o cochicho, a reflexão em círculos, a discussão em plenário, a dramatização, o painel, etc. O que mais importa em tudo isso é a participação de todos, a relação dessas dinâmicas com a vida (problemas e práticas) e a reflexão dialogada e aprofundadora que elas provocam. Assinalemos o valor pedagógico-popular das dramatizações.
2) Visitas.
São úteis para iniciar um trabalho e também para manter a coesão do grupo e a continuidade da caminhada. As visitas entre grupos para troca de experiências favorecem o aprendizado coletivo, elevando o nível de consciência do povo a partir da partilha das próprias lutas. Mas, para serem frutuosas, as visitas precisam ser programadas e visar um objetivo (o que não impede evidentemente as visitas gratuitas, de pura amizade ou solidariedade humana).
3) Treinamentos.

Encontros de estudo e preparação de mais dias rendem na medida em que estão ligados a uma prática (pelo menos projetada). Aqui também é importante a participação dos presentes na elaboração e direção do treinamento ou curso. Há quanto a isso todo um saber acumulado (uma "arte") que é aqui impossível explicitar mas apenas lembrar.

4) Celebrações.

Que podem ser religiosas (vigília, procissão, etc.) ou da cultura popular (festa de casamento, de aniversário, etc.). São momentos onde a exaltação gratuita prevalece, realimentando assim a esperança e congradando psicossocialmente o povo. Não devem ser, fora de propósito, instrumentalizadas para fins didáticos ou políticos imediatistas.

5) Brincadeiras.

Nem se há de esquecer no trabalho popular o poder desinibidor e integrador das brincadeiras. Elas preparam um ambiente propício para a reflexão e o compromisso comuns, quando já não veiculam conteúdos pedagógicos explícitos.

Fonte: Adaptado pelo autor de (BOFF, 1984, p.115-116)

No decorrer do ano de 2020, realizamos reuniões periódicas em formato virtual, devido ao isolamento sanitário. Debatíamos os desafios daquela conjuntura quanto aos riscos de retorno; à apropriação, por parte das secretarias de educação, de termos caros à Educação do Campo, como pedagogia da alternância, para implementar modalidade de ensino híbrido; denúncias dos casos de cancelamento de compras do PNAE no período de suspensão de aulas presenciais; e ao processo da reforma do novo ensino médio, em curso.

Além das ameaças conjunturais, estabelecemos metas de organicidade e de formação. Foram definidos alguns objetivos para serem desenvolvidos pelo CNEC: a) Promover atividades de formação sobre Educação Camponesa, externas e internas; b) Fortalecer a organicidade do coletivo, com mobilização dos estados para aumentar as representações no coletivo; c) Promover formação sobre o Método Sim, Eu Posso; d) Organizar homenagem ao Centenário de Paulo Freire e e) Realizar estudos e formação sobre a Metodologia de camponês a camponês.

Participamos da organização e execução de um seminário virtual aberto ao grande público para propaganda do conceito de Educação Camponesa. Chamamos a atividade de *Educação em Tempos de Crise Política e Conservadorismo: papel e desafios das/os camponeses/as*. Convidamos Miguel Arroyo para a mesa com Luiz Carlos Sousa, com a responsabilidade de trazer a conceitualização da Educação Camponesa, sendo mediada pela companheira Saiane Santos. A atividade foi realizada em junho de 2020, em um período bastante duro da pandemia de covid-19. Segue o texto das redes sociais para divulgação da atividade de formação.

DIVULGAÇÃO

Nos dias atuais é fundamental trazer presente as lutas históricas pela emancipação humana que se deu através dos diferentes processos formativos de resistência da humanidade sobre tudo do campesinato na construção da sua identidade como sujeitos construtores e construtoras de sua história. Nesta quinta, teremos a participação de Miguel Arroyo ele é sociólogo, educador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Defensor do direito à educação enquanto formação humana, na especificidade de cada tempo humano e militante ativo do movimento docente no Brasil. E de Luiz Carlos camponês, educador, poeta, militante do MPA que te contribuindo neste 24 anos do MPA em especial no tema da educação camponesa. Para o debate com Arroyo, o dirigente do Coletivo de Educação do MPA, Luiz Souza apresentará as construções que o Movimento tem sobre este tema. O debate terá mediação Saiane Santos.

LIVE: Educação em tempos de crise política e conservadorismo: desafios para @s campones@s

Data: 03/06/2020

Horário: 19h30min (Pelo horário de Brasília)

Link: [MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores](#)

Imagem 33 – Divulgação - Educação em Tempos de Crise Política e Conservadorismo



Fonte: CNEC MPA

Outra atividade com a qual contribuímos foi a realização da formação com Miguel Arroyo, Luiz Carlos Sousa e Rafaela Alves. Essa edição foi em formato fechado para formação interna do MPA, ocorrida em novembro daquele ano de 2020. Segue a convocatória interna do movimento para o Seminário Nacional da Educação Camponesa.

Companheirada, próxima terça-feira (03/11) às 15hs estaremos realizando o Seminário Nacional da Educação Camponesa com a participação do professor Miguel Arroyo, Luiz Carlos - coletivo de educação MPA e Rafaela Alves-DN. Aguardamos todos/as direções e coordenações, a militância, companheirada que toca o debate da educação nos estados e os/as educadores/as parceiros/as do MPA nos estados. (...) (interno, CNEC, 2020)

Imagem 34 – Divulgação - Seminário Nacional da Educação Camponesa, tema educação e campesinato, 2020



Fonte: CNEC MPA

Participamos de algumas edições da Jornada de Lutas do MPA em anos seguidos. *Jornada de Lutas - Semana Nacional por Soberania Alimentar*, realizada entre os dias 12 e 15 de outubro de 2019. Essa atividade contou com o diálogo de nossa Pesquisa-Ação do doutorado, que relacionamos com a disciplina cursada no semestre.

Imagem 35 – CineDebate - Jornada de Lutas - Semana Nacional por Soberania Alimentar e Poder Popular, 2019



Fonte: CNEC MPA

Jornada de Lutas - Semana Nacional por Soberania Alimentar e Poder Popular, realizada entre os dias 12 e 15 de outubro de 2020, MPA BRASIL. Coube ao Coletivo Nacional de Educação Camponesa a construção da proposta para o dia 15/10. Dentro de nossa estratégia, deveríamos relacionar “Educação e Alimento”. Surgiu uma reflexão de que a quantidade de plenárias propostas para a programação durante a semana estaria muito pesada, levando em conta o contexto da pandemia e o excesso de trabalho on-line.

Com isso, avaliamos deixar a data de 15/10 para a realização das feiras e doações de alimentos. Foi realizado um mapeamento, em alguns estados onde havia atuação do MPA, de professores/as para receberem uma homenagem simbólica por meio da doação de alimentos – ex. o MPA RJ escolheu um representante do Ensino Básico com militância no Sindicato Estadual de Profissionais da Educação - SEPE, uma representante da Educação do Campo com atuação no FoFEC e um intelectual que contribui com formação crítica em Educação. Com isso, a ideia era politizar o alimento e a escolha dos educadores homenageados, bem como explorar o contexto dos professores nesse período da pandemia – acúmulo de tarefa, perda da autonomia do exercício do ensino pela imposição da educação à distância pelo Estado etc. Queremos explorar os espaços das feiras enquanto pedagógico e educativo. (MPA, adaptado de documento interno 2020).

Preparamos materiais para divulgação nas redes sociais digitais do MPA durante aquele dia, como estratégia de “Agitação e Propaganda”. Foram levados em conta os contextos da educação, ênfase no campo durante a pandemia e as

consequências, como o ataque à Pedagogia em Alternância, às Políticas Públicas e ao PNAE. Usamos o slogan “Volta às aulas é crime!”.

Disputa das ideias a partir da comunicação, agitação e propaganda. Quais as respostas que o MPA aponta aos dilemas em torno da educação? Qual a linguagem que devemos produzir para dialogar com cada público, principalmente as crianças? Foram algumas das perguntas às quais nos desafiamos para debater sobre a sobrecarga, no formato de “LIVES” de formação. Problematicamos a comunicação para além da militância, como se comunicar com a população. Foi destacado, ainda, o papel da feira como espaço de valorização dos saberes camponeses, lembrando os mais velhos com a sua riqueza de experiências.

No período da tarde, foi elaborada uma atividade pedagógica virtual inspirada em nossa experiência de Ciranda Infantil, mobilizando militantes de vários estados e resgatando o histórico da produção de materiais do Coletivo Nacional de Educação Camponesa, com Cirandas e o MPA MIRIM.

Imagem 36 – Jornada de Lutas: Contra a Fome, por Soberania Alimentar, 2020



Fonte: CNEC MPA

Porém, o debate da educação do campo apareceu como uma proposta de classe e enfrentamento a toda história da dita educação rural no Brasil. Para frear, até os ruralistas começaram a falar em educação do campo. Quer dizer, a proposta que nasceu dos movimentos sociais começa a ser apropriada pelo

governo e outros atores do campo que defendem um outro projeto de agricultura, de campo e de sociedade (Sousa, 2008, p 09).

4.2 Coletivo Estadual De Educação Camponesa MPA RJ

*“Somos convocados
a trabalhar a sistematização
das pequenas experiências
rebeldes aos impérios da morte (...)
rompendo latifúndios,
se fazendo terra, vida,
sem medo de ser povos da terra.”
(Derli Casali)*

Desde a reunião nacional de 2016, iniciamos o diálogo dos militantes do MPA RJ com o CNEC. Nessa época, não havia ainda a organicidade da instância de coletivo, mas já éramos acompanhados para formação de uma melhor organicidade. Em reunião de 03 militantes do MPA RJ, levantamos alguns pontos:

MILITANTE A

Pensaremos:

- Repasse do Histórico da Educação no Plano Camponês.
- Modalidades LEC, Saberes da Terra, alfabetização, formação?
- Espaços FoFEC, FEC-Nova Iguaçu?
- Método de CaC, Extensão ou Comunicação, Diálogo de Saberes dentre outros?
- Educação Camponesa

Caso consideremos buscar maior organicidade na educação, quem estaria nessa? Levantaríamos professores como apoio? Instituições? Faríamos um diagnóstico das regiões e estado?

MILITANTE B

Como no Rio estamos tudo muito no embrião, penso que é necessário construir um plano mínimo para o tema da Educação Camponesa desde as perspectivas que MPA vem construindo (Perspectiva teórica e experiências existentes)

Penso algo muito simples que podemos com os poucos que temos realizar.

Acho que temos que mapear.

1. Escolas(campo) de educação infantil onde estão e o que podemos fazer para construir experiências.

2. Escolas(campo) secundaristas onde estão e o que podemos fazer para construir experiências.

Isso pode ser articulado via SEPE, além disso buscar informações de Escolas que podem sofrer processo de

fechamento para nos aproximar e quem sabe fazer luta para não fechamento.

3. Escolas Técnicas onde estão e o que podemos fazer para construir experiências.

4. Universidades, quais quem é contato, e que atividades podemos realizar? curso de extensão, abrir nossas áreas para pesquisa etc.

5. Mapear professores para quem saber pensar formação sobre educação camponesa

6. Com SEPEs construir seminários para professores e profissionais da Educação e por o tema da Educação camponesa.

Outra coisa importante que processo da educação vá junto cm processo de organização do MPA (Bsses) para não nós transformamos apenas em movimento de educação.

MILITANTE C

A partir da leitura do relatório da reunião do Coletivo Nacional de Educação, e das mensagens de Militantes A e C proponho:

- Priorizar o desenvolvimento de algumas ações locais a fim de acumular algo com relação à Educação Camponesa no RJ. Assim que tivermos um mínimo de experiência acumulada a partir dessas ações mínimas, poderíamos pensar em ocupar espaços como FoFEC, FEC-Nova Iguaçu.

- Desenvolver, em 2016, ações que foram cogitadas/planejadas em 2015: alfabetização de jovens e adultos no Norte Fluminense por C. e M. ; ocupação gradual de escolas rurais de Caxias e Nova Iguaçu a partir do desenvolvimento de atividades junto a comunidade escolar; realização de atividades lúdico-educativas com as crianças e os adolescentes de Tinguá/Vila de Cava. Penso que a partir dessas ações, outras atividades serão

demandadas e poderemos, dessa forma, ampliar as ações e debates da Educação Camponesa aqui no estado.

- Mapear as escolas onde podemos realizar experiências.

- Dar início e continuidade à sistematização dos mutirões que estão sendo realizados. (Relato MPA RJ, 2016)

Com a realização do I Encontro Estadual do MPA RJ, em 2019, passamos pelo primeiro exercício de um coletivo. Chamado Coletivo de Educação, Formação e Tecnologia, era necessário afinar as atribuições com os acúmulos nacionais. A seguir, uma atividade com o nome ainda provisório.

Imagem 37 – Formação do MPA/RJ, tema: Agroecologia Camponesa, 2020



Fonte: CNEC MPA

Naquele ano, passamos a participar das reuniões nacionais e compor o Coletivo Estadual de Educação Camponesa MPA RJ.

Conseguimos reunir militantes e colaboradores do MPA interessados em participar dessa instância temática, não deliberativa, de formação e articulação do tema da educação formal e informal. Reunimos egressos dos cursos de licenciatura, secretários das regionais do FoFEC e educadores que contribuem na materialidade das estratégias do Plano Camponês no diálogo entre o estadual e o nacional. Nosso coletivo estadual, atualmente, está com proporções de paridade de gênero e representantes das regiões norte, noroeste, serrana, baixada e sul fluminense.

O trabalho com jogos atendeu a demandas de várias regiões. Os jogos ganharam notoriedade, seja pelo lúdico, seja pelo exercício tático, seja pela interação em grupo, seja pela oportunidade de interdisciplinaridade, seja pelo “gancho” de problematização como tema gerador, possibilitando debates.

Mais importante do que ganhar um tabuleiro de um jogo novo ou aprender a vencer a partida, nós aproveitamos os jogos para promover a possibilidade de decidir – desde a construção das peças, materiais utilizados e ornamentação, a cor do tabuleiro, até a adaptação das regras –, superando aspectos de competitividade, cultivando o acolhimento da solidariedade pela aprendizagem coletiva.

Além do exercício do intelecto, promoveu-se a valorização dos saberes manuais, que a educação pela arte possibilita. No início de nossa caminhada pelos jogos como ferramentas didáticas, buscamos o diálogo com a matemática para superar barreiras. No entanto, foi com a etnomatemática e estudos de trabalhos de Ubiratan d’Ambrósio, e sua relação com a educação libertária e com Paulo Freire, e pesquisas sobre matemática na Educação do Campo e matemática e campesinato, que aprendemos vários exemplos de diálogos e reflexões sobre a aplicabilidade das disciplinas. Encontramos resistência e falta de interesse em alguns professores de matemática, mas surgiram aberturas transdisciplinares. O contexto dos jogos étnico raciais com abordagem interdisciplinar foi o território mais fértil dentro da tradição curricular ainda muito presente.

Conseguimos envolver vários militantes do Coletivo de Educação Camponesa na temática dos jogos étnico raciais. Começamos com as escolas em debate do PPP, aplicamos os acúmulos na formação dos educadores no Proner EJA, realizamos oficinas com crianças no encontro Sem Terrinha, no MPA MIRIM, e outros eventos

em escolas e agroecológicos. Buscamos espaço de socialização e formação, já temos tabuleiros espalhados por vários territórios do estado do Rio de Janeiro, onde aplicamos em nossas experiências.

Alguns dos jogos que mais conseguimos desenvolver em nossas ações do Coletivo de Educação Camponesa foram: Jogos africanos (Mancala, Yotê, Shissima e Butterfly), indígenas e ameríndia (Aguti ou Jogo da Onça e Puluc), Agroecológico (Dominó do Solo Vivo). Além disso, desenvolvemos atividades com outros jogos como o Quarto (adaptado para o debate de identidade de classe sem perder a diversidade) e a Rede (adaptação kropotinesca da Batalha Naval substituindo a temática armamentista pela prática de apoio mútuo do campesinato da pesca).

A equipe de Nana & Nilo elaborou um material para o Coletivo Nacional de Educação Camponesa com diversas atividades para trabalhar a questão da consciência negra. O material apresenta: personagens para colorir; peças de roupas com referências no designer afro; tabuleiro de mancala e duas propostas de regras, uma para iniciantes e outra de maior complexidade (elaboradas pelo Coletivo de Educação Camponesa); alguns painéis para colorir com referência à educação, alimentação saudável e brincadeiras; mapas do continente africano para ser trabalhada a diversidade de países e contextos. Ele possui 16 páginas e foi dedicado ao MPA MIRIM e a Sandro Lopes (*in memoria*).

A formação em matemática era um desafio para a maior parte dos educadores do PRONERA EJA. Esse diagnóstico exigiu atenção de nossa equipe pedagógica do EJA. Contamos com o apoio do Coletivo de Educação Camponesa e de profissionais do ensino de matemática, estagiários e grupos de estudo sobre matemática contextualizada para a leitura de mundo; matemática na Educação do Campo; matemática e Educação Popular; etno-matemática etc.

Imagem 38 – Oficina de confecção de jogos - Formação em etno-matemática com educadoras e educadores PRONERA EJA, 2022



Fonte: CNEC MPA

4.3.a Metodologia de Campesino a Campesino

*“O protagonismo do campesinato na condução dos eventos de formação agroecológica, estabelecendo relações horizontais de camponês a camponês.”
(Paulo Petersen)*

Realizamos diversos momentos de experimentação e estudo sobre o Método de Camponês a Camponês. Reunimos um acervo grande de registros desse processo. Em um desses materiais, encontramos dados que relatam a aplicação dessa ferramenta desde os anos 1970, na Guatemala.

Um dos movimentos sociais mais inspiradores da América Latina, o movimento Campesino a Campesino surgiu no início dos anos 1970 na região mesoamericana. Tudo começou quando um grupo de agricultores maias da Guatemala acolheu uma nova metodologia para disseminar a agricultura ecológica (Rodrigues, 2019, p. 127).

Rodrigues descreve o método CaC desde suas origens e compara essa ferramenta de Educação Popular com parte de um mesmo movimento no qual temos inserido o Paulo Freire.

Desde suas origens maias, passando pela consolidação no México e na Nicarágua, o Campesino a Campesino se apresenta como uma alternativa político-pedagógica de desenvolvimento rural, cujo alicerce é a práxis das comunidades. Desenvolvido a partir da realidade do educando, do diálogo e da experiência compartilhada, sua metodologia se converteu em novo paradigma de educação popular. Nesse sentido, o movimento coincide com a teoria do educador brasileiro Paulo Freire, cuja obra explica as relações de poder entre educador e educando, e suas implicações. (...) Na obra de Holt-Giménez, o movimento Campesino a Campesino é desvelado desde suas raízes sociais, suas dinâmicas e interações, através da experiência pessoal do autor e seu trabalho como investigador junto com os agricultores de diversos países latino-americanos (Rodrigues, 2019, p. 128).

Em seu trabalho de residência Agrária, Douglas, militante do MPA na época, relaciona o método CaC com a proposta de trabalho do MPA.

A metodologia “Camponês a Camponês” aplicada à realidade, através do MPA, não é vista e pensada simplesmente como mera metodologia de trabalho. Ela tem uma proposta ideológica e política, a qual os agricultores tomam para si, pois faz parte da realidade vivida por eles (Cruz, 2015, p. 79).

Na cartilha da organização PASOLAC, vemos o papel da metodologia na realidade de trabalho de base naquela sociedade que ainda respirava as inspirações do processo de transformação da realidade numa Nicarágua sandinista.

En Centroamérica, la experimentación campesina (EC) siempre ha existido como eje dinamizador de la innovación agrícola. Es un movimiento que está tomando fuerza en los pequeños productores para ampliar el campo de opciones para la diversificación de sus sistemas de producción y mejorar su competitividad en los mercados. Ha sido una respuesta a la poca disponibilidad de tecnologías para los sistemas de producción campesina que son muy diversos. En Nicaragua, varias instituciones han apoyado la experimentación campesina. En 1987 surge el Programa Campe-sino a Campesino promovido por la UNAG. Ha sido un medio muy efectivo para facilitar el intercambio entre agricultores, ha fortalecido la organización de grupos y redes de agricultores innovadores y fomentado la solidaridad entre los campesinos para la solución de sus problemas. La UNICAM se incorpora al movimiento de experimentación campesina en 1993 y el CIEETS en 1994. Paralelamente a la metodología de Campesino a Campesino, algunas instituciones incorporan la metodología de los Comités de Investigación Agrícola Locales (CIAL), promovida por el CIAT-IPRA, a partir de 1996. Para el año 2000 son numerosas las entidades involucradas en este tema. (PASOLAC, 2002, p.08-09).

Douglas também enfatiza a natureza metodológica como contraponto ao projeto capitalista, destacando a contribuição do método CaC para um projeto popular, à medida que promove trocas horizontais, respeitando as identidades culturais e os princípios igualitários.

Tendo como contraponto todo o projeto capitalista embasado na exploração da mão de obra e produção para exportação, o movimento, juntamente aos camponeses, constrói, através de uma relação respeitosa de troca sem exploração, um projeto popular de sociedade. E, nesse processo, a metodologia do CaC respeita as diferenças, a cultura, a realidade, e trabalha com as famílias e comunidades de forma horizontal e igualitária (Cruz, 2015, p. 79).

Douglas afirma que o método proporcionou uma melhor interação com os camponeses. (CRUZ, 2015, p. 79). Essa constatação soma-se à necessidade de superação dos modelos autoritários que se desenvolveram fortemente na formação extensionista de tendência conservadora tecnicista promotora da Revolução Verde. Uma tradição que Caporal e Costabeber classificavam como TdT (transferência de tecnologia), a qual a agroecologia contrapunha um outro paradigma de extensão com protagonismo do camponês. Comenta Douglas:

Tendo em vista algumas dificuldades a princípio, pois estão acostumados com a ideia de técnico que oferta respostas e oferece resultados pré-concebidos e projetos já prontos a aplicação, com essa metodologia funciona diferente, nela todos ensinam e aprendem. Devido a isso alguns tiveram dificuldades de entender o papel do técnico/facilitador, mas depois todos entenderam que o conhecimento é dialogado e as experiências se compartilham (Cruz, 2015, p. 79).

Esse fenômeno também foi debatido por Paulo Freire em sua obra que trata da Extensão ou Comunicação, superando a lógica de educação bancária por técnicos que faziam difusão de pacotes tecnológicos desprezando os saberes locais. A organização PIDAASSA, em seu material didático, aponta o diferencial do método em combate à lógica de transferência de tecnologia.

A metodologia de Camponês a Camponês (CaC) não é um método de assistência e de transferência de tecnologia, mas ao contrário, é um processo de fortalecimento das capacidades humanas e de liderança que proporciona ferramentas para envolver desde o início as comunidades os/as agricultores/as mesmos/as encontram soluções a seus problemas produtivos mediante autodiagnósticos, intercâmbios de experiências e experimentações (PIDAASSA, 2008, p. 17).

Imagem 39 – Crítica à Transferência de Tecnologia (TdT)



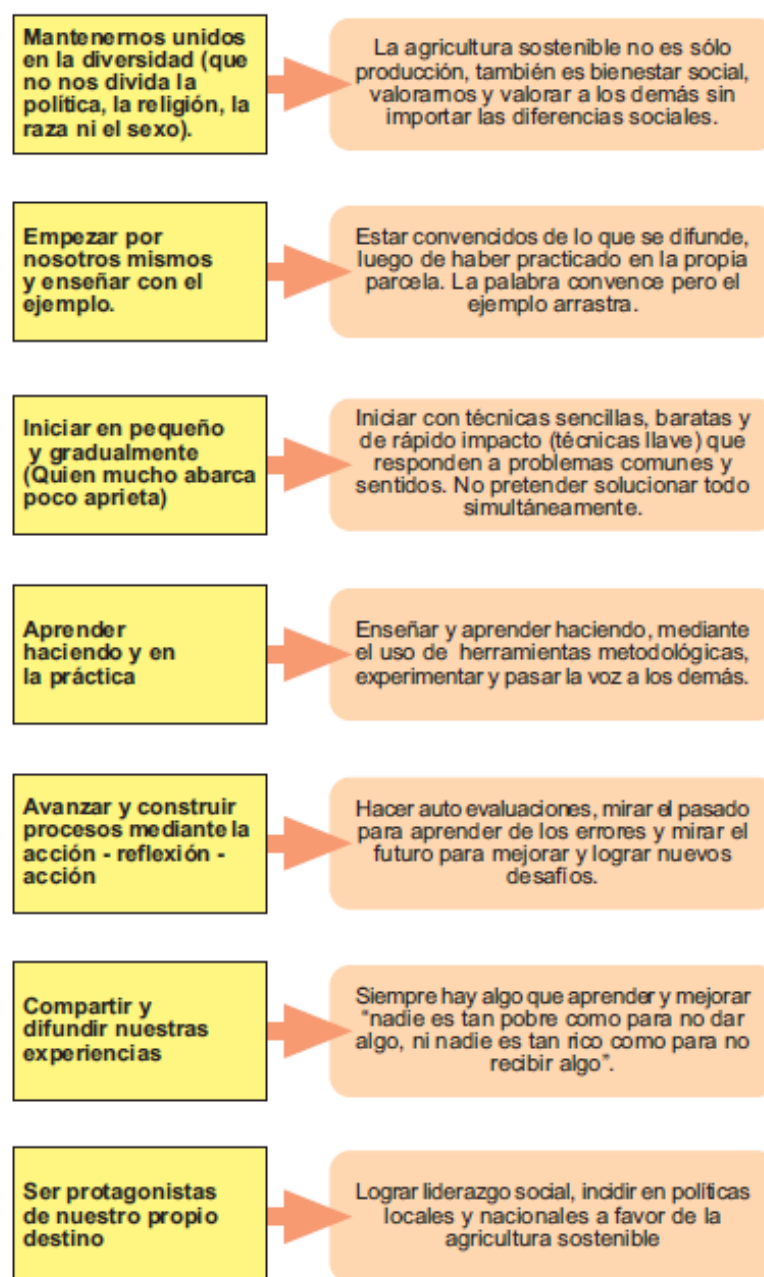
Fonte: PIDAASSA, 2008, p. 17

O CaC fortalece a construção coletiva do desenvolvimento do campo respeitando valores da comunidade (agroecológicos, culturais e políticos), por ser construído desde baixo, entre os próprios camponeses, por meio de autodiagnóstico, pelo qual se elegem as suas demandas e elencam as prioridades por soluções. Uma metodologia aliada ao apoio mútuo, por valorizar a participação, a criatividade e a experimentação coletiva, dialogando com as esferas de abordagens produtiva, política, ambiental, social e cultural.

Chegamos a participar de uma formação promovida pela SOLTEC para tratarmos da metodologia CaC, conforme podemos observar no registro.

Ainda no módulo III, para orientar as atividades do terceiro tempo-comunidade, houve a exposição de Robledo Mendes, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores, que trouxe para a turma a referência do método “de camponês a camponês” que, grosso modo, consiste em, a partir da comunicação horizontal entre camponeses, estabelecer trocas de experiências entre eles (Sosa et al., 2012 apud Oliveira Filho; Laricchia, 2018, p. 260-261)

Imagem 40 – Diagrama - Alguns dos princípios da Metodologia de Camponês a Camponês (CaC)



Fonte: PIDAASSA, 2008, p. 18

Hocde, que contribui com a agroecologia latino-americana, possui várias obras tratando de metodologias populares, agricultores experimentados e intercâmbios. Segundo Hocde, o método CaC reconhece a criatividade do campesinato.

Uma das características principais do programa de Campesino a Campesino é que reconhece as capacidades e espírito criador das pessoas. Com base

nesse princípio seu desenvolvimento se sustenta nas ocasiões e experiências que os mesmos agricultores constroem. A chave fundamental do Campesino a Campesino é a comunicação. Esta se desenvolve de maneira horizontal, se dá entre camponeses, o que permite maior confiança para participar, aportar e entender o que se expõe com linguagem própria. Os agricultores promovem suas próprias experiências (Hocde, 2000, p. 25).

Hocde ressalta o importante papel dos intercâmbios de experiências para estimular a mobilização dos camponeses.

O “intercambio de experiências” foi e é o eixo central do programa, já que é precisamente de intercâmbios com camponeses mexicanos em 1986 que se dá início ao processo de aprendizagem e multiplicação de experiências. A partir desses intercâmbios de experiências se conhecem novas técnicas agrícolas e se motiva os primeiros participantes a experimentá-las. Se inicia então um processo de intercâmbio de Campesino a Campesino (Hocde, 2000, p. 25).

Tabela 21 – A Metodologia “Camponês a Camponês” (CaC)

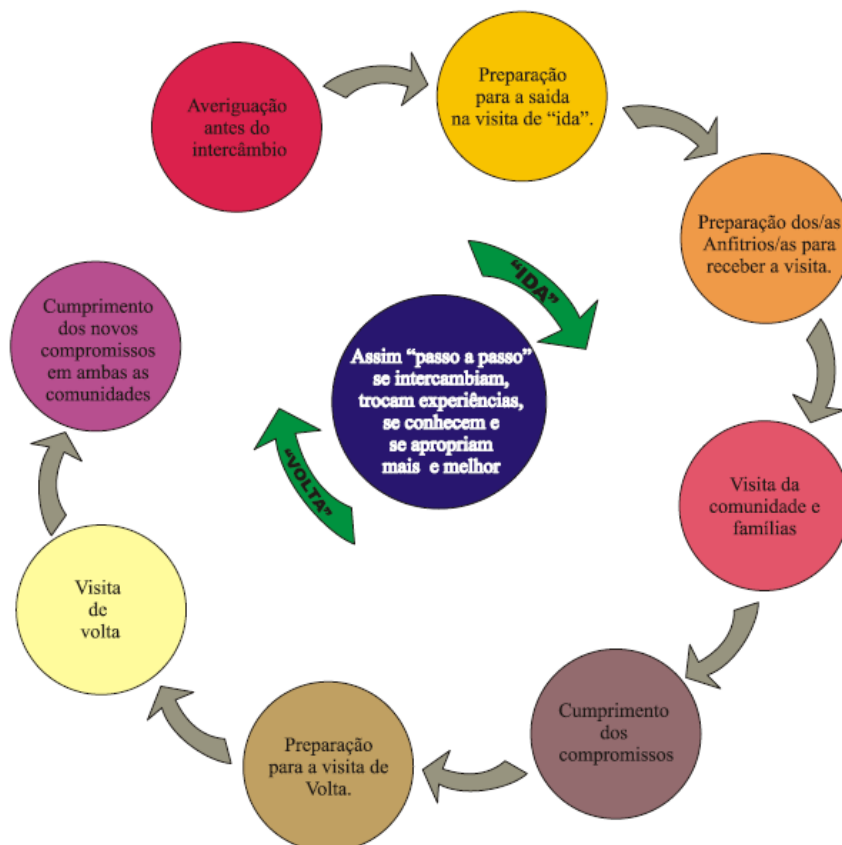
EIXO	OQUE/QUEM/QUAIS SÃO?	SEU PAPEL E CARACTERÍSTICA
Promotores	São camponeses e camponesas que, mediante seu próprio exemplo, podem promover intercâmbios com outras pessoas	Participam da organização de sua comunidade, para encontrar soluções aos problemas produtivos, econômicos, sociais e culturais.
Facilitadores	São técnicos/as, educadores/as populares.	Apoiar e promover o surgimento de promotores/as de forma constante; Facilitar o diálogo nas comunidades; Assegurar o desenvolvimento do processo; Gerar e disseminar ferramentas de aprendizagem; Acompanhar as experimentações camponesas; Ajudar a sustentar os resultados.
Instituições	Organizações não governamentais; Movimentos populares.	Assistência aos camponeses e camponesas (de acordo com o CaC); Assumindo tarefas de assessoria e formação a nível técnico e metodológico, de sistematização do conhecimento; Apoiam a organização de intercâmbios e diálogos; Respaldam encontros, oficinas e reuniões entre os promotores e as comunidades.
Comunidades		Promovem espaços de participação; Apoiam seus promotores e promotoras; Geram exemplos para a incidência à favor da agricultura camponês.

Diagnóstico	Diagnóstico; Autodiagnóstico	Inicia-se na comunidade coletivamente; Analisa, identifica e prioriza os principais problemas; Analisa as possibilidades de solução; Seleciona técnicas adequadas para experimentar.
Intercâmbios	Visitas a experiências e práticas.	Práticas e técnicas que se fazem resposta aos problemas avaliados; Aprendizagem de forma horizontal; Aprende-se e se ensina com o exemplo.
Experimentação	Prática do que foi aprendido nos intercâmbios.	Em pequenas parcelas; Os facilitadores/as auxiliam a catalogar sementes e a acompanhar alguns dados; Fonte de exemplo para outros experimentadores.
Ferramentas Metodológicas	Demonstrações didáticas; Teatro; Dinâmica de animação e reflexão; Uso de fotografias; Mapas e gráficos; Canções e poesias; Cartilhas; Testemunhos; Demonstração de sementes; Materiais audiovisuais.	Permitem alcançar conhecimento e habilidades; Utilizada para animação e motivação, compreender e pensar os problemas e formar possibilidades de melhorar; Utilizada para explicar temas complicados, motivar e mostrar sentimento; Refletir sobre melhorias que permitam iniciar processos autogestionários nas comunidades.

Fonte: Cruz, 2015, p. 36-37

No trabalho de Douglas, temos vários exemplos do Método de Camponês a Camponês aplicado ao cotidiano das famílias de base do MPA, na baixada fluminense. Em seu trabalho, foram providenciadas traduções de esquemas didáticos que não encontrávamos em português, dada a escassez de materiais no período. Esse é o caso do fluxo de “ida e volta”, com os passos importantes para melhor aproveitar as visitas de intercâmbio.

Imagem 41 – Diagrama - Intercâmbio de “ida” e “volta” da Metodologia de Camponês a Camponês (CaC)



Fonte: Cruz, 2015, p. 36-37

Destacamos, na sequência, 03 representações gráficas e/ou tabelas que julgamos pertinentes para ajudar no estudo dessa metodologia CaC. A primeira é uma tabela com atividades e, ao lado, alternativas de ferramentas populares. Uma organização didática que pode ser considerada uma verdadeira “caixa de ferramentas”.

Tabela 22 - Aplicação e utilidade das ferramentas metodológicas

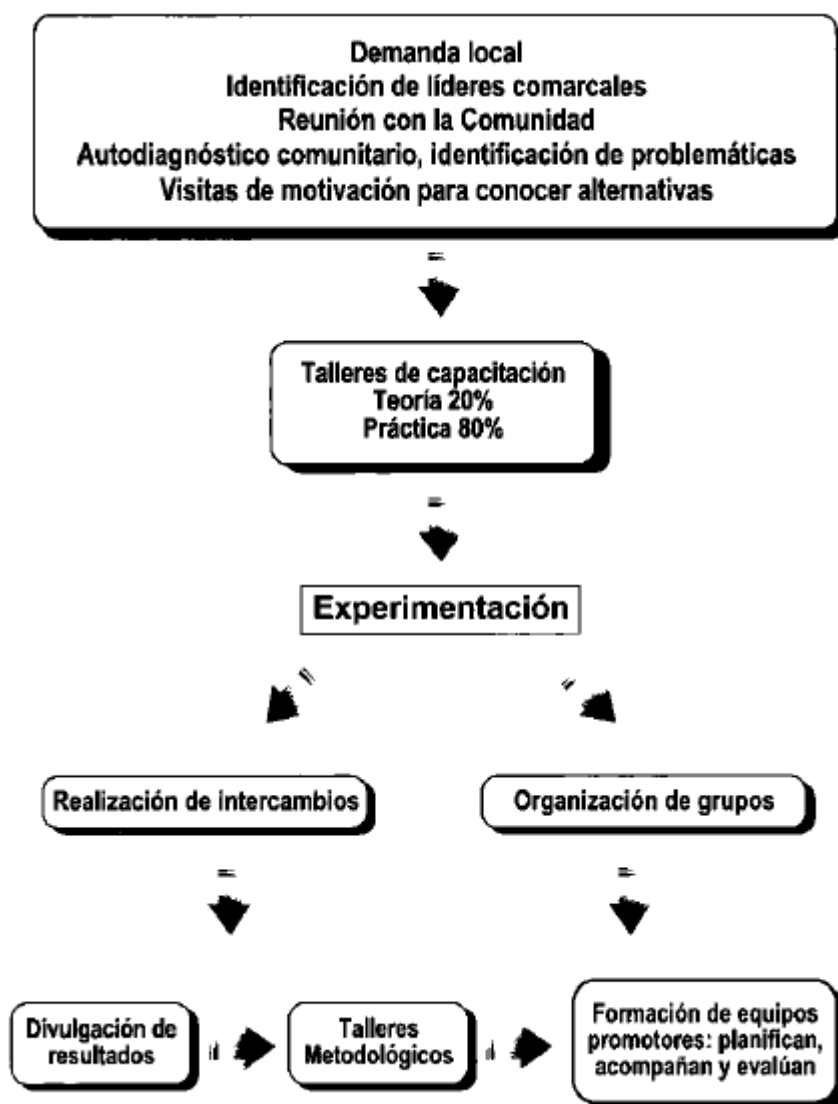
Atividades	Ferramentas possíveis
Participação em reuniões da comunidade	- Fotografias - Dinâmicas - Testemunho - Canções - Teatro - Materiais audiovisuais
Coordenação e representantes da comunidade	- Dinâmica de animação - Canções - Teatro - Testemunho - Poemas - Fotografias
Diagnóstico	- Testemunho - Croqui - Demonstrações didáticas - Mapa - Memórias - Quadro de priorização de problemas e técnicas chave
Apresentação do diagnóstico da comunidade	- Fotografia - Testemunhos - Quadros de priorização de problemas e técnicas chave - Desenhos - Demonstrações didáticas
Intercâmbio de experiências	- Parcelas com melhorias chave - Mapas - Canções - Exibição de sementes/ produtos materiais - Poemas - Testemunhos - Demonstrações didáticas
Visitas e dias de campo nas comunidades	- Demonstrações didáticas - Fotografias - Mapas - Testemunhos - Poemas - Canções
Feiras e eventos públicos	- Mapas - Teatro - Fotografias - Desenhos - Feiras de sementes/ prod. e materiais - Testemunhos - Demonstrações didáticas - Comunicação de rádio - Memórias
Oficinas metodológicas	- Dinâmicas de animação - Teatro - Testemunhos - Memórias - Feiras de sementes/ prod. e materiais - Desenhos - Fotografias - Demonstrações
Encontros de promotores e promotoras	- Testemunho - Audiovisuais - Documentários de experiências - Parcela com melhorias - Canções - Exibição de sementes/ produção e materiais - Fotografias - Dinâmicas - Memórias - Comunicações de rádio
Auto avaliação do processo CaC nas comunidades	- Parcelas com melhorias - Testemunhos - Teatro - Documentários de experiências camponesas - Pôsteres - Fotografias de experiências - Canções e poemas
Visitação de promotores/as a outras famílias	- Fotografias - Intercâmbio de sementes - Demonstrações didáticas - Cartilhas - Testemunhos
Coordenação de promotores/as e facilitadores/as	- Documentários de experiências - Fotografias de experiências com melhorias chave - Audiovisuais - Cartilhas - Memórias

Fonte: Adaptado e traduzido de PIDAASSA (2008, p. 43)

Fonte: Cruz, 2015, p. 46-47

A segunda é um diagrama de fluxos com processos da metodologia CaC. Nessa representação esquemática, elaborada por Hocde, podemos ver a relação entre intercâmbios de aprendizados e dinâmica local de experimentos.

Imagem 42 – Diagrama - Processo metodológico (CaC)



Fonte: Hocde, 2000, p. 36

Por último, a terceira representação gráfica é um resumo de intercâmbios no período de 1992-1998, quando encontramos a experiência do Brasil, participando desse movimento latino-americano já em 1995, conforme registra Hocde.

Imagem 43 – Quadro com registro de Intercâmbios CaC (1992-1998) em 1995 com Brasil

**Cuadro 4: Reseña de los intercambios realizados
en el marco del Priag (1992-1998)**

Año	Actividad	País	Objetivos principales ¹⁴
1992	Encuentro a nivel nacional entre A/E (en sala)	Guatemala Nicaragua Costa Rica	- iniciar, avanzar la línea de trabajo A/E
1993	Encuentros locales entre A/E (en sala)	Honduras Costa Rica Panamá	- iniciar la línea de trabajo A/E
1994	- Encuentros centroamericanos entre A/E - Intercambio bilateral	B.V. Guete PCaC Nica Panamá Prodesa (Nica) y Brunca (CR)	- motivar, impulsar, reforzar - aumentar la autoestima de los A/E - adquirir experiencias, conocimientos y semillas - adquirir capacidad de "expertise". - convencer a los equipos técnicos Ife y a los SNGTT de la existencia de los A/E - dar peso a los A/E - colocar los técnicos en una nueva posición - modificar los POA de los equipos Ife
1995	- Convivencia centroamericana entre A/E - Intercambio bilateral A/E de B.Y. Guatemala con PCaC y equipo Estelí - Gira de estudio de A/E y técnicos al sur de Brasil	en Brunca (CR) Brasil	- incorporar nuevos equipos en el movimiento - reforzar las Asociaciones de productores anfitriones - inventar nuevas metodologías de intercambio <i>- insertar a los A/E dentro de los POA de los equipos Ife</i> <i>- dotar a los A/E de "munición" técnicas para reforzar el proceso A/E.</i>
1996			- <i>abrir, estimular los intercambios entre ONG y Sector Público</i>
1997	- Intercambio bilateral: Unicom Estelí donde B.Y. Guatemala. - Intercambio bilateral: Upala en el Norte de C.R. visitando los Asopros de Brunca en el sur de C.R. - Intercambio bilateral: Unicom y PCaC (Nica) donde Brunca y Upala (C-R)	Costa Rica Costa Rica	- involucrar nuevos A/E - aumentar la masa crítica de A/E - enriquecer y afinar las metodologías - generar conocimientos - medir los avances en respeto al inicio de los trabajos A/E - intercambiar sobre nuevos temas técnicos (cobertura vegetal del suelo) - invertir sobre metas organizacionales (creación de comités técnicos de experimentación en las nuevas asociaciones de productores, ...) - <i>conocer nuevas técnicas y modos de organizar la experimentación</i>
1998	- Intercambio Costa-Rica hacia Nicaragua Unicom - Delegación A/E Madagascar visita A. Central - 1 A/E Unicom durante 1 mes en Brunca - Panamá visita Asopros de Brunca	CR – Nica Madagascar- Nica- CR Nica-CR Panamá-CR	- conocer el funcionamiento de los Cpac de Unicom - enseñar técnicas concretas - conocer el manejo de la experimentación por los Asopros

¹⁴ Los objetivos señalados, corresponden a aquellos que fueron mencionados en los proyectos redactados (por los técnicos y a veces por los mismos A/E) para sustentar estos intercambios. Los objetivos en *italico* se refieren a objetivos de tipo institucional.

Concluímos este t3pico com a an3lise de Peter Rosset sobre quest3es epistemol3gicas do m3todo CaC que favorecem uma Educa33o Camponesa. Descreve Rosset:

Eric Holt-Gim3nez (1997, 2006) documentou extensivamente as experi3ncias mesoamericanas com o CAC como metodologia para promover pr3ticas agr3colas agroecol3gicas, que ele chama de “pedagogia camponesa”. Esta pedagogia baseia-se em cinco princ3pios simples (Bunch 1985, Kolmans 2006, Holt-Gim3nez 2006, Mach3n Sosa et al. 2010):

- (1) Comece devagar e em pequena escala. Os agricultores experimentam novos m3todos numa pequena parte das suas terras, sem pressa.
- (2) Limitar a introdu33o de novos m3todos. As pessoas ficam sobrecarregadas quando tentam muitas pr3ticas novas ao mesmo tempo.
- (3) Alcan3ar sucessos r3pidos e reconhec3veis. O processo funciona melhor quando os agricultores-promotores ensinam pela primeira vez coisas que t3m a certeza de que ter3o um impacto positivo r3pido, porque as pessoas est3o motivadas a continuar a participar.
- (4) Realizar experimentos em pequena escala. Todos s3o incentivados a experimentar em pequenas 3reas de suas pr3prias terras, sem arriscar toda a colheita. Quanto mais agricultores se tornarem experimentadores activos, mais rapidamente avan3ar3 a transi33o global.
- (5) Desenvolva um efeito multiplicador. 3 medida que mais camponeses se tornam promotores e experimentadores, o processo come3a a demonstrar uma din3mica autocatalisadora. (Rosset et al., 2011, p. 170)

4.3.b Centenário de Paulo Freire

*“O trabalho de alfabetização/conscientização,
que tem Paulo Freire como referência,
os trabalhos de cultura popular,
que nos remetem principalmente à UNE,
e a formação de lideranças jovens,
feita pela Igreja Católica,
estavam diretamente associados aos movimentos sociais,
como a organização de sindicatos de trabalhadores rurais,
de ligas camponesas e manifestações de trabalhadores urbanos,
principalmente portuários e ferroviários.”
(Marlene Ribeiro)*

Como proposta prioritária do Coletivo Nacional de Educação Camponesa, a iniciativa de construirmos uma homenagem ao centenário de Paulo Freire começa a circular entre as instâncias e coletivos do MPA com o objetivo de dialogarmos com sua influência e seu legado, pois não queríamos minimizar o papel político de Paulo Freire em relação à escola.

Consideramos abordar a contribuição freireana para a educação formal e para a Educação Camponesa. Planejamos oferecer formação para o movimento com elementos da obra freireana, suas concepções, temáticas abordadas, pois julgamos ser importante construir momentos para conhecer melhor a sua produção intelectual. Sendo assim, além de nossos estudos, buscamos divulgar a produção de outros grupos que julgamos pertinentes.

Levantamos pontos-chaves da vida e obra de Paulo Freire que podemos relacionar com o MPA (relatos de pessoas, episódios etc), como o autor se aplica na leitura de mundo camponês e em seus círculos de cultura (como nas feiras, nas assembleias, no teatro etc). E, por fim, pensamos o Paulo Freire exilado político, sua dimensão socialista libertadora, sua trajetória ao ser expulso do Brasil e atuar na América e África, buscando elementos de quem foi esse Paulo Freire internacionalista.

Foi mais de um ano de preparo, rendendo como produtos o Seminário Nacional *Paulo Freire e o Papel do Campesinato: Soberania Alimentar, Educação e Trabalho*, em outubro de 2021, e a Jornada de Lutas do MPA (imagem - 44). Em diálogo com as diretrizes nacionais, O Coletivo do RJ construiu, com educadoras e educadores do PRONERA EJA, uma versão fluminense realizada no início de dezembro daquele ano, batizada como *Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire*.

Tanto o seminário Nacional quanto o estadual trouxeram pessoas que conviveram com Paulo Freire, para contemplar a abordagem que interessava aos nossos objetivos com essa homenagem (Tabela 22).

Imagem 44 – Seminário Nacional “Paulo Freire e o Papel do Camponato: Soberania Alimentar, Educação e Trabalho”



Fonte: acervo do autor.

Os objetivos da homenagem a Paulo Freire eram: conjugar teoria, ação política, internacionalismo, leitura classista do oprimido e a relação com a nossa práxis cotidiana. Segue, para ilustrar, a riqueza de nossa programação no seminário fluminense, que durou 03 dias, em dezembro de 2021.

Tabela 23 – Programação - Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire

Datas: 01, 02 e 03 de Dezembro de 2021.	
Quarta feira 01/12	<p>Mesa de Abertura - 17h Mediação: Carlos Antônio Araújo Freitas Representações: Fabrício Souza Dias (INCRA/DF); Thais Romano de Vasconcelos e Almeida (IFF Bom Jesus do Itabapoana – PRONERA EJA/RJ); Leandro Pereira Costa (Diretor Geral IFF - Campus Bom Jesus do Itabapoana) Jefferson Manhães Azevedo (Reitor do Instituto Federal Fluminense) Luana Carvalho (Direção Nacional do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST)</p> <p>Mesa: O legado de Paulo Freire: Esperançar o Presente - 18h as 20h. Coordenação – Rosilda Nascimento Benáccchio (UFF e LabGeo/UFRRJ) Mediação: Mediação: Fabiana de Carvalho Dias Araújo (LEC UFRRJ e LabGeo/CTUR/UFRRJ) Palestrantes: 01 - Ana Maria Dantas Soares - Profa. DTPE/IE/UFRRJ. Coordenadora do GEPEADS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade.</p>

	<p>02 - Lélia Ponciano Lopes: Educadora Popular, Coordenadora do Núcleo de Alfabetização Ecológica - Sertão do Carangola - Petrópolis.</p> <p>03 - Marcos Arruda – Educador do Instituto PACS. Ex-colaborador do Instituto de Ação Cultural de 1973 a 1978 em Genebra. Consultor em educação de jovens e adultos dos Ministério da Educação da Guiné Bissau (1975-1978) e da Nicarágua Sandinista (1979-1989). Assessor do FMCJS – Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social.</p>
<p>Quinta feira 02/12</p>	<p><u>Mesa: O PRONERA EJA-RJ: Educação Popular nos Territórios Norte/Noroeste Fluminense - 16h – 17:30</u></p> <p>Coordenadora – Rebeca Brasil Fonseca Vieira (Geógrafa, PRONERA EJA/RJ)</p> <p>Mediação – Marília Lopes de Campos (LEC UFRRJ e LabGeo/CTUR/UFRRJ)</p> <p>Palestrantes:</p> <p>01- Vicente Martins Gomes - Docente no IFF. Representante do Fórum Fluminense de Educação do Campo, regional Noroeste, FOFE.</p> <p>02- Regina, Rosane, Marizete e Jéssica – Educadoras PRONERA EJA/RJ – Representantes do Assentamento de Typiti, em São Francisco do Itabapoana/RJ.</p> <p>03- Alcimar e Alan – Educadores PRONERA EJA/RJ – Representantes do Assentamento de Zumbi dos Palmares São Francisco do Itabapoana e Campos dos Goytacazes/RJ.</p> <p>04- Claudia Souza – Educadora PRONERA EJA/RJ – Representante do Assentamento Ilha Grande e Che Guevara em Campos dos Goytacazes.</p> <p>05- Andercéia e Janaína – Educadoras PRONERA EJA/RJ – Representantes dos Assentamentos Floresta de Belém e Aré em Itaperuna/RJ.</p> <p>06- Ana Cruz Educadora PRONERA EJA/RJ – Representando o Assentamento Oswaldo de Oliveira e o Acampamento Edson Nogueira em Macaé/RJ.</p> <p>07- Sávio – Educador e Articular Regional do PRONERA EJA/RJ – Representante dos Assentamentos Paz na Terra, Chico Mendes e Francisco Julião em Cardoso Moreira.</p> <p>Intervalo – 17:30 às 18h</p> <p><u>Mesa: Trajetória em Educação Popular. 18h as 20h</u></p> <p>Coordenador: Rafael de Abreu Ferraz (CAP/Uerj e LabGeo/UFRRJ)</p> <p>Mediador: Robledo Mendes da Silva (LabGeo/CTUR/UFRRJ)</p> <p>Palestrante:</p> <p>1 - Marcelo Cavalcanti Vianna: Educador Popular pela CPT, geógrafo e professor.</p> <p>2 - Rute Ramos da Silva Costa. Professora da UFRJ Macaé. Coordenadora do grupo de pesquisa e extensão CulinAfro</p> <p>03 - Waldemar Boff. Educador Popular. Coordenador SEOP - Serviço de Educação e Organização Popular.</p>
<p>Sexta feira 03/12</p>	<p><u>Mesa: Luta pela terra e campesinato - 18h as 20h</u></p> <p>Mediação: Eduardo Moreira (IFF e PRONERA EJA/RJ)</p> <p>Coordenando: – Rebeca Brasil Fonseca Vieira (Geógrafa e PRONERA EJA/RJ)</p> <p>Palestrantes:</p> <p>1 - Delma Pessanha Neves - Pesquisadora autora de obras sobre a condição agrária na região norte e Noroeste Fluminense. Comissão organizadora da coleção História Social do Campesinato.</p> <p>2 - Frei Sérgio Görgen MPA - Frei Franciscano, militante do MPA.</p> <p>3 - Diego Fraga Rangel - coletivo Regional Lagos MST, Parte da CPP Unidade Pedagógica de Agroecologia</p> <p><u>Cultural de Encerramento</u></p> <p>Frutos da Terra.</p> <p>O grupo frutos da terra é formado por assentados e apoiadores da reforma agrária. No repertório traz músicas que fazem referência às lutas dos povos do Campo</p>
	<p>Fonte: acervo do autor</p>

Avaliamos que fortalecemos a incidência das atribuições freireanas em nosso cotidiano. Após o centenário, o MPA promoveu inúmeras outras homenagens ao grande educador.

4.3.c Metodologia “SIM EU POSSO!”

*“Nos desenhos que anunciam a palavra.
A palavra ganha jeito e feição,
Nas labutas da vida,
Nas dobras da vida (...)
E fazendo o desenho da palavra
Ganha a cor da flor,
O significado da espiga,
Ver o mundo e nós no mundo
Para além...”
(Derli Casali)*

O primeiro contato com a metodologia cubana de alfabetização Sim, eu posso! ocorreu durante uma atividade de tempo comunidade - TC ¹²² realizada no Norte fluminense. Reunimos as duas turmas nas quais tínhamos inserção e promovemos intercâmbios de experiências entre a LEC da UFRRJ e a LEC do ISEPAM. Nessa atividade, tivemos notícia de que o setor de educação do MST estava desenvolvendo uma experiência de alfabetização adotando o referido método no Assentamento Oswaldo de Oliveira, em Macaé. Ao término da programação do TC, julgamos importante o convite de conhecer o trabalho de alfabetização e organizamos uma breve visita ao assentamento antes de retornar com o transporte da UFRRJ para o campus Seropédica.

Nos anos posteriores, obtivemos condições de conhecer melhor o método, acessando os materiais e debates sobre elementos constitutivos daquele método em comparação com outros que aprendemos. A educadora Karine Mourão foi de extrema importância, pois socializou a sua experiência, contribuiu alguns anos com o Setor de Educação do MST, apoiou na criação do Coletivo Estadual de Educação Camponesa do MPA e manteve-se próxima de nossos projetos.

No ano de 2017, conhecemos o professor Eduardo Moreira, que nos convidou para contribuir na elaboração de um projeto de EJA a ser apresentado para o edital do PRONERA. Esse primeiro contato com Eduardo foi promovido graças à realização da VI edição do FoFEC, ocorrido nas datas de 25 e 26 de agosto, nas instalações da UFF-INFES, Campus Santo Antônio de Pádua.

¹²² Os termos Tempo Comunidade - TC e Tempo Escola - TE (ou tempo instituição) fazem referência à metodologia da Pedagogia da Alternância.

Criamos um grupo de estudos sobre o método com estudantes do CTUR. Passamos mais de um ano assistindo e debatendo os materiais em encontros semanais promovidos pelo LAGBEO/CTUR/UFRRJ. Uma das estudantes, chamada Ana Cruz, após se formar no curso técnico em agroecologia e iniciar o curso de Pedagogia na UFRRJ, foi, da equipe, quem apresentou um domínio muito destacado sobre os materiais que obtivemos para o nosso acervo. Os materiais tiveram origem em várias reproduções de originais de antigos educadores do método e pesquisas. O Coletivo Nacional de Educação Camponesa - CNEC do MPA conseguiu, com o MST de outros estados, materiais não apenas do método cubano de alfabetização, mas, também, de formação de professores e círculo de culturas.

Encontramos o seguinte trecho, em uma cartilha do CNEC, sobre o método Cubano,

“2.10-Método Cubano

Este método alfabetiza a partir da associação das letras com números e bichos. Cada letra é associada a um número. Os educandos aprendem uma letra por dia.

A didática consiste na utilização de vídeos que mostram várias realidades brasileiras. São 17 fitas VHS, correspondendo a 65 aulas. Cada vídeo/aula tem 30 minutos de duração (MPA, 2006, p.33).

Na sequência, registros dos Círculos de Cultura do PRONERA EJA RJ nos quais aplicamos a metodologia Sim, Eu Posso (imagem 45); slide de formação remota com educadores convidados pelos movimentos sociais do campo, para formação sobre o Método Sim, Eu Posso, atividade promovida pelo LABGEO/CTUR/UFRRJ em 2022 (imagem 46) em parceria com o Setor de Educação do MST RJ e o Coletivo de Educação Camponesa do MPA RJ.

Imagem 45 – Método Sim, Eu Posso em Círculos de Culturas do PRONERA EJA RJ, 2022



Fonte: acervo do autor

Imagem 46 – Método Sim, Eu Posso: formação promovida para militantes do MPA, MST e Educadores convidados, 2022

**Curso de Formação em Alfabetização Camponesa
MÉTODO “SIM, EU POSSO!” e Educação Popular**

Período: 07/02/2022 a 18/02 (segunda à sexta)
Horário: 18h às 20h (on line)
PLATAFORMA: Jitsi meet

Organização: INSTITUTO FEDERAL Fluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana, Pronera

Apoio: LABGEO

Fonte: acervo do LABGEO/CTUR/UFRRJ

4.4 Cirandas e MPA MIRIM

*“Eu queria aprender o idioma das árvores.
Saber as canções do vento nas folhas da tarde.
Eu queria apalpar os perfumes do Sol.
(Manoel de Barros)*

O MPA MIRIM é um processo relacionado às Cirandas do MPA. É um desdobramento histórico; os mais jovens, participando ativamente da atividade, exercitam a gestão das ações desde o planejamento até a execução da proposta. As propostas dialogam com as diretrizes nacionais do MPA e podem ser expressas na linguagem da criança para a criança camponesa.

Mais de um Coletivo contribui para a Ciranda e o MPA MIRIM, não se restringindo exclusivamente ao Coletivo Nacional de Educação Camponesa. Podemos citar os Coletivos de Gênero e de Comunicação como exemplos que contribuem no processo com os mais jovens.

Temos alguns momentos históricos quando o MPA, nacionalmente, dedicou atenção à infância do campo, assim como processos de formações ocorridos a níveis estaduais. Em atividade no Espírito Santo, por meio do protagonismo das crianças, nasceu a canção *Sementes em Movimento*, que costumamos adotar como hino das cirandas.

Durante o I Congresso Nacional do MPA, em 2015, São Bernardo dos Campos-SP, ocorreu também o I Congresso do MPA MIRIM.

Depois de nossa atividade virtual, promovida pelo Coletivo Nacional de Educação Camponesa, em 2020, destinado à infância camponesa, surge a proposta de elaboração de uma atividade com protagonismo das crianças, ou seja, construir uma proposta de MPA MIRIM.

Ao longo daquele ano, foram reuniões nas quais as crianças, com o seus ritmos, elaboraram a proposta, elencando as atividades. A seguir, o registro de uma dessas reuniões virtuais.

Dentre as propostas, avaliamos a viabilidade logística, levando em conta o isolamento, e quais atribuições caberia a cada coletivo envolvido para garantir as condições de realização das propostas do MPA MIRIM.

Imagem 47 – MPA MIRIM: atividade remota autogerida pelas crianças



Fonte: acervo do CNEC

No ano seguinte, foi realizado, no Rio de Janeiro, o II Encontro Estadual do MPA RJ. A Ciranda foi planejada pelas crianças e jovens, junto com o Coletivo Estadual de Educação Camponesa. Em parte das atividades, contamos com o protagonismo da delegação de jovens do Quilombo do Santana, que já dominavam os jogos étnico-raciais trabalhados ao longo do ano na escola e atuaram como monitores das atividades para outras crianças. Assim, essa ciranda foi mais um espaço do MPA MIRIM.

HINO SEMENTES EM MOVIMENTO, Autor –MPA -ES)

*Chega desta história
Que não sou pra agora,
Que sou para o futuro.*

*Na luta estou organizado
Não fico parado,
Nem em cima do muro.*

REFRÃO:
*Sou MPA MIRIM
Estou na luta sim,
Tenho razões pra estar.
Somos sementes em movimento
E queremos terra para germinar. (2X)*

*De casa eu saio bem cedo pra ver os segredos que a madrugada aflora.
Enquanto esse mundo não muda, vou seguindo em luta pra mudar a história.*

REFRÃO:
*Sou MPA MIRIM
Estou na luta sim,
Tenho razões pra estar.
Somos sementes em movimento
E queremos terra para germinar. (2X)”*

4.5 Construção de Projeto Político Pedagógico com Metodologias Participativas

*“A nossa educação tem um jeito diferente
É o segredo da mística que alimenta a gente
Fala de valores e na ação cultural
Desperte em todos os sujeitos, o seu papel social.”
(Luiz Carlos Sousa)*

O Coletivo de Educação Camponesa do MPA RJ avaliou que, em, pelo menos, 03 dos territórios de construção de núcleos de base do movimento, as relações do coletivo com a escola local se desenvolviam com bastante possibilidades de parcerias. Nesse diálogo do coletivo com as respectivas equipes pedagógicas, dentre várias demandas levantadas, elencamos educação do campo, educação ambiental, agroecologia, educação alimentar, resgate da cultura camponesa, interdisciplinaridade e diálogo de saberes. Notamos também que muito já havia sido feito nesse sentido. Cada uma das escolas buscava apoio e a proposta seria fortalecer o trabalho, acolher nos projetos cada professor recém-chegado, criar melhores condições de participação da comunidade local na construção da agenda escolar. Para isso, a escola cumpriria o papel de se inserir na realidade da comunidade.

Com o amadurecimento das propostas, chegamos ao desenho de uma formação que trabalhasse a relação escola-comunidade e que envolvesse a diversidade de educadores (disciplinar, de projetores e tempo de casa). Assim, convidamos professores e pesquisadores do LABGEO para contribuir na elaboração dos encontros. Chamamos de *Construção de Projeto Político Pedagógico com Metodologias Participativas envolvendo Diálogo de Saberes da Escola e da Comunidade*, com atividades em formato remoto e no horário noturno. Além das 03 escolas em contato com o MPA, mais 02 escolas foram sugeridas pela equipe pedagógica montada para a formação sobre Projeto Político Pedagógico - PPP. Porém, 01 não conseguiu se organizar para garantir a participação. Ficaram, ao todo, 04 escolas.

Contamos com a atuação de equipe diversificada (multi-institucional), composta por professores das respectivas redes municipais, militantes do MPA, professores e estudantes das universidades UFF, UERJ, UFRRJ e CTUR-UFRRJ. Em cada uma das escolas, os respectivos PPPs apresentavam passos distintos de desenvolvimento.

Nossos encontros ocorreram no período de março a maio de 2022. As atividades trouxeram elementos teóricos sobre PPP e relatos de experiências entre os participantes, apontando acúmulos, dúvidas e propostas. Também foram abordados: interdisciplinaridade, ensino contextualizado ao estudo das realidades para leitura do mundo, obras de autores da Educação Popular, educação libertária e Educação do Campo, agroecologia, educação ambiental, campesinato, cultura do campo, território e cartografia social, dentre outros temas.

Cabe lembrar os momentos altos dessa formação coletiva: as apresentações de slides sobre as atividades promovidas em cada escola, quando educadores representaram as suas experiências uns aos outros.

Ocorreram dificuldades quanto à dedicação ao projeto e aos níveis de sistematização e formatação, somadas à sobrecarga de trabalhos e atividades burocráticas no cotidiano das redes formais de ensino. Isso, em parte, comprometeu as condições para dedicação de tempo, atenção e mobilização da comunidade escolar na elaboração do PPP do modo desejado. Em vez disso, a escrita do documento acabava sendo realizada na situação de sobrecarga de poucos, apertados com o tempo, e muita coisa importante ficava de fora. Para além das dúvidas, limites e desafios, as escolas desempenhavam muitos trabalhos de grande riqueza e potencial de ampliação e articulação, tanto nas disciplinas, quanto na relação entre escola e comunidade. Possuíam exemplos interessantes de experiências, clareza teórica e prática e bastante problematização sobre o papel da escola. Grande parte dessa força pedagógica ficou pouco formalizada nos PPPs.

Imagem 48 – Construção de PPP: calendário de formação de março a maio de 2022

CALENDÁRIO de FORMAÇÃO	
FORMATO ON LINE e PRESENCIAL 05 ENCONTROS de Março a Maio de 2022	
1º ENCONTRO	(On line 31/03/22, 19h as 21h) Abertura, apresentação com equipe pedagógicas das escolas
2º ENCONTRO	(On line 07/04/22, 19h as 21h) com equipe pedagógicas das escolas
3º ENCONTRO	(Presencial 04/22) com equipe pedagógicas das escolas + comunidade escolar
4º ENCONTRO	(Presencial 30/04/22) com equipe pedagógicas das escolas + comunidade escolar
5º ENCONTRO	(On line 19/05/22) Encerramento com equipe pedagógicas das escolas

Fonte: acervo do LABGEO/CTUR/UFRRJ

Destacamos que os PPPs não foram escritos no fim dos 05 encontros. No entanto, foi consenso a avaliação de que o debate acumulou substancialmente para o fortalecimento das relações entre as equipes e para a relação do MPA com demais educadores dos territórios. Os problemas das escolas eram comuns e o intercâmbio de experiências auxiliou na análise coletiva.

Tabela 24 – Projetos das escolas apresentados na formação sobre PPP

<p>CONSTRUÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COM METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS ENVOLVENDO DIÁLOGO DE SABERES DA ESCOLA E DA COMUNIDADE</p> <p>APRESENTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOIA DE SANTANA IRMÃ ELIZABETH ALVES</p> <p>DATA: 07/ABR/2022</p> 	<p>ARTE NA ESCOLA PROJETO DST PROJETO MÚSICA PROJETO MEIO AMBIENTE PROJETO CUIDANDO DO QUE É NOSSO PROJETO CINEMA NO QUILOMBO PROJETO CULINÁRIA NO QUILOMBO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA FEIRA DE CONHECIMENTOS PRODUÇÕES DO EDUCAÇÃO REMOTA</p>
<p>CONSTRUÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COM METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS ENVOLVENDO DIÁLOGO DE SABERES DA ESCOLA E DA COMUNIDADE</p> <p>APRESENTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL LEONARDO BOFF</p> <p>DATA: 07/ABR/2022</p> 	<p>PROJETO ABELHA SEM FERRÃO OFICINA DE XADREZ OFICINA DE MÚSICA OFICINA DE LEITURA OFICINA DE HORTA OFICINA DE CULINÁRIA INICIAÇÃO CIENTÍFICA</p>
<p>CONSTRUÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COM METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS ENVOLVENDO DIÁLOGO DE SABERES DA ESCOLA E DA COMUNIDADE</p> <p>APRESENTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL CLÁUDIA ALMEIDA PINTO DE OLIVEIRA</p> <p>DATA: 07/ABR/2022</p> 	<p>PROJETO COMUNICA FAROL – PARCERIA COM O PROJETO AGENDA 21 PROJETO CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE FEIRA DE CIÊNCIAS PROJETO PEDON – PARCERIA COM O LABORATÓRIO NERU/UFF CAMPOS VISITA AO IFF CENTRO - PROJÓVEM SABERES DA TERRA CONSTRUÇÃO DE HORTA ORGÂNICA - PROJÓVEM SABERES DA TERRA PROJETO ASTRONOMIA PROJETO SEMANA DA CRIANÇA PROJETO VISITANDO O MEU LUGAR PROJETO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PROJETO PLANTAS MEDICINAIS – REDE FITOVIDA MUTIRÕES AGROECOLÓGICOS PEDAGÓGICOS PARA O EXERCÍCIO DO BEM VIVER NA BAIXADA CAMPISTA MAPBC CONSTRUÇÃO HORTA COMUNITÁRIA</p>

Imagem 49 – Atividade de soberania alimentar com a comunidade do Contorno. Local: EM Leonardo Boff – Petrópolis RJ, 2023



Fonte: Coletivo de Soberania Alimentar

Imagem 50 – Atividade com jogo da onça e materiais de Nana & Nilo. Local: EM Leonardo Boff – Petrópolis RJ, 2023.



Fonte: CNEC

Imagem 51 – Diversas ações do Coletivo de Educação Camponesa com a comunidade do Quilombo do Santana





A) Oficina de Mancala em sala de aula, b) apresentação de sementes crioulas para a equipe pedagógica da escola quilombola. C) oficina para professores na rede municipal de quatis sobre referências culturais no Quilombo do Santana. D) oficina no encontro Sem Terrinha com jovens do Quilombo. E) Exibição de Nana & Nilo para crianças na escola do quilombo, F) Atividade do MPA MIRIM envolvendo jovens do Quilombo no 2º encontro estadual do MPA em Guapimim.

Fonte: acervo do autor.

Imagem 52 – Visita ao MPC BC em Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes RJ



Fonte: acervo do autor.

Imagem 53 – Seminário organizado em parceria com MPABC

30 de junho 2022
Seminário Quinta-feira
19h.

"Horta como princípio pedagógico da relação escola comunidade".

O LABGEO CONVIDA:
MAPBC - Mutirões Agroecológicos para o exercício Pedagógico do Bem Viver na Baixada Campista para apresentar a sua experiência



INSCRIÇÕES PELO LINK:
<https://forms.gle/hFpmshU5g2VB2Zjf8>

ORGANIZAÇÃO

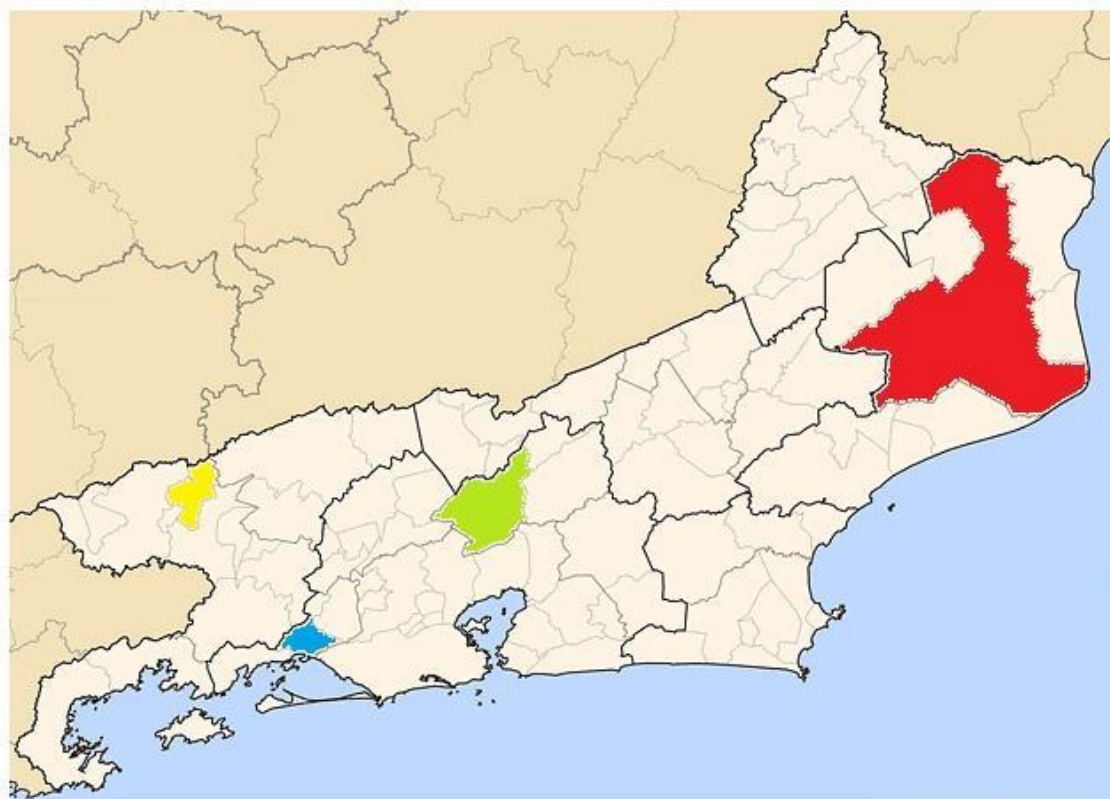






Fonte: acervo do autor.

Imagem 54 – Mapa “Espacialização das escolas envolvidas na formação sobre PPP” por municípios



Fonte: LABGEO/CTUR/UFRRJ.

Imagem 55 – Formação promovida sobre PPP

**CONSTRUÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
COM METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
ENVOLVENDO DIÁLOGO DE SABERES DA ESCOLA E DA
COMUNIDADE**

Período: MAR/ABR/MAIO de 2022
Horário: 18h às 20h (on line)
PLATAFORMA: Jitsi meet



Fonte: LABGEO/CTUR/UFRRJ.

O Coletivo Nacional de Educação Camponesa formula algumas diretrizes para debate sobre o projeto de escola camponesa que tenha os seguintes compromissos:

Compromisso com a cultura das famílias do assentamento e comunidade, que implica em resgate, conservação e recriação da cultura.

Compromisso no educar pela memória histórica no sentido que cada criança adolescente e jovem perceba como parte de um processo que enraíza no passado e se projeta no futuro. Compromisso que não seja restrito a quantidade, mas qualidade que desperta prazer e pertença, em que o uso da escola não seja apenas para os estudantes, mas para a família comunidade e organizações populares. Comprometida com a participação da população nas tomadas de decisões da vida escolar, como propostas pedagógicas e políticas públicas da escola. Compromisso de construir coletivos pedagógicos com o potencial de pensar e repensar os procedimentos políticos, pedagógicos, filosóficos e psicológicos a fim de praticas transformadoras e ações educativas.

Comprometida com currículos que incorporem o movimento da realidade e a necessidade de aprendizagem (MPA, 2008).

4.6 Atuação do MPA RJ com PRONERA, PROCAMPO e Escola da Terra

“A redução que hoje fazemos da educação à escolarização é um processo histórico que passou por intensas disputas de projetos educativos.”
(Marlene Ribeiro)

Realizamos um exercício de sistematização da nossa participação nos programas de Educação do Campo Pronera, Procampo e Escola da Terra. É um exercício sobre a trajetória do Coletivo Estadual de Educação Camponesa nesses programas com apoio da metodologia proposta por Jorge Chaves-Tafur.

Tabela 25 – Participação em programas de Educação do Campo

PRONERA	O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma política pública de Educação do Campo, desenvolvida nas áreas de reforma agrária e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Seu objetivo é fortalecer as áreas de Reforma Agrária enquanto espaços de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, educacionais, políticas e culturais.(...) O Programa promove a justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação, na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas do campo e na formação técnico-profissional de nível médio, superior, residência agrária e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.
----------------	--

PROCAMPO	A Especialização em Educação do Campo - Programa Escola da Terra – Formação Continuada para educadores(as) das redes estadual e municipais do Estado do Rio de Janeiro, a partir da demanda apresentada pelos cursistas já no Programa AÇÃO 20 RJ (2013-2017), bem como na primeira edição do Programa Escola da Terra, desenvolvida em 2018-2019, em parceria com as Secretarias do Estado e Municipais de Educação e Ministério da Educação (MEC).
ESCOLA DA TERRA	A Especialização em Educação do Campo - Programa Escola da Terra – Formação Continuada para educadores(as) das redes estadual e municipais do Estado do Rio de Janeiro, a partir da demanda apresentada pelos cursistas já no Programa AÇÃO 20 RJ (2013-2017), bem como na primeira edição do Programa Escola da Terra, desenvolvida em 2018-2019, em parceria com as Secretarias do Estado e Municipais de Educação e Ministério da Educação (MEC).

Fonte: adaptada pelo autor

Nossa participação como MPA nas experiências da Educação do Campo do RJ, provavelmente, iniciou em 2012. Ela começa a partir do diálogo com cursos já em andamento e da aproximação de educandos e educadores com o movimento, acessando as instâncias, como a Comissão Político Pedagógica; já não participavam apenas como convidados de atividades pontuais¹²³.

É necessário separar a participação do autor como educador (seja voluntário ou contratado) da participação do autor na condição de representação do MPA.

No ensino superior, nossa atuação se deu com a Licenciatura em Educação do Campo, UFRRJ-PRONERA, em duas habilitações na área de Ciências Sociais e Humanidades e na área de Agroecologia e Segurança Alimentar. Tivemos oportunidade de ministrar disciplinas no tempo escola como *Agricultura Desenvolvimento e Modernização; Educação Libertária com ênfase em Educação Operária; Bioquímica, Sistemas Agrofloretais e Transição Agroecológica*. Além disso, atuamos na Licenciatura em Educação do Campo ISEPAM - PROCAMPO SECADI/MEC, na área das Ciências da Natureza e Matemática. As disciplinas foram: *Estado e Políticas Públicas do Campo I; Estado e Políticas Públicas do Campo II; Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais; Infância e Juventude do Campo I; Infância e Juventude do Campo II; Ciclos Biogeoquímicos I; História da Produção das Ciências Químicas, Físicas e Biológicas com ênfase nas Ciências Agrárias; Seminário I; e Seminário II*. Nessas disciplinas, buscamos relacionar a leitura de mundo com questões de conjunturas da luta agrária, perspectiva libertária, e estratégia de

¹²³ Na LEC PRONERA UFRRJ, o MPA é convidado para participar do V Seminário de Educação Popular/Etapa 5 (out 2012), estivemos presentes na composição da Mesa *Análise de conjuntura no Brasil*.

formação de consciência do papel classista do campesinato. Um gasto de energia e de tempo que, sem recurso para ajuda de custo, compromete a condição de dedicação de um militante. Nesse sentido, temos uma linha tênue entre trabalho militante, com ajuda de custo, e profissional contratado com afinidade ou compromisso com o movimento camponês. A dificuldade do movimento social em liberar um militante para esse trabalho existe e a dificuldade de alguns editais em viabilizar contratação com rubrica para militantes é outro gargalo.

O tempo comunidade é um elemento bastante propício para a contribuição dos movimentos sociais, porém, as limitações orçamentárias e mudança de perfil exigiram adaptações para a alternância, que precisou se ajustar aos limites institucionais. Esperava-se que, com a alternância, as instituições se adaptassem às comunidades.

As orientações de TCCs foram importantes, pois possibilitaram o exercício acadêmico da práxis, aproveitando a experiência acadêmica na elaboração dos trabalhos. O conjunto de monografias das licenciaturas em Educação do Campo constitui um acervo interessante, mas precisa ser tratado pela academia e pelos movimentos. As orientações de trabalhos de conclusão de curso sobre os trabalhos desenvolvidos pelo MPA possibilitaram a sistematização de parte da nossa história.

Na atuação com a Residência Agrária – Curso de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos/UFRRJ –, não houve envolvimento com as disciplinas, mas sim com as orientações. Elas confirmaram as nossas expectativas positivas, para além das dificuldades. Na residência, o MPA já foi convidado com a clareza de ser um movimento do campo.

A nossa chegada no PRONERA EJA já possuía a perspectiva de composição política desde o primeiro contato por meio do FoFEC, de Pádua.

Reunimos militantes do MPA, alguns que vieram egressos das licenciaturas, e já tínhamos um grupo para planejar conjuntamente a atuação. Assim, o autor desta tese pode participar, em diálogo com o Coletivo de Educação Camponesa, do curso de Ampliação do nível de escolaridade no Ensino Fundamental – anos iniciais –, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em assentamentos da reforma agrária e nas comunidades rurais do Norte/Noroeste RJ.

O período que se estendeu possibilitou um tempo de convívio para a equipe, que superou as dificuldades e contradições, construindo maior afinidade e articulação. Isso propiciou formação e momentos de autoformação dos educadores. Como

resultado desse encontro, a equipe de educadoras e educadores saiu mais fortalecida e o grupo passou a promover um maior intercâmbio para a elaboração de materiais didáticos. O fruto dessa interação foi o levantamento de uma grande quantidade de propostas, recursos, exercícios, saraus de poesia, oficinas de fitoterápicos, vídeos utilizados na teoria e prática pedagógica nos diversos círculos de cultura. Dessa riqueza de debates, reunimos alguns exemplos e sistematizamos com a elaboração dos Cadernos Pedagógicos PRONERA EJA (imagem 60). Sem a pretensão de “engessar a criatividade”, e sim socializar esse importante exercício de contextualização dos conteúdos curriculares com temas valorosos da realidade da vida no campo. Sem propósito de transformar em apostila, mas como sugestões e exemplos. No final da formatura, realizamos uma breve enquete com a equipe de educadores e a coordenação sobre o significado daquele momento, para, em poucas palavras, sintetizar a importância das formações daqueles educandos. Podemos visualizar essa síntese nas palavras de uma de nossas experientes educadoras, Regina Hora Ângelo Faria, que já havia participado de outras edições do PRONERA EJA.

O PRONERA EJA para mim foi um grande aprendizado, troca de conhecimento, amor, alegria, dedicação e superação. E agora esperança de continuidade para os próximos ciclos, pois essa etapa já superamos (Regina Hora Ângelo Faria, 2023).

O MPA pode dialogar com novos territórios e retomar contatos com aqueles onde já havíamos atuado no passado, mas não tínhamos viabilidade para retornar. Os recursos para alimentação, deslocamento e hospedagem contribuem para a participação nas atividades, seja as de tempo escola, seja as de tempo comunidade. Dessa forma, é imprescindível providenciar as condições que auxiliem a participação dos movimentos na execução desses programas.

Nas modalidades de Escola da Terra, iniciamos diálogo em uma dimensão territorial muito interessante; seja na Especialização em Educação do Campo/Programa Escola da Terra, executada pela UFRRJ, ministrando disciplinas de Agroecologia, de Sistematização de Experiência/SE e do PNAE – diversos territórios fluminenses tinham o campus Seropédica como sede de Tempo Escola; seja na edição do Escola da Terra/IFF do Curso de Aperfeiçoamento/Programa Escola da Terra IFF, envolvendo 03 campus – Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci e Campos

dos Goytacazes. No caso da UFRRJ, os TE ficaram comprometidos pela logística orçamentária para as atividades presenciais, demandando a adesão da modalidade remota. Por outro lado, as atividades de tempo comunidade promoveram uma grande mobilização nos territórios onde ainda enfrentávamos dificuldades para trabalhar com a temática de Educação do Campo no pós-período de isolamento.

Avaliamos que as atividades da modalidade Escola da Terra possam constituir um novo mobilizador para a construção de fóruns regionais e, quem sabe, um estadual. Do mesmo modo que o PRONERA EJA conseguiu mobilizar bastante em nível territorial.

Ensaando uma dinâmica de título para as primeiras experiências descritas¹²⁴, batizaríamos de *Descobertas e acúmulos com a experiência pioneira de Formação de Licenciados em Educação no território Fluminense*, para a LEC UFRRJ, e de *Pedagogia da Luta: Experiência de fortalecimento político e crítico de frente as armadilhas e vícios institucionais da FAETEC na negação do Direito a Licenciatura em Educação do Campo*, para a experiência campista. Nomearíamos a terceira experiência de *Residência Agrária e o aprendizado intelectual coletivo de teorizar a prática de Pesquisa-Ação agroecológica nos territórios*.

Como resultado geral, o MPA considerou rico o aprendizado, positivo na materialização das políticas públicas, quando os desafios e os avanços puderam ser vivenciados.

Enquanto movimento social, é fundamental a leitura estratégica para definir o nível de energia a ser colocado em cada parceria. Precisamos ter planejamento e avaliar o quanto a relação com cada instituição alavanca ou drena energia para além do que teríamos condições de dedicar.

Em todas as instituições, encontramos potenciais de parcerias a serem desdobradas em futuros projetos, assim como encontramos limites e vícios (burocráticos, referenciais teóricos, herança ideológica dominante). Em muitos casos, a parceria se dá com um representante institucional com sensibilidade para a política pública voltada ao campesinato ou mesmo clareza política do papel social do projeto como parte do caminho da transformação social. Contudo, quanto ao nível de

¹²⁴ Não fizemos essa dinâmica para a Escola da Terra por dificuldades em tabular as informações no exercício de sistematização proposto por Jorge Chavez-Tafur.

instituições, precisamos ter clareza das contradições existentes e disputas por parte dos setores conservadores.

No que se refere ao nível de formação dos licenciados no Ensino Superior, um grande gargalo, no estado do Rio de Janeiro, ainda é o desrespeito das redes estaduais e municipais em relação à titulação de nossos egressos. Por mais que as instituições de ensino estabeleçam parcerias com a Secretaria Estadual de Educação e já tenham avançado em muitos municípios, o acesso de nossos egressos licenciados em Educação do Campo ainda continua fora dos editais de concurso. Ou seja, o não reconhecimento das habilitações dos cursos superiores nos editais ainda é um problema. Nossos egressos não são reconhecidos de forma concreta, no estado do Rio de Janeiro, como profissionais da educação e, para atuar no serviço público, precisam se deslocar para outro estado, gerando, assim, um êxodo profissional.

Um de nossos pontos estratégicos se refere à formação continuada de educadores das redes. O MPA encontrou uma oportunidade com a formação de educadores realizada no PRONERA EJA, no diálogo, mesmo que falho, com as prefeituras – seja a falha por conta do rodízio de funcionários em transição de governo, seja por falta de estruturação de um setor dedicado à Educação do Campo na gestão da educação. Semelhante ao projeto Escola da Terra, em suas modalidades e territórios, onde ainda estamos nos inserindo, vemos como problemáticas as questões citadas anteriormente e o curto período de execução. É necessário, ainda, ter cuidado com as agendas de final de ano, por exemplo, quando, comumente, os educadores estão comprometidos com o calendário de conclusão do ano letivo e são inviabilizados de participar das atividades de formação. Sem dúvida, o trabalho de capilarizar os nossos contatos com professores do Ensino Fundamental para debater a bandeira da Educação do Campo e da Escola Camponesa promete desafios, de certo modo, conhecidos e muitas possibilidades.

Conforme debatia Derli Casali sobre a luta pela superação da herança autoritária das instituições escolares sob projeto dominante, que negavam o diálogo com a comunidade,

Queremos uma escola que seja realmente um instrumento que ajude a educação do campo acontecer, revelando os conhecimentos das comunidades camponesas. O que a escola do campo vem fazendo é o que podemos chamar de negação dos saberes produzidos pelas comunidades da terra, das significações identitárias e representações simbólicas dos diferentes sujeitos sociais. Até o início dos anos setenta, os povos da terra

eram muito mais autônomos quanto, ao seu modo, produziam e reproduziam seus valores, suas sementes, suas técnicas e seus filhos e filhas. Não compravam quase nada lá no mercado. Nestes últimos anos, depois que modernizaram os modos de viver, tornaram-se mais dependentes dos bancos, do mercado e dos conhecimentos. (Casali, 2019, p. 58)

Imagem 56 – Ficha de experiência elaborada coletivamente pelos educandos da LEC ISEPAM



Fonte: acervo do autor.

Imagem 57 – Atividades da Residência Agrária em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos/UFRRJ

CONVITE

Curso de Especialização
Residência Agrária
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos

Abertura oficial e Aula Inaugural

Mesa de Abertura com a Reitora Prof. Ana Dantas, Pró Reitor de Assuntos Estudantis Prof. Cesar Da Ros, MST e INCRA/PRONERA

Aula Inaugural: Agroecologia e Educação do Campo
Prof. Eli Lino

23 de setembro, às 08:30h
Auditório do PAT, UFRRJ - Seropédica

SE O CAMPO NÃO PLANTA, A CIDADE NÃO JANTA

I SEMINÁRIO INTEGRADOR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM ASSENTAMENTOS

17 de setembro no Auditório Hilton Salles/P1.

Pauta.

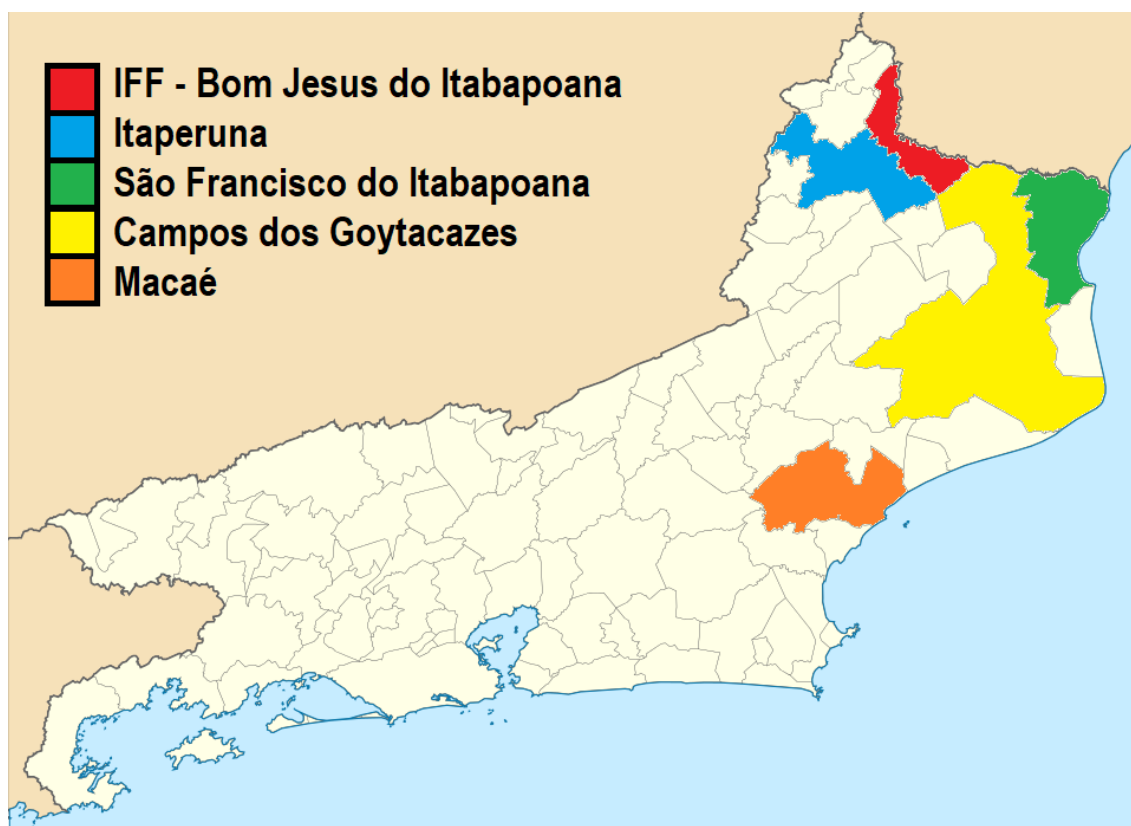
13h 30min – Acolhida
– Apresentação do Curso de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos
– Clarice – Coordenadora Nacional do PRONERA
– Nivia – Apresentação da 1ª experiência de Residência Agrária na UFRRJ.

15h 40min – Café
16h – Organização e distribuição das orientações
17h – Encerramento

Realização:
Coordenação do Curso de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos, DDAS e DCS/UFRRJ e MST

Fonte: acervo do autor.

Imagem 58 – Mapa “Espacialização dos Círculos de Culturas do PRONERA EJA”



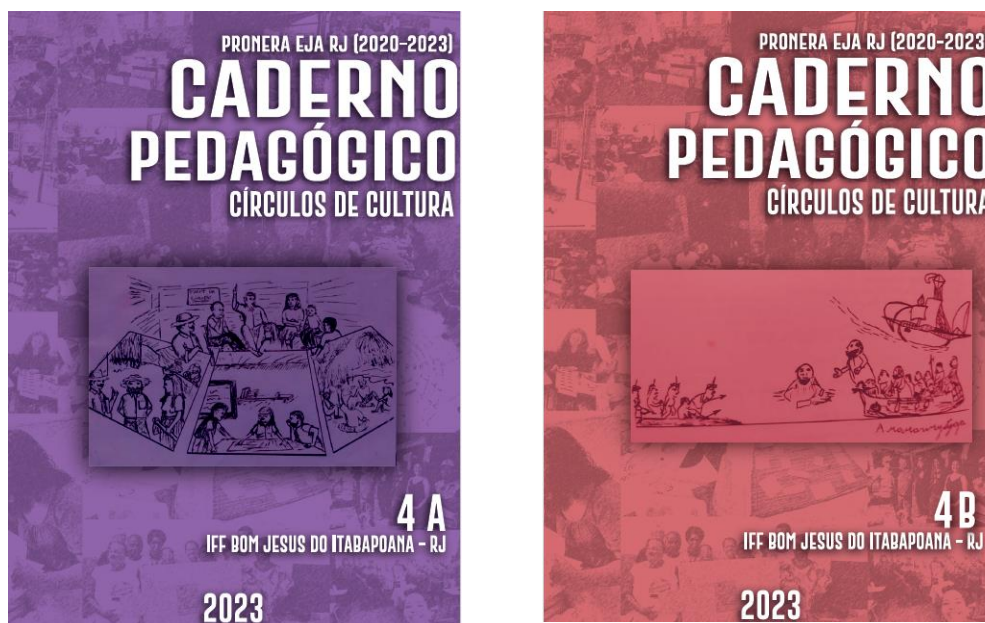
Fonte: LABGEO/CTUR/UFRRJ.

Imagem 59 – Partilha de saberes com materiais didáticos elaborados - Formação com educadoras e educadores PRONERA EJA em São Francisco do Itabapoana - RJ, 2022



Fonte: CNEC MPA

Imagem 60 – Cadernos Pedagógicos reunindo atividades elaboradas nos Círculos de Cultura do PRONERA EJA



Fonte: CNEC MPA

PARTE III

CAPÍTULO 5 - EDUCAÇÃO POPULAR E CAMPONESA

5.1 Mutirões: Educação Camponesa e solidariedade libertária

*“Cabe-nos começar este assunto com a seguinte pergunta:
o que diferencia a educação popular
de outros instrumentos pedagógicos?
O que realmente caracteriza a educação popular?
Como, no dia a dia, o educador ou educadora popular se comporta,
assume sua tarefa libertária, de inserir-se no meio do povo,
ajudando aflorar outro jeito de ler o mundo, de ser gente no mundo?”
(Derli Casali)*

Este último exercício de sistematização é dedicado à análise teórica das práticas de aprendizado batizadas pela Educação Popular camponesa com seus princípios e metodologias. Buscamos registrar algumas das experiências que partem de exemplos preciosos nos quais camponeses leem o mundo.

Apresentamos alguns dos momentos de Educação Popular vivenciados e promovidos pelo MPA, nos quais se observa a essência da Educação Camponesa nas feiras, mutirões, trocas e intercâmbios em fóruns. Por último, abordamos o Biopoder Camponês.

Na cultura camponesa, temos o mutirão, que pode ter outros nomes dependendo da diversidade do campesinato. Existem muitos casos relatados nos quais as superações coletivas são as saídas para os desafios, promovendo soluções de enfrentamento das dificuldades através do apoio mútuo, com exemplos de criação de alternativas. Por meio de trocas, ensinam, aprendem, replicam e adaptam.

Clovis Caldeira, no seu trabalho *Mutirão Formas de apoio mútuo no meio rural*, desenvolve um estudo sobre a diversidade de designações para apoio mútuo, identificando a palavra mutirão como de origem indígena. Conforme resgata Caldeira, o trabalho linguístico de Plínio Ayrosa¹²⁵, estudando parte da sinonímia usada no Brasil para nomear o auxílio mútuo, organizou uma lista de termos em três grupos. O

¹²⁵ O autor citado, após analisar detidamente os vocábulos que constam dos três grupos, redu-los a dois e por último a um só grupo, concluindo que as palavras em foco são compostos dialetais do Tupi-Guarani, usados pelos índios e adotados pela população do País. (CALDEIRA, 1956, p. 27-28)

primeiro inclui os nomes que começam com a letra p; o segundo, os que são iniciados com m; e o terceiro, os que iniciam com outras letras; conforme se vê a seguir¹²⁶:

Tabela 26 – Sinonímia usada no Brasil para nomear o auxílio mútuo (compostos dialetais do Tupi-Guarani)

1º GRUPO	2º GRUPO	3º GRUPO
<i>Puxiron</i>	<i>Muxiron</i>	<i>Ajuricaba</i>
<i>Puxirão</i>	<i>Muxirão</i>	<i>Ajuri</i>
<i>Putirom</i>	<i>Mutirom</i>	<i>Adjutório</i>
<i>Putirão</i>	<i>Mutirão</i>	<i>Ajutório</i>
<i>Puchirão</i>	<i>Mochirão</i>	<i>Adjunto</i>
<i>Pichurum</i>	<i>Michurum</i>	<i>Batalhão</i>
<i>Puxirum</i>	<i>Mutirum</i>	<i>Bandeira</i>
<i>Putirum</i>	<i>Muxirum</i>	
<i>Potirun</i>	<i>Motirun</i>	
<i>Potiron</i>	<i>Motiron</i>	

Fonte: adaptada pelo autor (Plínio Ayrosa apud Caldeira, 1956, p.27-28)

Sabemos que, no cotidiano de muitas instituições formais de ensino, por inúmeras vezes, esse conhecimento popular e camponês não é lembrado ou, pior ainda, chega a ser tratado com estereótipo pejorativo, desvalorizado ou negado. O conceito de Educação Camponesa reconhece a educação além da escola.

É nosso compromisso coletivo valorizarmos os conhecimentos gerados do campo desde a produção até à mesa, por meio das vivências entre gerações, nos intercâmbios, nas marchas, das trocas de sementes protegidas por nossos/as guardiões/as, nos mutirões, nas feiras agroecológicas dentre outros como espaços potenciais e pedagógico essenciais para a soberania camponesa, na defesa de seu território, de sua cultura e para alimentar o povo com comida de verdade (MPA, 2020, p.03).

No ano de 2013, foi organizado um Mutirão em Marapicu, no SAF do Companheiro Luiz CPT. Partiu da iniciativa do camponês Silvino, que era graduando na LEC UFRRJ. Silvino havia conhecido o MPA e se identificado com o movimento, passando a participar do núcleo de base. A ideia foi promover um plantio coletivo de mudas em memória do companheiro Luiz Fernando, recém falecido. O convite logo atraiu participantes para a implementação do Sistema Agroflorestal como homenagem de Camponês para Camponês. Ao longo daquele dia de trabalho, reunimos mais de

¹²⁶ Essa forma de colaboração é descrita por CALDEIRA (1956), em seu livro *Mutirão Formas de Ajuda Mútua no Meio Rural*, como sendo o mutirão uma forma de colaboração entre grupos locais de comunidades em todo o mundo e em diversas sociedades, desde os antigos Maias e os Ameríndios até as comunidades rurais pós-revolução industrial. O que classifica e especifica o mutirão em cada estado do Brasil é a mutação de nomenclatura que ocorre em cada região. (CRUZ, 2015, p. 71)

15 pessoas, entre parentes, amigos e representantes de diversas instituições. A seguir, alguns registros da atividade.

Implantar um sistema agroflorestal em sua terra era um dos últimos desejos de Luiz Fernando de Jesus, o Luiz da CPT. Desde a década de 1980 que Luiz dedicou sua vida à luta pela terra e pelo fortalecimento da agricultura familiar na região metropolitana do Rio de Janeiro: participou da fundação do MST no estado, participou da ocupação de Campo Alegre na Baixada Fluminense, momento em que conquistou seu pedaço de chão no Assentamento de Marapicu. Foi membro da Associação dos Produtores Rurais de Nova Iguaçu, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, da Comissão Pastoral da Terra, ajudou a organizar a Feira da Roça de Nova Iguaçu, foi presidente da Associação da Feira e mesmo doente, ajudou a lutar pela manutenção da feira no momento em que um novo governo assumia a prefeitura de Nova Iguaçu. Maria Auxiliadora, sua irmã e companheira de luta, estava organizando um mutirão para que seus amigos o ajudasse a cuidar de seu pedaço de terra e implantasse uma agrofloresta. Mas Luiz se foi antes que o mutirão se concretizasse. E foi em sua memória que no final de abril, moradores de Marapicu, estudantes, amigos, representantes da CPT, do MPA, da Ocupação Urbana Quilombo das Guerreiras, da AS-PTA, da Licenciatura em Educação do Campo juntaram-se mais uma vez para aprender com o Luiz os fundamentos da agrofloresta, a solidariedade e a força da união. Luiz da CPT, PRESENTE! (AS-PTA, 2013).¹²⁷

Imagem 61 – Mutirão em Marapicu 2013 - Homenagem de camponês para camponês



Fonte: Acervo do autor.

Imagem 62 – Plantio de mudas no SAF - Mutirão em Marapicu, Nova Iguaçu-RJ, 2013



Fonte: acervo do autor

Outras referências de práticas de mutirões, em Nova Iguaçu, promovidas pelo MPA, foram sistematizadas no trabalho de conclusão de curso de Douglas H. G. Cruz. Formado em LEC na UFRRJ, militou no movimento naquele período e acompanhou uma sequência de atividades coletivas de apoio mútuo. De acordo com o apontado por Cruz, o mutirão tem como função a colaboração do coletivo em tarefas que necessitem de várias pessoas e a família por si só não é suficiente. (CRUZ, 2015, p. 72)

Douglas registrou as práticas em seu trabalho de Residência Agrária dedicado à análise da metodologia de Camponês a Camponês nos núcleos de base do MPA, na baixada fluminense. Assim, explica:

Os mutirões tornaram-se periódicos, semanais, em que a cada semana é feito em um lote. Inicialmente, o mutirão foi uma proposta para a criação do campo de sementes, onde seriam reproduzidas sementes doadas por agricultores do MPA - Espírito Santo. Após a ideia do mutirão ser iniciada todos quiseram dar continuidade gerando, assim, mutirões semanais que ocorriam em um lote a cada data. Esse processo veio agregando cada vez mais pessoas das famílias por ser uma forma de colaboração onde todos têm a possibilidade de produzir no lote com auxílio e apoio de outras famílias (Cruz, 2015, p. 72).

Imagem 63 – Coletivo de Mutirão São Bernardino Nova Iguaçu-RJ



Fonte: CRUZ, 2015, p. 72

As práticas de mutirões constituem um grande exemplo de Educação Camponesa. Conforme o próprio Douglas destaca em seu trabalho, a metodologia popular possibilita a interação entre os participantes, que ensinam e aprendem simultaneamente, construindo um conhecimento coletivo.

Essa forma coletiva de colaboração é um passo para a troca de experiências de um camponês com outro e do técnico/educador popular com os camponeses. Nesse processo todos trabalham e dialogam igualmente de forma horizontal. Fazendo uso do método como forma de interação, onde todos ensinam e aprendem juntos (Cruz, 2015, p. 72).

No norte fluminense, recebemos notícias da convocação, em 2018, de um mutirão de bioconstrução no Sítio do Birico, território camponês de Dona Noêmia. A atividade foi coordenada pela Companheira Esti, do País Basco, que desenvolve projetos com MPA. O Sítio fica localizado em São João da Barra e é símbolo da luta camponesa contra o capital, pois resiste contra a violência do megaempreendimento do Porto do Açu. Anos depois, encontramos um trabalho de Esti Redondo em que aborda a sua motivação para desenvolver, junto ao MPA, ações de bioconstrução, atreladas à prática de mutirões como elemento de identidade territorial camponesa.

Assim, pretendemos investigar os fatores que contribuem, a partir da bioconstrução, na identidade territorial camponesa das comunidades/assentamentos base do MPA, especialmente, quando a tecnologia social da bioconstrução é feita de maneira coletiva em mutirão ou mediante oficinas (Redondo, 2021, p. 13-14).

Imagem 64 – Mutirão Sítio Birico - São João da Barra-RJ



Fonte: acervo do autor

Esse mutirão reuniu militantes do MPA de São João da Barra, do Farol de São Thome e da Baixada Campista. Representantes do Coletivo Estadual de Educação Camponesa estiveram presentes e levaram a família para o dia de oficina e aprendizado integral, conjugando tecnologia social com valores libertários de auxílio mútuo.

No farol de São Thome, uma ação de organização comunitária afirma, no batismo do grupo, quais são os elementos defendidos em sua metodologia. Assim, o MAP-BC, Mutirões Agroecológicos Pedagógicos para o exercício do bem - viver na Baixada Campista, aponta a intervenção coletiva na realidade como princípio seu. Com forte significado, o mutirão expressa a práxis política popular dessa experiência. Claudia Barreto, militante do MPA que atua no Coletivo de Educação Camponesa, relata o surgimento do MAP-BC:

Em 2019, numa conversa com o sr. Manoel Ribeiro, morador da região, representante do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) na baixada campista, foi sugerido por ele, a construção de uma horta comunitária, que envolvesse a escola, as/os educandas/educandos, seus pais e a comunidade do entorno, visto que externamente havia uma área pública ociosa, servindo de “entulhódromo 1”. Após vários encontros, a comunidade foi se organizando e foram surgindo propostas e ideias do que plantar, como plantar, como ocupar a área. Em março de 2020, com chegada da pandemia COVID-19, as reuniões e as ações da horta foram pausadas, sendo retomadas em março de 2021, onde os encontros e formações passaram a ser virtuais, através de temas necessários a serem postos em prática para a compreensão do projeto, pois nesse período a fome reaparece nas casas e o aumento de preços dos produtos. Foi necessário buscar parcerias a fim de fortalecer o projeto. Então o LabGeo (UFRRJ) se tornou um parceiro, por meio das formações de práticas agroecológicas (...) O MPA com apoio da construção coletiva (Barreto, 2023, p.12).

O MAP-BC é mais um dos exemplos de ensinamentos libertários da prática de Educação Popular. Prática pela qual são problematizadas as causas da comunidade, em ambiente participativo, e o trabalho coletivo é valorizado como superação das contradições assistencialistas e insuficientes das políticas contraditórias do Estado. O MPA reconhece a prática da Educação Popular nos simples exemplos praticados pelo MAP-BC: mutirões; promoção de projetos de diálogo escola e comunidade; resgate da expressão cultural camponesa da população local; promoção de produção local coletiva de alimento; práticas de abastecimento popular com o exercício de escoamento da produção por meios diversos, desde estabelecer um preço simbólico e arrecadação de recursos de caixa do projeto, doações com caráter político de

solidariedade no combate à fome, até a simples divisão entre os participantes do mutirão de manejo. Claudia resume algumas características do MAP-BC:

O projeto MAPBC (Mutirões Agroecológicos Pedagógicos para o exercício do bem - viver na Baixada Campista) surgiu de uma horta escolar, porém ele é muito mais, pois surgiu de pessoas insatisfeitas e que se uniram com propósito de fazer cumprir uma política pública, que é a função social da terra. Coletivo esse que em meio a tantas diferenças etárias e ideológicas, se juntou e organizou para mudar o cenário local. Entendendo a urgência de se colocar em prática uma ou várias ações que, diante do cenário do medo, do desconhecido e da fome, pudesse transformar a realidade local. (Barreto, 2023, p. 13)

A solidariedade é pedagógica no sentido de alimentar a realização de novas práticas de reciprocidade. O aprendizado coletivo gerado em reuniões de trabalhos em grupo, na partilha do alimento, na união de esforços para promoção do bem viver permite experimentar saberes condenados à extinção pelo mundo do consumo.

Citamos três exemplos de ação de solidariedade que vivenciamos:

A *Feira Itinerante da Baixada Campista – FIBC* surge como uma proposta de organização camponesa de circuito curto, pois, após uma interessante experiência de Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis, rendendo algumas edições realizadas em parceria com instituições na região metropolitana do município de Campos dos Goytacazes, as famílias manifestaram interesse na construção da feira de abastecimento no próprio território.

A feira sempre soube aproveitar o seu potencial espaço de construção coletiva de conhecimento. Assim enfatizou Manoel, militante do MPA, membro do Coletivo de Educação Camponesa: “nunca saiu de cogitação, pois serviu para distribuição de jornais, panfletos (...) Valorizando os múltiplos saberes que podem ser trabalhados pela educação popular em seus círculos de cultura” (RIBEIRO et al 2023).

Para além de um espaço de comercialização, a feira é um espaço de conscientização política sobre os processos de produção de alimentos, da agroecologia e da valorização de alimentos produzidos localmente através das relações sociais tecidas durante as feiras e o diálogo com os consumidores. (...) A organização da FIBC baseia-se em alguns princípios libertários do apoio mútuo entre trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade (Ribeiro et al, 2023).

Um dos exemplos dessa manifestação de solidariedade na luta popular foi a ação direta de apoio à greve dos petroleiros, no início de 2020 – semanas antes da

entrada da Pandemia de covid-19. Conforme registrado nas redes, foi “um banquete típico de roça com produtos agroecológicos doados pelas famílias que compõe a Feira Itinerante da Baixada Campista no norte do estado fluminense” (website MPA 2020). A atividade foi no piquete de greve montado no Heliporto do Farol de São Thomé, onde o MPA ofereceu pratos como *João deitado* (uma broa de milho assada em folha de bananeira), aipim e banana da terra cozidas, sucos, garapa, café etc. Foi um momento importante, com mais de 70 companheiros e companheiras em ocupação de greve. Literalmente, pudemos saborear a Aliança Camponesa e Operária por meio dessa ação simbólica.

O MPA-RJ organizou nesta manhã de terça-feira (11/02/2020) no Heliporto do Farol de São Thomé uma mesa farta de alimentos agroecológicos para os petroleiros e petroleiras mobilizados naquele ponto estratégico de embarque para as plataformas da Petrobrás. Houve um discurso de companheiros petroleiros e do MPA contextualizando a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo nesta greve que tenta barrar a privatizar a Petrobrás.¹²⁸

Imagem 65 – Feira Itinerante da Baixada Campista e Café Camponês em Solidariedade aos Petroleiros em Greve, 2020



Fonte: acervo do autor

¹²⁸ <https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-realiza-cafe-do-campesinato-com-os-petroleiros-que-estao-em-greve-no-heliporto-no-farol-de-sao-thome-rj/>

Mais um exemplo de ação de solidariedade de classe foi camponeses do Bonfim Petrópolis – RJ organizarem cesta para homenagear trabalhadores da cidade. Na composição da Cesta de alimentos, priorizamos aqueles que fortalecem o sistema imunológico; reunimos alface (crespa, lisa e roxa), chicória, couve, banana, ervas medicinais e temperos como cebolinha, salsa, flores de capuchinha, sálvia, louro, capim limão, lavanda, alecrim, manjerição, alfavaca, cúrcuma e gengibre (MPA 2020). Segue o registro da matéria publicada no website do MPA sobre a doação simbólica daquele 1º de maio.

Camponeses da comunidade rural do Bonfim partilham cestas de alimentos saudáveis (agroecológicos) no dia 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, com famílias do centro de Petrópolis-RJ. A ação do MPA materializou na região serrana a política nacional de combate à crise socioeconômica aflorada nesta pandemia de COVID-19. A entrega de cestas camponesas nesse dia histórico de luta dialogou, de forma prática, com a Campanha Mutirão Contra a Fome. A nossa mística camponesa se fortalece na caminhada ombro a ombro com as lutadoras e os lutadores da cidade. Somaram-se a organização dessa atividade dois setores combativos de Petrópolis, o Movimento de Comunidades Populares (MCP) e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE).¹²⁹

Nessa homenagem do MPA, vemos a materialização da estratégia da Educação Camponesa de relacionar a importância do papel do campesinato na produção e abastecimento alimentar e a luta em defesa do direito dos trabalhadores com o consumo de alimento saudável e acessível. A escolha das representações homenageadas, MCP e SEPE, objetivou a celebração da aliança camponesa e operária, simbolizada pelo movimento camponês entregando a cesta aos movimentos populares e sindicais ligados à defesa da educação nos espaços formais e à educação popular no cotidiano dos espaços de luta. Acreditamos na força da luta camponesa aliada às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade. Nesse sentido, o MPA em Petrópolis esteve presente nas mobilizações ocorridas nos centros urbanos do município, conquistando novos militantes, organizações parceiras e apoiadores oriundos de nossas trocas com segmentos estudantis, movimentos populares e organizações políticas classistas, formando um grupo de mobilização do MPA na cidade, que faz solidariedade das lutas. Promove o debate da aliança do campo e da cidade por soberania alimentar e poder popular.¹³⁰

¹²⁹ <https://mpabrasil.org.br/noticias/resgate-da-trajetoria-de-cinco-anos-para-a-mobilizacao-do-mpa-petropolis-rj/>

¹³⁰ <https://mpabrasil.org.br/noticias/acao-do-mpa-no-rj-promove-apoio-mutuo-entre-o-campo-e-a-cidade/>

Imagem 66 – Entrega de cestas camponesas no 1º de maio, Petrópolis-RJ, 2020



Fonte: MPA arte Sam.

Foi interessante notar a visibilidade que o MPA conquistava com os setores combativos da cidade de Petrópolis, o que crescia a cada ação classista nas quais nos fazíamos presentes. Aos poucos, germinava, na pedagogia da luta e na pedagogia do exemplo, a problematização da Educação Camponesa. A cada ato, reunião, marcha, visita a experiências comunitárias e espaços sindicais, conseguimos problematizar sobre a nossa estratégia de luta para a transformação da sociedade sintetizada no plano camponês. Apresentávamos a agroecologia como ferramenta de soberania alimentar por meio da construção de um sistema popular de abastecimento, além de nos diferenciar de outras correntes, que, apesar de eficientes na produção de alimentos saudáveis, não davam conta das contradições do abastecimento nem criticavam o agronegócio.

Crescia o interesse desses setores combativos de conhecer as unidades de produção camponesa, aprender mais sobre agroecologia no território onde a comida é gerada. Sendo assim, alguns mutirões serviram de aprendizado teórico/prático, atraindo bastante apoiadores.

É no campo, é no cultivo, é na colheita, é nas relações sociais, é nas condições de vida no campo que acontece a base da formação da consciência camponesa, é no território que a vida pulsa, é no território que as lutas acontecem, é no território que se faz agroecologia, é no território que se educa que se produz Soberania Alimentar. (MPA, 2020, p.03).

Alguns dos mutirões ocorreram no Vale do Bonfim onde várias mãos, braços e corações se reuniram para o plantio de mudas, manejo de áreas, colheitas, preparos

de insumos agroecológicos, trabalho com sementes. Como registrado na fala de um dos camponeses do Bonfim:

Nesses últimos anos tivemos agenda bastante movimentada, com visitas às experiências locais, outras visitas de intercâmbio, realizações de reuniões, encontros culturais, mutirões de manejo agroecológico, atividades na comunidade escolar sobre educação do campo, reuniões de núcleo de base etc.¹³¹

Imagem 67 – Mutirão unidade camponesa AGROECOVIDA - Bonfim - Petrópolis-RJ



Fonte: acervo do autor

Por conta dos efeitos do deslizamento na cidade de Petrópolis no período de fortes chuvas em 2021, a situação de crise alimentar da população trabalhadora durante a pandemia se agravou, com a calamidade de mortes, desaparecimentos, perda de casas. Os movimentos populares denunciaram essa crise sistêmica de exploração capitalista, mudanças climáticas, abandono político da saúde, alimentação, habitação pelo Estado. Diversas ações de solidariedade foram geradas em apoio às vítimas daquela tragédia sócio-ambiental. O MPA se juntou com outros

¹³¹ <https://mpabrasil.org.br/noticias/acao-do-mpa-no-rj-promove-apoio-mutuo-entre-o-campo-e-a-cidade/>

movimentos populares buscando contribuir no apoio às famílias atingidas. Uma dessas ações de inserção do MPA foi o Mutirão de Quentinhas, iniciativa que partiu da própria comunidade do Contorno, em solidariedade de trabalhador para trabalhador. Pudemos aprender com esse e com vários outros exemplos de consciência popular política a partir da convivência com os moradores do Contorno, uma base comunitária histórica de luta por moradia onde nasce o núcleo do MCP de Petrópolis.

O MPA RJ enviou 80kg de arroz, 40kg de feijão cariquinho, 45kg de batata doce e inhame, 18kg de tomate, 10kg de café, 20kg de fubá e 10kg de canjiquinha, parte para a cozinha solidária organizada pelo MTST RJ e outra parte para a Escola Municipal Leonardo Boff, onde também foi montada uma cozinha de campanha em parceria com o Movimento das Comunidades Populares – MCP. Juntas as duas cozinhas serviram cerca de 1200 refeições e 1000 lanches.¹³²

Imagem 68 – Mutirão quentinhas SOS Petrópolis



Fonte: acervo do autor

¹³²

<https://mpabrasil.org.br/noticias/movimentos-sociais-se-organizam-para-levar-solidariedade-em-petropolis-rj/>

A partir das nossas trocas entre saberes da educação comunitária do MCP e da Educação Camponesa do MPA, desdobraram-se várias outras parcerias com as famílias, nas lutas em defesa do território, nos projetos pedagógicos da escola local, na promoção da soberania alimentar, etc. Segue a mensagem de convocatória nas redes sociais da comunidade do Contorno:

Boa tarde! Estamos divulgando o V encontro na escola sobre alimentação, que ocorre mensalmente. É um encontro sobre alimentos agroecológicos em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA. Iniciamos com o café agroecológico às 9h30m e uma roda de conversa logo a seguir. Finalizamos com um almoço e a entrega de alguns alimentos dos agricultores de práticas agroecológicas. Nossa proposta nesses encontros é divulgar e fortalecer a importância dos alimentos de verdade e sem veneno com uma roda de conversação das nossas memórias sobre a alimentação. Será amanhã, último sábado do mês de janeiro. É um encontro imperdível. Companheiros, Companheiras, (rede social do MCP).

Imagem 69 – Encontro sobre alimentação MPA E MCP. Local: Escola Leonardo Boff, 2024



Fonte: Coletivo de Soberania Alimentar

Como o Coletivo de Educação Camponesa apresenta sobre a nossa crítica às contradições das políticas de Estado, não somos donos da verdade, mas precisamos intensificar nossa estratégia e gerar o diferencial de nossas ações políticas.

Não somos o dono da verdade, nossas elaborações são frutos da nossa prática, dos desafios e das contradições e também, das contradições do Estado que transforma o ser Camponês em objeto e desvincula o conceito do projeto e da estratégia que incube a educação Camponesa. Pois a Educação Camponesa se faz na ação humana que recupera e projeta, continuamente, a sua história superando as contradições que inibem o pensamento libertário - é o educar coletivo que rompe as barreiras da escola formal, da academia e da ciência tradicional (Apresentação MPA, 2019).

Retomamos, novamente, a experiência libertária de Estibaliz Redondo, agora, dialogando um pouco com a sua sistematização de dois anos, como ela explica:

[...] inserida no estudo da organicidade das comunidades e do Movimento dos Pequenos Agricultores como um todo, por meio de mutirões e oficinas de bioconstrução, participando e observando como a organização se transforma com propostas pedagógicas e de luta, como o trabalho coletivo e as construções materiais contribuem em construções mais simbólicas de identidade e pertença (Redondo, 2021, 30).

Foi possível debatermos bastante as contribuições do legado libertário para o campesinato no intervalo de tempo entre a oficina do mutirão em bioconstrução, promovida por Esti no Sítio do Birico, e a conclusão de sua pesquisa defendida na ENFF, com o título *Análise dos processos de bioconstrução coletiva na formação de identidades territoriais e afirmação da organicidade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia*. Esti explica o contexto de inserção da bioconstrução:

A primeira parte é a base para toda a discussão sobre moradia camponesa que acontece no movimento e que sustenta a luta pelo programa Minha Casa Minha Vida¹³³, assim como a experimentação com técnicas bioconstrutivas. A segunda fundamenta a pedagogia do mutirão nas construções (Redondo, 2021, p. 30).

Para a superação da leitura de senso comum a respeito de um trabalho prático braçal de construção, muito visto como penoso, Esti problematiza a prática isolada do esforço individual. Assim, agrega o papel do mutirão como aprendizado de outras relações com possíveis origens populares.

Quando o processo de bioconstrução é individual ou até familiar, o adobe pode resultar muito penoso. Entendemos a bioconstrução para este estudo como um processo coletivo, um intercâmbio de aprendizagens que pode ser feito no mutirão ou mediante oficinas e que tem como objetivo atingir as necessidades da comunidade ou das pessoas que são parte dessa comunidade (PICKERILL, 2008)¹³⁴. Traz não só a autonomia econômica como também formas de organização coletivas, novas relações sociais e resgate de identidade camponesa, indígena e quilombola (Redondo, 2021, p. 53).

¹³³ PNHR Habitação rural.

¹³⁴ A autora cita um trabalho que não buscamos acesso, mas que disponibilizamos a referência aqui: PICKERILL, Jenny. Building collectively is greener, easier and cheaper. In: **Communities** N 179, 2008.

Esti verifica que os mutirões promoveram identidade coletiva por meio das construções de habitação, filtros, fogão, biblioteca e centro de formação, como veremos mais adiante.

A bioconstrução coletiva resgata o valor social do mutirão e da vida comunitária. Reconhece o trabalho como valor de troca e vai mudando os territórios, construindo novos, e criando assim as territorialidades próprias que os movimentos procuram. (...)Nessa época também foram construídas em mutirão outras obras de bioconstrução como um filtro de água, um fogão coletivo e a biblioteca (Redondo, 2021, p. 56).

O trabalho de Esti reúne a tecnologia social da bioconstrução com o fortalecimento da identidade territorial promovida pelos mutirões na construção coletiva da Educação Camponesa, destacando a problematização da herança autoritária do patriarcado sobre o domínio da construção. Como resposta a essa condição, podemos citar o brilhante exemplo de Ação Direta do Coletivo de Gênero no fortalecimento da organização das mulheres como protagonistas do avanço no debate dessa bandeira estratégica para o MPA.

As mulheres também começam a se organizar, são as mais ativas do assentamento. Organizam atividades quase toda semana, participam do mutirão, de outras oficinas que tem na comunidade e começam fazer mutirões próprios para se ajudar nos quintais. Até fazem uma bioconstrução própria. O reconhecimento da comunidade não chega e toda vez que tem atividade as colocam na cozinha. Começa uma articulação para mudar a situação. Na obra começam tímidas, com medo e vergonha, mas vão tomando conta (Redondo, 2021, p. 56).

Mais um exemplo da importância da auto-organização do território foi o fato do mutirão demonstrar a viabilidade econômica da prática em contraposição ao assistencialismo e à burocracia muito presentes nas contradições do Estado. Das estruturas de bioconstrução realizadas pela força do apoio mútuo podemos citar a casa de sementes comunidade, biblioteca e espaço de reunião Terra Nossa (Imagem 70). Esti descreve o caso da casa de sementes.

Para isso as casas de sementes locais são um passo importante e a bioconstrução chegou para abrir a porta dessa possibilidade, construir uma pequena casa de sementes em mutirão para depois poder replicar ela em outras comunidades. De fato, existe um projeto do Estado da Bahia de R\$57.000 para a construção de uma casa de sementes no território, é um projeto que assinaram em 2017 e que está enrolado em burocracias. Frente ao projeto do estado, a bioconstrução trouxe autonomia e assim foi falado no grupo de debate que avaliou as fortalezas e debilidades do processo. O custo

da casa de sementes construída com materiais locais e em mutirão teve um custo perto aos R\$100 em materiais, e a mão de obra de 10 pessoas durante cinco dias (incluímos aqui a mão de obra de quem garantiu a 107 alimentação, a água e os outros cuidados imprescindíveis para o desenvolvimento da obra) (Redondo, 2021, p. 106-107).

Imagem 70 – Casa De Sementes Comunidade De Tigre-BA, Primeiras Bioconstruções do Terra Nossa: Biblioteca e Espaço de Reunião Terra Nossa (NÃO TERMINADO)



Fonte: Redondo, 2021

Em um de seus artigos, Silva avalia como as ações conquistadas por meio de políticas públicas e as ações de autogestão comunitária se completam na proposta do Plano Camponês como projeto estratégico de desenvolvimento territorial. Silva ilustra com o caso do assentamento Terra Nossa.

O assentamento está em processo de estruturação através de projetos e trabalhos coletivos, garantido com muita luta do MPA, no qual se destaca a moradia camponesa, multiplicação de sementes, barracas para comercialização, kit de irrigação, trator e apicultura. No que se refere ao projeto de multiplicação de semente, foram implantados campos para plantio almejando a recuperação de sementes, por causa da estiagem na região as comunidades acabaram perdendo e/ou diminuindo suas sementes

nativas/crioulas. Também já conseguem experimentar, através de mutirão, um processo de irrigação em algumas áreas para plantar; feijão, milho, melancia, aipim, banana e com sistema simples de irrigação em áreas ao redor do canal planta hortaliças como: cebolinha, alface, coentro, pimentão, rúcula, repolho e outros (Silva, 2021a, p.273).

Imagem 71 – Primeiro ato público no Espaço de Reunião Terra Nossa, assinatura dos lotes de irrigação com representantes do governo do estado da Bahia, 2019



Fonte: REDONDO, 2021, p. 148

Concluimos com Derli Casali citando as palavras de um camponês piauiense, seguida da poesia de Gilmar e Valter, que, talentosamente, sintetizam com sua arte esse nosso exercício de conceituação da Educação Camponesa.

Assim disse um camponês de Valença, Piauí: “antes de chegar por aqui toda essa modernidade, toda essa tecnologia, a gente construía uma casa em pouco tempo. A gente, em mutirão, fazia as telhas, os tijolos, retirava a madeira da Caatinga sem prejudicar nada, rebocava com massa feita com estrume verde de animal, passava cal. As portas e as janelas eram feitas com a madeira serrada em casa. Tem casa com mais de 100 anos perfeita (Casali, 2019, p. 39).

Educação Camponesa

VALTER ISRAEL DA SILVA E GILMAR FERNANDES - MPA PARANÁ

Vou falar pra vocês / Do tema da educação
Que no atual sistema / Com a nucleação
Afasta a juventude do Campo / E traz de montão

Conteúdos deslocados / Longe da comunidade
O professor é quem sabe / É dono da verdade
E o à-luno é tido / Como sem capacidade

O sistema é voltado / Para o mundo das cidades
Esquece a comunidade / Fala do mundo lá fora
O Campo se ignora / Se prepara pró-urbano
Em consequência deste plano / A juventude vai embora

Mas temos uma proposta / Que aqui vou apresentar
Propomos a reversão / Da nucleação escolar
Pra nossa realidade / A escola aproximar

Pois assim será possível / Estudar nosso ambiente
Pensar a comunidade / De uma forma diferente
Gerando desenvolvimento / Que contemple a nossa gente

E esta nossa proposta / Já possui base legal
Lei de diretrizes e bases / Constituição federal
Estatuto da criança e adolescente / E resolução do conselho nacional

Basta ser posta em prática / Esta legislação que é tão boa
Mas o povo desconhece / As autoridades deixam a toa
E esta mudança exige / Protagonismo das pessoas

É uma luta de todos / Pais, estudantes, profissionais da educação
Movimentos sociais / Todos juntos dando as mãos
Enfrentando este sistema / Em um grande mutirão

Só assim Teremos força / Disso eu tenho certeza
Lutaremos todos juntos / Com unidade e firmeza
Faremos o mutirão / Da educação Camponesa

Serão palestras, debates, debates / Audiências, negociações
Com uma pauta montada / A partir das discussões
Pra tomar políticas públicas / Nossas reivindicações

A educação que queremos / E que vamos defender
Pensa a comunidade / Como vai se desenvolver
E afirma o Campo como / Melhor lugar pra viver!

5.2 FoFEC - Fórum Fluminense de Educação do Campo

*Acredito ser uma perda de tempo fazer
Educação Popular fora de um projeto de sociedade.
A Educação Popular é, podemos assim dizer, o combustível
que alimenta o nosso plano estratégico, que dá viço à prática libertária.
(Casali, 2019, p 70)*

A inclusão do relato do FoFEC no capítulo de Educação Popular parte da leitura de que o fórum surge da capacidade da sociedade se organizar na luta por direito à educação de qualidade, pela promoção do espaço coletivo de problematização, inspirando-se em outras organizações de caráter participativo. Muito do FoFEC foi construído com base em reflexões conjuntas com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro-AARJ; como a construção de regionais e diálogo de saberes entre instituições formais e organizações dos movimentos sociais e sindicais.

Como princípio político, o MPA buscou defender a construção de pautas e debates de baixo para cima – fruto do grau de mobilização de cada território das regionais – para, assim, chegar à expressão do fórum estadual. Com essa prática, fez contraposição a inúmeras tentativas de disputas oportunistas que atravessamos repetidamente, todas combatidas, sendo algumas registradas em cartas denúncias. O recorte do relato compreende desde sua fundação, em 2013, até o seu último encontro presencial, em 2019. No período seguinte, a secretaria colegiada do FoFEC conseguiu promover reuniões remotas, com elaboração de documentos pontuais, mas não encontrou condições de materializar um novo encontro presencial estadual sem prejuízo dos princípios acumulados.

Para compreender o contexto da fundação do FoFEC, reuniremos alguns dados e apontamentos sobre as contribuições do Coletivo Educampo, desde sua base em Campos dos Goytacazes, a sua articulação com o crescente debate sobre Educação do Campo no estado e a soma com grupos, militantes, experiências, movimentos e fóruns de outras regiões do Rio de Janeiro. Esse processo culminou na fundação do Fórum Fluminense de Educação do Campo e no amadurecimento coletivo de seu papel estratégico.

Julgamos necessário destacar, nesses apontamentos, a trajetória e desempenho do Coletivo Educampo, desde a sua fundação junto ao recém-criado Assentamento Zumbi dos Palmares em Campos. Identificamos, nesse processo, um

pioneirismo alimentado por seus acúmulos, o que influenciou fortemente a fundação do Fórum Fluminense de Educação do Campo.

Com base no acervo gerido pela secretaria do FoFEC, no qual encontramos registros como atas, listas de presença e manifestos, podemos sistematizar uma trajetória de atuação em defesa do direito à educação de qualidade, pautada nas demandas presentes nas agendas dos movimentos sociais do campo que construíam, desde a base, os encontros do fórum. Reunimos algumas dessas atividades desempenhadas traçando uma linha que conecta cada um dos encontros com a construção de saberes coletivos. Ressaltamos o papel mobilizador do FoFEC, ao optar por instrumentos participativos para a garantia da diversidade fluminense e se apresentar como uma representação estadual, em vez de buscar se impor, equívoco que tragicamente ofuscaria as distintas expressões existentes.

Observamos como, a cada encontro, a auto-caracterização ganhava corpo e conceito na contribuição de suas experiências dedicadas a se articular umas com as outras, em nível estadual, para construir, coletivamente, uma instância estratégica em defesa da Educação do Campo. Processo realizado sem sobreposição, garantindo a diversidade das realidades fluminenses e o fortalecimento da unidade nas lutas sob a consigna do FoFEC.

Buscamos, neste tópico, resgatar informações sobre a contextualização da Educação do Campo no norte fluminense, por meio da pesquisa em fontes registradas pelos movimentos sociais do campo, investigando elementos que fomentaram a articulação de distintas regiões do estado para a fundação do Fórum Fluminense de Educação do Campo-FoFEC, em 2013. Instância que, atualmente, funciona na costura harmônica do diversificado perfil de experiências desse setor em várias regiões do estado do Rio de Janeiro.

Um grande marco a se destacar foi no ano de 1997. Enquanto, na esfera nacional, era realizado o *I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA*¹³⁵, no município de Campos dos Goytacazes, consolidava-se a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, cuja entrada no Rio de Janeiro ocorria a partir da atuação junto à Comissão Nacional da Terra-CPT, para a formação do Assentamento Zumbi do Palmares.

¹³⁵ Com o I Enera, confirmou-se a necessidade de uma articulação entre os diversos trabalhos em desenvolvimento, bem como sua ampliação, frente à grande demanda dos movimentos sociais por educação em territórios camponeses e à situação deficitária da oferta educacional no campo, agravada pela ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação.

O Assentamento Zumbi dos Palmares está entre os 10 assentamentos localizados no município de Campos e é fruto da ocupação ocorrida em 12 de abril de 1997 nas terras da extinta Usina Sucroalcooleira São João. Tal ocupação foi realizada por trabalhadores reunidos e organizados pelo MST juntamente com agentes da CPT, tendo recebido a imissão de posse em 27 de novembro do mesmo ano. Nele residem 506 famílias. A maior parte das terras do assentamento está localizada no município de Campos dos Goytacazes estando uma parte delas localizada no município de São Francisco do Itabapoana, também no estado do Rio de Janeiro (Gonçalves, 2012, p.12).

Segundo encontramos nas sistematizações de Abreu (2009), a partir de 1998, em Campos, em meio aos colaboradores que militavam com as pautas levantadas para desenvolvimento das condições de vida das famílias assentadas nos 5 núcleos do PA Zumbi dos Palmares, um grupo de organizações e trabalhadores tomou a iniciativa de atuar com a bandeira da educação, começando a se organizar para debater e refletir sobre o tema. Assim, formou-se o Coletivo EduCampo¹³⁶, a fim de acionar e sensibilizar a sociedade e o poder público municipal e estadual para a implantação de políticas públicas de Educação do Campo naquele município.

Identificamos nas atas de reuniões do Coletivo Educampo um novo posicionamento, que inaugurava uma nova fase na luta por uma Educação Básica do Campo no assentamento, que se refletiu diretamente no movimento pela re-abertura da escola estadual que estava desativada. No início de 2002, inicia-se um processo de diálogo, materializado em reuniões permanentes com assentados dos diversos Núcleos do Zumbi e dos outros assentamentos e acampamentos que se constituíram, juntamente com representantes da CPT, do MST, SEPE e da UENF. Nestas reuniões, os agricultores se mostraram realmente interessados na instalação de uma escola que correspondesse aos seus anseios, que educasse seus filhos para a realidade do campo, mas que também lhes fornecesse uma formação que possibilitasse o acesso a outros segmentos do sistema educacional e ampliação de perspectiva de trabalho (Abreu, 2009, p. 03-04).

Por mais de duas décadas, esse coletivo reuniu pessoas de diversos setores para a conquista e manutenção de direitos. Foram elaborados inúmeros espaços de debates e formação, acompanhamento de experiências de Educação Popular, fortalecimento da cultura camponesa e participação, como sociedade civil, em

¹³⁶ Como registou ABREU em seu trabalho, "O coletivo é composto por trabalhadores/as rurais Sem Terra, organizações e movimentos sociais, com trajetória na luta pela terra e/ou educação: Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comitê Popular de Erradicação do Trabalho Escravo/NF, Sindicato dos Profissionais da Educação e professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense." (ABREU, 2009, p. 02)

programas de Educação do Campo; como o *Projovem Campo-Saberes da Terra*¹³⁷, *Campo-Campus - UFRRJ*¹³⁸, *PRONERA LEC UFRRJ*¹³⁹, *LECAMPO ISEPAM/FAETEC – RJ*¹⁴⁰ etc.

Avaliamos que no decorrer de todo o processo, o Coletivo EduCampo pode ser reconhecido como protagonista, sujeito fundamental e determinante no processo de construção e implementação da Política Pública de Educação do Campo, no município. As experiências e ações foram permeadas por uma metodologia participativa que, concretizada em reuniões, seminários e mobilizações, representou momentos significativos de construção coletiva de conhecimento. Através de uma troca de saberes, este caminhar poderá possibilitar a edificação efetiva de uma educação que valoriza a cultura e a identidade do campo, partindo da realidade, demandas e sonhos dos/as camponeses e camponesas. Hoje, os/as assentados/as da reforma agrária afirmam: “depois da terra, a luta pela conquista da educação”. Este lema tem contribuído para sustentar a constante participação compromissada de todos os sujeitos envolvidos nessa construção, bem como aumentar a crença na possibilidade da concretização de uma experiência de Educação do Campo, impulsionadora de um projeto popular de desenvolvimento do campo (Abreu, 2009, p. 08-09).

No relatório da Comissão Pastoral da Terra de 2014, podemos encontrar a citação do Coletivo Educampo como peça constituinte da construção de um curso de licenciatura nas áreas de ciências da natureza e matemática voltado à formação de professores para atuarem nas escolas do campo. Experiência que, anos depois, quando consolidada, gerou muita preocupação aos membros do coletivo, devido aos “desserviços” prestados pela instituição executora – a FAETEC.

¹³⁷ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na modalidade Campo – Saberes da Terra oferece escolarização e qualificação profissional para agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O curso tem duração de dois anos e é em sistema de alternância, dividido em tempo escola e tempo comunidade. Os agricultores participantes recebem uma bolsa e devem ter pelo menos 75% de frequência. Iniciando no ano de 2012, a partir dos encontros de Formação continuada, na Universidade Estadual do Norte Fluminense - (UNF), articulado com a Secretaria de Educação – SEEDUC e pelos movimentos sociais (Movimentos dos Trabalhadores Rurais – MST e Comissão Pastoral da Terra – CPT), sendo fruto de um processo e de gestão democrática e popular da escola. O PROJOVEM destinou-se a formar jovens agricultores, assentados, agricultores, caiçaras, ribeirinhos, que não tiveram oportunidade de concluir o Ensino Fundamental na idade adequada, possibilitando que os educandos e educadores enriquecessem seus conhecimentos e aprimorassem experiências. O tempo escola acontecia no CIEP 268, Travessão, onde foram desenvolvidas as atividades do currículo pertinente ao nível de escolaridade, dentro da Pedagogia de Alternância, foram usados livros do programa e outros materiais de apoio de didático.

¹³⁸ Intervenção Universitária: Campo e Campus. Jovens rurais protagonizando o fortalecimento da agricultura familiar e a construção do conhecimento agroecológico no Estado do Rio de Janeiro (2008-2011- CNPq- Edital 23/2008)

¹³⁹ SILVA, Robledo Mendes da. AMADOR, F. E. ; CAMPOS, Marília Lopes de ; *A construção curricular da licenciatura em educação do campo ufrj partindo da experiência libertaria e agroecológica com os sujeitos do campo e seus movimentos..* In: Lobo, Roberta; Perruso, Marco Antonio. (Org.). Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade: A Experiência da UFRRJ. 1ed.Brasília: Gráfica e Editora F&F, 2014, v. 1, p. 307-333.

¹⁴⁰ O curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática com ênfase em Ciências Agrárias, realizado no Instituto Superior de Educação Aldo Mylaert (ISEPAM-FAETEC), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), foi criado a partir do Programa de Apoio à Formação Superior de Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). Foi idealizado para atender a demanda na formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas do campo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática. Constituído de carga horária equivalente a 3.380 horas, o curso foi planejado para ser realizado em quatro anos e/ou oito etapas de curso. Adota um regime de alternância, subdividindo-se em Tempo Instituição ou Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC).

No dia 22 de março de 2012, no CIEP 268 Luiz Carlos Lacerda, em Travessão de Campos, foi realizado o *I Seminário sobre Educação no Campo do CIEP Travessão - I SECAMT/2012*. Essa atividade gerou muitos frutos para os seus participantes, pois trouxe informações valiosas para boa parte do público que ainda não conhecia a proposta da Pedagogia da Alternância, presente na Educação do Campo. Marcaram presença os representantes dos Movimentos Sociais, membros das comunidades rurais (pais, estudantes e demais moradores dos arredores do CIEP), profissionais da educação etc.

Levando em consideração que grande parte do município de Campos é rural, com culturas diversificadas, precisa contar com uma educação voltada para ela, com profissionais preparados para trabalhar com os educandos sem deixar de lado tudo que faz parte da cultura deles. As escolas urbanas ensinam que é necessário sair da “roça” para ter uma boa educação, a Educação do Campo foi criada para mostrar que não precisa sair do campo para aprender, pois o conhecimento está na experiência de cada pessoa independente de onde ela esteja. Considerando as diversas técnicas e fórmulas de produções agroecológicas, permite aos agricultores familiares (pequenos agricultores) podendo proporcionar, de forma segura e saudável, produções de alimentos sem agrotóxicos trazendo, para si e para os consumidores, alimentos de boa qualidade, evitando a sua própria contaminação e dos consumidores dos alimentos produzidos por sua família (I SECAMT/2012).

O I SECAMT/2012 reuniu os acúmulos de diversas experiências em Educação do Campo dos distintos territórios fluminenses. Experiências protagonizadas pelo pioneirismo dos movimentos sociais do campo, sindical e coletivos, que se somaram a intelectuais militantes das causas da Educação Popular e das questões agrárias para o fortalecimento de uma articulação de intercâmbios.

A presença de duas licenciaturas e uma pós-graduação em Educação do Campo no Seminário mostra que a Educação do Campo já deixou de ser um sonho e já faz parte da realidade de muitas pessoas, podemos comprovar isso com os representantes de pessoas que já estudam com a pedagogia da alternância no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Essas informações vem mostrar, em contrapartida com os altos índices de fechamentos de escolas rurais, que todos querem uma educação que considere a diversidade cultural de cada região e seus conhecimentos, ajude a proteger o meio ambiente, enfim, forme cidadãos preocupados com muito mais que somente um emprego, mas com o futuro do planeta e de todos que vivem nele (I SECAMT/2012).

Nesse seminário, o Movimento dos Pequenos Agricultores ofertou algumas vagas em um ônibus que partiria do Espírito Santo para a V Festa Nacional das

Sementes Crioulas, em Anchieta, Santa Catarina, no mês seguinte. O grupo constituído de educadores, educandos, agricultores e membros do Coletivo Educampo teve a oportunidade de participar de um encontro com a presença de mais de 30 mil pessoas, bem como de representações de camponeses de 15 países da América Latina e Europa. Durante aqueles dias em contato com o MPA, aprendeu-se muito sobre o papel estratégico do campesinato e a proposta organizativa das pautas de lutas daquele movimento, denominada Plano Camponês, no qual um dos eixos trata especificamente de defender a construção de uma Educação Camponesa.

Regressando ao estado, vários desses participantes passaram a colaborar nos trabalhos de base e mobilizações para a construção do MPA RJ. Inicialmente, atuaram nas denúncias a violações dos direitos dos pequenos agricultores de São João da Barra, que estavam sendo desterritorializados criminosamente para a implementação do Porto do Açú. Esse era mais um mega empreendimento apoiado pela CODIN do governo do estado e pelo fomento a empresários, oferecido pelo governo federal aos projetos neodesenvolvimentistas. Dessa forma, mais um movimento social passa a compor o Coletivo Educampo.

No fim daquele mesmo ano, nos dias 14 e 15 de dezembro, foi convocado um Seminário de Avaliação e Monitoramento da Licenciatura em Educação do Campo - LECAMPO ISEPAM/ FAETEC – RJ, realizado no próprio Auditório do ISEPAM – Campos dos Goytacazes – RJ. A finalidade era fazer um balanço da licenciatura mediada pela instituição frente ao sucateamento estrutural, à negação dos princípios do Projeto Político Pedagógico e à dissolução arbitrária da Comissão Política Pedagógica por parte daquela instituição. Como cita no folder do seminário:

Seminário de Avaliação da LEC/ISEPAM:Desafios e Perspectivas da Educação do Campo no Rio de JaneiroOBJETIVO: Avaliar o processo de ensino e aprendizagem do curso de Licenciatura em Educação do Campo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática do ISEPAM. Por meio do debate dos pressupostos pedagógicos que orientam a organização do PPP e da CPP (SAMLECAMPO, 2012).

O encontro teve duração de dois dias, com a realização das inscrições dos participantes na sexta-feira, antecedendo um jantar oferecido no refeitório da instituição. A abertura ocorreu às 18h, seguida da apresentação das Experiências pedagógicas dos Educadores e Educandos da LEC/ISEPAM, encerrando-se com um breve debate. No dia seguinte, todos retornaram para um café da manhã e a abertura

das atividades com “Oficinas pedagógicas” e “Exposições pedagógicas”. No retorno do almoço, foi composta mesa para um “Fórum debate” com representantes da equipe técnico-administrativa e técnico-pedagógica do curso superior do ISEPAM, a diretora geral, a coordenação e um membro do setor de educação dos movimentos sociais do campo.

O resultado do seminário foi conflituoso, os responsáveis pela instituição não apresentaram argumentos convincentes para os questionamentos da comunidade. Tão grande foi a crise do calor do debate, que, ao final, a então coordenadora acadêmica da Licenciatura em Educação do Campo solicitou o seu desligamento do cargo.

Quando questionados sobre a extinção da Comissão Político Pedagógica, alegaram que não estava prevista no regimento da unidade pedagógica. Ao ser solicitado o Projeto Político Pedagógico do curso, a administração mudou de assunto. Foi decidida, no fim daquela tarde, a realização de uma ocupação do ISEPAM/FAETEC.

Acampados no instituto, educandos e agricultores construíram uma intervenção política por meio de uma instalação didática. Durante uma semana, o acampamento recebeu apoio de setores da esquerda, de acadêmicos, sindicatos etc. O Sindicato Estadual de Profissionais de Educação - SEPE propôs atividade e o SINDIPETRO NF fez doação de alimentos. Todos que frequentavam o ISEPAM no período experimentaram uma lição criativa de poder popular.

O clima era de aprendizado: uma mesa farta de comida foi montada, palestras, saraus de poesia e rodas de música eram oferecidas à comunidade. O movimento conquistou novos simpatizantes para a Educação Popular com aquela rica ornamentação camponesa e programação cultural diversificada. Ali, ficou marcada a nossa escolha pela Educação Popular como norteadora da Educação do Campo. Marlene Ribeiro destaca o corte de classe da Educação Popular:

Não há acordo quanto à delimitação do conceito de educação popular, tal a multiplicidade de práticas às quais é aplicado, por isso é necessário pontuar alguns aspectos. O primeiro e fundamental é o corte de classe. Nessa perspectiva, o que caracteriza a educação popular é que a mesma não se aplica às classes que detêm o poder econômico-político (Ribeiro, 2010, p. 47).

Nesse contexto, o Coletivo Educampo, que completaria 15 anos de atividades, já interagira com várias outras iniciativas no estado do Rio de Janeiro e a nível nacional. Sua trajetória, ações e formações encamparam novas lutas que ultrapassaram o norte fluminense. O seu pioneirismo funcionava como aprendizado para outros coletivos que buscavam atuação com as demandas populares da educação e que surgiam como expressões organizativas de outros territórios fluminenses – podemos citar o Fórum de Comunidades Tradicionais, no Sul do estado, a CEFAA Rei Alberto, em Nova Friburgo, e o Fórum de Educação do Campo, de Nova Iguaçu.

Em meados do ano de 2013, o amadurecimento dessa conexão estadual possibilitou um grande passo organizativo, circulando, nas redes sociais, a convocatória para participar do encontro em Campos dos Goytacazes, no qual ocorreria o lançamento do até então denominado “Fórum Estadual de Educação do Campo”. Segue trecho de um correio eletrônico socializando o repasse das reuniões preparatórias:

[...] companheiros(as), estivemos em Campos durante dos dias 25 a 27 março 2013 para atividades de TC 5 da LEC PRONERA UFRRJ. Um dos importantes encontros que realizamos foi uma reunião com os companheiros da CPT de Campos para encaminharmos a formação do Fórum Fluminsense da Edu do Campo - 25 de maio - no CIEP de Travessão em Campos dos Goytacazes. No dia 26 de março, o grupo da LEC PRONERA UFRRJ foi para a sede da CPT em Travessão – Campos. Objetivo: discutir e preparar a org da formação do Fórum Estadual Edu do Campo em 25 maio em Campos. Presentes: além dos educandos e profa da LEC, os colegas da CPT de Campos (Viviane, Alcimaro, Marcelo e Arlene – CIEP Travessão) (texto de e-mail, 2013, acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ).

Nesse momento, ainda havia oscilação quanto à data e ao nome da instância, depois consolidada como FoFEC. Outro destaque é o suporte que, naquela época, o TC – Tempo Comunidade da experiência LEC PRONERA UFRRJ conseguiu oferecer. Continuamos com o conteúdo do correio eletrônico para registrar a mobilização e detalhes do repasse dos encaminhamentos.

A reunião aprovou uma série de encaminhamentos visando a preparação do Fórum, sendo os principais: a) o encontro visando a criação do Fórum será realizado no dia 25 de maio, no CIEP de Travessão (sábado, o dia inteiro); b) a companheira Norma do SEPE que havia se disponibilizado para ficar responsável pela comunicação, criará o e-mail para divulgação e inscrição dos participantes; c) Marcelo (CPT) ficou de construir um convite e uma ficha de inscrição e enviar para todos; d) houve uma divisão de atribuições para divulgação do convite e das inscrições entre os participantes para as diversas entidades nas diversas Regionais do estado-RJ (Regionais: Norte; Noroeste;

Serrana; Sul-fluminense; Médio Paraíba; Metropolitana); e) o prazo final para envio de inscrições será 20 de abril; f) o encontro terá um caráter de aprofundar discussões anteriormente já realizadas, analisar a situação do estado-RJ, apresentar experiências, analisar problemas vivenciados nas áreas na Edu do Campo e apontar alguns encaminhamentos, com organicidade por Regionais; g) o encontro será realizado pela manhã com GTS/Regionais e à tarde haverá apresentação dos GTs com sistematização visando encaminhamentos e organicidade; i) haverá distribuição de uma pasta com materiais sbr Edu do Campo para os participantes (impressão a ser realizada pela UFRRJ); j) haverá um próximo encontro em Campos no dia 23 de abril para avaliar as informações trazidas pelas inscrições e aprofundar a discussão sobre a metodologia do encontro (texto de e-mail, 2013, acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ).

Por fim, a autora compartilha o “estado da arte” dos materiais de divulgação ainda não finalizados, que, como sabemos, sofreram alterações. Enfatiza o motivo da mensagem que convoca parceiros para a construção desse instrumento de luta estadual (grifos da própria autora) e conclui destacando pessoas estratégicas e sugestões de segmentos fundamentais para serem mobilizados a participar da fundação do futuro fórum.

Seguem a sugestão do convite e da ficha de inscrição construídos pelo companheiro Marcelo Vianna (CPT) e que ainda está em processo de elaboração, só para vcs tomarem conhecimento. Marcamos um nova reunião em Campos no dia 23 de abril às 14h. O objetivo deste e-mail é socializar os encaminhamentos, já que o convite e a ficha de inscrição ainda estão sendo fechados. Quando chegarmos à versão definitiva, gostaríamos que os companheiros pudessem nos auxiliar da sgt forma: - Ramofly: divulgando junto aos contactos da Escola Ativa; - Roberta, junto ao FONEC, solicitando representação no encontro; - Trog, junto ao Fórum de Defesa da Educação Pública, solicitando tbm representação; - André Videira e Fabiana, enviando convite para Fórum dos Povos Tradicionais e representações de indígenas, quilombolas e caiçaras; - Lia, para nossos parceiros da Escola Rei Alberto - Friburgo (Frossard, Jaqueline, Gabriel, etc) - Robledo, divulgação junto aos nossos companheiros da AARJ, ASPTA e MPA; - Elis e Luana, para garantir a presença do MST; - Pautlinho e Lara estão sendo convidados para garantir a presença do Geo Agrária (FFP - UERJ S Gonçalo) - Fabrício e Maria, para convidá-los para equipe de registro e comunicação. De resto, estamos ainda construindo o encontro, todas as mobilizações serão bem-vindas! Abraços fraternos, marília. (texto de e-mail, 2013, acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ)

Nas semanas posteriores, foram afinadas as propostas, somaram-se os grupos do estado até então mobilizados, fechando a data e convite com o seguinte texto convocatório:

Considerando o artigo 28 da LDB e o Decreto 7.352/10 que institui a Política Pública de Educação do Campo que inclui agricultores familiares, quilombolas, assentados, pescadores, indígenas, assalariados rurais, extrativistas e pequenos agricultores, todas as demandas por construção de


escolas, formação de educadores, cursos profissionalizantes do PRONACAMPO deverão ser legitimadas pelos Fóruns Estaduais e Municipais. E é nesse sentido, que convidamos você a participar do Lançamento do Fórum Estadual de Educação do Campo que será realizado nos dias 14 e 15 de junho no CIEP 268 Luis Carlos de Lacerda em Travessão, Campos dos Goytacazes/RJ

Garantiremos:

Hospedagem - levar roupa de cama / Alimentação - (14) jantar, (15) café da manhã - almoço – lanche. (texto de e-mail, 2013, acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ)

Imagem 72 – Ficha de inscrição do I FoFEC, 2013

**I ENCONTRO DO FÓRUM FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO:
CONSTRUINDO DIREITOS**



9 - Linguagem, Identidade e Educação do Campo
10 - Educação Ambiental e Saúde das Populações do Campo, da Favela e das Águas
11 - Educação do Campo e Populações Tradicionais
12 - Educação e Juventude do Campo
13 - Educação do Campo e Alteridades Pedagógicas
14 - Outros

FICHA DE INSCRIÇÃO

Informações Pessoais	
Nome:	
Endereço:	Município: _____
Formação	
Graduação:	Instituição: _____
Especialização:	Instituição: _____
Mestrado:	Instituição: _____
Doutorado:	Instituição: _____
Endereço Profissional	
Instituição/Entidade:	
Necessário de hospedagem? sim () não ()	
Caso resposta afirmativa - levar roupa de cama	
Participação no Evento (marcar com x)	
Categoria de Inscrição	Quanto
Apresentação de Trabalho	
Título do Trabalho	
Comunicação Oral	
Poster	
Tipo de Trabalho	
Relatório de Experiências Educacionais	
Produção Cultural	
1 - Estrutura, Movimentos Sociais e Políticas Públicas em Educação do Campo	
2 - Currículo, Cultura e Educação do Campo	
3 - História e Memória da Educação do Campo no Rio de Janeiro	
4 - Infância e Juventude na Educação do Campo	
5 - Educação, Apropriação e Sustentabilidade no Campo	
6 - Educação Superior, Formação de Educadores e Inovação na Educação do Campo	
7 - Educação do Campo e Identidade Étnico-Racial	
8 - Educação Popular	

Parâmetro 15 de junho de 2013
Local: CIEP Luis Carlos de Lacerda - Travessão - Campos dos Goytacazes/RJ
Enviar ficha de inscrição para: fofec@gmail.com
ATE O DIA 11 DE JUNHO DE 2013

Parâmetro 15 de junho de 2013
Local: CIEP Luis Carlos de Lacerda - Travessão - Campos dos Goytacazes/RJ
Enviar ficha de inscrição para: fofec@gmail.com
ATE O DIA 11 DE JUNHO DE 2013

Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

Cabe ressaltar o efeito mobilizador das práticas pedagógicas desenvolvidas nos Tempo Comunidades da turma de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Os trabalhos dos educandos integrados nos territórios exerceram um papel de fermento para o debate nas comunidades. Pelo menos, três regiões se destacavam naquele momento: a região sul, com a forte presença das comunidades tradicionais quilombola, indígena e caiçaras; a região da baixada fluminense, com a temática dos assentamentos; e o norte fluminense, que, não bastando os conflitos territoriais, contava com uma experiência local de LEC em parceria traumática com a FAETEC (esta ignorava o acúmulo existente sobre educação do campo). Além da demanda

protagonizada pelos educandos das licenciaturas, outros fatores favoreceram a costura estadual, como: o apoio complementar da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ; as mobilizações estaduais pelo setor do Sindicato Estadual de Profissionais de Educação - SEPE-RJ¹⁴¹; os fomentos e fortalecimento dos movimentos sociais do campo para lutar em conjunto sob a bandeira da Via Campesina nesse estado.

Imagem 73 – Mesa do I FoFEC. CIEP Travessão Campos dos Goytacazes-RJ, 2013



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

No dia 15 de junho de 2013, foi realizado o I Fórum Fluminense de Educação do Campo - FoFEC¹⁴², resultante da canalização das parcerias estaduais de luta pela Educação Camponesa. Dezenas de participantes vieram de seus territórios (sul fluminense; serrana; baixada; litorânea.), na véspera, para se alojar no CIEP de Travessão de Campos, unidade escolar símbolo da mobilização social da época. A pluralidade de setores enriqueceu o FoFEC, que já nasceu com promessa combativa.

Inaugurado o Fórum Fluminense da Educação do Campo (FoFEC):
Reunidos no dia 15/06, no CIEP Travessão (Campos dos Goytacazes/RJ), representantes de diversos territórios do estado do Rio de Janeiro: sujeitos do campo; instituições e representações de vários movimentos sociais do campo (MPA, CPT e MST); sindicais (FETAG e SEPE) e educadores e

¹⁴¹ No país inteiro, houveram greves da educação naquele ano de 2013. Também no Estado do Rio as greves foram organizadas pelo SEPE-RJ e, em diversas regiões, o movimento se fortaleceu em suas lutas. Grande destaque para as greves e paralisações em Valença, Vassouras, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Caxias, São João, Itaboraí, Belford Roxo, Campos, Niterói, Japeri, Angra, Itatiaia, Mesquita, Cabo Frio, Arraial do Cabo, entre outros.

¹⁴² "Inaugurado o Fórum Fluminense da Educação do Campo (FoFEC): Reunidos no dia 15/06, no CIEP Travessão (Campos dos Goytacazes/RJ), representantes de diversos territórios do estado do Rio de Janeiro (...)" fonte: <http://www.ainfos.ca/13/aug/ainfos00014.html>

educandos das licenciaturas em Educação do Campo (ISEPAM e UFRRJ); do Projovem Campo-Saberes da Terra; estudantes da UENF e representantes de *associações de* Quilombolas. A fundação do FoFEC em terra goitacá alimenta nossa mística de luta por terra para quem nela trabalha e contra o agronegócio (mão de obra escrava, agrotóxicos, monocultura). (LIBERA, 2013, p.04)

Na lista de presença, estavam registrados representantes dos movimentos sociais e sindicais: Movimento dos Trabalhadores sem Terra-MST, Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, Comissão Pastoral da Terra-CPT, Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação-SEPE-RJ e Federação dos Trabalhadores na Agricultura-FETAG. Constavam ainda: educandos e educadores dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo LEC-UFRRJ e das Licenciaturas em Educação do Campo LECAMPO-ISEPAM; do PROJOVEM CAMPO-Saberes da Terra; estudantes de Agroecologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense; representante caiçara da Praia do Sono (Paraty); representantes das Associações de Quilombolas de São Pedro D'Aldeia e de Bracuí (Angra dos Reis); alfabetizadores dos quilombos do Norte Fluminense do Programa Brasil Alfabetizado. Estavam, também, técnicos e setores de políticas públicas das Secretarias Municipais de Agricultura de Campos e de Rio das Ostras; Secretaria Municipal de Educação de São Pedro D'Aldeia; Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC RJ); Diretoria Regional SEEDUC Norte Fluminense.

Foi organizada uma logística para a recepção e jantar das delegações que, devido à distância, necessitaram chegar no dia 14, seguidas de uma programação cultural para confortar a acolhida. Na sequência, o público pode se acomodar nas instalações do CIEP para repor as energias da longa viagem e se preparar para o sábado de fundação do fórum.

As atividades foram retomadas às 8h, após café da manhã com direito aos sabores e saberes do campo. A programação contou com apresentação dos grupos territoriais; exposição dos acúmulos de experiências; exposições das pautas peculiares de cada representação; síntese das demandas para construção da identidade coletiva.

Foi problematizada a violência no campo, que ameaça a permanência dos assentados, pequenos agricultores, caiçaras, indígenas e quilombolas, e o sucateamento das políticas para um desenvolvimento social do campo. Além disso, foram realizadas denúncias das intimidações que afetavam a segurança daqueles que

se recusavam a abandonar suas terras para o projeto do agronegócio, para a crescente especulação imobiliária e para serem terreno dos mega projetos neodesenvolvimentistas.

À tarde, houve resgate da sistematização da manhã, esboço de uma espécie de plano de ação e encaminhamentos. Mesmo reunindo uma ampla caracterização da Educação do Campo, ainda estávamos em estágio embrionário quanto à articulação. Algumas bandeiras unitárias poderiam ser identificadas pelo estado da arte.

As atividades do dia 15 de junho foram encerradas com um sentimento animador de aprovação do encontro. Lembrou-se, legitimamente, dos 15 anos do Coletivo Educampo e do compromisso coletivo dos presentes para a composição do FoFEC. Foram aprovadas novas edições dos fóruns itinerantes e, na sequência, escolhido o outro extremo geográfico do Rio de Janeiro como região que as receberia. Por fim, ficou apontada a construção do II FoFEC em terreno dos povos tradicionais de Paraty.

Podemos acompanhar os apontamentos do Fórum no registro elaborado pela equipe de sistematização formada pelos educandos das licenciaturas, documento que constituiu a carta final.

Reconhecemos a trajetória e o acúmulo histórico do “Coletivo EduCampo”, surgido a partir de 1998, atuando no Norte Fluminense. Esse fórum promete a soma dos esforços em nível estadual focando dentre outras bandeiras:

- Enfrentar a dificuldade de acesso e de permanência na Educação do Campo, por uma organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- Fortalecer a participação dos movimentos sociais na Educação do Campo, potencializando as ações da Via Campesina;
- Dentro do âmbito da diversidade dos sujeitos do campo, garantir atenção à especificidade dos povos tradicionais do campo, dos pescadores artesanais, extrativistas, povos ribeirinhos, atingidos por barragens, além dos pequenos agricultores, dos sujeitos acampados e assentados das áreas de Reforma Agrária;
- Denunciar e lutar contra a violência no campo, contra a criminalização dos movimentos sociais e lutar contra a política de fechamento e de nucleação das escolas do campo.

O e-mail fofec@gmail.com foi criado para garantir a socialização das informações e o próximo encontro acontecerá no Quilombo do Campinho, Paraty/RJ, em meados de setembro. “Não vou sair do campo pra poder ir pra escola, educação do campo é direito e não esmola!!!” (LIBERA, 2013, p.04)

Notamos o curto espaço de tempo entre a primeira e a segunda edições do fórum. O II FoFEC ocorreu nos dias 05 e 06 de outubro desse mesmo ano, tendo o

Quilombo do Campinho em Pataty como anfitrião. A mobilização local, com sua base nas comunidades dos povos tradicionais, apresentou, para o fórum, a sua luta pelo respeito às especificidades em relação ao campo da educação escolar contextualizada.

A segunda edição foi organizada com uma programação de dois dias. No primeiro, realizou-se o resgate dos acúmulos com a fundação do fórum no norte fluminense, seguido de um momento de reflexão sobre os territórios camponeses do estado. Após o almoço temático quilombola, houve uma dinâmica de apresentações batizada de “Resistências”, com a exposição rápida de diversos setores estaduais da Educação do Campo ali presentes. Foram convidados para esse momento: o Coletivo Educampo; educadores e educandos das Licenciaturas em Educação do Campo do estado; o Fórum Nova Iguaçu; EFA Friburgo; Pastoral da Juventude Rural; representações dos povos tradicionais; Projovem Campo, entre outros. Segue a proposta de programação elaborada para essa edição:

Imagem 74 – Programação do II FoFEC. Quilombo do Campinho da Independência no município de Paraty - RJ, 2013 (detalhe do equívoco da data)

II Encontro de Articulação do Fórum Fluminense de Educação do Campo - FOFEC



Programação

<ul style="list-style-type: none"> • Dia 05 de out 08:00 Acolhida 09:00 Memória do I Encontro 10:00 Mística da Terra 11:00 Diálogo dos Territórios camponeses 12:00 almoço quilombola 13:30 Resistências – Fórum, Coletivo, LECs, Fórum Nova Iguaçu, EFA Friburgo, PJR, Povos Tradicionais, Projovem Campo 16:00 Elaboração da Carta de Paraty 2013 18:00 Noite Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 06 de out 08:00 café da manhã 08:30 Fila do povo 09:00 Mística 09:15 Confeção Final da Carta de Paraty; 10:40 Leitura da Carta 11:20 encaminhamentos 12:00 almoço 13:00 despedida
---	---

02/10/2022 FOFEC

Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

No final da tarde do primeiro dia, inicia-se a confecção do documento *Carta de Paraty*, com os principais eixos para serem desenvolvidos ao longo do encontro. A carta foi endereçada “*Aos Entes Federativos Executivo, Legislativo e Judiciário*”, transmitindo uma das finalidades do instrumento, que era reivindicar o cumprimento legal de políticas públicas constitucionais. Abaixo, os trechos desse documento, lido no final da manhã de domingo para submeter a sua aprovação à plenária.

Paraty/RJ, 06 de outubro de 2013.

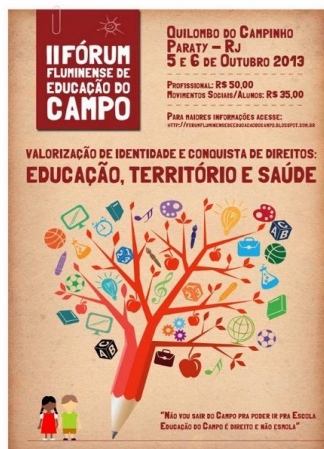
Aos Entes Federativos Executivo, Legislativo e Judiciário

Reunidos no II Encontro de Articulação do Fórum Fluminense de Educação do Campo no Quilombo do Campinho da Independência no município de Paraty – RJ entre os dias 05 e 06 de outubro de 2013 solicitamos junto aos órgãos executivos, legislativos e judiciários dos entes federados respostas no que tange ao não cumprimento das leis e da garantia dos direitos constitucionais aos Povos Tradicionais, do Campo, da Floresta e das Águas. Nós, (...) vimos por meio desta exigir que nossos direitos garantidos por leis e políticas públicas específicas tais como: a 11645/08, convenção 169 OIT, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que traz em seu texto as especificidades dos povos indígenas, sejam imediatamente atendidos, sobretudo, no que concerne ao âmbito da educação escolar. Reiteramos que a nossa denuncia foi direcionada ao ministério público há aproximadamente dois anos. (CARTA DE PARATY, 06/10/2013, acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ)

A segunda metade da carta denunciou a violência institucional exercida pela prática da não certificação dos estudantes da escola, mais um exemplo da negação dos direitos das aldeias a uma educação indígena. É apresentado o contexto da Aldeia Paraty-mirim (que funcionaria como extensão da Aldeia Bracuí), mas o problema não estava restrito àquela experiência, sendo recorrente, também, nas Aldeias da região Costa Verde, tais como: Aldeia Araponga, do Rio Pequeno e de Bracuí.

Tal configuração desse modelo escolar não contempla as necessidades específicas de nossa comunidade visto que, os estudantes não são certificados e não são reconhecidos pelo sistema regular de ensino. Diante do exposto acima, o problema verificado é que estes alunos não conseguem prosseguir em estudos posteriores. (CARTA DE PARATY, 06/10/2013, acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ)

Imagem 75 – Cartaz do II FoFEC. Paraty-RJ, 2013



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

Imagem 76 – Mosaico fotos do II FoFEC. Paraty - RJ, 2013



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

Aprovada a carta, o encontro seguiu para o seu encerramento. Ficou encaminhada a realização do III FoFEC para o primeiro semestre de 2014, no

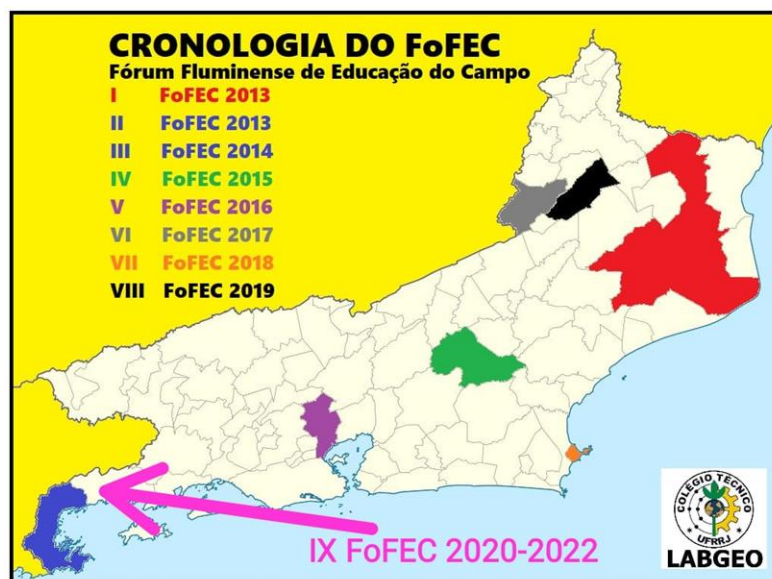
Território da Baixada Fluminense, tendo o Fórum de Educação do Campo de Nova Iguaçu como anfitrião do evento. Após o almoço, as demais delegações se despediram das companheiras e dos companheiros de luta da Costa Verde, retornando aos respectivos territórios.

Tabela 27 – Encontros do FoFEC (2013-2019)

FoFEC	TERRITÓRIO	SEDE ENCONTRO	ANO/MÊS/DIAS
I	Norte	CIEP Travessão em Campos dos Goytacazes	2013 – 06 -14 e 15
II	Sul	Quilombo do Campinho em Paraty	2013 – 10 - 05 e 06
III	Sul	CEMBRA – rua Marechal Deodoro, s/ nº - Centro Histórico de Paraty	2014 – 08 – 30
IV	Serra	CEEFA Rei Alberto em Nova Friburgo	2015 – 08-22
V	Baixada	Escola Municipal Sargento João Délio Escola do Campo próximo ao Assentamento Terra Prometida em Duque de Caxias	2016 – 08- 05 e 06
VI	Noroeste	UFF-INFES Campus Santo Antônio de Pádua;	2017 – 08 – 25 e 26
VII	Lagos	Cine Teatro Rasa Armação de Búzios	2018 – 09 - 22
VIII	Noroeste	IFF Cambuci	2019-10-19

TABELA - : Dados dos FoFECs (2013-2019)

Imagem 77 – Mapa “Espacialização dos FoFECs” (2013-2019)



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

Imagem 78 – Convite para o IV FoFEC. Nova Friburgo-RJ, 2015



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

Imagem 79 – Cartografia das Escolas do Campo do município de Duque de Caxias - RJ. V FoFEC, 2016



Fonte: SEPE Caxias, Elaborado pelo professor Arilson (2016).

Imagem 80 – Cartaz do V FoFEC. Duque de Caxias-RJ, 2016



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

Imagem 81 – Mobilização para o VIII FoFEC de 2019: Pré FoFEC da regional Sul, da regional Serrana e regional Norte Fluminense



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

Imagem 82 – Cartaz do VIII FoFEC. Cambuci-RJ, 2019



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

A organicidade do FoFEC aumentou com o decorrer dos encontros. Foram construídas secretarias tomando como base a realidade dos territórios. Em nove anos de existência, foram realizadas nove edições, com revezamento das diferentes regiões fluminenses – Campos dos Goytacazes, Paraty, Paraty, Nova Friburgo, Duque de Caxias, Santo Antônio de Pádua, Búzios, Búzios e Cambuci. No último FoFEC, realizado em Cambuci, o mais polêmico, a plenária de encerramento encaminhou a realização da décima edição no território do Bracuy. Previsto para o ano de 2020, o X FoFEC no Bracuy foi adiado em decorrência das medidas de segurança por conta da pandemia de covid-19. A Romaria da Terra e das Águas, que também havia escolhido o Bracuy para sua realização, passou a ser o nosso termômetro em relação às condições de reunir novamente representantes de diversas regiões do estado.

A Romaria foi realizada no ano de 2022, e secretários de algumas regionais do FoFEC compunham a sua organização. Surgiram propostas de realizar o X FoFEC antes, durante (como parte da programação da Romaria) e após a Romaria. As primeiras duas sugestões não ganharam peso porque demandavam melhor mobilização dos territórios. Além disso, era necessário evitar a confusão entre as duas instâncias, que se complementam, porém, precisam de condições para aprofundar os seus desafios. A realização das duas atividades em uma drenaria as energias da Romaria, bem como levaria ao risco de dispersar a plenária do Fórum, uma vez que

seria possível a presença de pessoas de fora do campo temático, participando e opinando sobre a estratégia do FoFEC.

Para uma próxima edição, segundo os acúmulos organizacionais históricos do próprio FoFEC, seria essencial realizar o pré-FoFEC em cada regional. Ou seja, construir, desde a mobilização local, o espaço que garante a diversidade de experiências formais e de Educação Popular no raio de ação das secretarias que se capilarizam nos territórios fluminenses. A partir disso, seria possível a construção da décima edição. Essa é a essência e razão de existir do FoFEC, abrir mão desse processo ameaçaria o seu papel.

5.3 Biopoder Camponês

*“É fundamental saber fazer, saber consertar, saber criar, saber curar.
Um saber teórico e prático. Um saber que cria autonomia,
que gera respeito e dignidade para toda classe,
que não aceita qualquer humilhação por causa de diploma e aparências.
É a Soberania do Saber. Para isso são necessários:
o resgate do saber camponês, a humildade para aprender e o diálogo de saberes.”
(Frei Sérgio Görgen)*

Neste tópico, abordamos a conceituação de Biopoder elaborada por Sebastião Pinheiro. Delimitamos um pouco a trajetória desse autor, focando em obras-chaves diante da sua grande produção. O recorte foi orientado no sentido de alcançar elementos que dialogassem com a tese das contribuições libertárias para a luta pela terra e para a Educação Camponesa com identidade classista como estratégica do Plano Camponês para o MPA.

Recentemente, ao resgataremos o histórico do combate à indústria dos agrotóxicos, verificamos que, chegando o ano de 2024, completaria 40 anos do lançamento da *Carta de Petrópolis*, datada de 1984. Esse documento foi elaborado pelos participantes do II Encontro Nacional de Agricultura Alternativa, realizado na Serra Fluminense. Esse encontro contou com a contribuição de Ana Primavesi, Adilson D. Paschoal, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Francisco Graziano Neto, Sebastião Reginaldo da Silva Pinheiro, Johanna Döbereiner, entre outros.

Por ocasião do II EBAA, Sebastião apresentou o seu trabalho de investigação que abordava a contaminação proveniente do uso de herbicidas por fazendeiros na Amazônia. Esse estudo, chamado *Considerações sobre o uso de desfolhantes*

químicos sob as linhas de transmissão da Eletronorte-Tailândia, Goianêsia e Tucuruí-Pará, dialoga com outra pesquisa de Sebastião que originou o livro *Tucuruí: o Agente Laranja em uma república de bananas*, publicado em 1989.

Nas reuniões do Grupo de Agricultura Ecológica – GAE UFRRJ, os estudantes acompanharam as produções de Sebastião. Em alguns dos encontros, utilizamos as cartilhas com linguagem mais popular. Nesse contexto, o primeiro contato foi com o estudo denso de *A Máfia dos Agrotóxicos no Brasil*. Desdobramos esse livro em diversas atividades, como uma aula de Educação Popular na recém-criada Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, no ano de 2007. A organização da Escolinha de Agroecologia encaminhou o convite por meio da CPT e, em reunião do GAE, escolhemos uma dupla de estudantes (01 mulher e 01 homem) para promover uma dinâmica de estudos sobre o problema dos agrotóxicos¹⁴³.

O encontro ocorreu no CIEP Brizolão 324 Mahatma Gandi do bairro Aliança, ao lado do Projeto de Assentamento Municipal de Marapicu¹⁴⁴, Nova Iguaçu-RJ, reunindo dezenas¹⁴⁵ de homens, mulheres e crianças de famílias agricultoras e camponesas¹⁴⁶. A atividade teve inspiração no capítulo *Sacerdotes da Morte*, do livro *A Máfia dos Agrotóxicos*. A partir desse referencial, elaboramos modelos de moléculas de agrotóxicos utilizando materiais reaproveitados (como tampas de refrigerante e palitos) e realizamos uma dinâmica, com auxílio do Padre Geraldo, sobre o fenômeno de magnificação trófica, demonstrando a bioacumulação de resíduos ao longo da cadeia alimentar.

¹⁴³ O GAE promoveu junto a CPT uma oficina de combate aos agrotóxicos na Escolinha de Agroecologia como crítica a algumas oficinas comuns de ensino de "práticas de uso correto de defensivos" que promovem o uso do veneno e de forma acrítica e atribui as contaminações ao trabalhador, isentando toda a cadeia produtiva e política da agricultura da morte. Lembramos da crítica de Derli Casali às oficinas que promovem o uso de agrotóxicos. "*Vejam por exemplo, o que fazem as escolas agrícolas. Organizam teatros mostrando como as famílias devem aplicar bem os agrotóxicos: usando bem os equipamentos exigidos pela norma criada pelas grandes empresas que produzem o veneno, recolhendo todas as embalagens, lavando bem as mãos depois das aplicações. Esta é uma forma de motivar a usar mais veneno, de dizer que o problema está nas embalagens e não nos venenos. O que uma escola dentro do sentimento da educação camponesa iria trabalhar com as crianças das famílias do campo? A primeira coisa mostrar como funciona a natureza através dos seres vivos que foram a biodiversidade, e que todas as vidas são importantes para nós. As vidas maiores (macro organismos) dependem das vidas miudinhas (micro organismos). E essa relação entre as vidas que dão o equilíbrio. Quando esse equilíbrio é rompido pelo uso de venenos, aparecem as consequências na plantação. A Segunda coisa que as crianças iriam aprender é sobre os caminhos para superar o problema. Aprendendo a corrigir o solo, a fazer insumos naturais, a observar mais de perto as lavouras.*" (CASALI, 2019, p. 77).

¹⁴⁴ Ainda não titulado no ano do encontro da Escolinha de Agroecologia citado. A titulação do Assentamento Municipal de Marapicu ocorreu em 2012 e tivemos a oportunidade de participar do trabalho de titulação.

¹⁴⁵ Resgatando alguns dos nomes falecidos, Luis Fernando e Pe Geraldo Lima (ambos da CPT), Terezinha e Jhonatan (mãe e filho de São Bernardino). Parte da memória desse relato foi resgatado por Jhonatan 05 anos depois, com ingresso do jovem na Licenciatura em Educação do Campo PRONERA UFRRJ. Jhonatan lembra dele criança com a mãe.

¹⁴⁶ Existe um conflito de identidade promovido pelo assédio de políticas públicas ou ausência delas. Historicamente, as famílias da luta camponesa pela reforma agrária do grande território de Campo Alegre, ao buscarem se organizar nas terras de Marapicu, fundaram a Associação dos Camponeses de Marapicu – ACM. Com o tempo de desgastes por assédio de intelectuais e políticos, a identidade camponesa passou a ser cogitada e surge a proposta de substituição do nome da associação para agricultura familiar.

As leituras coletivas das obras de Sebastião Pinheiro, realizadas em nossas formações de estudantes, sempre se desdobravam em aprofundamentos. Uma característica da escrita desse autor é aliar assuntos técnicos com a conjuntura política. Em um mesmo capítulo, trabalhávamos com as propriedades químicas de determinado agrotóxico, o efeito no metabolismo, passando pela abordagem sobre a influência política do financiamento de corporações, FMI, BM, os interesses da Fundação Rockefeller, Fundação McNamara, a filosofia antroposófica, a revolução mexicana e as citações das escolas socialistas utópicas (Fourierismo), do marxismo-leninismo, Kautsky, e do socialismo libertário de Bakunin, Kropotkin, Chomsky, Russell, Flores Magón.

São mais de 15 anos inspirados nessa obra de Sebastião Pinheiro e essa oficina continua sendo utilizada em espaços formais¹⁴⁷ e informais. Atualmente, conta com modelos didáticos de química para melhor visualização da molécula, possibilitando a manipulação tátil.

O MPA defende a bandeira da Soberania Alimentar e acredita no Biopoder Camponês como solução para o problema da fome. Por isso, buscamos promover momentos de estudos e práticas agroecológicas com base na tradição de experimentação campesina para a nossa formação, objetivando, assim, fortalecer os agroecossistemas das UPCs - Unidade de Produção Camponesa.

Em nossa estratégia, a consolidação de um abastecimento popular de alimentos é fundamental para a garantia do acesso à comida saudável nos pratos das famílias trabalhadoras da cidade e do campo.

Já há alguns anos que nossos caminhos se cruzaram com a obra de Sebastião Pinheiro ou, simplesmente, Tião, tratado assim, com carinho e admiração, entre os campesinos. Um grande cientista e erudito que conjuga bem o seu papel técnico e político crítico no combate à máfia dos agrotóxicos. Sua trajetória é permeada pelas participações acadêmicas internacionais e por sua práxis junto a vivências com o campesinato.

Junto ao grupo Juquira Candiru Satyagraha, elaboraram materiais dialogando com a educação camponesa desde o trabalho de base até o aprofundamento de

¹⁴⁷ Disciplinas de graduação de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ e do ISEPAM, disciplinas e oficinas do Curso Técnico em Agroecologia do CTUR/UFRRJ e do LABGEO, SNCT na UFF 2019 e UFRRJ 2023.

conceitos científicos pertinentes à luta pela saúde do solo, com agroecologia, território e espiritualidade.

No ano de 2012, em visita de intercâmbio a famílias de base do MPA ES, um jovem que conduzia a caminhada pelo campo, apresentando os experimentos agroecológicos, exibiu um pé de caruru cuja raiz estava junto a torrão de solo, embrulhado por um tecido. Foi explicado o experimento da propagação de microrganismo simbiose nas raízes da planta. Ao perguntarmos a origem daquela técnica, o jovem informou que Sebastião havia realizado oficinas no território e que “ele no momento estaria apenas fazendo atividades de formação junto aos camponeses”. Naquele período, ainda não tínhamos a referência de Sebastião adotando a expressão “Biopoder”. Douglas atuou, nesses anos, com trabalhos de produção agroecológica, gestão e formação com núcleos de famílias capixabas do MPA e nos ajuda a sintetizar o conceito forjado por Tião.

O biopoder camponês pode ser entendido como um processo que compreende a construção do conhecimento agroecológico desde o campesinato, povos e comunidades tradicionais. É o saber acumulado de geração em geração ao longo dos mais diversos cantos do globo, fincado na interação do humano, de sua comunidade no meio, que produz formas organizativas e de produção distintas, mas que acabam se unindo num ponto de convergência que é a compreensão do tempo da natureza e a realização do trabalho respeitando e compreendendo as fases, da lua, das estações, dos tempos da chuva, de seca, do preparo da terra, do plantio, cuidados, colheita, armazenamento e consumo, numa relação de simbiose com a terra e a natureza, na complexação da vida e lógico, na morte e renovação do sistema em um arranjo sintrópico, embora nem sempre percebido assim, devido a sua sutileza e ao aspecto energético, que é marginalizado pela ciência convencional. (Alvaristo, 2022, P. 25)

A problematização desses conceitos complexos é de extrema importância para a formação politécnica daqueles que Tião denomina bombeiros agroecológicos. Nesse sentido, para conseguir socializar de forma popular essas experiências, é fundamental esse trabalho de sistematização de nossas práticas, pois as metodologias de SE auxiliam o registro de ações como os mutirões para produção de biofertilizante, bokashi, caldas, por exemplo, e as oficinas para fazer a água de vidro e cromatografia Pfeiffer, entre outras técnicas de bombeiros agroecológicos dedicados ao biopoder camponês .

Desta forma, é possível indicar que o biopoder não é algo acabado, pronto, mas pelo contrário, está assim como o campesinato, em constante transformação, se adequando as novas realidades, isto é, resiliente, aprende

com os estímulos, mas também estimula mudanças que permitam o avanço do saber, da compreensão do território e consequentemente, ao desenvolvimento com envolvimento. (Alvaristo, 2022, P. 25)

A grande mídia despeja sobre a população um falso discurso científico da necessidade da agricultura adotar, cada vez mais, a intensificação de produtos industriais – como pesticidas, fertilizantes artificiais e sementes manipuladas –, colonizando o imaginário do senso comum com a ideia de que a agricultura competente seria aquela que artificializa os ecossistemas formando a paisagem de monocultura.

Com isso, realizam monoculturas da mente na promoção da estranheza sobre o valor do ser camponês, seus saberes e riquezas. Como se, nos dias atuais, optar pela agricultura camponesa fosse algo romântico, que esses trabalhadores da terra seriam atrasados, que resistem às soluções agroquímicas trazidas pelos sacerdotes da modernização. Anunciam o nosso fim e que só nos restaria a opção de evoluir junto com as novas descobertas, aprender um pouco com os técnicos e especialistas do agronegócio para não desaparecer como teimosos obsoletos.

O biopoder camponês se expressa de diversas formas, se expressa na semente crioula que dispõe de identidade, que tem uma história contada, que de geração em geração foi selecionada e compartilhada, que se desenvolveu junto da família camponesa e que a família camponesa se desenvolveu também junto da semente, um complementando o outro, isto é a comunhão do Tempo Natureza e o Tempo Camponês, é o enfrentamento ao Tempo Industrial, que por sua vez, tem sua preocupação não na produtividade, mas no lucro, exploração e domínio das pessoas e da natureza. (Alvaristo, 2022, p. 25)

Apesar de tudo isso, vemos a resistência intrínseca do camponês, que insiste em produzir comida, em vez de “commodities”. Muitos ainda são guardiões de sementes, preservando as cultivares crioulas, evitando a erosão genética, fazendo o manejo dos biomas na contramão das crises climáticas. As feiras camponesas são exuberantes por sua diversidade, se comparadas ao padrão das redes de mercados, que restringem o hábito alimentar dos consumidores pelo abastecimento das prateleiras. Em decorrência da prática mercadológica, observamos o crescimento acelerado da ingestão de ultraprocessados na dieta humana. Ao contrário da lógica empreendedora com a chamada visão de mercado, esses camponeses teimosos cultivam, inclusive, plantas alimentícias não convencionais.

Aliás, sobre a teimosia ou persistência do campesinato, podemos levar em conta os argumentos de Bernardo Mançano a respeito de ser importante compreendermos a lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. O campesinato existiu nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista. Devemos levar em conta o sentido dessa perseverança e descrever a firmeza como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social.

A característica camponesa destacada por Sebastião Pinheiro diz respeito ao seu papel ultrassocial. Como nos ensina Tião, o campesinato desempenha uma função ultrassocial para a humanidade, termo que é empregado aos seres que cumprem o papel de produção de alimento para a sua espécie. O caráter ultrassocial é observado em um pequeno grupo de seres vivos, como nas formigas, nos cupins e em outras poucas espécies.

Mundialmente, construiu-se, no último século, um discurso redentor, defensor de um modelo de racionalidade agrônômica que possibilitaria maior produtividade para atender à demanda da humanidade por alimentos. No pós-guerra, os países classificados como subdesenvolvidos teriam a nobre missão de alimentar a humanidade. Para isso, foi providenciada uma “ajuda” estrutural a partir de uma revolução tecnológica pioneira na Índia, estendendo-se, depois, para outros países asiáticos, da África e das Américas. Chamaram esse modelo agrícola de Revolução Verde, um pacote tecnológico cujo efeito de invasão cultural acarretou impactos econômicos sócio-político-ambientais que afetam o planeta até hoje.

Esse tema é bastante abordado por Tião Pinheiro em suas obras. Apresentamos aqui um trecho do livro chamado *Biopoder Camponês: Território, Questão Agrária, Agroecologia, Espiritualidade e a Nutrição Ultrassocial*.

A erosão do solo por causa da tecnologia inadequada, poluição da água e devastação da natureza pelas máquinas rapidamente transformaram a agricultura com celeridade e a indústria”. (Pinheiro, 2021 , p. 134)

Tião destaca a importância da obra *A Primavera Silenciosa* e comenta que “tentaram criar mecanismos para mascarar a catástrofe, mas o livro de R. Carson desmascarou a situação”.

Os níveis de intoxicação e morte por agrotóxicos na Índia, África, Ásia e América Latina era a tônica da Revolução Verde, uma epidemia na área rural e qualquer queixa local foi considerada e tratada como subversão, enquanto

nas universidades isso era ignorada, quando não desprezada pela servidão e ignorância imposta pelo autoritarismo.”(PINHEIRO, 2021 , p. 134)

Na denúncia dos efeitos perversos da Revolução Verde, algumas escolas filosóficas foram reunidas sob a bandeira das Agriculturas Alternativas na busca de contrapor os impactos desse modelo agrícola. Dentre essas escolas, estava a Agroecologia, que trilhou sua caminhada incluindo as vozes camponesas como referencial social e de sustentabilidade.

O biopoder camponês é um processo ou até mesmo um projeto devido o seu caráter de constante inovação, fundamental a materialização da agroecologia, da vida e da iteração contida no cosmos, na irradiação da noosfera da construção de um novo (nem tão novo) paradigma. É importante peticionar que não está na agroecologia a transformação, senão nas pessoas, no biopoder, nos sujeitos que são os responsáveis pela transformação, que em muitas vezes encontram na agroecologia uma ferramenta metodológica que facilite o trabalho, que permita o melhor emprego da tecnologia socialmente apropriada. (Alvaristo, 2022, p. 25-26)

O seguinte tripé constitui a base desse caráter ultrassocial do campesinato: “O *biopoder camponês em todas as dimensões e perspectivas está estabelecido na tríade da Questão Agrária, Território e Agroecologia*”, como destaca Tião.

Os processos de constituição e reprodução do campesinato são tema de debate ainda muito tímido em nossa sociedade. O MPA defende essa memória camponesa ainda viva. Ela se encontra presente no conjunto de saberes, vivências e práticas enraizadas no poder da ancestralidade, que ganha mais força ao valorizar, em suas pautas, sua rica diversidade de expressões culturais, étnicas, espirituais, de gênero e geracionais.

Essa história social camponesa constitui uma fonte fértil de inspiração de nossa luta popular por direitos e conquista do bem-viver das trabalhadoras e trabalhadores que precisa ser reconhecida e divulgada.

Todo esse legado de inspirações de poder popular dos povos do campo na defesa de seus territórios é muito forte e, por isso mesmo, a sua importância é bastante desvalorizada, esvaziada e expropriada. Frei Sérgio observa que:

Durante décadas o campesinato brasileiro só chamou a atenção das autoridades do Estado quando foi causa e vítima de grandes conflitos. E foi duramente reprimido, bastando lembrar Canudos, Contestado, Cabanagem, Trombas e Formoso e as Ligas Camponesas. (Görgen, 2012, p. 51)

Os governos, mesmo aqueles abertos ao diálogo e mais populares, estão na mira dos interesses de poderosos, que fazem pressão para garantir uma política de prioridades do Estado nas quais os camponeses constam subalternamente. Nesse sentido, precisamos estar atentos para a conquista de políticas públicas que fortaleçam o valor do campesinato.

Devemos estar sempre muito alertas ao risco de cooptação dessas políticas, para não cair na armadilha burocrática dos especialistas do agronegócio que criticam as formas de organização popular e contaminam com valores individualistas para dividir o poder comunitário.

As organizações do agronegócio competem pelo acesso às políticas públicas importantes para a agricultura familiar, para disseminar seus valores e aumento de sua influência nesse setor. São políticas que lutamos para construir e cuja execução não podemos entregar para oportunistas que, além de captarem o recurso público destinado ao povo, ainda promovem a desinformação.

De maneira leviana, o agronegócio tenta usar expressões ricas para nós, como “agroecologia”, e adentra, cada vez mais, o campo dos “bio-insumos” para transformar tudo em mercadoria. Ele é descompromissado com a questão agrária. Essa contradição faz parte da disputa de modelo para o campo, com a propaganda de um tipo de “agronegocinho”.

Não podemos ser ingênuos sobre a disputa por modelo de campo, o agronegócio busca destruir o campesinato no sentido das ideias e no sentido da própria vida, pois é o modelo exploratório de expressão dos interesses do capitalismo para o campo. Nas palavras da educadora Marlene Ribeiro,

[...] há que identificar este campo como um território de disputas históricas pela conquista e permanência da/na terra de trabalho, tendo por sujeitos político-coletivos os trabalhadores rurais, agricultores, lavradores, pescadores, coletores, ribeirinhos que, nesse processo, passam a ser e se reconhecer como camponeses. (Ribeiro, 2015, p. 278)

Com a pandemia da covid-19 e a impossibilidade sanitária de atividades presenciais, uma série de atividades remotas foram promovidas por Sebastião Pinheiro. Essas atividades foram divulgadas para a militância e núcleos de bases do MPA. A chegada das formações virtuais apresentava limitações em relação ao presencial, mas possibilitou que o conceito de biopoder camponês entrasse no debate de muitas famílias do MPA. O movimento já havia firmado parceria com Juquira

Candiru de apoio em algumas publicações. Chegamos a realizar compras coletivas de livros para podermos aprofundar nossos estudos e trocamos informações sobre o resultado dos experimentos. Foi nítida a capilarização do Biopoder Camponês em espaços de caráter agroecológico. Sebastião Pinheiro aceitou o convite para participação no Fórum Estadual dos Engenheiros Agrônomos RJ (Imagem 83). Aproveitamos para comentar que, na reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia do Colégio Técnico da UFRRJ, foi criada uma disciplina para trabalhar movimentos sociais do campo, metodologias agroecológicas, Biopoder Camponês e Bombeiros Agroecológicos. Esses debates se desdobraram em convites para participação em eventos nos anos seguintes.

Imagem 83 – Cartaz com Sebastião Pinheiro e outros convidados na mesa sobre Agroecologia - 1º Congresso do FEEA-RJ, 2021



Fonte: acervo do autor

Com o efeito da vacinação, o declínio da pandemia e a abertura sanitária, tornou-se possível a realização de atividades presenciais sobre Biopoder Camponês e formação de Bombeiros Agroecológicos. No MPA RJ, o Coletivo de Soberania Alimentar com apoio do Coletivo de Educação Camponesa realiza práticas de Biopoder Camponês em vários territórios. Andresa Paiva, militante do MPA, comenta:

O biopoder camponês é construído por meio da partilha, e desta forma foi realizado no Estado do Rio de Janeiro, 03 oficinas com a temática em questão e ao Poder Popular, de modo a estimular a territorialização da agroecologia pelo MPA no estado. (Paiva, 2022, p. 26)

No ano de 2021, recebemos a visita de dois militantes do MPA capixaba para promover oficinas teórico/práticas de BioPoder Camponês, reunindo os participantes em dinâmica de mutirão e intercâmbio de experiências. Paiva descreve a sequência de três oficinas. Foram realizadas nos dias 26, 27 e 29 de setembro de 2021, respectivamente, no Sítio São José, Comunidade de Pau Grande, da família Teixeira, no município de Magé (região periurbana); na Horta Comunitária de São Carlos, município do Rio de Janeiro (região urbana); e no Sítio na Comunidade do Vale dos Lúcios, em uma família no município de Teresópolis (região rural). (PAIVA, 2022).

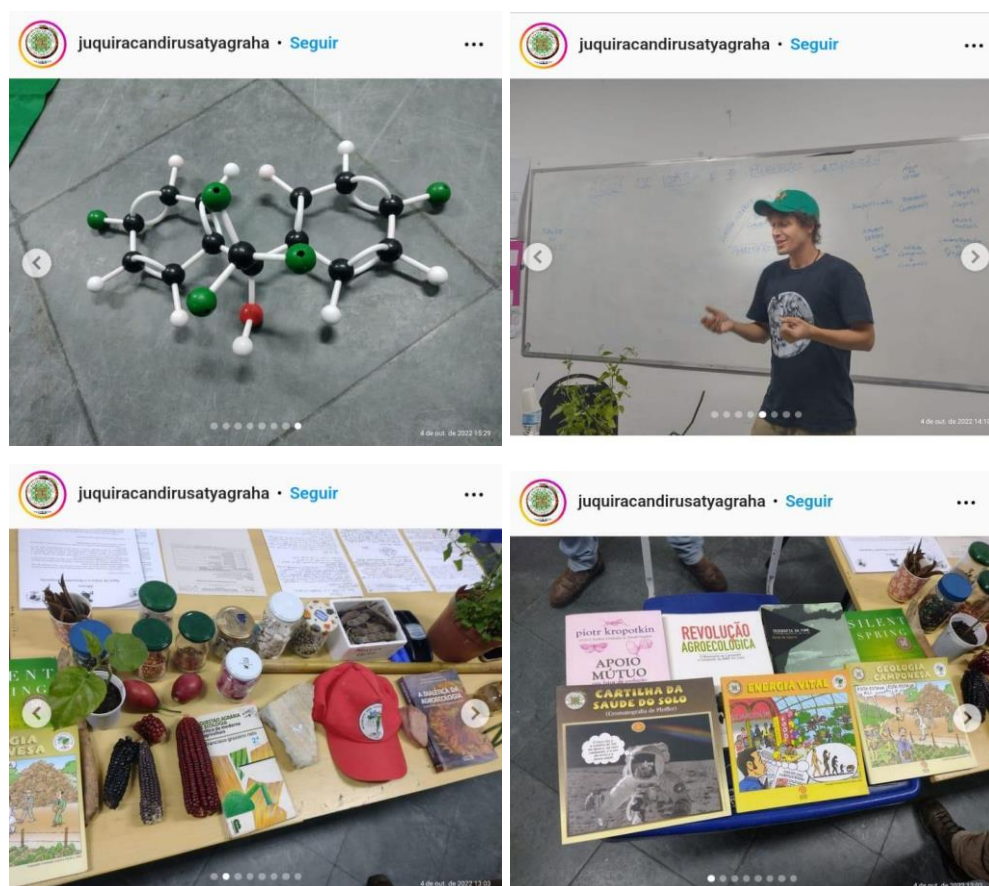
As oficinas foram realizadas por Douglas Alvaristo Fernandes, Tecnólogo em Aquicultura, Especialista em Agroecologia, estudante de Engenharia Ambiental e facilitador em agroecologia e gestor de cooperativas e empreendimentos associativistas e por Matheus Firmino, Técnico em Agropecuária, filho de camponeses e facilitador em agroecologia. Ambos os facilitadores atuam com a construção de biofábricas e produção de biofermentados em unidades de produção camponesas. (Paiva, 2022, p. 26)

Paiva descreve os elementos de metodologias populares na condução da atividade como marca de um cuidado, presentes na Educação Camponesa, com a dinâmica das atividades para favorecer a participação coletiva.

Em ambos os momentos os conteúdos foram abordados de forma dinâmica utilizando elementos que estavam presentes no local para exemplificar falas, como plantas, relevo, pedras, cultivos, além destes houve apoio de material de anotação, cartolinas e canetas para ilustrar palavras e desenhos que iam surgindo durante a oficina. A linguagem utilizada nos dois momentos foi bem dinâmica, considerando que público presente eram camponeses/as da região, estudantes e militantes, de várias idades e etnias. (Paiva, 2022, p. 28)

Em outubro de 2022, a comissão organizadora da Semana de Agroecologia do CTUR/UFRRJ nos procurou encomendando uma formação de bombeiros agroecológicos para os estudantes do curso técnico. Coube a Bernardo Fogel, militante do MPA, elaborar um minicurso “Água de vidro e Biopoder Camponês”. A atividade, conjugando saberes teóricos e a prática de preparo da água de vidro, despertou bastante interesse do público, repercutindo para além dos praticantes. Segue a reprodução das postagens nas redes sociais do Instituto Juquira Candiru Satyagraha.

**Imagem 84 – Minicurso de Bernardo Fogel sobre “Água de vidro e Biopoder Camponês”.
Semana de Agroecologia do CTUR/UFRRJ, 2022**



Fonte: Juquira Candiru Satyagraha

Também em outubro do ano seguinte (2023), foi promovida uma roda de apresentação, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, das ações em conjunto com o movimento. A atividade denominada *Diálogos de Saberes sobre Saúde do Solo e Biopoder Camponês* consistiu em relato das experiências dos projetos com a contribuição de estudantes nas ações em parceria do MPA e do LABGEO. Esse evento foi remoto, possibilitando que o público de diversas regiões participasse. Destacamos que, além da grande participação de companheiras e companheiros do Coletivo Estadual de Educação Camponesa, contamos com a presença de companheiros de outros países que contribuem com o MPA. Uma vez que a atividade coincidiu com a agenda da Jornada de Lutas por Soberania Alimentar do MPA, nossa equipe aproveitou o espaço de debate para divulgar as ações realizadas em defesa do direito à alimentação.

Imagem 85 – Diálogos de Saberes sobre Saúde do Solo e Biopoder Camponês. SNCT UFRRJ, 2023



Diálogos de Saberes sobre Saúde do Solo e Biopoder Camponês

Relato de Experiências de atuações da equipe do LABGEO-CTUR-UFRRJ em parceria com MPA

Dia 18 de Outubro – 19h

Web conferência:

<https://meet.jit.si/snctufrrjbiopodersolovivo>

Participantes:

Bernardo Fernandes Fogel (CPGACS)

Juan Dalmas Baggio Di Gregório (LEC)

Leonis Júnior Santos da Silva (Agron.)

Luciana Santos Pereira (Lic. Mat)

Lisandra Ines Chinelato (Eng Agrim.)

Robledo Mendes da Silva (PPGEDUC)








Diálogos de Saberes sobre Saúde do Solo e Biopoder Camponês

Relato de Experiências de atuações da equipe do LABGEO-CTUR-UFRRJ em parceria com MPA

21/10

• RAÍZES DO BRASIL - 14h30

Debate "Agroecologia na luta por direitos, terra e soberania alimentar"

26/10

• Unirio às 16:00

Debate "Soberania Alimentar e direito à Alimentação - Contexto e Perspectivas" / Jornada Nacional de Lutas pela Soberania alimentar (MPA)



Alimento é um direito e não mercadoria.

Você está recebendo uma sacola com alimentos saudáveis, sem agrotóxicos produzidos por famílias que fazem parte do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Serra da Floresta e região serrana.

A constituição brasileira em seu artigo 6º afirma que alimentação é direito. Sendo um direito é preciso que todos e todas possam ter acesso a este direito, por isso nossa luta é produzir alimentos para sua família.

Queremos que você saiba que quem pode produzir alimentos para abastecer sua família é a agricultura camponesa familiar e não a agropecuária. Hoje são mais 33 milhões de pessoas que seguem produzindo fome no Brasil e a saída é o Brasil ter produção de alimentos para povo (soberania alimentar) para isso, é preciso que os governos invistam mais recursos para produção de alimentos e creie uma rede de abastecimento popular que leve alimentos saudáveis até seu bairro.

Essa luta não pode ser apenas do Movimento dos Pequenos Agricultores, precisamos do seu apoio para fortalecer a nossa luta!

Para continuar o nosso trabalho acesse: www.mpea.org.br
Siga nossa Instagram: @mpea.brasil

ALIMENTO É UM DIREITO, NÃO É MERCADORIA



Fonte: acervo LABGEO/CTUR/UFRRJ

A agroecologia não se resume ao manejo com substituição de insumos, essa leitura resumida é herança da tendência pedagógica tecnicista dos cursos agrícolas formais, que são alvos dos interesses do capital agrário. Os institutos que casaram com a Revolução Verde, formando técnicos extensionistas dedicados à transferência de tecnologia da agricultura petrodependente, flertaram com o agrobusiness. Até hoje, eles contribuem com a difusão ideológica do agronegócio para a categoria da

agricultura familiar e com a manutenção de valores conservadores dos privilégios da elite rural.

Agronegócio e agroecologia não se misturam. O primeiro provoca ameaças ao campesinato e promove a fome, enquanto a agroecologia luta por justiça no campo, inspirada na agricultura camponesa e servindo de instrumento estratégico aos movimentos sociais do campo. Como podemos notar na citação do MPA,

A agroecologia é o nosso instrumento e nossa resposta política e tecnológica para superar o projeto esgotado, falido, do ponto de vista da natureza, que foi a revolução verde. A agroecologia é metodologia, técnica, categoria e movimento que está articulada com o abastecimento popular em seu processo de materialização, sobretudo, no aspecto da produção de alimentos com preservação da natureza, e sem exploração de classe. É feita com toda a herança do conhecimento camponês que, somada ao conhecimento da ciência moderna, formam as bases do BioPoder Camponês. (MPA, 2022, p. 05)

São os camponeses que assumem o papel da Soberania Alimentar por terra, trabalho e justiça, pois a alimentação é um direito e não uma mercadoria. À luz dos conceitos elaborados por Tião Pinheiro, esse é o papel ultrassocial do Biopoder camponês, alimentar a humanidade. O MPA agrega a problematização de um abastecimento popular de alimentos ao debate da produção.

O Abastecimento Alimentar é a forma de garantir que o alimento produzido de forma agroecológica chegue realmente à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as. Em condições sanitárias e com valores que permitam a manutenção da vida no campo. Aqui há que se fazer muitos ajustes para que esse alimento seja de fato acessível a toda a classe trabalhadora, mas também que permita que a vida no campo seja uma vida boa de se viver. De fato, o tema do abastecimento sempre esteve presente na história do MPA. Seja nas primeiras pautas por renegociação das dívidas, seja com construção e reconstrução das moradias rurais, seja com a organização da produção e de sua comercialização, foram estandartes à frente da luta social do MPA até se chegar ao Plano Camponês para o Brasil. (MPA, 2022, p. 05)

Por tudo isso, julgamos valioso esse conjunto de formações teóricas e práticas sobre Biopoder Camponês. O MPA, em parceria com Sebastião Pinheiro, percorreu diferentes regiões do país na promoção de oficinas nos territórios camponeses por meio da Educação Popular.

Imagem 86 – Formações BioPoder Camponês no Centro da COOPERBIO em Seberi-RS e no Centro Terra Nossa em Porto Novo-BR



Fonte: Comunicação MPA

Promovemos a construção coletiva de conhecimento agroecológico, adotando Metodologias de Camponês a Camponês (CaC); realizamos oficinas práticas; incentivamos e participamos de mutirões com a comunidade; promovemos vivências de intercâmbios para formação integral em nossos trabalhos de base libertários, experimentando a politecnia dos bombeiros agroecológicos. Tudo isso em diálogo com os saberes e sabores muito bem cultivados pelas famílias camponesas.

É nesta toada, que a construção do Biopoder se dá no Movimento dos Pequenos Agricultores, no ouvir aos mais sábios e sábias, a ancestralidade vigorosa e que dá firmeza ao frágil novo, que surge das trocas de saberes por meio da Metodologia de Camponesa a Camponês, que muito mais do que compartilhar técnicas, é tê-las como legítimas, próprias ao campesinato e que

sejam de natureza política comum e permita as soberanias. E neste partilhar, muito do que aqui está descrito, se deve aos educadores populares, em especial a Sebastião Pinheiro e aos seus valiosos ensinamentos. (Alvaristo, 2022, p. 26)

Imagem 87 – Sebastião Pinheiro na construção do Biopoder Camponês com MPA



Fonte: Comunicação MPA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, com esta tese, apresentar os frutos da pesquisa acadêmica de um educador em imersão no cotidiano prático político de um movimento camponês.

Estamos convencidos de que este trabalho não se realizou sozinho, uma vez que o autor teve aprendizados no percurso formativo.

Julgamos que a primeira parte desta tese, apresentando uma revisão bibliográfica despretentiosa sobre o MPA e o debate sobre o campesinato como classe, possibilitou ao leitor subsídios teóricos o suficiente para que, com isso, pudéssemos trabalhar conceitualmente o coração da pesquisa, a “Educação Camponesa segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores”.

Para compreender a Educação Camponesa, é fundamental o contexto de seu surgimento. Para isso, buscamos sistematizar parte da construção teórica do movimento, como o combate ao capitalismo e ao agronegócio, por exemplo, assim como a oposição ao modelo sindical distante da base e a formulação da agricultura familiar adotada por intelectuais e pelo Estado. Também procuramos abordar as políticas públicas, que podem promover processos interessantes de conquistas de direitos, mas que, não muito raro, cumprem função de desmobilizar a luta, promovendo a manutenção dos privilégios das elites que exploram a classe trabalhadora.

Fizemos uma apresentação um pouco mais aprofundada sobre o aporte do anarquismo para a luta camponesa. Levantamos mais elementos para o debate, pois contávamos basicamente com a brilhante obra de Sevilla Guzmán. Obra que resgata a forte contribuição de Bakunin e Kropotkin em um momento histórico no qual outras correntes socialistas formulavam teorias hostis ao campesinato, condenando-o ao mesmo ostracismo histórico conceitual a que foi enviado o anarquismo. Optamos pelo zelo de não nos estender nesse capítulo sobre o Socialismo Libertário. Apresentando alguns exemplos do quanto ainda existe soterrado pela produção da história, oferecemos pistas para quem tiver interesse em procurar o aprofundamento. Contudo, alertamos que não adianta perguntar sobre anarquismo para fontes que se dedicam a destruir a contribuição libertária para o socialismo. Cabe destacar que, no declínio da força de diálogo dos anarquistas com as lutas dos trabalhadores, existem bastante falhas de estratégias e de retomada do vetor social por parte do próprio anarquismo, paralelamente a enorme ação de repressão e morte dos militantes. É importante

denunciar as violências que atingiram as lutadoras e lutadores anarquistas, mas, para a retomada dos postos de luta ser possível, precisaremos estar nos espaços populares, como “peixe da mesma água”, praticar a autogestão e apoio mútuo junto à classe oprimida, com capacidade de autocrítica, disciplina, organização e estratégia classista.

Dedicamos o terceiro capítulo inteiro para o acervo construído na trajetória do Coletivo Nacional de Educação Camponesa. E acreditamos ter organizado os elementos conceituais e estratégicos, princípios, objetivos e desafios registrados em nossas fontes de acesso. Esclarecemos que o capítulo foi construído a partir da análise de fontes datadas e isso abre precedentes para novas investigações, inclusive, mediante adoção de outras ferramentas. O conceito está vivo conforme seja aplicado na realidade e por ela seja testado. A formulação da Educação Camponesa não pode se enrijecer, para que possa dialogar com a diversidade camponesa, da mesma maneira que precisa da compreensão estratégica de seu horizonte.

Na PARTE II, relatamos a práxis libertária, submetendo a escrita à essência dos instrumentos metodológicos que adotamos como referência de sistematização. Apresentamos os eixos de delimitação, análise, produção de frutos, tabelas de agrupamentos das informações, entre outras indicações. As obras, principalmente de Holiday e Chavez-Tafur, mas não apenas, serviram para balizar o registro de experiências de Pesquisa-Ação realizadas junto às demandas do Coletivo Nacional de Educação Camponesa. Cabe lembrar que as experiências analisadas já possuem inúmeras sistematizações, inclusive, o autor chegou a contribuir na escrita de alguns relatórios institucionais. Algumas das experiências se desdobraram em artigos e publicações. No entanto, o nosso propósito aqui foi outro, objetivamos o exercício de sistematizar a relação do MPA, representado pelo Coletivo de Educação Camponesa, com cada experiência, apoiado na metodologia eleita, cabendo ao autor o exercício prático, teórico e analítico.

A terceira e última parte desta tese, constituída pelo capítulo 5, analisou as aproximações da Educação Camponesa com a dimensão abordada pela Educação Popular. Descrevemos Mutirões, intercâmbios, ações de solidariedade e apoio mútuo realizadas por nossa militância libertária. Julgamos pertinente incluir o FoFEC junto ao tom popular, reafirmando o lugar do fórum na construção coletiva. Uma construção realizada a partir das regionais para o estadual, com assembleias horizontais como

soberanas. Logo, o fórum não é uma correia de transmissão de secretarias de educação e assessores.

O FoFEC, atualmente, sofre de uma inércia pós pandêmica, mas as regionais e antigos secretários não estão de braços cruzados; pelo contrário, encontram-se bastante ocupados mantendo vivos os embates pela Educação do Campo crítica em seus territórios. Compomos a organização do Pronera EJA, da Romaria da Terra, do CBA e tantas outras ações que poderíamos ter incluído o FoFEC como membro da organização, sem passar pelo risco do oportunismo. O autor desta tese avalia que o caminho para o FoFEC se faz com a mobilização de cada regional em seus respectivos pré-FoFECs, respeitando os diferentes ritmos e enviando representações – com elementos de pautas debatidos – para a reunião das delegações no fórum estadual. Do contrário, cairá na prática da promoção de evento, o que já ocorreu, com participação estadual de pessoas que não participam da regional. Poderá restringir-se à reunião de um grupo de afinidade que elabora uma carta divulgada como sendo fruto da construção estadual. Não é essa a nossa estratégia.

Concluimos a tese apresentando a contribuição de Sebastião Pinheiro para o MPA, com o conceito de *Biopoder camponês* e papel ultrassocial do campesinato. Relatamos o quanto esse conceito, em boa parte libertário, soma-se à estratégia da Educação Camponesa por reunir Soberania Alimentar, Território camponês, consciência de classe e combate ao agronegócio.

Reconhecemos a grande ajuda da “bússola metodológica” adotada da Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante, Trabalho de Base, Educação Popular, para dar conta da responsabilidade de elaborar esta pesquisa. Neste trabalho, objetivamos analisar as perspectivas da Educação Camponesa e o potencial subsídio da tradição libertária do campesinato a partir da Pesquisa-Ação. Acompanhamos ativamente os processos pedagógicos adotando metodologias participativas que auxiliam na pesquisa junto aos sujeitos protagonistas das expressões de Educação do Campo elencadas, tomando como referência as propostas dos movimentos sociais, com ênfase no MPA. Construímos um balanço de experiências educativas (não escolarizadas) contemporâneas estimuladas pelo MPA. Experiências que se aproximam da ideia de construção do conhecimento almejada pela aliança libertária camponesa e operária, parafraseando o hino do MPA.

Analizamos essas experiências pedagógicas estratégicas desenvolvidas pelo campesinato independentes das instituições oficiais de ensino, considerando a materialização de políticas públicas entre os limites e os avanços, entre conquistas de direitos e perda de autonomia. Com esse objetivo, foram apresentados textos do MPA que problematizam a relação com o Estado e avaliam os fins das políticas públicas frente às conquistas de direitos e às disputas para a manutenção do agronegócio. Realizamos uma sistematização das experiências institucionais no território fluminense segundo análise da atuação do MPA.

A partir da perspectiva teórica aqui proposta, acreditamos ter dado mais um passo para contribuir na estratégia da construção do conceito de uma Educação Camponesa. Acreditamos, também, que foi possível ao leitor compreender essa bandeira da educação dentro do Plano Camponês, compreender que: a transformação da sociedade precisará ir para além da “Educação do Campo”; a “Agricultura Familiar” não representa a leitura classista de campesinato; a Educação Popular precisa estar afinada com uma estratégia de transformação.

Estamos convencidos de que, com este trabalho, contribuímos com o objetivo principal de apresentar parte do discurso da educação elaborado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, em sua trajetória, como estratégia do Plano Camponês. Pretendemos demonstrar o seu amadurecimento ao longo da periodização vivida pelo movimento e o seu posicionamento crítico em relação às dinâmicas de contradições do Estado. Nesse sentido, o socialismo libertário, que tanto apostou na construção da História Social do Campesinato, mantém forte a chama junto à luta por terra e liberdade. Semelhante à práxis da agroecologia camponesa, o socialismo libertário ocupa um papel significativo nas estratégias para trabalhar as demandas concretas de sua base social, ampliando-se para demais movimentos do campo e da cidade. Enfim, contribuímos com a problematização das questões socioambientais, com destaque para o conceito de Biopoder Camponês, com o reconhecimento da classe camponesa e com a defesa da Soberania Alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Carolina de C. R.; POLIDORO, Ínes Fátima. - *A trajetória do Coletivo Educampo: por uma política pública de educação do campo nos Campos dos Goytacazes*. Movimentos Sociais e Política Pública. 2009.

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia. Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ALBOAN, HEGOIA, Instituto Derechos Humanos de la UD. *La sistematización: una nueva mirada a nuestras prácticas*. Bilbao: Alboan. 2004.

ÁLVAREZ, Antón Fernández. *Ricardo Mella. O el anarquismo humanista*. Edición: [Anarquismo en PDF].

ARAUJO, Lucas, Finamore - *Debates em torno da atualidade do conceito de campesinato*. Monografia curso Geografia. UFV. 2018. Pag 28-29.

ASKUNCE, Carlos; EIZAGUIRRE, Marlen; URRUTIA, Gorka. *La sistematización, una nueva mirada a nuestras prácticas: Guía para la sistematización de experiencias de transformación social*. Bilbao, Hegoa, 2004.

BARBOSA, L.P ; ROSSET, P.M. *Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 140, p. 705-724, 2017.

BARRETO, Claudia Maria dos Santos Souza - *Uma horta e os dois lados do muro da escola: Sistematização de Experiência do projeto - Mutirões Agroecológicos para o exercício pedagógico do Bem Viver na Baixada Campista (MAPBC)*, RJ. UFRRJ, 2023, p.

BARTRA, Armando. *Regeneración, 1900-1918: la corriente más radical de la Revolución Mexicana de 1910 a través de su periódico de combate* / Ricardo Flores Magón ... [et al.]; prólogo, selección y notas de Armando Bartra. - 1. ed. en Problemas de México. Ediciones Era. México. 1977.

BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular*. Edição 5 de Coleção Fazer. Vozes, 1984

BONILLA, V.; CASTILLO, G.; FALS BORDA, O.; LIBREROS, A. *Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação*. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 2 ed. 1985.p 131-157.

BORGES, Gerson Antônio Barbosa. *Los movimientos socioterritoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial*. Revista NERA, v. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

_____. *Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul*. Dissertação Mestrado em Geografia, UNESP, São Paulo-SP, 2020.

BRANDÃO, C. R. & BORGES, M. C. *A pesquisa participante: um momento da educação popular*. Revista Educação Popular, Uberlândia, MG. v. 6, p.51-62. 2007.

_____. *Pesquisa Participante*. SP: Brasiliense, 1990.

_____. *Participar pesquisar*. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 2 ed. 1985.p 7-14.

CALDEIRA, Clovis. *Mutirão. Formas de ajuda mútua no meio rural*. Brasileira nº 289, Cia. Editora Nacional, 1956.

CANTANHÊDE, Eliane. *José Alencar - Amor à vida. A saga de um brasileiro*. Rio de Janeiro: Sextante. 2010.

CAPPELLETTI, Angel, *Hechos y figuras del Anarquismo Hispanoamericano*. Ediciones Madre Tierra, Mòstoles 1990,p.72

CARNUT, Leonardo, MENDES, Áquilas, GUERRA, Lucia, GORAIEB, Thais, LOPES, Tarsila. *Sistematização de experiências como método para elaborar a crítica política*. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.16, p. 01-19, abr. 2020.

CARVALHO, Horácio Martins de. _____. *O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social*. In: Revista NERA- Boletim DATALUTA. Presidente Prudente, 2012.

_____. *O campesinato no séc. XXI: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil*. Via Campesina do Brasil. Curitiba/Brasília, 2004. (Mimeo).

CARVALHO, P. D. de. *Além da forma-movimento: compilações do Movimento dos Pequenos Agricultores*. Revista Brasileira de Sociologia - RBS, [S. l.], v. 8, n. 18, 2020. DOI: 10.20336/rbs.551. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/551>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CASALI, Derli. *O pensamento de um incansável militante camponês* (Coleção Plano Camponês – Volume 3), Candiota, RS. Instituto Cultural Padre Josimo. 2019.

_____. *Educação Camponesa*. In: Caderno de Estudos N1 – I CONGRESSO NACIONAL DO MPA. São Paulo. 2015.

_____. *O campo da educação do campo*. In: FOERSTE, E.; SCHÜTZFOERSTE, G. M.; DUARTE, L. M. S. (Org.). *Por uma educação do campo – Caderno 6*. Vitória: PPGE\PRONERA, 2008, p. 142 – 154.

_____. *A Educação Popular*. in.: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares- Conselho Escolar e a Educação do Campo, Brasília, 2007.

_____; SOUZA, A. P.; PIZETTA, A. J. *A Reforma Agrária e o MST no ES: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade!* Vitória/ES: MST, 2005.

_____. *Caminhos Para Uma Educação do Campo*. 2004.

_____. *E a palavra se faz...* (coletânea de poesias). Aymorés Gráfica Editora. São Mateus-ES, 1993.

CASTRO, Josué. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 2.a Edição. Editora Brasiliense. São Paulo. 1967.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. *Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências* / Jorge Chavez-Tafur – Brasil: AS-PTA, 2007.

COLETIVO NACIONAL EDUCAÇÃO CAMPONESA, *Ata do encontro do coletivo nacional de educação do MPA*, Espírito Santo – 21 a 23 de março 2016.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo. “O AGRO É TUDO”, *inclusive educador? intencionalidades e reflexos da investida do agronegócio na educação*. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021. 19p.

CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação. USP. São Paulo, 2012.

CPT. *Carta de apoio aos sujeitos do campo*. Campos dos Goytacazes, 11 de abril de 2014.

CRUZ, Douglas Henrique G. *Metodologia de Camponês a Camponês (CaC): Construção do trabalho de base do MPA em São Bernardino*. Monografia de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.

DAY, Hem, “*Eliseo Reclus, Escritor*”. In: *Tierra y Libertad*, Publicacion mensual, (bimestral Extraordinário em formato de Revista), no 241, Junio de 1963, México. Pag. 22,23 e 25.

De ABREU VOIGT, Leonardo. *Sinergias para o ‘BEM VIVER’: disseminação de tecnologias e inovações para processos de transição agroecológica através dos projetos profissionais dos jovens do centro familiar de formação por alternância Colégio Estadual Agrícola Rei Alberto I, Nova Friburgo-RJ, UFRRJ, 2023, 124p.*

DE BEM, Daniel Francisco. *Uma constelação de relações anticapitalistas no sul do brasil: redes políticas e sociabilidades emergentes lidas desde uma antropologia anarquista*. Gavagai, Erechim, v. 4, n. 1, p. 113-156, jan./jun. 2017.

ECKERT, Cordula. *Orientações para elaboração de sistematização de experiências*. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008.

FEDER, Ernest. *La pequena Revolución Verde de McNamara. El proyecto del Banco Mundial para la eliminación del campesinado del Tercer Mundo*. Comercio Exterior, México, DF: v. 26, n. 7, p. 793-803, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Delimitação conceitual de campesinato*. 2004.

_____. *O futuro do MPA*. Caderno de Estudos do MPA, Nº 1. Brasília-DF. 2003.

FILARDI, André Moura Blundi. *A expansão do ensino superior no Brasil: da reforma de 1968 ao anteparo a internacionalização na década de 1980*. Tese, UFScar, São Carlos – SP. 2019.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23ª edição. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. 5a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

_____. *Educação como Prática de Liberdade*. 1967.

GAJARDO, M. *Pesquisa participante: Propostas e Projetos*. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 2 ed. 1985.p 15-50.

GONÇALVES, Renato Luiz, *A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: Uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares*. (Dissertação) UFV, Viçosa - MG, 2012.

GÖRGEN, F. S, *O futuro das sociedades democráticas*. 1ª ed; (e-BOOK). Instituto Cultural Padre Josimo, Padre Josimo. Porto Alegre 2019.

_____. *Trincheiras da Resistência Camponesa: Sob o pacto de Poder do Agronegócio*. Porto Alegre; Instituto Cultural Padre Josimo, Padre Josimo 2014.

_____. *Para Além do PRONAF*. In: *A Agricultura Camponesa: Contribuições à construção dos sistemas camponeses de produção*. Palmeira das Missões/RS. 2012. 51-56 p.

_____. ; STÉDILLE, João Pedro. *Assentamentos: Resposta econômica da Reforma Agrária*. Vozes, Petrópolis-RJ, 1991.

_____. *A resistência dos Pequenos Gigantes: A Luta e Organização dos Pequenos Agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998. 103p.

HOCDE, H y MIRANDA, Byron. *InterCAMBIOS, los Intercambios campesinos: más allá de las fronteras... ¡Seamos Futuristas!* San Salvador. CIRAD, GTZ, IICA. El Salvador: Comunicación y Mercadeo, 2000. 294 p.

_____.- *A lógica dos agricultores-experimentadores: caso da América Central*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999.

HOLLIDAY, Oscar. Jara. *Sistematização de Experiências: Aprender a dialogar com os processos*. Lisboa: Ed. CIDAC, 2008.

_____. *Para sistematizar experiências*. 2.ed. revista. – Brasília: MMA, 2006.

HOLT GIMÉNEZ, Eric. *Campesino a Campesino: Voces de Latinoamérica Movimiento para la Agricultura Sustentable*. Managua: SIMAS, 2008. 294 p.: il.

I SECAMT/2012, *Moção de apoio do I Seminário sobre Educação no Campo do CIEP Travessão*, Campos dos Goytacazes, 22 de março de 2012.

IBÁÑEZ, J. *Perspectivas de la investigación social: el diseño en las tres perspectivas*. In: GARCÍA FERRANDO, M.; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco (Eds.). *El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

ILLICH, Ivan. *Mito do desenvolvimento*. In: *Educação Hoje*. Coleção Meta. Eldorado. Guanabara. Rio de Janeiro, 1989. P. 69-85.

KRAUSER, Raul. *Qual é o Brasil de hoje?* in: *Caderno de Estudos N1 – I CONGRESSO NACIONAL DO MPA*. São Paulo. 2014.

LE BOTERF, G. *Pesquisa participante: Propostas reflexões metodológicas*. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 2 ed. 1985.p 51-80.

LIBERA. EDITORIAL. Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro. ANO 24/2014. No 164. Rio de Janeiro. 2014. Pag. 01.

_____. *Inaugurado o Fórum Fluminense da Educação do Campo (FoFEC)*. In: Notícias Libertárias. Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro. ANO 23/2013. No 158. Rio de Janeiro. 2013. Pag. 04.

LIMA, Denise Valéria. *Sistematização de Experiências na EMBRAPA: guia metodológico*. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

LOCATELLI, Angela Regina. *Sementes Crioulas em Anchieta/SC: Resgate e Pesquisa. Cadernos de Agroecologia* – ISSN 2236-7934 - Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul- v. 15, nº. 4, 2020.

LOLA, C. G. *La Metodologia de la sistematizacion – Uma construccion coletiva*. In: (org.). *Sistematizacion de Experiencias- Propuestas y Debates*, Revista Aportes # 57: Dimension Educativa. Bogota, 2004.p 91-113.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro. *Sementes da luta pela terra na fronteira Brasil-Uruguai: Os limites e possibilidades da atividade camponesa em Santana do Livramento-BR e Bella Union-UY*. Dissertacao – UFSC, Florianopolis, SC, 2014.

MADRID, Paco. *Dictamen sobre concepto confederal del comunismo libertário*. In: *dossier: Federalismos y anarquismo*. Libre Pensamiento, ISSN 1138-1124, Nº. 94 (Primavera), 2018, págs. 16-25.

MAGÓN, Ricardo Flores. *Tomar a terra*. in: *Tomar a Terra*. São Paulo : Entremares, 2022. p. 125-139.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MPA – *Semear: Caderno de Soberania Alimentar, Agroecológica e Abastecimento*, N2. Salvador, BA. 2022.

_____. *“20 anos de lutas, construindo o Plano Camponês e o Poder Popular!” Rumo ao I Congresso Nacional*. Documento Base para o I Congresso do MPA. Brasília-DF. 2013. 16p.

_____. *Cartilha de preparação para o 3º Encontro Nacional do MPA - Plano Camponês - Por soberania alimentar e poder popular!* 2009.

NEVES, Delma Pessanha. *Agricultura Familiar e o claudicante quadro institucional. Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na Agricultura*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, p. 131-159, 2002.

NIEMEYER, Carolina Burle de. *Movimentos sociais como produtores de conhecimento: a soberania alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)*. Tese doutorado. UERJ, RJ. 2014.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. *Uma breve discussão sobre o campesinato como classe social*. Revista OKARA: Geografia em debate, v.15, n.1, João Pessoa, PB, 2021, p. 20-32.

PASOLAC – *La Experimentación Campesina: Una guía metodológica* / PASOLAC (Programa para la Agricultura Sostenible en Laderas de América Central La experimentación campesina) -la ed." Managua, PASOLAC, 2002.

PEREIRA, João Márcio Mendes, J. M. *As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual*. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, nº. 50, jan.março, 2014.

PEREIRA, Monica Cox de Britto. *Revolução Verde*. In: Roseli Salete Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde JV e Expressão Popular, 2012, v., p. 685-689.

PETERSEN, P. *Agriculturas Alternativas*. In: Roseli Salete Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde JV e Expressão Popular, 2012, v. , p. 42-48.

PIDAASSA. *Diagnóstico Participativo Rápido y selección de mejoras “llave” em la Metodología “de Campesino a Campesino”*. Bolívia – 2008.

_____. *Experimentación campesina mediante la Metodología “de Campesino a Campesino”*. Bolívia – 2008.

_____. *Herremientas de Promoción y Difusión em la Metodología “de Campesino a Campesino”*. Bolívia – 2008.

_____. *Intercâmbio de experiências em la Metodología “de Campesino a Campesino”*. Bolívia – 2008.

_____. *Marco conceptual, principios, actores y actoras em la Metodología “de Campesino a Campesino”*. Bolívia - 2008.

PINHEIRO, Sebastião. *Biopoder Camponês: território, questão agrária, agroecologia, espiritualidade e a nutrição ultrassocial*. Organização Juquira Candiru Satyagraha. Porto Alegre, gráfica UFRGS. 2021.

_____. *AGROECOLOGIA 7.0: bombeiro agroecológico (farinhas de rochas, biofertilizantes, biochar, agrohomeopatia e sideróforos)*. Organização Juquira Candiru Satyagraha. Porto Alegre, gráfica UFRGS. 2018,

_____. *Saúde do Solo: Biopoder camponês versus agronegócio*. Organização Juquira Candiru Satyagraha. Porto Alegre, gráfica UFRGS. 2015.

_____. *Cartilha da Saúde do Solo - Cromatografia de Pfeiffer e Inocuidade dos Alimentos*. Juquira Candiru Satyagraha, Sales Editora – 2011a.

_____.; RIVERA, Jairo Restrepo. *Cromatografía: imágenes de vida y destrucción del suelo*. Cali: Feriva, 2011b.

_____. *Agribusiness e camponeses*. Porto Alegre, e-mail para HMC de 15 de março de 2004, 11 p.

RECLUS, Élisée. *Ao camponês, meu irmão*. in: *Tomar a Terra*. São Paulo: Entremares, 2022. p. 117-124.

RIBEIRO, Cristine Jaques; ÁVILA, Jessica Silva, MARQUES, Francine. *Alimentação enquanto direito humano: o plano camponês no município de Pelotas*. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 159-181 Jan./Jun. 2015a.

RIBEIRO, Marlene. *Terra, trabalho, educação: relações que projetam desafios à educação do campo*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 268-289, jul./dez. 2015b.

_____. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. 2. Ed - São Paulo: Expressão Popular. 2013.

_____. *Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios-fins da formação humana*. Expressão popular, São Paulo, 2010.

_____. *Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?* Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

_____. ANTONIO, Clésio Acilino , *Estado e educação : questões às políticas de educação do campo*. Simpósio Brasileiro (23.: 2007 nov. 11-14); Congresso Luso-Brasileiro (5.: 2007 nov. 11-14); Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação (2007 nov. 11-14). Cadernos Anpae n. 4, Porto Alegre.

RODRIGUES, T. S. - *Campesino a campesino: Voces de latinoamérica movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable* SIMAS, Managua Nicaragua Food First Books, Oakland, California Eric Holt-Giménez. Fluxos & Riscos-Revista de Estudos Sociais, 5(4), 2019. 127–129.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de .*Ideologia e Educação: Para a Crítica do Programa Agrinho*. Revista NERA– ANO 20, Nº. 40, Presidente Prudente-SP, – Set-Dez/2017. pp. 206-224 .

SABOURIN, E. *Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais*. Ruris. Campinas, v. 6, n. 2, p. 53-90, set. 2012.

SAMIS, Alexandre. *Polêmicas no interior da primeira internacional - Bakunin, Malatesta e as questões da propriedade, camponesa e da representação política*. 2017. Fonte: <https://www.anarkismo.net/article/14772>

_____. *Minha pátria é o mundo inteiro Neno Vasco, anarquismo e sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Editora Letra Livre, Lisboa, 2009.

SAMLECAMPO/2012. *Seminário de avaliação e monitoramento da licenciatura em educação do campo* - LECAMPO ISEPAM/ FAETEC – RJ, FOLDER, Campos dos Goytacazes, 14 e 15 de dezembro de 2012.

SANTANA, Leila, 2017. *Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- IPPRI, São Paulo, 2017.

SCHIAVON, Josuan Sturbelle. *A experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA com sementes crioulas no Estado do Rio Grande do Sul*. 2020. 64 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán*. REVISTA NERA – ANO 18, Nº. 27. Presidente Prudente. p. 280-295, jan/jun. 2015.

_____; MOLINA, Manuel. *A evolução do conceito de campesinato*. 2ª edição. Expressão Popular, São Paulo. 2013.

_____. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz - Bolivia: Plural editores, 2011.

_____; MOLINA, Manuel. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Versão mimeógrafo. Via Campesina. Brasília, 2005.

_____. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

_____. *A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. P. 18-28.

SILVA, Leomárcio Araújo da; SANTOS, Enisson Rocha; SANTOS, Liz Oliveira dos, RIOS, Kássia Aguiar Norberto. *Experiência agroecológica no Assentamento Terra Nossa – BA*. In: Conquistas do Pronera: tecnologia em agroecologia na UFRB / Organizadores: Alex Verdério, Rau Lomanto Neto e Tatiana Ribeiro Velloso. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021a. 259-275 p.

_____. *Contribuições do Plano Camponês para o Semiárido Nordestino: Proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)*. II SIMPÓSIO Baiano de Geografia Agrária: entre teorias e a prática, articulações e resistências. Salvador – BA, 2017a. 13p.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. 2 ed. São Paulo. Faísca Publicações Libertárias, 2023.

_____. WILLIAN, Kauan, KHALED, Victor. *O anarquismo frente ao fascismo e ao debate eleitoral*. 30/09/2022a. fonte: <https://jacobin.com.br/author/kauanwillian/>

SILVA, Robledo Mendes da. *Prefácio*. in: Tomar a Terra. São Paulo : Entremares, 2022b. p. 09-25.

_____; e SANTOS, Edzar Allen de Miranda. *Apoio mútuo: teoria kropotkiniana como base da proposta de educação popular defendida pela família Luz*. in: Colóquio Internacional “Piotr Kropotkin – Ativismo e Pesquisa”, Biblioteca Social Terra Livre. São Paulo. 19-23 de julho de 2021b.

_____.; GRAVINA, L. M. ; RIBEIRO, M. C. ; FLÔR, A. Q. .*Práxis Agroecológica dos Educandos da Licenciatura em Educação do Campo em Campos dos Goytacazes*. I SNEA – I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia/2013. In: Cadernos de Agroecologia - ISSN 2236-7934 – Vol. 11, No. 1, JUN 2016.

_____. AMADOR, F. E. ; CAMPOS, Marília Lopes de. *A construção curricular da Licenciatura em Educação do Campo UFRRJ partindo da experiência libertaria e*

agroecológica com os sujeitos do campo e seus movimentos. In: Lobo, Roberta; Perruso, Marco Antonio. (Org.). *Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade: A Experiência da UFRRJ*. 1ed. Brasília: Gráfica e Editora F&F, 2014, v. 1, p. 307-333.

_____. *A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil: das ciências naturais à educação integral*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Unirio, 2010.

SILVA, Valter Israel. *Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir*. Porto Alegre; Instituto Cultural Padre Josimo, Padre Josimo 2017b.

_____. *Elementos básicos para o debate sobre o campesinato rumo a construção de um plano camponês*. in: Caderno de Estudos N1 – I CONGRESSO NACIONAL DO MPA. São Paulo. 2014b.

SOSA, Braulio M. et al. *Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba*. Tradução Ana Corbisier—1.ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUSA, Luiz Carlos. *Construindo a Educação Camponesa: Textos, documentos e poesias do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) sobre a Educação e suas implicações nas comunidades Camponesas*. 1º edição. Porto Alegre: Instituto Padre Josimo, 2019.

_____. *IALA: una escuela, um sueño, um proyecto*. in: *¡Internacionalismo y solidaridad entre los pueblos! Cooperación campesina un lazo de reciprocidad*. *Movimiento de los Pequeños Agricultores – MPA*. ANAC, Brasília-DF, 2015. p. 17-21.

SOUZA, Fábio F. Feltrin de; OLIVEIRA, V. *Memórias em disputa: uma reflexão sobre a colônia anarquista de Erebango*. In: I Seminário Regional e Fórum de Educação no Campo, 2013, Santa Maria. *Anais do I Seminário Regional de Educação no campo*, 2013. v. 11. p. 1-10.

SOUZA, Roseli. *As Políticas Públicas-Sociais e as Mulheres Camponesas: O que temos e o que queremos*. In: Caderno de Estudos Nº 2 – I CONGRESSO NACIONAL DO MPA. São Paulo. 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. *A falência da política*. Editora UNESP, São Paulo, 2009.

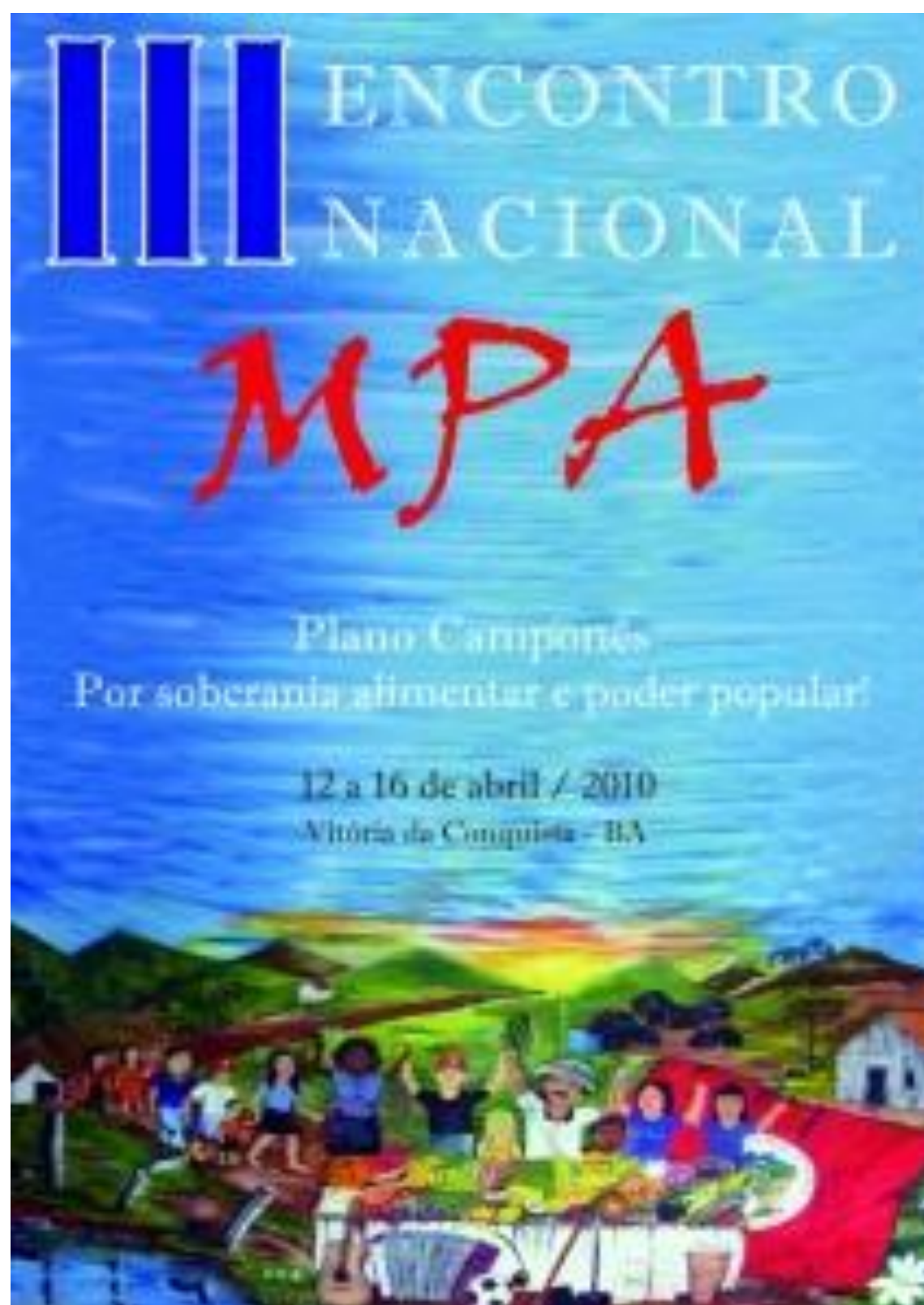
VICENTE, Maria Teresa Mosquete. *Eliseo Reclus: la Geografía de un Anarquista*. In: Barcelona: Realidad Geográfica n. 5, Los Libros de la Frontera, 1983.


VINHAS, M. *Problema Agrário – Camponeses do Brasil*. 2ª edição Civilização brasileira. Coleção Retratos do Brasil Vol. 65. Rio de Janeiro. 1972.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel - *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003: 42-61.

**ANEXOS
CARTAZES**








4ª FESTA NACIONAL DAS SEMENTES CRIOULAS

SEMENTES: Patrimônio dos povos a serviço da humanidade
Las semillas patrimonio del pueblo al servicio de la humanidad


21 e 22 de Abril de 2007 - ANCHIETA - Santa Catarina - Brasil

PROMOTORES





Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Anchieta
SINTRAF



CONTATO

Fone:
(49) 3653 0678
Secretaria Operativa
www.fenamic.com.br



I FEIRA CAMPONESA do Lote XV



**Dia 05 de julho, sábado
das 9h às 17h**

**Paróquia São Simão
Rua Padre Egídio Camerlynck, 78
Lote XV - Belford Roxo, RJ**



SEMINÁRIO

SOBERANIA ALIMENTAR

DIÁLOGOS
ENTRE O CAMPO
E A CIDADE17 e 18
de novembro
de 2014UFRJ
Campus Praia Vermelha
Auditório da Escola
de Serviço Social

Dia 17

13h Credenciamento

13:30h Abertura

- _Centro Acadêmico José Paulo Neto,
- _Superintendência de Políticas Estudantis (Superest)
- _Direção da Escola de Serviço Social-UFRJ

14h Roda de conversa sobre agrotóxicos

Exibição do filme "Nuvens de veneno", seguido de debate.

_Inês Bravo . Fórum de Saúde do Rio de Janeiro (a confirmar)

_Beto Novaes . Instituto de Economia da UFRJ (a confirmar)

_Alexandre Pessoa . Fiocruz

_Antonio Ivan . MST (Mediador)

Dia 18

14h - Os desafios para a Soberania Alimentar no Brasil

_Raul Krauser . Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

_Maria Emília . CONSEA (a confirmar)

_Maristela Dal Moro . Escola de Serviço Social/ UFRJ (Mediadora)

A Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis vai ocorrer nos dois dias, das 8h às 18h. Contando com variedades de sementes Crioulas para distribuição.



Realização:



Apoio:



I CONGRESSO NACIONAL DO MPA

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES



**"PLANO CAMPONÊS ALIANÇA CAMPONESA
E OPERÁRIA POR SOBERANIA ALIMENTAR"**
São Bernardo - SP - 12 a 16 de outubro de 2015


www.mpabrasil.org.br





I CONGRESSO MIRIM DO MPA

12 a 16 de outubro São Bernardo do Campo-SP



Programação

Segunda-12/10

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Terça-13/10

9:30 - Acolhida
 10:00 - Mistica 10:15 - Lanche
 10:30 - Atividade/Plenária
 11:30 - Almoço
 14:00 - Oficinas 15:30 - Lanche
 16:00 - Atividade síntese
 17:30 - Encerramento

Quarta-14/10

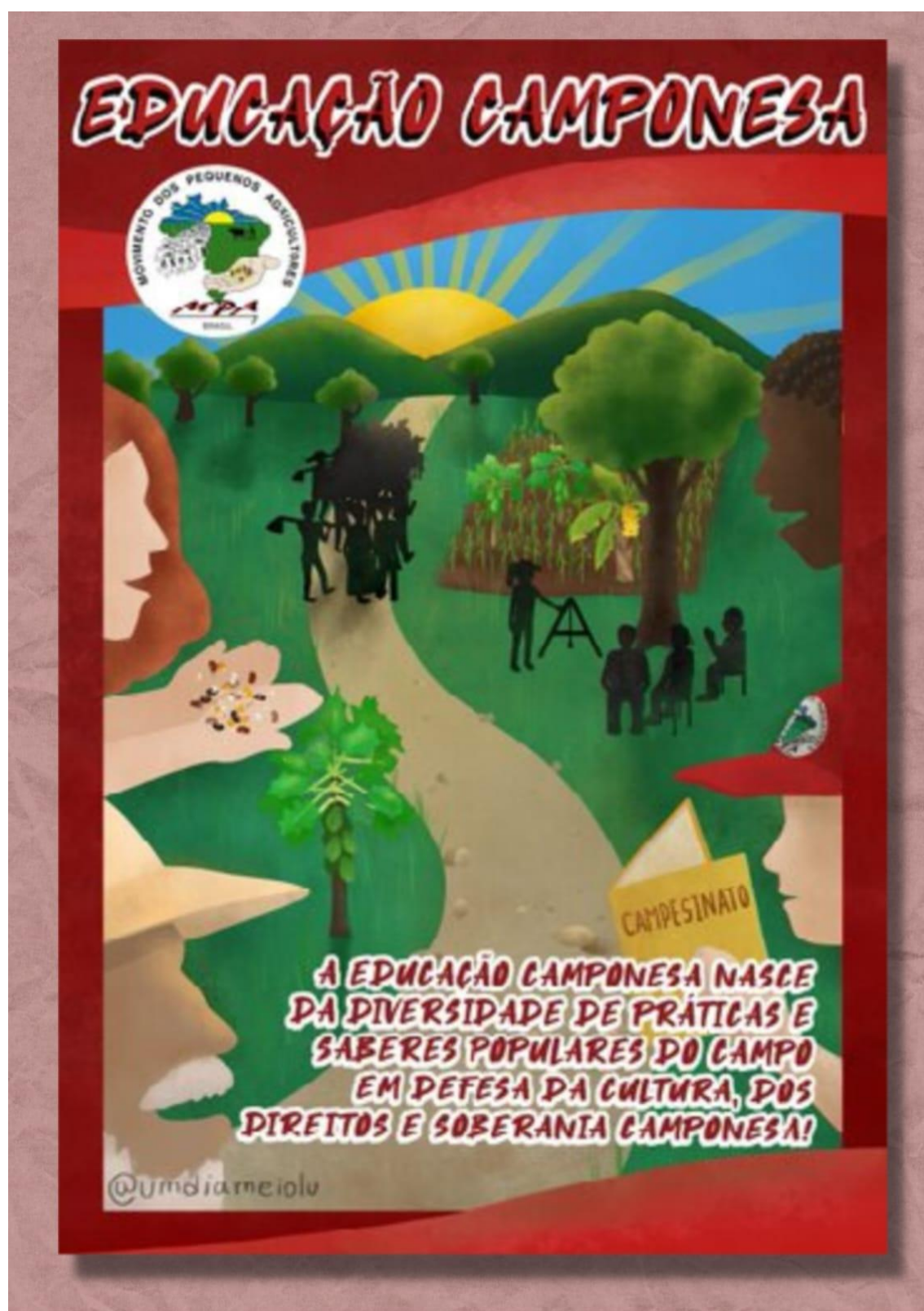
08:30 - Acolhida
 08:45 - Oficinas 10:15 - Lanche
 10:30 - Oficinas (continuação)
 11:30 - Almoço
 14:00 - Preparação para ato
 14:30 - Ato
 Lanche + Roda de conversa + Brincadeiras 17:30 - Encerramento

Quinta-15/10

08:30 - Acolhida
 PASSEIO NA CIDADE DA CRIANÇA
 17:30 - Encerramento

Sexta-15/10

08:30 - Acolhida
 08:45 - Oficina
 10:15 - Lanche
 10:30 - Atividade de avaliação
 11:30 - Almoço / Encerramento



CINE DEBATE

**JORNADA DE LUTA
POR SOBERANIA ALIMENTAR
E PODER POPULAR**



**MPA CONTRA A FOME
14 A 19 DE OUTUBRO**

**UFRRJ
CAMPUS
SEROPÉDICA**

Data

16/10

Horário

14h às 17h

Programação

Abertura

- Representante do SINTUR
- Robledo Mendes - Militante do MPA e professor CTUR(UFRRJ)

1º Exibição: PACHAMAMA: ESPECULAÇÕES

SOBRE A FOME (27'51")

Debate:

- Bruna Tavora - Militante do MPA e professora Jornalismo UFRRJ
- Rúbia Cristina Wegner - Professora do departamento de Ciências Econômicas do ICESA

2º Exibição: CULTIVANDO MAPUTO (20'21")

Debate:

- Roberta Carvalho Arruzzo - Professora do Departamento de Geografia do Instituto Multidisciplinar
- Adélio Antonio Damas - Licenciado em Química e gestão de lab. pela Universidade Pedagógica, delegação de Nampula, Moçambique

Local

**SINTUR
(UFRRJ)**

**Rodovia
BR 465**

**Seropédica
RJ**

Organização



ORANGOTANGO

Apoio

LABGEO/CTUR







Carlos Brandão
Rafaela Alves
Rogério Correa

13/10/21
14h - 17h30
via Zoom

**SEMINÁRIO NACIONAL EM
HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE
PAULO FREIRE**



**SOBERANIA
ALIMENTAR**
por um Brasil livre da fome!

**Paulo Freire e o papel do campesinato:
Soberania Alimentar, Educação e Trabalho.**



Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire

01, 02 e 03 de dezembro

PROGRAMAÇÃO

QUARTA-FEIRA, 01/12
- 17h MESA de Abertura
- 18h MESA: O legado de Paulo Freire: Esperançar o Presente

QUINTA-FEIRA, 02/12
- 16h MESA: O PRONERA EJA-RJ: Educação Popular nos Territórios Norte/Noroeste Fluminense
- 18h MESA: Trajetória em Educação Popular

SEXTA-FEIRA, 03/12
- 18h MESA: Luta pela terra e campesinato
- 20h Cultural de Encerramento – Frutos da Terra

Inscrições até dia 01/12

Organização



Apoio




Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire

01, 02 e 03 de dezembro

PROGRAMAÇÃO
QUARTA-FEIRA, 01/12
- 17h MESA de abertura
- 18h MESA
O legado de Paulo Freire: Esperançar o Presente





Lélia Ponciano Ana Bantas Marcos Arruda

Inscrições até dia 01/12

Organização Apoio




Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire

01, 02 e 03 de dezembro

PROGRAMAÇÃO
QUINTA-FEIRA, 02/12
- 16h MESA: O PRONERA EJA-RJ: Educação Popular nos Territórios Norte/Noroeste Fluminense
- 18h MESA
TRAJETÓRIA EM EDUCAÇÃO POPULAR





Marcelo Vianna Rute Costa Waldemar Boff

Inscrições até dia 01/12

Organização Apoio




Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire

01, 02 e 03 de dezembro

PROGRAMAÇÃO
SEXTA-FEIRA, 03/12
- 18h MESA
LUTA PELA TERRA E CAMPESINATO
- 20h Cultural de Encerramento – Frutos da Terra





Diego Fraga Rangel Delma Pessanha Frei Sérgio Górgen

Inscrições até dia 01/12

Organização Apoio





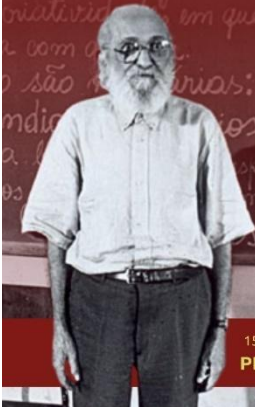

**Aos mestres,
com carinho**

"Se a educação sozinha
não transforma a
sociedade, sem ela
tampouco a sociedade
muda."



*"Sendo professor, nunca te falte
consciência de classe nem
compromisso social."*

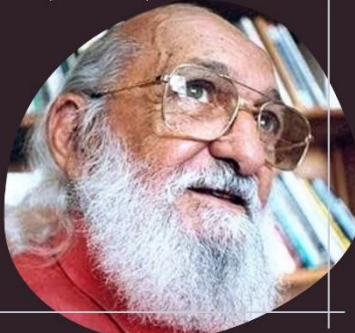

Paulo Freire

15 de Outubro - Dia das(os)
PROFESSORAS(ES)

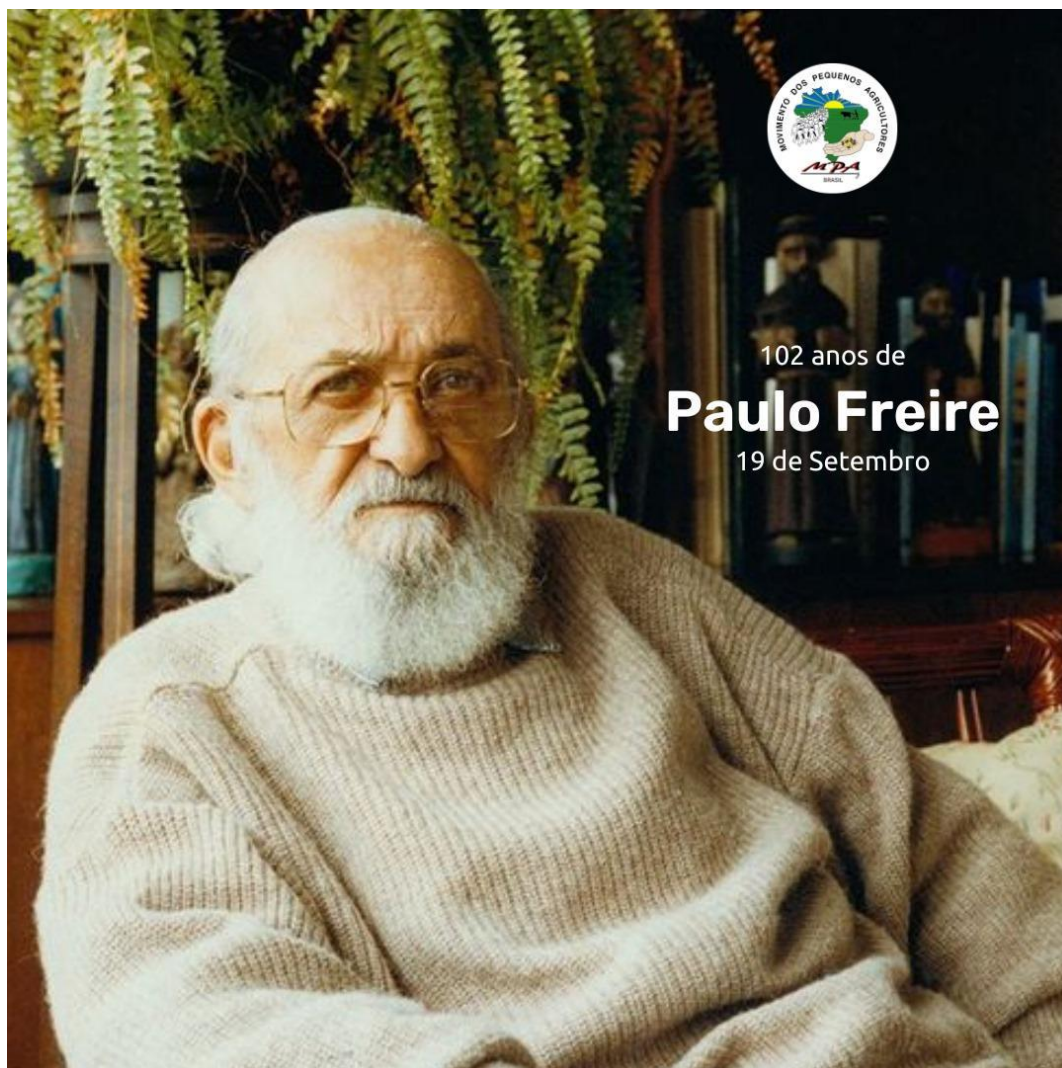
Hoje, 2 de maio: há 23 anos falecia o educador popular
PAULO FREIRE, criador da Pedagogia do oprimido.

Não é na resignação, mas na rebeldia em
face das injustiças, que nos afirmamos
(Paulo Freire)

Paulo Freire, em a "Pedagogia do Oprimido" mostra claramente que os oprimidos incorporam, por meio dos instrumentos da classe dominante: escola, religião, mídia, os mesmos sentimentos de dominação dos opressores, ou seja, miram-se no espelho do opressor e agem do mesmo jeito. Diante desta situação, cabe ao educador popular, ao militante do povo, ajudar o oprimido a ver o seu mundo como ele é e não se envergonhar ou fugir dele."

Derli Casali



102 anos de
Paulo Freire
 19 de Setembro

Dessa forma, constituído a partir da ideia do compartilhamento, da interação da cooperação, do diálogo e a partir da consciência de que "*o mundo não é. O mundo está sendo.*" (...). As coisas não estão prontas e acabadas, mas sim estão aí para serem transformadas por Mulheres e Homens conscientes do seu papel social de agentes transformadores da realidade.



Paulo Freire esteve e esta presente em nossa caminhada como movimento, não apenas em debates específicos de educação, mas dialogamos com a perspectiva *freireana* libertadora de leitura crítica da realidade dos oprimidos para a construção coletiva de nossas estratégias de transformação da sociedade.

CONVITE:
Seminário
Dinâmica e PERSPECTIVAS do
CAMPESINATO no Brasil do Século XXI



18 a 20 de fevereiro de 2014
Brasília - DF



INEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Seminário:
Dinâmicas e perspectivas
do **Campesinato no século XXI**

18 a 20 de
fevereiro de 2014
Brasília - DF

PROGRAMAÇÃO

Terça 18/02 **Mesa de abertura** - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário - MDA, Caio França, Raul Krauser
1ª conf. magistral é possível uma teoria geral do campesinato?
Expositor - Jan Douwe van der Ploeg

Quarta 19/02 **Mesa 1 : Contradições sociais no campo, no Brasil**
Sobre qual campesinato falamos?
Expositor: Frei Sergio Gorgen
Contradições sociais no campo: o campesinato é classe social?
Expositores: Leonilde Medeiros e Valter Israel
Mesa 2: Alianças das classes populares e o papel do estado na reprodução social camponesa
O significado contemporâneo da aliança campo-cidade
Expositor: Marco Antonio
É possível a reprodução social camponesa sem o apoio do Estado?
Expositores: Maria José da Costa, Bernardo Mançano, Gilney Amorin Viana

Quinta 20/02 **Mesa 3: Construção da contra-hegemonia.**
A concepção de mundo camponês e a ideologia dominante.
Expositor: José Maria Tardin
As instituições de mediação de interesses dos camponeses
Expositor: Maria Emilia Pacheco, Marcelo Leal
2ª conf. magistral: O campesinato Como Sujeito Social Nas Sociedades Capitalistas.
Expositor: Guilherme Delgado
Encerramento

Dando continuidade a esta luta o MPA, a Via Campesina, SINTRAF de Anchieta, Paróquia Santa Lúcia e ACISA estão organizando a V Festa Nacional das Sementes Crioulas que acontecerá em 2012 entre os dias 18 a 22 de abril. Camponeses de todo o Brasil e de muitos países do mundo irão se reunir para o III Seminário Nacional de Formação Camponesa e depois festejar as conquistas da luta das organizações camponesa do mundo. A feira nos dias 21 e 22 contará com uma exposição ampla da diversidade de espécies de sementes, expressões da cultura camponesa, e intercâmbio dos povos.

Lutadores e lutadoras dos povos, vamos fazer da V Festa Nacional das Sementes Crioulas, uma grande luta de enfrentamento ao modelo do agronegócio, construir a soberania alimentar, defender a biodiversidade e a liberdade dos povos do mundo. Para tanto todos e todas, companheiros e companheiras estão convocados a fazer parte desta luta.



Distâncias

Florianópolis	770
Chapéc	160
São Miguel do Oeste	42
Porto Alegre (RS)	590
São Paulo (SP)	1140
Belo Horizonte (MG)	2560
Curitiba (PR)	410
Rio de Janeiro (RJ)	1460
Rio de Janeiro (RJ)	3436

COMO PARTICIPAR
Para participar entre em contato com a Secretaria Operativa
Fone: (49) 3631-3973
E-mail: fenamic2012@gmail.com

| Promoção |



Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Anchieta SINTRAF

Paróquia Santa Lúcia Anchieta - SC

| Realização |

AEPAC
Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses

5ª FESTA NACIONAL DAS SEMENTES CRIOULAS

21 e 22 de Abril de 2012
ANCHIETA - Santa Catarina - Brasil

SEMENTES: Patrimônio dos povos a serviço da humanidade
Las semillas patrimonio del pueblo al servicio de la humanidad

3º Seminário Nacional de Formação Camponesa
18 a 20 de Abril de 2012



5ª Festa Nacional das Sementes Crioulas

A sociedade foi sustentada por mais de 10.000 mil anos por diferentes modos de vida dos povos. Estas formas de organizações garantiram a domesticação, o melhoramento e a multiplicação de milhares de espécies vegetais e animais, que hoje respondem por mais de 70% da produção de alimentos do Brasil. Historicamente a domesticação e o melhoramento genético de plantas e animais eram feitos para aumentar a produção de alimentos e as melhorias obtidas eram em benefício de todos.

Nos camponeses e camponesas organizados acreditamos que as sementes devem ser um bem de todos (as) e que o patenteamento de sementes e de qualquer forma de vida, assim como os transgênicos, são uma ameaça a soberania alimentar e um desrespeito as populações camponesas e indígenas que durante milênios domesticaram e melhoraram vegetais e animais.

É neste sentido que a Via Campesina lançou a campanha "Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade" durante a edição do Fórum Social Mundial de 2003. A campanha defende a preservação das sementes saudáveis e o combate a manipulação, ao monopólio e a imposição das sementes transgênicas. Defende os camponeses que por séculos cultivam e preservam diversas espécies de sementes em



contraponto ao modelo do agronegócio que defende uma agricultura baseada no uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas e sem gente.

As festas de sementes e animais crioulos realizadas em Anchieta são parte da Campanha "Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade".

Histórico das Festas de Sementes Crioulas

A primeira festa das sementes crioulas aconteceu no ano de 2000 em Anchieta fruto das organizações municipais e movimentos sociais preocupadas com o avanço do agronegócio, a festa realizada no dia 20 de maio contou com a participação de cerca de 5000 mil pessoas vindas de 5 estados brasileiros.

Diante do sucesso da festa, em 2002 ela passa a ter um caráter Nacional passando a ser organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores Nacional junto com as entidades locais como Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e Paróquia Santa Lúcia. A II FENAMIC aconteceu nos dias 06 e 07 de abril de 2002 onde vários estados puderam expor suas experiências.

Seguindo sua trajetória de sucesso a Festa Nacional das Sementes Crioulas teve sua terceira edição organizada no ano de 2004, entre os dias 21 e 25 de abril. Neste ano a Festa ganha um novo caráter com o Primeiro Seminário de Formação Camponesa, nos dias 21, 22 e 23, onde 2000 camponeses do Brasil e de vários outros países da América Latina participaram. Os dias 24 e 25 foram de festa, exposição, trocas, partilha entre as pessoas de diversas regiões do Brasil e dos vários países participantes, fazendo a festa ganhar dimensão internacional, a participação foi superior a 30.000 mil pessoas.

Em 2007 aconteceu a IV Festa Nacional das Sementes Crioulas, com a realização do II Seminário Nacional de Formação Camponesa nos dias 18, 19 e 20 de abril com a participação de 2000 mil pessoas de todos os estados do Brasil e de 13 outros países, preocupadas em discutir o

avanço do agronegócio no mundo e suas consequências para a biodiversidade e soberania alimentar dos povos do mundo. Nos dias 21 e 22 a festa reuniu mais de 30.000 mil pessoas.

Inicialmente a festa que tinha como nome "Festa Estadual do Milho Crioulo" tinha por objetivo mostrar, principalmente para os camponeses anchietaenses e do estado os benefícios e a riqueza de se produzir sementes crioulas e alimentos agroecológicos. O resultado superou as expectativas, rompendo fronteiras entre municípios, estados e países. Passou a se chamar "Festa Nacional das Sementes Crioulas" reunindo pessoas preocupadas com a soberania alimentar de seu povo, pois este, além de festejar a sua cultura, deve também formar o seu pensamento e seu conhecimento.

Certo que o enfrentamento ao agronegócio se dá todos os dias e de distintas maneiras, os debates iniciados a partir de Anchieta ganharam força a nível nacional e internacional, passou-se a organizar um grande número de festa locais envolvendo municípios, regiões e estados, focando sempre no debate da Agricultura Camponesa e a Soberania Alimentar dos povos.



ANEXO = FICHA VIDEOS

COLETIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CAMPONESA MPA

Educação em tempos de crise política e conservadorismo: desafios para @s campones@s

https://www.youtube.com/watch?v=jEovA4qLkT4&ab_channel=TVJosimo

Da EDUCAÇÃO CAMPONESA germinará a Soberania Alimentar

https://www.youtube.com/watch?v=WiXmCHDwCoQ&list=PLMLNhGIN1S1E9nc3iRtl1yWf0sKhurulU&ab_channel=MPABrasil

De Criança para Criança do Campo e da Cidade por SOBERANIA ALIMENTAR: por um Brasil livre da fome!

https://www.youtube.com/watch?v=3U1t4JT2O9U&ab_channel=MPABrasil

SEMINÁRIO NACIONAL - CENTENÁRIO PAULO FREIRE

https://www.youtube.com/watch?v=Ps9KdQ8-0SI&ab_channel=MPABrasil

COLETIVO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CAMPONESA MPA RJ

Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire

MESA DE ABERTURA - Seminário PRONERA EJA/RJ: Homenagem ao Centenário de Paulo Freire

https://www.youtube.com/watch?v=HQgnZ4k5puM&list=PL0wL6Vy3gxUiKOxYU07vkej2YBi70ls21&index=2&ab_channel=IFFTubeBomJesus

O legado de Paulo Freire: esperar o presente.

https://www.youtube.com/watch?v=T8PuJCnJ98E&list=PL0wL6Vy3gxUiKOxYU07vkej2YBi70ls21&index=3&ab_channel=IFFTubeBomJesus

O PRONERA EJA-RJ: Educação Popular nos Territórios Norte/Noroeste Fluminense

https://www.youtube.com/watch?v=pzCGdC3qSUE&list=PL0wL6Vy3gxUiKOxYU07vkej2YBi70ls21&index=4&ab_channel=IFFTubeBomJesus

Trajetória em Educação Popular

https://www.youtube.com/watch?v=BV4hwpXpgt8&list=PL0wL6Vy3gxUiKOxYU07vkej2YBi70ls21&index=5&ab_channel=IFFTubeBomJesus

Luta pela terra e campesinato

https://www.youtube.com/watch?v=pKKQT92WOKq&list=PL0wL6Vy3gxUiKOxYU07vkej2YBi70ls21&index=6&ab_channel=IFFTubeBomJesus

Atividade Cultural de Encerramento

https://www.youtube.com/watch?v=q-jPsvYEP3c&list=PL0wL6Vy3gxUiKOxYU07vkej2YBi70ls21&index=7&ab_channel=IFFTubeBomJesus

Solo vivo - a diversidade de fauna na ciclagem da matéria orgânica 2023

https://www.youtube.com/watch?v=oUgIpR_7ehc&ab_channel=LABGEO-CTUR-UFRRJ

ANEXO –

MARCOS DA NOSSA HISTÓRIA CUIDAR DOS ACUMULOS...

- 1996 – Acampamento da Seca;
- 1996 – Cheque Seca, com os acampamentos da Seca.
- 1997 – Fermentação (greve de fome – criação do pronafinho);
- 1997 – Pronafinho Custeio, com a Marcha do Ferramentaço e a Greve de Fome.
- 1998 - Inicia a luta Crédito Moradia.
- 1998 – Primeira pauta nacional;
- 1998 - Pronafinho Investimento com a Marcha da Coragem e da Esperança.
- 2000 – 1º Encontro Nacional do MPA – Ronda Alta – RS;
- 2000 – 1º projeto piloto de Moradia Camponesa;
- 2002 – 1ª Festa Nacional das Sementes Crioulas – Anchieta SC;
- 2002 - Conquista das primeiras MORADIAS.
- 2003 – 2º Encontro Nacional do MPA – Ouro Preto do Oeste – RO;(Início da construção do plano estratégico – Plano Camponês!);
- 2003 – É criado o Programa de Aquisição de Alimento – PAA.
- 2003 - Início do estudo da História do Campesinato no Brasil e elaboração do Plano Camponês.
- 2004 – Conquista do SEGURO AGRÍCOLA e mais Crédito para produção de alimentos.
- 2004 – Marco dos estudos sobre o campesinato – organização do livro Campesinato no Século XXI;
- 2005 - Publicação do livro e início da construção da obra História Social do Campesinato;
- 2006 – 1º Seminário Nacional de Educação Camponesa – Sr do Bonfim – BA;
- 2007 – Seminário Nacional de Produção – estratégias de implementação do Plano Camponês;
- 2008 – Conquista primeiros projetos de SEMENTES CRIOULAS e de Assistência Técnica.
- 2008 – Encontro Nacional das Mulheres do MPA;
- 2010 – 3º Encontro Nacional do MPA – Vitória da Conquista – BA;
- 2013 – Avanço na implementação do PC pelo Programa Camponês;

- 2013 – Primeiros projetos do PROGRAMA CAMPONÊS- PC.
- 2014 – Seminário Nacional “Desafios do Campesinato no Século XXI”.
- 2015 – Construção do Hino;
- 2015 – I Congresso Nacional do MPA em São Bernardo do Campo.
- 2015 – Iº Congresso Nacional do MPA Mirim;
- 2015 – Iº Congresso Nacional do MPA;
- 2015 – Marco Político - da Consolidação da Aliança Camponesa e Operária;
- 2017 – Greve de fome de 10 dias dentro da Câmara dos Deputados impediu a aprovação da reforma da previdência contra as famílias camponesas.

Fontes:

SANTANA, Leila, 2017. **Do acampamento da seca ao programa camponês:** atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-IPPRI,São Paulo, 2017.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Movimentos sociais como produtores de conhecimento: a soberania alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Tese doutorado. UERJ, RJ. 2014.

SCHIAVON, Josuan Sturbelle. A experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA com sementes crioulas no Estado do Rio Grande do Sul. 2020. 64 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

ANEXO – JOGOS NA EDUCAÇÃO CAMPONESA







VOCÊ CONHECE
ESSE JOGO?

**MAN
CALA**



COMO JOGAR? PROPOSTA PARA INICIANTE

Número de semeadores: 2

Material: 48 sementes e um tabuleiro com 12 cavas pequenas e dois oásis ou kalah (cavas maiores que servem de reservatório).

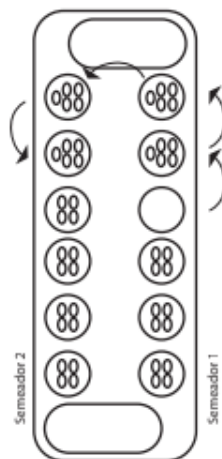
Objetivo: Exercitar a habilidade de estratégia de semear.

Entenda a dinâmica:

1. Os semeadores sentam-se frente a frente e ficam com o oásis à sua direita. Em seguida, cada um distribui 24 sementes em suas seis cavas (4 em cada). No início, o oásis fica vazio.
2. Para decidir quem começa o jogo, um dos participantes esconde uma semente em uma das mãos. Se o outro jogador adivinhar a mão que a esconde, começa o jogo. Quem começa escolhe uma das cavas do seu campo, pega todas as sementes dela e as distribui, uma a uma, nas cavas seguintes, caminhando no sentido anti-horário.
3. Se passarem pelos oásis não devem semear (nessa regra simplificada não semeamos nos oásis, apenas guardaremos as colheitas), continuamos semeando no campo do colega uma a uma enquanto houver sementes.
4. Observa a cava que cair a sua última semente, e terá o direito de fazer a colheita de todas as sementes que estiverem na cava exatamente do lado oposto do tabuleiro. As sementes coletadas serão armazenadas nos oásis respectivo ao semeador.
5. Quando as sementes se reduzirem a ponto de não ser mais possível semear o campo do outro semeador o jogo se encerra. E contamos as sementes de cada oásis para descobrir qual semeador foi mais habilidoso naquela brincadeira. Essa versão por ser mais simples, permite dominar o tabuleiro e ser mais rápida, e todos ganham aprendendo com a observação das estratégias de jogadas uns dos outros.



Mancala é uma família de jogos de estratégia de semeadura. Sua origem é muito antiga e incerta; espalhou-se por vários continentes e se tornou muito popular na África. Pode ser encontrado com nomes e regras diferentes.



**Brincando
com NANA
& NÍLO**